

**Fernanda Lira Goes | Maria Gabriella Figueiredo Vieira  
Talita Rocha Reis | Flávia Adriane Pestana de Oliveira  
Isabella Cristina Lunelli**

# **ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL**

**ASPECTOS RACIAIS DE INFRAESTRUTURA  
NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS**

**Fernanda Lira Goes | Maria Gabriella Figueiredo Vieira  
Talita Rocha Reis | Flávia Adriane Pestana de Oliveira  
Isabella Cristina Lunelli**

# **ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL**

**ASPECTOS RACIAIS DE INFRAESTRUTURA  
NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS**

## **Governo Federal**

### **Ministério da Economia**

**Ministro** Paulo Guedes

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Carlos von Doellinger

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Manoel Rodrigues Junior

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

#### **Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

#### **Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

#### **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

#### **Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>



**Fernanda Lira Goes | Maria Gabriella Figueiredo Vieira  
Talita Rocha Reis | Flávia Adriane Pestana de Oliveira  
Isabella Cristina Lunelli**

# **ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL**

**ASPECTOS RACIAIS DE INFRAESTRUTURA  
NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS**



Atlas das periferias no Brasil : aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais / Fernanda Lira Goes ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Ipea : 2021.

435 p. : il., mapas.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5635-023-3

1. Áreas de pobreza. 2. Domicílios. 3. Aglomerados subnormais. 4. Fatores raciais. 5. Infraestrutura. 6. Brasil. I. Goes, Fernanda Lira. II. Vieira, Maria Gabriella Figueiredo. III. Reis, Talita Rocha. IV. Oliveira, Flávia Adriane Pestana de. V. Lunelli, Isabella Cristina. VI. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 307.33640981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva – CRB-7/6844.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-023-3>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>11</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>PREFÁCIO – UMA CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE.....</b>	<b>15</b>
Jusciane Matos	
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
CAPÍTULO 1	
<b>METODOLOGIA DO <i>ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL</i> .....</b>	<b>25</b>
CAPÍTULO 2	
<b>BRASIL, ASPECTOS DO ENTORNO DO DOMICÍLIO NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO RACIAL.....</b>	<b>29</b>
BOX 1	
<b>A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS.....</b>	<b>35</b>
Frederico Augusto Barbosa da Silva Isabella Cristina Lunelli	
CAPÍTULO 3	
<b>REGIÃO SUL .....</b>	<b>59</b>
BOX 2	
<b>MARCAS DO CORPO: TATUAGEM E CABELOS NA COMPOSIÇÃO DE UM CORPO NEGRO.....</b>	<b>60</b>
Denise Ferreira da Costa Cruz	
CAPÍTULO 4	
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE.....</b>	<b>119</b>

BOX 3

**LETRAMENTO RACIAL, EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E O PROJETO AFROCIENTISTA EM GOIÂNIA: POTENCIALIDADES PERIFÉRICAS NEGRAS INSUBMISSAS .....120**

Anna M. Canavarro Benite  
Gustavo Augusto Assis Faustino  
Morgana Abranches Bastos  
Marysson J. Rodrigues Camargo

CAPÍTULO 5

**REGIÃO NORTE .....157**

BOX 4

**INCLUSÃO RACIAL DE JOVENS NEGRAS E NEGROS UNIVERSITÁRIOS .....158**

Valdirene Assis

CAPÍTULO 6

**REGIÃO NORDESTE .....217**

BOX 5

**PERIFERIAS OU O PRINCIPAL DA CIDADE? .....218**

Ana Fernandes  
Glória Cecília dos Santos Figueiredo  
José Eduardo Ferreira Santos  
Vilma Soares Ferreira Santos  
Ana Cristina da Silva Caminha  
Cícero Jorge Araújo Melo  
Sandra Regina Souza dos Santos  
Alex Sandro Pereira Lima (Leco)  
Abraão Joviniano dos Santos  
Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos  
Eslane Silva da Paixão  
Victor Aícau Moraes Pires de Souza  
Maura Cristina da Silva  
Miralva Alves Nascimento (Dona Mira)

CAPÍTULO 7

**REGIÃO SUDESTE.....349**



BOX 6

**A INSCRIÇÃO ESPACIAL DA QUESTÃO RACIAL NO**

**ESPAÇO URBANO .....350**

Denílson Araújo de Oliveira

CAPÍTULO 8

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....431**

**REFERÊNCIAS.....435**

**APÊNDICE .....441**

Dedicamos esta pesquisa a todas as pessoas que resistem diante das dificuldades cotidianas causadas pela ausência de infraestrutura nas periferias brasileiras.





## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas e todos que de algum modo ofereceram contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Do Ipea, Frederico Augusto Barbosa da Silva, pela colaboração com o texto *A presença dos povos indígenas em aglomerados subnormais* (box do capítulo 2), escrito em coautoria com Isabella Cristina Lunelli, e pelas considerações durante a elaboração da pesquisa; e Graziela Ansiliero, Pedro Herculano Souza e Fábio Vaz, pelas sugestões e indicações que nos levaram a percepções diversas das nossas ao nos brindar com observações únicas.

Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cayo Franco, Claudio Stenner e Maikon Novaes, pelas elucidações acerca das especificidades relacionadas às pesquisas realizadas em aglomerados subnormais e pelo estímulo a nossa curiosidade.

Pelas participações nos boxes de cada capítulo, com ideias, perspectivas, memórias e sensações que ultrapassaram nossas noções sobre os assentamentos brasileiros em situação de vulnerabilidade e que foram importantes para proporcionar a condição de um texto necessariamente rico nos estudos sobre os aglomerados subnormais: Denise Ferreira da Costa Cruz (capítulo 3); Anna M. Canavarro Benite, Gustavo Augusto Assis Faustino, Morgana Abranches Bastos e Marysson J. Rodrigues Camargo, do Coletivo Ciata, do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (LPEQI/IQ/UFG) (capítulo 4); Valdirene Assis (capítulo 5); Ana Fernandes, Glória Cecília dos Santos Figueiredo, José Eduardo Ferreira Santos, Vilma Soares Ferreira Santos, Ana Cristina da Silva Caminha, Cícero Jorge Araújo Melo, Sandra Regina Souza dos Santos, Alex Sandro Pereira Lima, Abraão Joviniano dos Santos, Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos, Eslane Silva da Paixão, Victor Aicau Moraes Pires de Souza, Maura Cristina da Silva e Miralva Alves Nascimento (capítulo 6); e Denílson Araújo de Oliveira (capítulo 7).

À Jusciane Matos, que nos presenteia com o legado, para além de uma abertura do livro, e o reconhecimento, sem se escusar de suas posições e críticas, por meio da atenção e do cuidado ao analisar a intenção, a estrutura, o conteúdo e o resultado do nosso trabalho; ao Ipea, por meio de Alda Pimentel, a colega que sempre nos apoiou neste projeto e a quem agradecemos todo o respeito com nossas ideias; à Lenita Maria Turchi, diretora de Estudos e Políticas Sociais; à coordenadora Ana Amélia Camarano; a todo o pessoal do editorial e

da comunicação que revisa, edita, publica e divulga nossas pesquisas; às nossas famílias, amigos e pessoas queridas que nos apoiaram e apoiam em iniciativas nem sempre tão óbvias, mas com certeza desafiadoras e envolventes, nosso respeito e nossa admiração.

Com afeto,

As autoras

## APRESENTAÇÃO

A publicação deste *Atlas das Periferias no Brasil: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais* é resultante de um esforço colaborativo entre a Coordenação de Estudos e Pesquisas de Igualdade de Gênero, Raça e Gerações (COGRG), pesquisadores da Coordenação de Cultura e do Núcleo de Informações Sociais (Ninsoc), da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), do Ipea. O projeto, iniciado em 2019, tem como objetivo a elaboração de uma metodologia de análise dos microdados da pesquisa em aglomerados subnormais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o censo demográfico de 2010. Importante ressaltar que essa metodologia inova no sentido de adotar no estudo uma perspectiva racial.

O trabalho apresenta um recorte racial dos dados sobre a infraestrutura do entorno dos domicílios nos aglomerados subnormais. Os resultados estatísticos podem ser observados por meio de mapas dos serviços públicos e de infraestrutura urbana e de acordo com a classificação racial utilizada pelo IBGE e incorporada no Ipea, destacando brancos, negros e indígenas.

São consideradas as cinco Grandes Regiões administrativas brasileiras, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, conforme as características de infraestrutura externas às moradias. Apresenta-se, então, a visualização de aspectos como presença de lixo acumulado; esgoto a céu aberto; e ausência de iluminação pública, de pavimentação, de calçada, de meio fio/guia, de bueiro/boca-de-lobo, de rampa para cadeirante, de arborização e de identificação no logradouro. Essas imagens tecem uma cartografia racial das condições de vida nas periferias brasileiras.

Somam-se a todos os resultados apresentados, que reforçam a concentração da população negra nas periferias urbanas, a visibilidade trazida com este estudo para a presença dos povos indígenas nesses mesmos espaços. Nesse sentido, ressaltam-se as situações vivenciadas pela população indígena no tecido urbano, especialmente na região amazônica brasileira.

Os dados constituem um importante material a estimular novas abordagens e discussões, inclusive como elemento primário para outras propostas de pesquisa. Além da participação de técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea, o Atlas reúne a presença de pesquisadoras e pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, professores e professoras e demais servidores públicos de outras carreiras. A realização deste trabalho coletivo confirma a iniciativa do Ipea na sua missão de produzir conhecimento para beneficiar a sociedade brasileira.



Este *Atlas das Periferias no Brasil* se destaca, portanto, por inovar na apresentação das informações analisadas e, também, na contribuição com subsídios para outras pesquisas. Conscientes da necessidade de avançarmos nos desafios relativos à infraestrutura e na superação da vulnerabilidade de grupos populacionais, com este livro buscamos atuar como insumo ao planejamento e acompanhamento de políticas públicas locais, regionais e nacionais.

Encerro esta apresentação, desejando uma boa leitura a todas e todos.

**Presidente do Ipea**

## UMA CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE

Jusciane Matos

Jamais alguém descreveu a favela de maneira tão profunda como a escritora Carolina Maria de Jesus. Ela dizia que a cidade é a sala de visitas, e a favela, o quarto de despejo, onde são destinados os objetos sem valor. Enquanto Carolina via pouca beleza no local que habitava, é interessante notar que, ao contrário do significado pejorativo dado para a delimitação do espaço entre as cidades e as periferias, favela é o nome popular de uma flor, a *Cnidocolus quercifolius*, resistente a poucos climas brasileiros. Nas próximas páginas, as autoras optaram por não usar o mesmo termo de Carolina Maria e da flor. Em vez de favela, um nome duro, carregado de preconceitos e dores, chamaremos esses aglomerados de periferias. Essa escolha acolhe o sentimento dos que vivem nesses locais, aos quais denominam, até carinhosamente, de *perifa*, e eu arrisco dizer que tem muito a ver com a simbologia de estar no limite, no entorno, nos arredores e nunca no centro.

Na memória de Carolina Maria de Jesus, a favela tinha um cheiro específico, que não a agradava. Esse cheiro foi investigado nos artigos que você encontra a partir de agora. É o cheiro da falta de saneamento básico, dos esgotos a céu aberto, da falta de eletricidade. Nas próximas páginas, caro leitor, você terá uma cartografia do Brasil periférico. Brasil dos enxotados. Brasil dos esquecidos. Brasil da mão de obra barata, do transporte sem qualidade, das escolas em que a maioria das crianças vai para merendar, porque em casa o alimento é pouco. Um estudo que se não dá nome, dá ao menos um contorno de humanidade aos números. De certa forma, as autoras materializam por meio de mapas as diversas Marias, Josés, Antônio e Antônias. É um retrato das Carolinas, das muitas Carolinas que vivem ainda hoje nas favelas, ou melhor, nos quartos de despejo dos grandes centros. Os números representam pessoas viventes, residentes em casas com pouco, quase nenhum ou até mesmo nenhum acesso a infraestrutura urbana e saneamento básico, de Norte a Sul do país.

Por muito tempo, o termo extremamente complexo “nem-nem” foi utilizado por acadêmicos e imprensa para identificar pessoas que nem trabalhavam nem estudavam. Algo muito problemático porque envolve aspectos que não são possíveis de mensurar apenas ao se dizer que uma determinada parcela da população nem faz uma coisa nem faz outra. As próximas páginas talvez coloquem um pouco de

luz sobre as complexidades que envolvem os que nem conseguem estudar e nem conseguem trabalhar, assim como também não conseguem ter cultura, diversão e muitas outros acessos destinados aos da sala de visitas. Eu arriscaria trazer aqui um outro termo, os “sem-sem”: sem bueiro, sem calçada, sem meio-fio, sem pavimentação, sem o básico.

Os números são importantes. Neste livro, retira-se o olhar apenas e exclusivamente das favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o estende para todo o Brasil. Não é uma observação exploradora, mas uma análise que se propõe a revelar as carências existentes nesses locais e, assim, contribuir para mudanças substanciais no modo de vida de uma população que, conforme o censo de 2010, base do estudo a que nos referimos, é de 11.425.644 pessoas, distribuídas em 6.329 periferias no país. Desses, 30,6% eram brancos e 68,6% eram negros. Não acreditamos em coincidências, e aqui reafirma-se o senso comum de que a favela é majoritariamente negra. Os dados analisados na pesquisa colocam, mais uma vez, uma lupa sobre o racismo estrutural da sociedade brasileira e nos levam a revisitar a casa grande e a senzala que, ideologicamente, persistem até hoje. Se ainda existe dúvida, explico: os centros são a casa grande e as periferias, as próprias senzalas. Mais uma vez “não acreditamos em coincidências”. As favelas são resultado de uma sociedade excludente e racista.

Quando questões como cor, raça e moradia são colocadas à mesa, a princípio pode-se esperar uma massa una e corporificada, porém, esse recorte traz raízes e problemáticas muito mais profundas quando observadas as consequências que essa população estigmatizada por essas questões sofre. Ao ser uma população, como mostra o estudo, de maioria negra e vivendo em locais com pouca infraestrutura, é possível perceber a dificuldade no acesso a outros recursos, como educação de qualidade e trabalho decente. É um raciocínio que me parece lógico. Se uma pessoa mora longe do centro, onde existem mais possibilidades de emprego e educação, ela necessita de mais tempo para chegar ao trabalho, logo, precisa acordar mais cedo e, como consequência, acaba ficando mais cansada. Além disso, se tem um nível de instrução menor, consegue empregos mais desgastantes. A possibilidade de estudar em meio a uma rotina exaustiva é bem menor do que uma pessoa que dispõe de todas as condições possíveis de alimentação de qualidade, transporte acessível e ambiente de estudo limpo, tranquilo e confortável. A concorrência entre os que moram nas periferias e os moradores dos centros urbanos é desleal.

Tendo uma radiografia das favelas brasileiras em 2010, espera-se verificar se houve ou não evolução significativa até os dias de hoje, sem esquecer o momento pandêmico que assola o país e o mundo desde 2020. Morar em regiões onde o mínimo de cuidado por parte do Estado é negado é fazer parte de uma parcela significativa da população condenada à morte lenta.

A escolha das autoras por retratar a população periférica de forma a extrapolar a questão numérica é um afago e uma esperança de que os moradores dessas regiões sejam vistos e tratados como seres sociais merecedores de respeito e cuidado.

Quando recebi o estudo que vocês terão acesso nas próximas páginas pensei: o que Carolina diria? Peço licença a sua memória para devanear uma fala sua “É tão atual, nada mudou muito. O preto continua sendo maioria nas favelas, as crianças continuam sem acesso à educação de qualidade, o lixo ainda tá acumulado, ainda não temos energia elétrica”. É isso que encontramos nas páginas seguintes. Um mapa muito bem desenhado dos enxotados da sala de visitas para as periferias brasileiras – o esconderijo daqueles que ainda servem à casa grande e ao fim do dia precisam retornar para suas senzalas no mundo global que, como dizia o grande geógrafo e escritor Milton Santos, é uma fábula e uma perversidade.



## INTRODUÇÃO

Ao nosso primeiro contato com os dados de 2010 sobre aglomerados subnormais do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficamos interessadas em analisar, escrever e divulgar aquela quantidade de informações contidas na pesquisa e que nos chamara a atenção principalmente pela riqueza de explicações. Assim, aos poucos, num esforço coletivo para seguir dando concretude às nossas vontades, com cada uma das pesquisadoras envolvidas, compartilhando aprendizagens e experiências, chegamos à publicação deste *Atlas das Periferias no Brasil*.

Pensamos em diversas possibilidades de apresentar nosso estudo. Optamos por divulgar as informações que viemos reunindo, nos interessando destacar, nessa etapa, os microdados que nos permitiram elaborar um recorte por raça e cor. Com isso, mais do que oferecer análises qualitativas a partir de uma fonte pouco explorada de dados, decidimos dar vazão a uma descrição quantitativa capaz de estimular análises especializadas e localizadas tão diversas e divergentes como são a realidade brasileira, seus sujeitos e suas interações.

O nosso olhar inicial, que perpassa todo o texto, caracteriza-se por alguma insatisfação. Ainda que haja um consenso acerca das periferias como sendo territórios de uma população com menor renda e de maioria negra, a comprovação das dificuldades, apresentada por meio dos dados do censo demográfico sobre os aglomerados subnormais, nos estimulou a converter nossa pesquisa em um diálogo.

Nossa decisão de expor as informações nos levou ao segundo aspecto do trabalho, qual seja, o de usar os dados como quantidade absoluta, com o intuito de que outros pesquisadores e outras pesquisadoras possam elaborar novas falas, a fim de democratizar a pluralidade de ideias por meio de uma diversidade de pesquisas. Afinal, essa é também uma missão que o Ipea atribui para si: “Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas”.<sup>1</sup>

O terceiro aspecto de nossa proposta foi seguir o trabalho desenvolvido pelo IBGE ao promover uma cartografia dos aglomerados subnormais no Brasil. Diante da quantidade de assentamentos dessa natureza, optamos por uma escala mais próxima da realidade das pessoas que vivem no nosso objeto de pesquisa.

---

1. Lema que consta na quarta capa de todas as publicações do Ipea. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1227&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1227&Itemid=68)>.

Nesse sentido, apresentamos nossos mapas divididos por país (Brasil), Unidades da Federação (UFs), municípios e, por fim, os aglomerados subnormais com maior quantidade de residentes. Além disso, mantivemos a divulgação, feita por meio de tabelas, das informações disponíveis sobre as características do entorno do domicílio de todos os aglomerados subnormais no Brasil, classificados por raça/cor.

Mantivemos o recorte por raça e cor, conforme a classificação usada em pesquisas do IBGE, sem deixar de ajustá-las aos modelos utilizados em trabalhos desenvolvidos no Ipea. Ou seja, inicialmente, seriam brancos, amarelos, índios, pretos e pardos, porém os grupos foram estabelecidos aqui como brancos, indígenas e negros. Sobre essa questão, três ressalvas: i) sem negarmos a diversidade de povos que encerra a categoria indígena, utilizamos essa classificação tanto em substituição a *índios*, quanto pela impossibilidade de sua especificação por povos nos microdados; ii) os negros são a soma dos grupos populacionais autoidentificados como pretos e pardos; e iii) pela baixa representatividade estatística, os grupos populacionais de amarelos não foram explicitados.

Também mantivemos, sem deixar de adaptá-lo, a utilização do conceito de aglomerados subnormais, como se depreende da classificação empregada em pesquisas realizadas pelo IBGE. Quanto à adaptação do conceito, necessário enfatizar que a sua definição se ajusta a múltiplos significados, sem extrair dela um conceito comum. Para o IBGE, trata-se de “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação”. Para os residentes dessas áreas – as reconhecendo como favela, morro, palafita, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, loteamento irregular, mocambo, ocupação e tanto outras designações – esses aglomerados são descritos a partir de outras perspectivas.

Por acreditarmos que a vivência dos indivíduos que habitam os aglomerados subnormais seja tão importante quanto as definições institucionais, como as do IBGE, optamos por usar o conceito de periferia disseminado no ambiente de assentamentos em situação de vulnerabilidade. A situação de vulnerabilidade, condição que a destaca em meio às cidades, é o que denota certa identidade, sem destituir sua diversidade.

As *perifas*, como são carinhosamente chamados os aglomerados subnormais por quem neles habita, são territórios aqui analisados por meio de dez características relacionadas ao entorno do domicílio. Além do número de pessoas por cor/raça residentes em domicílios ocupados em aglomerados subnormais, focamos em dois tipos de características presentes no entorno dos domicílios particulares permanentes. O primeiro, considerado mais próximo das questões



de conformação da infraestrutura pública, inclui o entorno dos domicílios que não possuem arborização, sem bueiro ou boca de lobo, sem calçada, sem meio-fio ou guia, sem pavimentação e sem rampa para cadeirante. O segundo, por sua vez, mais próximo aos serviços públicos que guardam relação com a infraestrutura urbana, são compostos por aqueles que não possuem identificação no logradouro, com esgoto a céu aberto, sem iluminação pública e com lixo acumulado.

De acordo com o censo demográfico de 2010, havia 6.329 aglomerados subnormais no Brasil, com uma população residente que somava um total de 11.425.644. Naquele mesmo ano, o censo demográfico identificou o total populacional de 190.755.799 de pessoas no país. Aquelas que se declararam negras eram 50,7%; as brancas, 47,7%; e as indígenas, 0,4%. A composição racial nos aglomerados subnormais apresenta uma concentração de pessoas negras morando nas periferias, com uma sobrerrepresentação de pretos e pardos. Ao todo, 68,3% eram negros; 30,6%, brancos; e 0,2%, indígenas. Quando observado o percentual de residentes em áreas regulares, os negros eram 49,6%, enquanto a soma de brancos (48,8%) e de indígenas (0,4%) se aproximava do total de pretos e de pardos.<sup>2</sup>

O livro está dividido em oito capítulos. No primeiro, apresentamos a metodologia escolhida para organizar os dados e estabelecer as análises realizadas, considerando que nosso foco para a cartografia foram os aglomerados subnormais com maior quantidade de residentes. No segundo capítulo, analisamos a situação dos aglomerados subnormais por raça/cor na escala país por meio de uma cartografia e das informações de cada uma das características do entorno do domicílio para o Brasil. Em seguida, iniciamos as análises nas escalas regionais, por UF, por município e nos aglomerados subnormais selecionados.

No terceiro capítulo, apresentamos a região Sul. No Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Novo Hamburgo. Em Santa Catarina, Florianópolis e Blumenau. No Paraná, Curitiba.

No quarto capítulo, focalizamos a região Centro-Oeste. No Mato Grosso, Cuiabá; no Mato Grosso do Sul, Corumbá e entorno. No Distrito Federal, a capital Brasília e o entorno, que reúne as informações sobre a cidade de Novo Gama, em Goiás.

No quinto capítulo, os municípios escolhidos foram na região Norte. No Acre, Rio Branco. No Amazonas, Manaus. No Amapá, Macapá e Santana. No Pará, Belém, Ananindeua e Marituba. Em Rondônia, Porto Velho. O estado de Roraima não foi estudado pois não havia os dados em quantidade coerente para análise de residentes e moradores em aglomerados subnormais.

---

2. Excluído o grupo dos amarelos.

No sexto capítulo, olhamos para o Nordeste. Em Alagoas, Maceió, Rio Largo e Satuba. Na Bahia, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeia, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz e Ilhéus. No Ceará, Fortaleza, Caucaia e Maracanaú. No Maranhão, São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Na Paraíba, João Pessoa, Bayeux e Campina Grande. Em Pernambuco, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. No Rio Grande do Norte, Natal. Em Sergipe, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão. No Piauí, Teresina e Timon, essa última limítrofe com o estado do Maranhão.

No sétimo capítulo está a região Sudeste, com maior aprofundamento nas maiores periferias brasileiras. No Espírito Santo, Vitória e Vila Velha. Em Minas Gerais, Belo Horizonte, Contagem e Betim. No Rio de Janeiro, Rio de Janeiro e Angra dos Reis. Em São Paulo, São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Osasco e Guarulhos.

No oitavo capítulo, tecemos as considerações finais.

Não podemos deixar de mencionar que um dos objetivos do trabalho está assentado na possibilidade de elaborarmos comparações dos dados de aglomerados subnormais entre o censo demográfico realizado em 2010 e o que será aplicado em seguida. Para além de um perfil e um diagnóstico, haverá a possibilidade de se analisar o desenvolvimento da situação do entorno do domicílio nas periferias. Com isso, por meio do processo histórico recente e do aprimoramento das informações disponíveis, a compreensão acerca das vivências dos residentes nas periferias brasileiras é ampliada, indicando seus desafios e avanços. Assim, com o conhecimento mais aprofundado dos problemas, há mais incentivo ao uso de políticas públicas nos aglomerados subnormais coerentes com as realidades das periferias.

Quanto às análises de pesquisadoras e pesquisadores convidados que contribuíram para esta edição, seus artigos foram disponibilizados num formato de box e em estilo livre ao longo do texto, intermediando as cartografias produzidas. Foi nossa intenção complementar esta publicação com reflexões pontuais sobre um tema complexo, realçando a amplitude de estudos e pesquisas em suas múltiplas percepções em território nacional.

O box do capítulo 2, *A presença dos povos indígenas em aglomerados subnormais*, escrito por Frederico Augusto Barbosa da Silva e Isabella Cristina Lunelli, apresenta um breve processo histórico dos assentamentos de povos indígenas nos territórios em situação de vulnerabilidade, legitimando a presença indígena nas cidades. O texto reflete sobre uma das primeiras inferências elaboradas com base nos dados de aglomerados subnormais extraídos do censo demográfico de 2010 acerca da presença de povos indígenas nas periferias brasileiras, em todo o território nacional.

O box do capítulo 3, *Marcas do corpo: tatuagem e cabelos na composição de um corpo negro*, de autoria de Denise Ferreira da Costa Cruz, propõe a discussão poética e incisiva das ideias de afrontamento a partir da perspectiva estética das características fenotípicas que identificam a negritude corporificada na própria resistência do território popular negro. Segundo a autora, as vivências compartilhadas entre os povos da diáspora africana centralizam nos territórios negros as rugosidades de um projeto colonialista de um Estado periférico.

O box do capítulo 4, *Letramento racial, educação científica e o projeto afrocientista em Goiânia: potencialidades periféricas negras insubmissas*, sob desenvolvimento de Anna M. Canavarro Benite, Gustavo Augusto Assis Faustino, Morgana Abranches Bastos, Marysson J. Rodrigues Camargo e Coletivo Ciata do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (LPEQI/IQ/UFG), retrata a experiências do estímulo a jovens negras na participação educacional de cursos de formação nas áreas de ciências exatas. O projeto Investiga Menina, apoiado nas parcerias entre universidades da região do Centro-Oeste, compatibiliza as lacunas de mulheres negras nas áreas de exatas com uma linha afrocentrada de desenvolvimento cognitivo.

No box do capítulo 5, *Inclusão racial de jovens negras e negros universitários*, a procuradora do trabalho e docente Valdirene Assis destaca as limitações encontradas no pleno gozo de direitos fundamentais pela população negra atualmente. Além das dificuldades exacerbadas no tocante à moradia, a autora reflete sobre as lógicas excludentes que imperam no mundo do trabalho e obstam o ingresso ou a progressão na carreira da população negra. Ao ponderar sobre a necessidade de dar consequências às ações afirmativas da educação, com o fomento às ações afirmativas pela efetivação do direito fundamental ao trabalho, Valdirene Assis nos convida a refletir sobre a forma como os corpos negros são lidos no mundo do trabalho e da urgente ação frente a estereótipos negativos que militam contra profissionais negras e negros.

O box do capítulo 6, *Periferias ou o principal da cidade?*, escrito por Ana Fernandes, Glória Cecília dos Santos Figueiredo, José Eduardo Ferreira Santos, Vilma Soares Ferreira Santos, Ana Cristina da Silva Caminha, Cícero Jorge Araújo Melo, Sandra Regina Souza dos Santos, Alex Sandro Pereira Lima, Abraão Joviniano dos Santos, Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos, Eslane Silva da Paixão, Victor Aicau Moraes Pires de Souza, Maura Cristina da Silva e Miralva Alves Nascimento, representa uma fala coletiva de professoras universitárias e de lideranças de movimentos sociais com atuação na cidade de Salvador, Bahia. O trabalho retoma as falas de um encontro realizado em 2020, durante a pandemia da Covid-19, com a presença das autoras do livro no qual as questões acerca das

periferias foram propositivas para o debate. Mediante a sistematização das falas, com a análise conceitual, o texto reflete a riqueza das percepções colocadas sobre o principal objetivo do Atlas, as incoerências que se formam na proximidade de assentamentos vulneráveis.

O box do capítulo 7, *A Inscrição espacial da questão racial no espaço urbano*, de Denílson Araújo de Oliveira, concentra o olhar sobre a favela como território e espaço de luta. Os elementos e as ações dos residentes das periferias brasileiras são retratados como uma forma de resistência, a luta pela sobrevivência e a defesa da própria vida. Um dos aspectos apontados conflui para a violência característica da continuidade do modelo seletivo de homicídio que recai não apenas no grupo de jovens, mas sobretudo em jovens negros e homens negros, grupo sobrerrepresentado nos domicílios das favelas. Ainda que o texto centralize o enfoque nas favelas cariocas, reflete as experiências comuns de território populares negros de outros municípios.

Por fim, apresentamos algumas considerações finais, convidando todas e todos a participar das nossas reflexões por meio da apreciação do trabalho, com uma perspectiva de continuidade dos estudos de políticas públicas em periferias, com recorte raça/cor no Brasil. O objetivo é estimular o debate sobre os aglomerados em situação de vulnerabilidades diante das precariedades impostas pela ausência, inclusive, do Estado.

## METODOLOGIA DO ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL<sup>1</sup>

No Censo Demográfico realizado em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avançou na investigação direcionada aos aglomerados subnormais. Para o IBGE, os aglomerados subnormais são definidos como

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuir pelo menos uma das seguintes características:
  - urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
  - precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2011a, p. 18).

Essa temática foi tratada pela primeira vez em 1953 com o lançamento do livro *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. A segunda iniciativa, em 1987, na qual foi definido o conceito de aglomerado subnormal para uso nos censos seguintes, em 1991 e 2000. A terceira iniciativa, no Censo Demográfico

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/?????????cap1>

de 2010, com a aplicação de pesquisa domiciliar, avançou o conhecimento acerca dos aglomerados subnormais, por meio do conhecimento maior com apropriação territorial e uso de tecnologia mais atualizada (IBGE, 2011a, p. 4). Dos avanços apontados pelo IBGE para o conhecimento dos aglomerados subnormais, cabe mencionar a abrangência da pesquisa; a percepção da diversidade de aglomerados por todo o país, a exemplo de favela, invasão, comunidade, baixada, ressaca, palafita e grota; e a atenção às normas internacionais (IBGE, 2011a, p. 5).

Os microdados do Censo Demográfico 2010 do IBGE apresentam os dados resultantes da aplicação de entrevistas com o questionário da amostra. Esses dados são divulgados sem a informação do setor censitário, com objetivo de garantir o anonimato. Para a análise acerca das características do entorno do domicílio, o IBGE disponibiliza uma base de dados agregados com a informação na escala do setor censitário e algumas variáveis selecionadas. A estrutura desse arquivo é diferente da estrutura dos microdados da amostra, permitindo, desse modo, que seja possível extrair a informação tal como está na base de setores censitários do universo e sem possibilitar qualquer novo cruzamento de variáveis, a não ser por questões de localização nas escalas das grandes regiões, das UFs e dos municípios. Assim, mediante o acesso aos códigos de setor censitário para cada aglomerado subnormal é possível identificar e extrair algumas informações sobre eles.

Os arquivos com dados por setor censitário são elaborados com a divulgação de informações sobre domicílios particulares permanentes e sobre as pessoas investigadas (residentes).<sup>2</sup> Nessa base de dados, a principal preocupação é manter o sigilo sobre a identificação das pessoas.<sup>3</sup> Portanto, o IBGE é bem criterioso com relação aos setores censitários por meio de restrição para apresentação das informações que possuem menos de cinco domicílios particulares permanentes. Ainda segundo o IBGE, as variáveis estruturais foram mantidas, quais sejam: a identificação das subdivisões geográficas, o número de domicílios e a população por sexo.

Primeiramente, foram utilizadas as informações com relação às pessoas que vivem nas periferias, ou seja, os dados disponibilizados sobre residentes. Em um segundo momento, foram extraídos os dados sobre as pessoas que moram em um domicílio com determinada característica em seu entorno, nesse caso, passou-se a estudar os moradores em domicílios particulares permanentes e não mais residentes. Desse modo, moradores em domicílios particulares permanentes são moradores que residem *apenas* em domicílios particulares permanentes.

---

2. Residentes são os moradores em domicílios na data de referência da pesquisa. Destaca-se que, nesse caso, os domicílios podem ser particulares, particulares permanentes ou coletivos.

3. "O Censo Demográfico 2010 segue os princípios normativos determinados na Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. Conforme esta lei, as informações são confidenciais e obrigatórias, destinam-se exclusivamente a fins estatísticos e não podem ser objeto de certidão e nem ter eficácia jurídica como meio de prova" (IBGE, 2011a, p. 11).

A distinção entre residentes e moradores se faz necessária, pois, ao longo do texto, os dados serão apresentados para ambas as definições, porém em situações diferentes. Ao qualificar as pessoas que vivem em aglomerados subnormais, seja segundo cor/raça ou não, os resultados serão apresentados em termos de *residentes em aglomerados subnormais*. Por um lado, nenhuma característica do domicílio será apresentada para residentes; por outro, serão apresentadas informações sobre o entorno do domicílio, por raça/cor e, nesse caso, os resultados também serão para o número de pessoas (e classificados como moradores em domicílios particulares permanentes de aglomerados subnormais). A quantidade de residentes é maior que a quantidade de moradores em aglomerados subnormais porque o IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados, e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

As características do entorno dos domicílios apresentados estão divididas em duas classificações que visam facilitar a forma de apresentação, sem interferir no conteúdo da análise. A primeira, se faz com relação aos serviços públicos disponíveis aos domicílios; e a segunda com relação mais direta à infraestrutura. As características do entorno do domicílio sobre os serviços públicos são a presença de lixo acumulado e de esgoto a céu aberto e a inexistência de iluminação pública. As características próximas à infraestruturas são inexistência de pavimentação; calçada; meio-fio/guia; bueiro/boca de lobo; rampa para cadeirante; arborização e de identificação no logradouro.

Subnotificação com relação a quantidade de aglomerados subnormais acontece em todas as UFs. Periferias conhecidas de moradores residentes nos 32 recortes espaciais aqui apresentados são inferiores às realidades locais. As lacunas dessas informações não bloqueiam a análise, mas decerto limitam algumas inferências. Esse motivo nos inclinou a optar pela apresentação dos dados do modo mais transparente possível, mostrando as quantidades absolutas nos mapas e com as lacunas onde não houver valor disponível nas tabelas (anexo).

No caso de povos indígenas, a visualização é mais completa com a divisão geográfica mais agregada, por exemplo, nas UFs, pois na escala do aglomerado subnormal há menor quantidade de informação de povos indígenas. Mesmo quando os dados estão agregados por UFs, algumas informações estão incompletas. Para o grupo populacional de amarelos, mantivemos as informações com os dados absolutos nas tabelas, tanto para residentes, como para moradores, portanto, disponibilizando as características no entorno do domicílio.

Para o capítulo 2, no qual analisamos o Brasil, agregou-se as informações na escala por UF com objetivo de visualizar um perfil e traçar um diagnóstico, ainda



que limitado, acerca das características do entorno do domicílio dos aglomerados subnormais. O uso de cinco níveis de escala de cores possibilita ver as diferenças em cada estado, principalmente na mesma grande região. Os mesmos mapas apresentam uma visualização pelo total da população, e em cada mapa é possível observar separadamente, por meio do recorte raça/cor, os grupos populacionais de negros, brancos e indígenas.

Nos capítulos 3, 4, 5, 6 e 7 com base nos microdados dos aglomerados subnormais, apresenta-se um movimento de periferias como assentamentos em situação de vulnerabilidade. Considera-se um processo dinâmico de fluxos estabelecidos nos territórios populares negros, compostos por elementos coletivos de identidades.

Diversas outras questões podem ser inferidas a partir dos primeiros olhares apresentados pelas dez características abordadas. Os capítulos sintetizam um primeiro exercício de sobrepor as camadas das classificações raciais (branco, negro, indígenas) às características do entorno do domicílio e dos residentes.

Decerto, o Atlas não encerra a pesquisa ou atribui padrão metodológico a ela; pelo contrário, propõe uma qualificação específica das abordagens disponíveis. E considera fortemente outras colocações que surjam posteriormente.

## **BRASIL, ASPECTOS DO ENTORNO DO DOMICÍLIO NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO RACIAL**

Segundo o censo demográfico de 2010, a população do Brasil naquele ano contabilizava 190.755.799 pessoas (IBGE, 2011b). Ao todo eram 6.329 aglomerados subnormais, com uma população residente de 11.425.644, em que brancos eram 30,6% e negros 68,6%. Nas áreas regulares residiam 179.324.180 pessoas, das quais 48,8% eram brancas e 49,6% negras. Naquele mesmo ano, o grupo de negros somou maioria populacional com 50,7%, enquanto 47,7% eram brancos. Nas periferias brasileiras em 2010, havia, portanto, maior presença de negros em comparação ao grupo de brancos, com uma sobrerrepresentação da população negra naqueles aglomerados em situação de maior dificuldade. Assim, seria razoável concluir que as periferias brasileiras são espaços de residência com concentração da população negra, território de resistência negra. E, nesse sentido, uma versão inicial de diagnóstico do entorno do domicílio da população nas periferias é uma questão atinente às desigualdades raciais e, mais, ao racismo estrutural.

Com base nessa primeira assertiva, analisamos as características do entorno do domicílio nos aglomerados subnormais. Uma das primeiras questões a serem abordadas nas periferias está relacionada à prestação de serviços públicos e à infraestrutura. Diante de diversas ocorrências quanto à ausência de infraestrutura e de serviços urbanos nas periferias brasileiras, conhecer um perfil racial de moradores de acordo com as características do entorno do domicílio pode ser um instrumento a mais no processo decisório para realização de ações nos aglomerados subnormais urbanos. Principalmente, pela relação direta entre aglomerado subnormal e população negra, oferecer infraestrutura torna-se uma proposta para o enfrentamento das desigualdades existentes.

O primeiro serviço é o acesso à iluminação pública, considerado relativamente universalizado no país. Apesar do esforço de políticas públicas como o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, ainda havia um grupo de 6 milhões de pessoas sem iluminação pública no entorno do domicílio em 2010. Destes, os negros eram 62,2% e os brancos,

36,4%. Nos aglomerados regulares, os negros eram 61,2% e os brancos, 37,3%; e nos aglomerados subnormais, os negros somavam 68,4% e os brancos, 30,4%, ou seja, a mesma configuração no total da população se reproduzia nas áreas regulares. Na Bahia, há maior concentração de negros sem acesso à iluminação pública do total de residentes, com 78,6%. Em áreas regulares são 78,2% e nas periferias, 88,2%. Em Roraima, os indígenas sem iluminação pública são 4,7% entre os residentes. Em áreas regulares 4,6% e em aglomerados subnormais, 8,9%.

O segundo serviço está relacionado à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cuja universalização do acesso a serviços de coleta de resíduos sólidos, bem como de material reciclável foi favorecido pela Lei nº 12.305/2010. Um dos principais desafios da PNRS estava relacionado ao encerramento dos lixões e à disponibilidade de aterros sanitários. Para tanto, o serviço de coleta e separação de material reciclável ficaria a cargo de cooperativas de catadores e catadoras de material reciclável.

No mesmo ano da lei, em 2010, 8 milhões de pessoas residiam em domicílios com lixo acumulado no entorno, sendo que aproximadamente 808 mil pessoas em aglomerados subnormais, o que aponta o serviço de coleta como um problema para além das periferias, presente também nas áreas regulares. No total, os negros eram 59% e os brancos, 39,7%, percentuais próximos aos das áreas regulares, 58% e 40,7%, respectivamente. Nos aglomerados subnormais, os percentuais sobem para 67,9% para negros e 30,9% para brancos. Em Roraima e na Bahia, 86% dos residentes em periferias com lixo acumulado no entorno do domicílio eram negros. Ou seja, a concentração da ausência do serviço recai sobre a população negra, o que significa dizer que o lixo fica mais próximo das moradias da população negra.

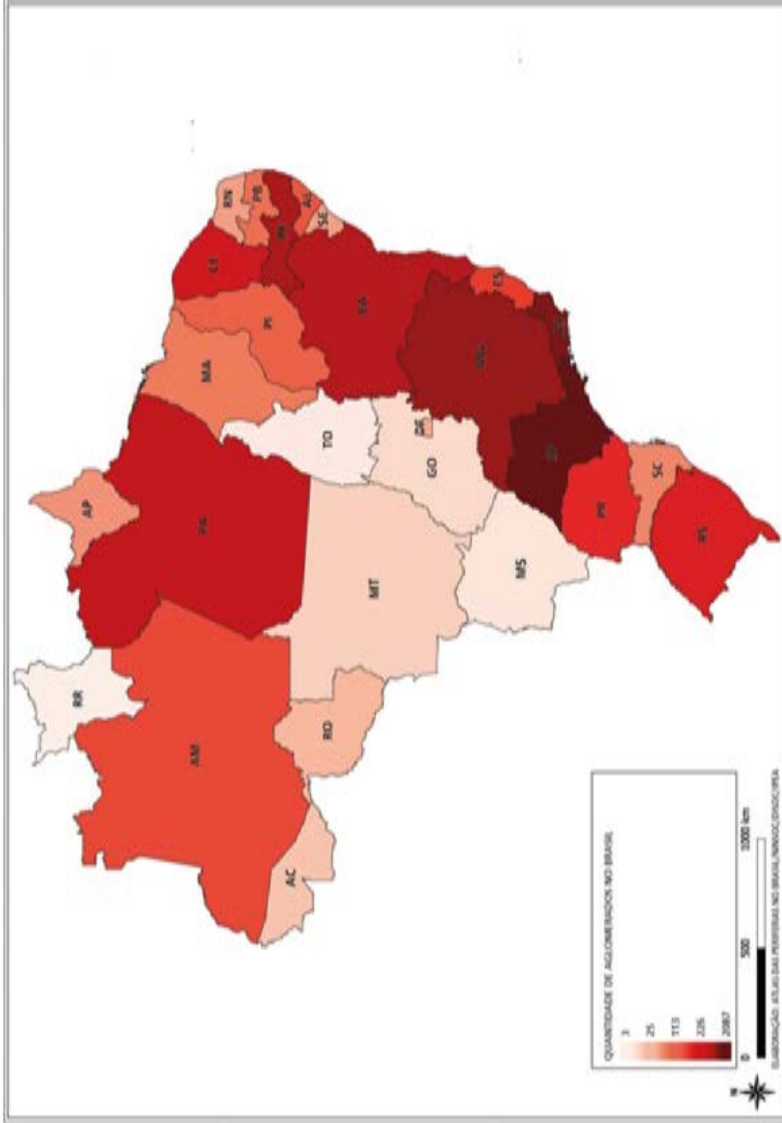
O terceiro serviço se trata de um dos principais desafios urbanos do país, o acesso a saneamento básico. Em 2010, quase 19 milhões de pessoas conviviam com presença de esgoto a céu aberto no Brasil, dos quais 65,8% eram negros e 32,8% brancos. O estado do Pará concentrava 2,3 milhões de pessoas, seguido pelo Maranhão (1,7 milhão), Ceará (1,5 milhão) e São Paulo (1,5 milhão). Nas áreas regulares, os estados que mais concentravam grupos negros com esgoto a céu aberto eram Roraima (76,8%), Bahia (77,5%), Pará e Amazonas (75,1%). Para os grupos de brancos, a concentração esteve mais presente no Rio Grande do Sul (74%), seguido por Santa Catarina (72,3%). Ao observarmos a presença de esgoto a céu aberto nos aglomerados subnormais, há maior concentração de negros nessa situação nos estados da Bahia (87,5%) e de Roraima (86,2), seguidos por Piauí (78,5%) e Espírito Santo (78,1%). Mais de 30% das pessoas que convivem com esgoto a céu aberto nas periferias brasileiras residiam no Pará. Ao todo, 505.644 eram negros e 138.801 brancos.

A infraestrutura nas periferias brasileiras é um tema conhecido seja nas pesquisas com caráter mais qualitativo, inclusive por meio de observação empírica no uso de ferramentas como fotografia e vídeos, seja nas pesquisas com propósito mais quantitativo, como o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o censo da Redes da Maré de 2019. O processo de formação territorial de alguns aglomerados subnormais, como a Maré, no Rio de Janeiro, ocorreu tanto de modo desordenado, com ocupação por intervenção espontânea, quanto por meio de programas e projetos públicos do governo municipal, estadual ou federal (Redes da Maré, 2019, p. 17). Portanto, o conhecimento das periferias é uma demanda constante, sendo uma prioridade na relação entre um diagnóstico acerca da infraestrutura e das desigualdades étnico raciais nos territórios mais vulneráveis. Nesse sentido, as características apresentadas permitem outro conhecimento sobre as informações de aglomerados subnormais de modo a complementar outras pesquisas anteriormente realizadas.

A ausência de arborização era comum no entorno do domicílio de mais de 50 milhões de pessoas em 2010. Em São Paulo eram 6,8 milhões, no Rio de Janeiro 5,7 milhões e em Minas Gerais 5,2 milhões. Os negros eram mais afetados, sendo 57%, e os brancos, 41,7%. O Amapá concentrava o maior percentual de pessoas negras sem arborização no entorno do domicílio, quase 75%.

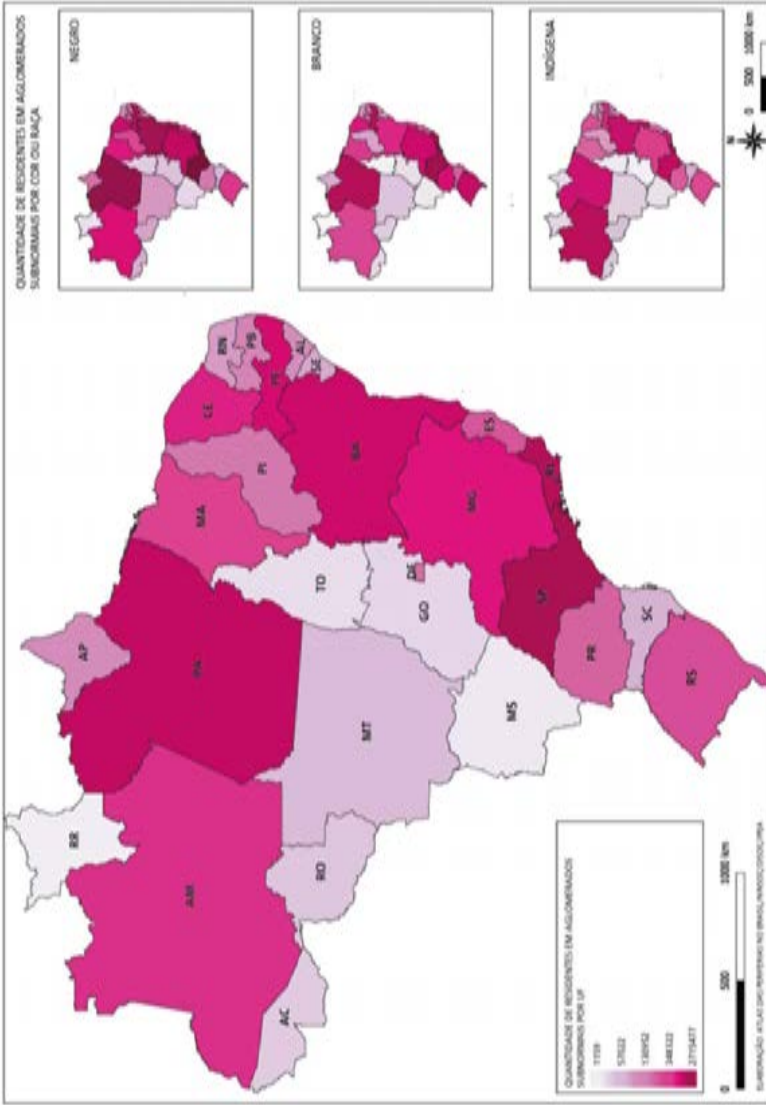
Das principais questões, algumas nos saltaram aos olhos e nos chamaram à reflexão: i) a semelhança da organização espacial das periferias em Fortaleza e no Rio de Janeiro; ii) a situação de Belém como cidade-periferia ou periferia-cidade, pela completude que as periferias ocupam no mapa do município e a pela continuidade com que se ligam aos municípios vizinhos; iii) o formato periferia metrópole de São Paulo, por uma relação de aproximação entre algumas periferias de determinadas regiões da cidade com periferias de municípios vizinhos, o que fez com que o mapa de São Paulo fosse apresentado em etapas que sintonizam uma versão diversa da cartografia padronizada; iv) a junção da periferia interestadual entre Timon e Teresina, uma referência explícita aos limites da fronteira política, que não justificam as relações sócio-migratórias; e v) a visibilidade de periferias supostamente inexistentes em cidades turísticas como Angra dos Reis, Blumenau, Ilhéus e Campina Grande.

MAPA 1  
Brasil: quantidade de aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 2  
Brasil e Unidades da Federação (UFs): quantidade de residentes em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 1

**Brasil, regiões e UF: população residente em domicílios particulares permanentes ocupados em aglomerados subnormais segundo cor/raça (2010)**

Localização	Cor/raça <sup>1</sup>				Residentes
	Branco	Negro	Indígena	Amarelo	
<b>Brasil</b>	<b>3.490.429</b>	<b>7.800.336</b>	<b>22.280</b>	<b>103.299</b>	<b>11.431.619</b>
Norte	397.243	1.431.174	6.062	15.583	1.851.020
Acre	8.594	27.129	109	1.038	36.874
Amazonas	74.089	300.388	3.455	3.472	381.881
Amapá	23.418	83.566	78	916	108.442
Pará	279.042	977.145	2.199	9.191	1.267.583
Rondônia	10.410	36.485	111	674	47.687
Roraima	156	902	85	16	1.159
Tocantins	1.534	5.559	25	276	7.394
Nordeste	713.715	2.433.925	7.252	41.175	3.199.540
Alagoas	35.650	92.640	354	1.445	130.438
Bahia	108.899	846.390	3.157	13.222	971.716
Ceará	122.414	312.640	543	6.153	442.052
Maranhão	75.233	268.744	481	3.769	348.322
Paraíba	41.673	86.792	338	2.149	130.952
Pernambuco	258.396	604.946	1.683	8.476	875.616
Piauí	24.040	102.755	299	3.841	131.499
Rio Grande do Norte	28.196	57.510	158	869	86.733
Sergipe	19.214	61.508	239	1.251	82.212
Sudeste	1.945.635	3.579.657	6.809	41.164	5.583.071
Espírito Santo	54.975	185.620	460	1.636	243.607
Minas Gerais	147.426	441.782	1.083	8.040	599.033
Rio de Janeiro	677.209	1.324.630	2.022	18.784	2.024.954
São Paulo	1.066.025	1.627.625	3.244	12.704	2.715.477
Sul	379.343	207.645	1.714	2.275	591.274
Paraná	133.466	82.994	486	900	217.848
Rio Grande do Sul	192.024	103.212	1.047	1.121	297.611
Santa Catarina	53.853	21.439	181	254	75.815
Centro-Oeste	54.493	147.935	443	3.102	206.714
Distrito Federal	37.164	93.887	310	2.253	133.614
Goiás	2.520	6.017	10	33	8.829
Mato Grosso do Sul	1.629	5.059	27	42	7.249
Mato Grosso	13.180	42.972	96	774	57.022

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil* do Núcleo de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Ninsoc/Disoc) do Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados, e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.



BOX 1

**A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS**

Frederico Augusto Barbosa da Silva<sup>1</sup>

Isabella Cristina Lunelli<sup>2</sup>

A urbanização e o crescimento populacional são alguns dos principais desafios sociais do Brasil. O crescimento vertiginoso da população urbana coincidiu com soluções de crescimento econômico, reorganização dos serviços públicos, das políticas sociais e das economias locais, introduzindo no espaço das cidades e das suas regiões dramáticas situações organizacionais, por reproduzirem desigualdades e injustiças sociais.

Desigualdades, exclusões seletivas e crescentes necessidades sociais geram demandas por ações públicas qualificadas. Quando distribuídas no território não são apenas espaciais, elas se relacionam com outras formas de injustiça social, sendo que sobre grupos étnico-raciais, a exemplo dos povos indígenas, se acumulam outras discriminações e múltiplas formas de violência. Mais importante, as cidades reproduzem e até mesmo exacerbam desigualdades.

Em geral, as cidades se dividem em duas porções, uma provida de infraestrutura e equipamentos públicos e a outra desprovida de recursos e investimentos. Aqueles que estão na porção “nobre” tem acesso a oportunidades de trabalho, cultura, lazer e serviços, ao contrário dos demais, que lidam com carências urbanas, às vezes as mais triviais, como parques, espaços verdes, bibliotecas, museus, teatros etc.

Ao mesmo tempo, o espaço mantém registros de exclusões, violência crua e simbólica, sendo mediados por privatização e presença de aparatos de vigilância e segurança. Em um contexto de baixos investimentos públicos, poucos são os lugares em que as cidades apresentam infraestrutura completa. Onde acontecem ciclos de investimento, funciona uma lógica insidiosa de valorização imobiliária e de ciclos simultâneos de exclusão e reestruturação das desigualdades, com expulsão das populações de baixa renda e mais vulneráveis para locais distantes, em situação precária, quando não totalmente desprovidos de infraestrutura.

É nesse contexto que as cidades acolhem indivíduos de povos indígenas, pressionando, constringendo comportamentos, excluindo-os social e espacialmente e, por vezes, segregando-os em periferias, em moradias precárias, onde se acumulam de forma densa os sinais de discriminação, desigualdade e racismo.

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

2. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

A presença indígena nas cidades vem sendo constatada e acompanhada sobretudo nas últimas décadas. À medida que essa parcela populacional passou a ser identificada nos censos demográficos, utilizando-se o critério da autodeclaração, houve uma crescente caracterização quanto aos seus dinamismos, com avanço no conhecimento da sua diversidade no território nacional e sua distribuição geográfica.

O último censo demográfico (IBGE, 2012) registrou a existência de uma população indígena de 896.917 indivíduos,<sup>3</sup> pertencentes a 305 povos distintos que, juntos, representavam 0,4% da população brasileira. Além da diversidade étnica, outras informações foram trazidas ao conhecimento, como o quantitativo da população indígena residente em terras indígenas e a distribuição territorial também por zonas rurais e urbanas.

Os estudos que seguiram à publicação dos dados evidenciaram que 517.383 indígenas possuíam domicílio em terras indígenas<sup>4</sup> e 379.534 possuíam domicílio fora das terras (46% da população indígena).<sup>5</sup> Além disso, quase um terço vivia em áreas urbanas. Em 2010, em todo o país, as cidades abrigavam 36,2% da população indígena nacional (315.748 indivíduos). Desses, em perímetro urbano, 298.871 viviam fora de terras indígenas e 25.963 dentro delas.

Aquém das hipóteses da expansão dos limites geográficos das cidades que passaram a incorporar terras indígenas (antes localizadas em zonas rurais), esse expressivo número de indígena em zonas urbanas é explicado por diversas causas, entre as quais: o aumento demográfico, que aliou elevada taxa de fecundidade e diminuição da mortalidade indígena; o fenômeno da etnogênese;<sup>6</sup> e, sobretudo, o êxodo rural.

As causas da migração indígena para as cidades são muitas: o comprometimento da própria sobrevivência e da qualidade de vida decorrentes

3. O censo demográfico de 2010 aponta a existência de 896,9 mil indígenas. Desse contingente populacional, 817,9 mil assim se declararam no quesito cor ou raça, e 78,9 mil afirmaram ser pessoas de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), residentes em terras indígenas e que se consideravam "indígenas", de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados (IBGE, 2012). Além disso, "neste conjunto, não estão contabilizados povos indígenas brasileiros considerados "índios isolados", pela própria política de contato, como também indígenas que estão em processo de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural e, conseqüentemente, ainda não estão se autodeclarando como tal" (IBGE, 2012).

4. As terras indígenas são bens da União, conforme o art. 20, XI, da Constituição Federal (Brasil, 1988). A expressão terras indígenas encerra uma categoria multissêmica, que, no texto constitucional, garante o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas. Terras indígenas, conforme o ainda vigente Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), são as terras ocupadas ou habitadas, as áreas reservadas e as terras de domínio, sejam coletivas ou individuais. As áreas reservadas aos povos indígenas, por sua vez, são a reserva indígena, o parque indígena e a colônia agrícola indígena. Há a menção, também, de possibilidade de Território Federal Indígena e a previsão das áreas interditadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) quando se tratar da proteção de índios isolados (Brasil, 1973).

5. Para compor os dados, em 2010, foram identificadas 505 terras indígenas, as que estavam com situação fundiária declarada (49), homologada (27), regularizada (405) e em processo de aquisição como reserva indígena (24) até 31 de dezembro de 2010. Representavam então 12,5% do território brasileiro (106.739.926 ha), em sua grande maioria localizados na chamada jurisdição da Amazônia legal (IBGE, 2012, p. 17).

6. Segundo Baniwa (2006, p.112), "a etnogênese é um fenômeno em que, diante de determinadas circunstâncias históricas, um povo étnico, que havia deixado de assumir sua identidade étnica por razões também históricas, consegue reassumi-la e reafirmá-la, recuperando aspectos relevantes de sua cultura tradicional".

da degradação ambiental de suas terras e territórios e da insegurança territorial frente às invasões relacionadas a atividades extrativistas; a expansão da atividade agropecuária; e a imposição da construção de rodovias, ferrovias e hidrelétricas em seus territórios ou próximos – esta última, geradora de deslocamentos forçados e imposição de políticas habitacionais compensatórias que, não raras vezes, os conduzem a áreas periféricas. Refletindo sobre as dificuldades que enfrentam os povos indígenas de permanecer e sobreviver em seus próprios territórios, há ainda um outro fator que explica sua presença nas cidades, a saber, a busca de acesso às políticas públicas mais básicas (saúde, educação, trabalho, segurança, moradia, previdência), inacessíveis em suas terras tradicionais.<sup>7</sup>

Nesses últimos anos, ainda que haja um crescente conhecimento sobre as causas que estão a justificar essa mobilidade espacial de indígenas e teorizações sobre a presença indígena em zonas urbanas, o êxodo para as cidades e sua ocupação desordenada, assim como sua contínua existência e resistência nesses espaços, permanece à espera de estudos mais aprofundados. Pouco se sabe dessa população que se mantém à margem de inúmeras políticas públicas – inclusive aquelas específicas aos povos indígenas – ou mesmo sobre a própria imemorabilidade dessa ocupação. A invisibilidade desses povos não apenas reforça a ideia equivocada de uma cidade como um espaço não indígena como os segrega de sua composição histórica e permanente como povos originários. As consequências dessa concentração de indígenas nas cidades ainda são desconhecidas, assim como os resultados da aceleração dos processos de urbanização em determinadas regiões, sobretudo na Amazônia. Por isso, os dados apresentados com esta publicação surpreendem não somente pelo seu encobrimento (Dussel, 1993) mas sobretudo, pela abertura de um campo de estudos pouco discutido nos meios científicos no Brasil: a presença indígena nas favelas – ou, utilizando-se da terminologia técnica do IBGE, a presença indígena nos aglomerados subnormais.

A análise dos dados de 2010 sugere que 7,06% da população indígena em áreas urbanas encontram-se nas periferias, vivendo de forma permanente (22.280 indígenas possuem domicílios particulares permanentes ocupados – algo em torno de 2,5% da população indígena em território brasileiro). Destacam-se sobre o quantitativo populacional indígena em aglomerados subnormais, em ordem decrescente, as regiões Nordeste, Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste. Quanto à presença de indígenas nesses aglomerados subnormais por estado, sobressaem: Amazonas, São Paulo, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

---

7. A migração indígena em busca do acesso às políticas públicas resulta numa diferenciação específica da população indígena considerada “urbana”. É possível identificar entre a população indígena aqueles e aquelas que vivem nas cidades porque ali nasceram ou migraram definitivamente (“indígenas urbanos”) e, em caso distinto, aqueles e aquelas que não vivem permanentemente nos centros urbanos, mas encontram-se transitoriamente para uso dos serviços públicos ou, por exemplo, para acesso ao trabalho (“indígenas em contexto urbano”) (Silva e Lunelli, 2019, p. 41-42).

O censo, ao trazer informações de 62% desse universo de observação, anuncia inúmeras carências no entorno dos domicílios da população indígena nos aglomerados subnormais: ausência de identificação no logradouro (63,6%), inexistência de calçadas (69%), insuficiência de bueiro/boca de lobo (77,2%), falta de rampa para cadeirante (99,6%), ausência de meio-fio/guia (60,2%), *deficit* de pavimentação (44,0%) e de iluminação pública (23,0%).

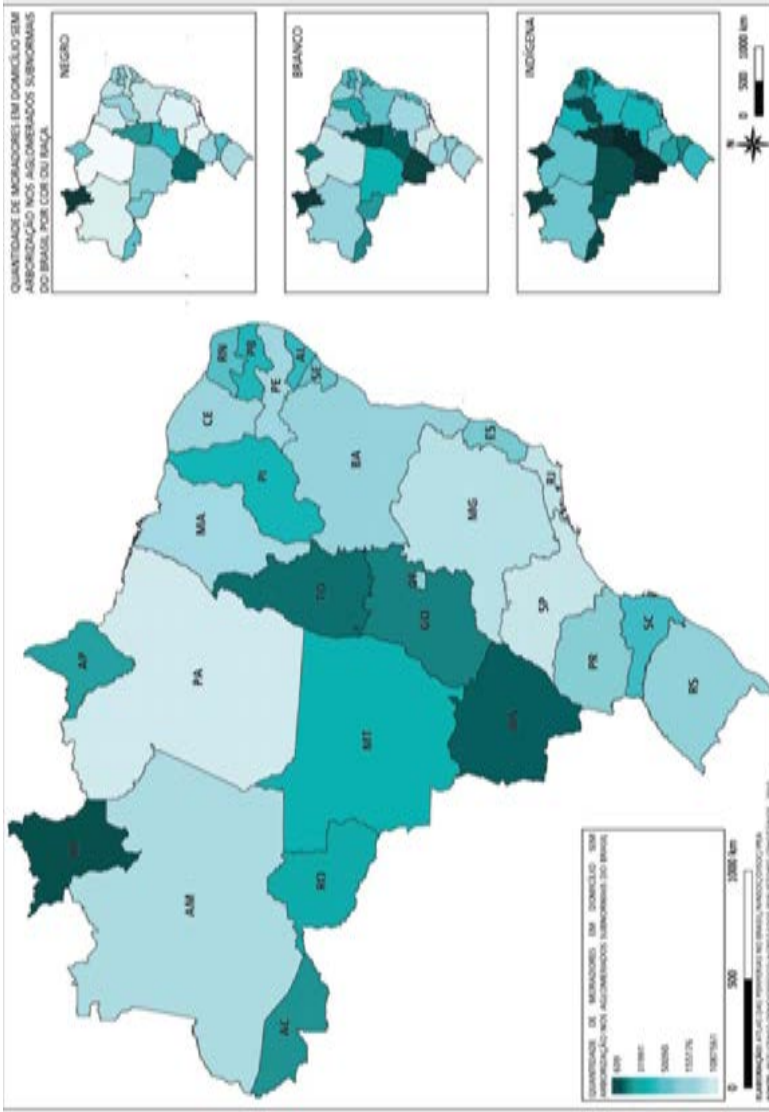
O crescimento desordenado e sem planejamento dos centros urbanos reconfigura o entorno dos domicílios e é capaz de operar um etnocídio sobre os indígenas das periferias. Conhecendo a relação entre a natureza e a reprodução cultural dos povos indígenas, a ausência de arborização no entorno do domicílio, observada em 72,5%, evidencia o afastamento de certas práticas e a perda de conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade, inclusive em contexto intergeracional. Estados como o Amazonas e o Pará, por exemplo, expõem os limites dos discursos que aliam proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural nos processos de urbanização da Amazônia brasileira.

A precarização da vida dos povos indígenas nos centros urbanos também é verificada na convivência com esgoto a céu aberto (para 29,6% da população indígena localizadas nos aglomerados subnormais) e lixo acumulado (14,6%), carências que não podem ser normalizadas, nem naturalizadas. Esses indicadores reforçam a fragilização cotidiana com que convivem os povos indígenas no fenômeno de favelização a que estão submetidos, além do desrespeito de suas identidades étnicas e o racismo estrutural.

Com o advento da pandemia da Covid-19, agrega-se também o risco de genocídio diante das condições sanitárias e das características epidemiológicas. A pobreza e a violência nos centros urbanos também intensificam os problemas relacionados à precarização das condições de acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, deflagrando situações alarmantes sobre a qualidade de vida desses grupos em extrema vulnerabilidade.

A invisibilidade dos indígenas nas favelas se mescla com a ausência de instrumentos de políticas públicas que deem proteção e efetividade aos direitos dos povos indígenas nas cidades e à cidade. Esperamos que essa primeira aproximação em relação aos dados das condições de moradia de indivíduos de povos indígenas em aglomerados subnormais abra o debate a respeito da dimensão étnica do fenômeno de favelização e dê margem a novas reflexões e pesquisas que, com maior profundidade, explorem as formas de uso e apropriação dos territórios e dos espaços urbanos no contexto das diferentes culturas e universos simbólicos.

MAPA 3  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem arborização em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 2

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de arborização no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

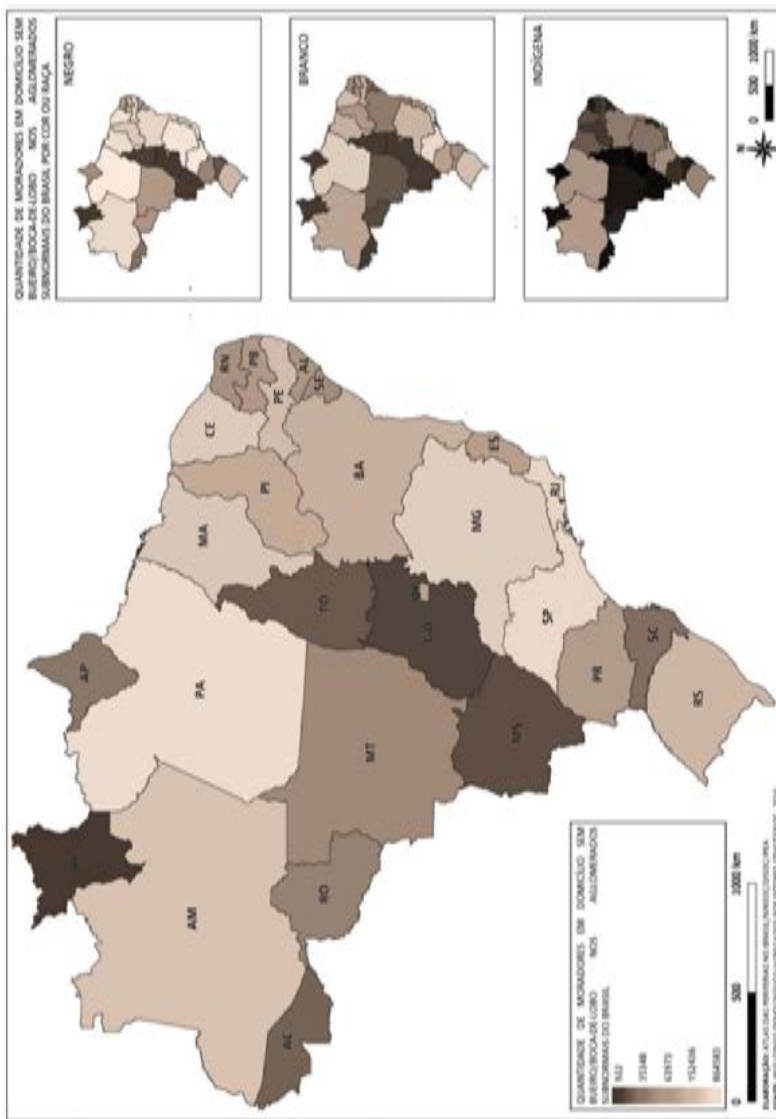
Localização	Existência de arborização <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Brancos	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Brancos	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>665.987</b>	<b>1.254.676</b>	<b>3.804</b>	<b>20.188</b>	<b>1.944.655</b>	<b>1.295.016</b>	<b>3.084.508</b>	<b>10.021</b>	<b>41.193</b>	<b>4.430.738</b>
Norte	55.063	188.263	765	2.428	<b>246.519</b>	309.180	1.108.195	4.830	11.749	<b>1.433.954</b>
Acre	442	2.069	-	45	<b>2.556</b>	6.202	19.238	65	822	<b>26.327</b>
Amazonas	9.980	38.948	404	532	<b>49.864</b>	51.852	202.183	2.734	2.468	<b>259.237</b>
Amapá	2.294	8.436	2	61	<b>10.793</b>	5.742	21.362	12	189	<b>27.305</b>
Pará	37.652	122.349	317	1.360	<b>161.678</b>	238.174	839.763	1.869	7.755	<b>1.087.561</b>
Rondônia	3.445	11.829	24	199	<b>15.497</b>	6.929	24.502	87	473	<b>31.991</b>
Roraima	53	260	-	-	<b>313</b>	79	463	56	11	<b>609</b>
Tocantins	1.197	4.372	18	231	<b>5.818</b>	202	684	7	31	<b>924</b>
Nordeste	150.695	413.066	1.208	9.304	<b>574.273</b>	225.068	712.593	1.918	12.598	<b>952.177</b>
Alagoas	4.784	12.711	59	227	<b>17.781</b>	12.738	32.800	103	504	<b>46.145</b>
Bahia	6.830	44.033	235	830	<b>51.928</b>	16.358	127.497	547	2.333	<b>146.735</b>
Ceará	60.511	139.540	264	2.808	<b>203.123</b>	41.433	111.239	189	2.315	<b>155.176</b>
Maranhão	14.065	49.216	105	818	<b>64.204</b>	53.301	184.367	355	2.664	<b>240.687</b>
Paraíba	12.872	25.800	116	730	<b>39.518</b>	14.258	30.848	118	748	<b>45.972</b>
Pernambuco	21.879	44.051	97	664	<b>66.691</b>	50.912	116.886	275	1.507	<b>169.580</b>
Piauí	15.734	65.067	233	2.590	<b>83.624</b>	8.032	36.339	65	1.232	<b>45.668</b>
Rio Grande do Norte	7.785	14.299	36	253	<b>22.373</b>	16.055	33.479	110	446	<b>50.090</b>
Sergipe	6.235	18.349	63	384	<b>25.031</b>	11.981	39.138	156	849	<b>52.124</b>
Sudeste	338.033	577.503	1.278	7.109	<b>923.923</b>	538.764	1.046.601	1.971	13.366	<b>1.600.702</b>
Espírito Santo	10.006	30.099	52	204	<b>40.361</b>	15.522	53.286	123	498	<b>69.429</b>
Minas Gerais	40.735	106.209	255	168	<b>149.367</b>	73.516	226.111	526	4.220	<b>304.373</b>
Rio de Janeiro	73.899	144.333	253	2.069	<b>220.554</b>	199.865	385.369	610	5.617	<b>591.461</b>
São Paulo	213.393	296.862	718	2.668	<b>513.641</b>	249.861	381.835	712	3.031	<b>635.439</b>
Sul	113.053	51.531	460	674	<b>165.718</b>	181.130	106.762	971	1.147	<b>290.010</b>
Paraná	43.688	25.170	150	272	<b>69.280</b>	59.416	38.094	237	477	<b>98.224</b>
Rio Grande do Sul	58.715	23.760	282	355	<b>83.112</b>	88.778	53.728	598	495	<b>143.599</b>
Santa Catarina	10.650	2.601	28	47	<b>13.326</b>	32.936	14.940	136	175	<b>48.187</b>
Centro-Oeste	9.143	24.313	93	673	<b>34.222</b>	40.874	110.357	331	2.333	<b>153.895</b>
Distrito Federal	4.031	10.062	44	432	<b>14.569</b>	30.688	75.728	256	1.733	<b>108.405</b>
Goiás	326	491	1	16	<b>834</b>	537	1.274	-	13	<b>1.824</b>
Mato Grosso do Sul	1.437	4.384	24	41	<b>5.886</b>	141	587	3	1	<b>732</b>
Mato Grosso	3.349	9.376	24	184	<b>12.933</b>	9.508	32.768	72	586	<b>42.934</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 4  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem bueiro/boca de lobo em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



TABELA 3

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de bueiro/boca de lobo no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de bueiro/boca de lobo <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branco	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branco	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>667.994</b>	<b>1.219.790</b>	<b>3.158</b>	<b>15.992</b>	<b>1.906.934</b>	<b>1.293.009</b>	<b>3.119.394</b>	<b>10.667</b>	<b>45.389</b>	<b>4.468.459</b>
Norte	111.712	362.744	762	3.900	<b>479.118</b>	252.531	933.714	4.833	10.277	<b>1.201.355</b>
Acre	2.315	6.006	9	225	<b>8.555</b>	4.329	15.301	56	642	<b>20.328</b>
Amazonas	16.717	62.159	192	738	<b>79.806</b>	45.115	178.972	2.946	2.262	<b>229.295</b>
Amapá	583	2.149	-	18	<b>2.750</b>	7.453	27.649	14	232	<b>35.348</b>
Pará	91.018	290.249	557	2.832	<b>384.656</b>	184.808	671.863	1.629	6.283	<b>864.583</b>
Rondônia	918	1.827	4	60	<b>2.809</b>	9.456	34.504	107	612	<b>44.679</b>
Roraima	-	-	-	-	<b>0</b>	132	723	56	11	<b>922</b>
Tocantins	161	354	-	27	<b>542</b>	1.238	4.702	25	235	<b>6.200</b>
Nordeste	65.431	183.151	614	3.352	<b>252.548</b>	310.332	942.508	2.512	18.550	<b>1.273.902</b>
Alagoas	1.958	4.769	39	78	<b>6.844</b>	15.564	40.742	123	653	<b>57.082</b>
Bahia	6.074	41.680	183	679	<b>48.616</b>	17.114	129.850	599	2.484	<b>150.047</b>
Ceará	14.259	33.165	73	648	<b>48.145</b>	87.685	217.614	380	4.475	<b>310.154</b>
Maranhão	5.818	18.546	51	344	<b>24.759</b>	61.548	215.037	409	3.138	<b>280.132</b>
Paraíba	6.671	14.407	60	379	<b>21.517</b>	20.459	42.241	174	1.099	<b>63.973</b>
Pernambuco	18.044	37.440	85	506	<b>56.075</b>	54.747	123.497	287	1.665	<b>180.196</b>
Piauí	1.135	4.498	12	139	<b>5.784</b>	22.631	96.908	286	3.683	<b>123.508</b>
Rio Grande do Norte	5.459	9.714	51	162	<b>15.386</b>	18.381	38.064	95	537	<b>57.077</b>
Sergipe	6.013	18.932	60	417	<b>25.422</b>	12.203	38.555	159	816	<b>51.733</b>
Sudeste	344.999	589.290	1.200	7.460	<b>942.949</b>	531.798	1.034.814	2.049	13.015	<b>1.581.676</b>
Espírito Santo	5.735	17.433	26	169	<b>23.363</b>	19.793	65.952	149	533	<b>86.427</b>
Minas Gerais	34.090	89.667	208	1.707	<b>125.672</b>	80.161	242.653	573	4.681	<b>328.068</b>
Rio de Janeiro	134.505	247.084	422	3.592	<b>385.603</b>	139.259	282.618	441	4.094	<b>426.412</b>
São Paulo	170.669	235.106	544	1.992	<b>408.311</b>	292.585	443.591	886	3.707	<b>740.769</b>
Sul	138.715	66.822	515	791	<b>206.843</b>	155.468	91.471	916	1.030	<b>248.885</b>
Paraná	62.278	36.193	225	446	<b>99.142</b>	40.826	27.071	162	303	<b>68.362</b>
Rio Grande do Sul	51.632	22.155	227	261	<b>74.275</b>	95.861	55.333	653	589	<b>152.436</b>
Santa Catarina	24.805	8.474	63	84	<b>33.426</b>	18.781	9.067	101	138	<b>28.087</b>
Centro-Oeste	7.137	17.783	67	489	<b>25.476</b>	42.880	116.887	357	2.517	<b>162.641</b>
Distrito Federal	3.954	9.774	54	349	<b>14.131</b>	30.765	76.016	246	1.816	<b>108.843</b>
Goiás	452	904	1	18	<b>1.375</b>	411	861	-	11	<b>1.283</b>
Mato Grosso do Sul	700	1.919	-	16	<b>2.635</b>	878	3.052	27	26	<b>3.983</b>
Mato Grosso	2.031	5.186	12	106	<b>7.335</b>	10.826	36.958	84	664	<b>48.532</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 5  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem calçada em aglomerados subnormais (2010)

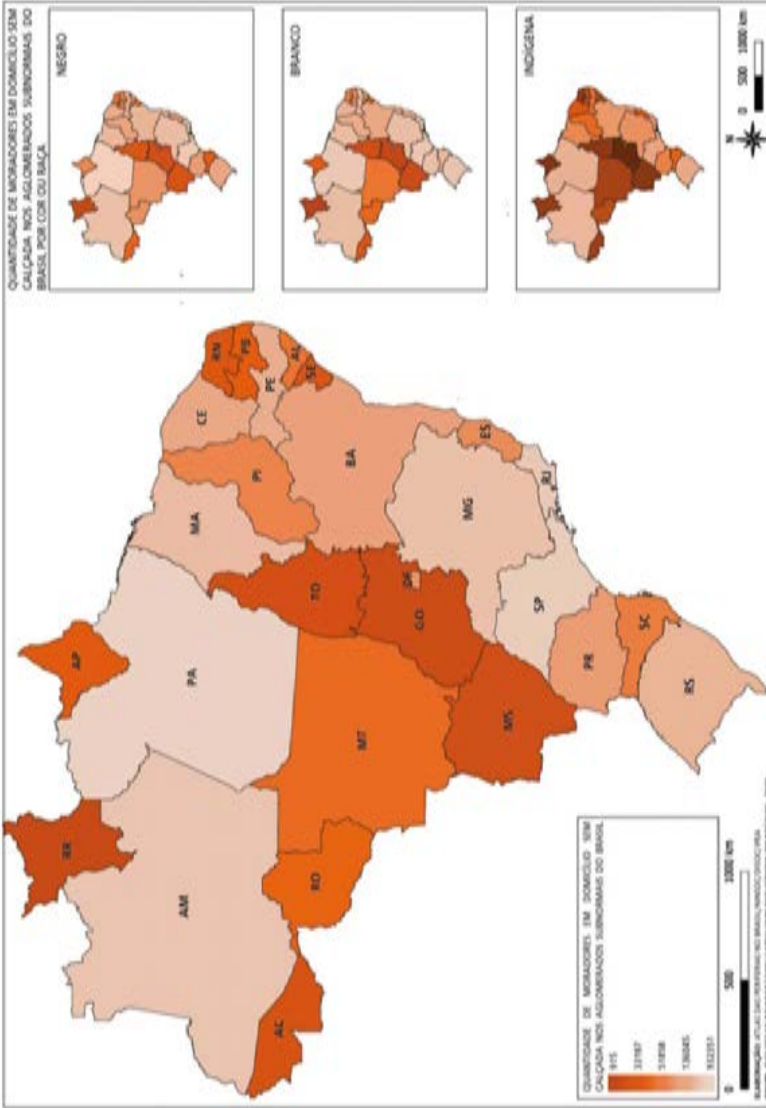


TABELA 4

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de calçada no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

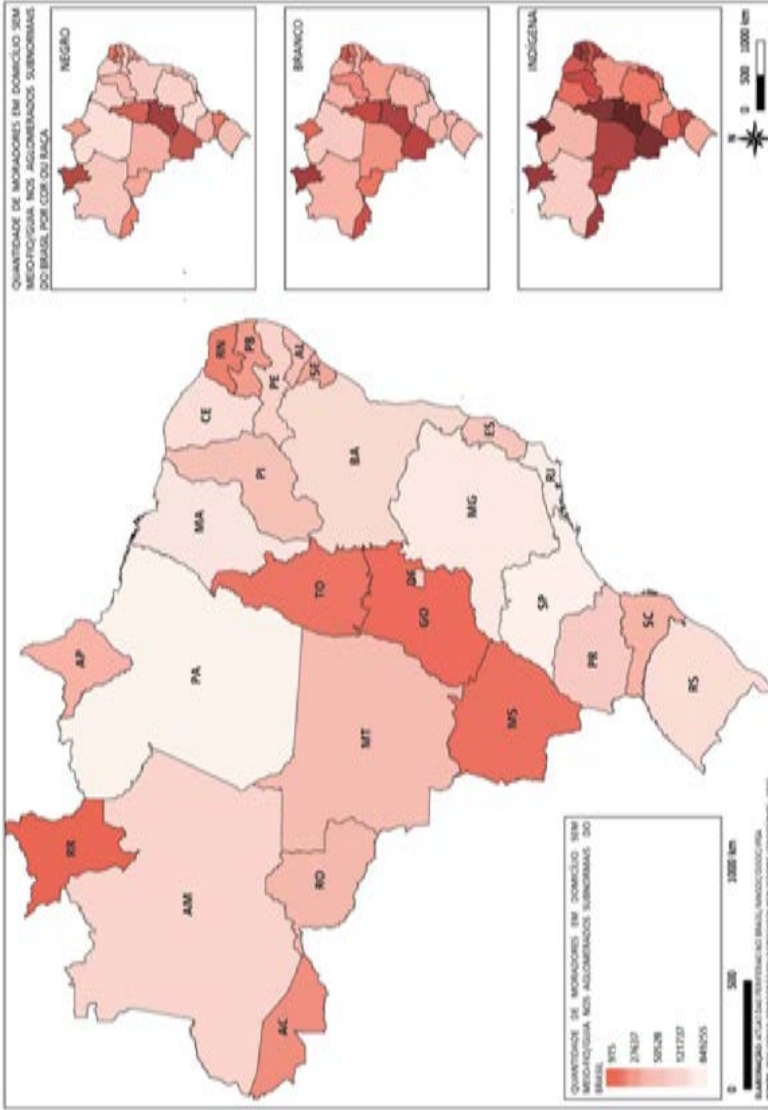
Localização	Existência de calçada <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Brancos	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Brancos	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>824.173</b>	<b>1.607.509</b>	<b>4.289</b>	<b>23.925</b>	<b>2.459.896</b>	<b>1.136.819</b>	<b>2.731.662</b>	<b>9.536</b>	<b>37.456</b>	<b>3.915.473</b>
Norte	94.492	289.900	863	3.231	<b>388.486</b>	269.751	1.006.558	4.732	10.946	<b>1.291.987</b>
Acre	1.141	2.181	4	98	<b>3.424</b>	5.503	19.126	61	769	<b>25.459</b>
Amazonas	12.740	44.512	318	547	<b>58.117</b>	49.092	196.619	2.820	2.453	<b>250.984</b>
Amapá	633	2.050	1	26	<b>2.710</b>	7.403	27.748	13	224	<b>35.388</b>
Pará	77.797	236.139	521	2.431	<b>316.888</b>	198.029	725.973	1.665	6.684	<b>932.351</b>
Rondônia	2.160	4.983	19	122	<b>7.284</b>	8.214	31.348	92	550	<b>40.204</b>
Roraima	4	3	-	-	<b>7</b>	128	720	56	11	<b>915</b>
Tocantins	17	32	-	7	<b>56</b>	1.382	5.024	25	255	<b>6.686</b>
Nordeste	186.384	483.125	1.454	9.669	<b>680.632</b>	189.379	642.534	1.672	12.233	<b>845.818</b>
Alagoas	4.459	10.790	49	161	<b>15.459</b>	13.063	34.721	113	570	<b>48.467</b>
Bahia	9.552	58.610	300	1.057	<b>69.519</b>	13.636	112.920	482	2.106	<b>129.144</b>
Ceará	67.394	151.608	333	2.919	<b>222.254</b>	34.550	99.171	120	2.204	<b>136.045</b>
Maranhão	23.824	72.007	156	1.200	<b>97.187</b>	43.542	161.576	304	2.282	<b>207.704</b>
Paraíba	14.878	30.685	129	759	<b>46.451</b>	12.252	25.963	105	719	<b>39.039</b>
Pernambuco	30.753	59.582	159	850	<b>91.344</b>	42.038	101.355	213	1.321	<b>144.927</b>
Piauí	9.942	39.743	99	1.574	<b>51.358</b>	13.824	61.663	199	2.248	<b>77.934</b>
Rio Grande do Norte	13.645	25.128	98	405	<b>39.276</b>	10.195	22.650	48	294	<b>33.187</b>
Sergipe	11.937	34.972	131	744	<b>47.784</b>	6.279	22.515	88	489	<b>29.371</b>
Sudeste	455.685	776.438	1.634	9.944	<b>1.243.701</b>	421.101	847.653	1.615	10.531	<b>1.280.900</b>
Espírito Santo	7.733	22.917	54	197	<b>30.901</b>	17.795	60.468	121	505	<b>78.889</b>
Minas Gerais	63.255	163.512	400	2.961	<b>230.128</b>	50.996	168.808	381	3.427	<b>223.612</b>
Rio de Janeiro	115.784	221.635	356	3.469	<b>341.244</b>	157.980	308.067	507	4.217	<b>470.771</b>
São Paulo	268.913	368.374	824	3.317	<b>641.428</b>	194.330	310.310	606	2.382	<b>507.628</b>
Sul	78.588	36.043	254	493	<b>115.378</b>	215.595	122.250	1.177	1.328	<b>340.350</b>
Paraná	37.911	20.212	109	304	<b>58.536</b>	65.193	43.052	278	445	<b>108.968</b>
Rio Grande do Sul	33.264	13.622	129	172	<b>47.187</b>	114.229	63.866	751	678	<b>179.524</b>
Santa Catarina	7.413	2.209	16	17	<b>9.655</b>	36.173	15.332	148	205	<b>51.858</b>
Centro-Oeste	9.024	22.003	84	588	<b>31.699</b>	40.993	112.667	340	2.418	<b>156.418</b>
Distrito Federal	4.326	10.828	58	365	<b>15.577</b>	30.393	74.962	242	1.800	<b>107.397</b>
Goiás	505	910	1	19	<b>1.435</b>	358	855	-	10	<b>1.223</b>
Mato Grosso do Sul	689	1.807	4	23	<b>2.523</b>	889	3.164	23	19	<b>4.095</b>
Mato Grosso	3.504	8.458	21	181	<b>12.164</b>	9.353	33.686	75	589	<b>43.703</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea*.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 6  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem meio-fio em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 5

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de meio-fio no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

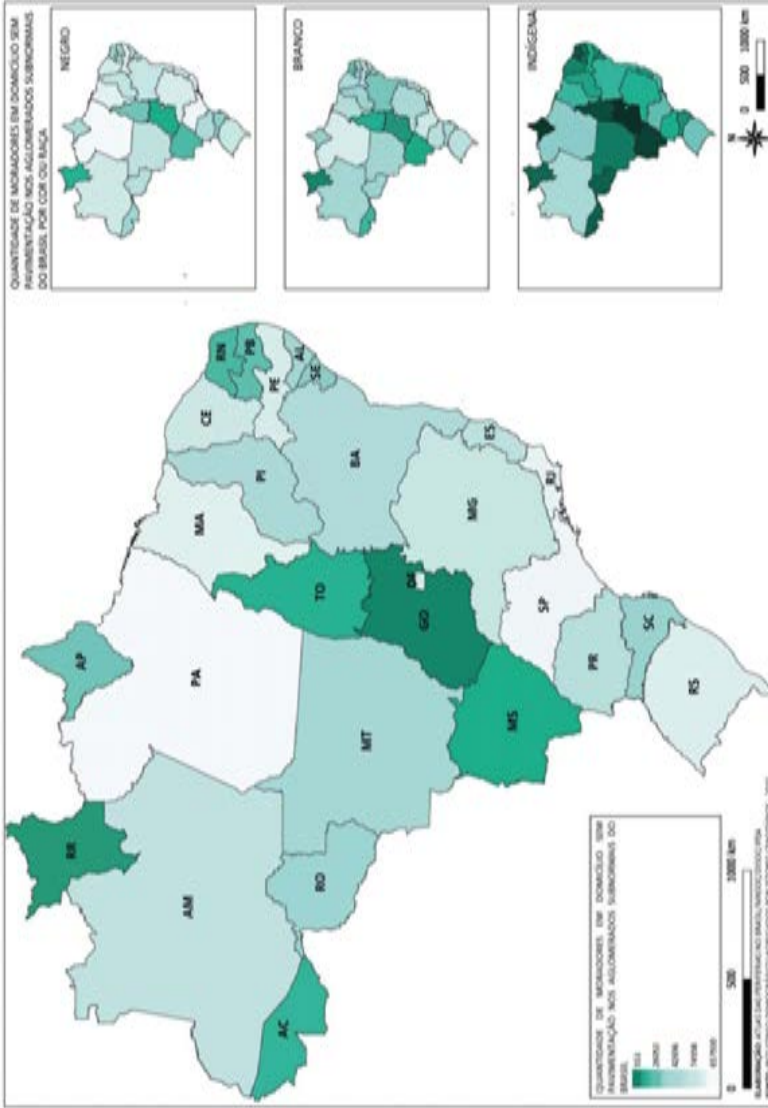
Localização	Existência de meio-fio/guia <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>987.800</b>	<b>1.983.566</b>	<b>5.505</b>	<b>29.408</b>	<b>3.006.279</b>	<b>973.192</b>	<b>2.355.605</b>	<b>8.320</b>	<b>31.973</b>	<b>3.369.090</b>
Norte	140.170	458.504	1.450	5.269	<b>605.393</b>	224.073	837.954	4.145	8.908	<b>1.075.080</b>
Acre	2.075	4.953	5	175	<b>7.208</b>	4.569	16.354	60	692	<b>21.675</b>
Amazonas	39.255	145.394	768	1.947	<b>187.364</b>	22.577	95.737	2.370	1.053	<b>121.737</b>
Amapá	733	2.536	3	21	<b>3.293</b>	7.303	27.262	11	229	<b>34.805</b>
Pará	95.873	300.508	658	2.945	<b>399.984</b>	179.953	661.604	1.528	6.170	<b>849.255</b>
Rondônia	1.883	4.239	16	124	<b>6.262</b>	8.491	32.092	95	548	<b>41.226</b>
Roraima	4	3	-	-	<b>7</b>	128	720	56	11	<b>915</b>
Tocantins	347	871	-	57	<b>1.275</b>	1.052	4.185	25	205	<b>5.467</b>
Nordeste	203.976	544.747	1.650	11.290	<b>761.663</b>	171.787	580.912	1.476	10.612	<b>764.787</b>
Alagoas	3.781	9.422	43	152	<b>13.398</b>	13.741	36.089	119	579	<b>50.528</b>
Bahia	10.309	64.979	341	1.214	<b>76.843</b>	12.879	106.551	441	1.949	<b>121.820</b>
Ceará	59.387	132.709	272	2.581	<b>194.949</b>	42.557	118.070	181	2.542	<b>163.350</b>
Maranhão	29.217	91.878	198	1.594	<b>122.887</b>	38.149	141.705	262	1.888	<b>182.004</b>
Paraíba	18.371	38.318	172	992	<b>57.853</b>	8.759	18.330	62	486	<b>27.637</b>
Pernambuco	37.852	76.034	216	1.051	<b>115.153</b>	34.939	84.903	156	1.120	<b>121.118</b>
Piauí	14.553	60.296	162	2.436	<b>77.447</b>	9.213	41.110	136	1.386	<b>51.845</b>
Rio Grande do Norte	18.670	36.341	114	544	<b>55.669</b>	5.170	11.437	32	155	<b>16.794</b>
Sergipe	11.836	34.770	132	726	<b>47.464</b>	6.380	22.717	87	507	<b>29.691</b>
Sudeste	512.207	891.907	1.888	11.341	<b>1.417.343</b>	364.579	732.184	1.361	9.134	<b>1.107.258</b>
Espírito Santo	11.106	33.284	67	292	<b>44.749</b>	14.422	50.101	108	410	<b>65.041</b>
Minas Gerais	73.030	194.455	469	3.633	<b>271.587</b>	41.221	137.865	312	2.755	<b>182.153</b>
Rio de Janeiro	143.519	270.450	460	4.018	<b>418.447</b>	130.245	259.252	403	3.668	<b>393.568</b>
São Paulo	284.552	393.718	892	3.398	<b>682.560</b>	178.691	284.966	538	2.301	<b>466.496</b>
Sul	118.985	56.320	417	760	<b>176.482</b>	175.198	101.973	1.014	1.061	<b>279.246</b>
Paraná	50.792	28.271	149	385	<b>79.597</b>	52.312	34.993	238	364	<b>87.907</b>
Rio Grande do Sul	50.454	22.265	215	309	<b>73.243</b>	97.039	55.223	665	541	<b>153.468</b>
Santa Catarina	17.739	5.784	53	66	<b>23.642</b>	25.847	11.757	111	156	<b>37.871</b>
Centro-Oeste	12.462	32.088	100	748	<b>45.398</b>	37.555	102.582	324	2.258	<b>142.719</b>
Distrito Federal	7.551	19.880	78	532	<b>28.041</b>	27.168	65.910	222	1.633	<b>94.933</b>
Goiás	578	1.060	1	20	<b>1.659</b>	285	705	-	9	<b>999</b>
Mato Grosso do Sul	866	2.466	4	26	<b>3.362</b>	712	2.505	23	16	<b>3.256</b>
Mato Grosso	3.467	8.682	17	170	<b>12.336</b>	9.390	33.462	79	600	<b>43.531</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 7  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem pavimentação em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 6  
**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de pavimentação no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

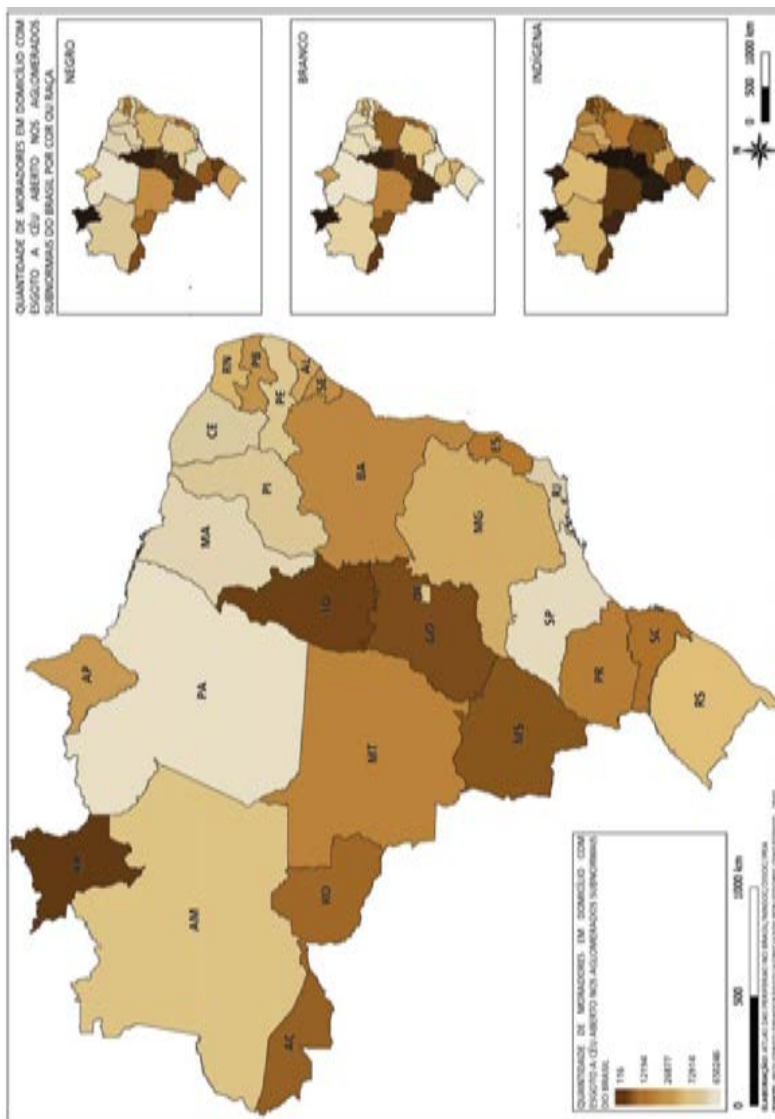
Localização	Existência de pavimentação <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>1.299.753</b>	<b>32.702.524</b>	<b>7.737</b>	<b>39.459</b>	<b>4.049.473</b>	<b>661.250</b>	<b>1.636.660</b>	<b>6.088</b>	<b>21.922</b>	<b>2.325.920</b>
Norte	200.001	667.136	2.402	7.593	<b>877.132</b>	164.242	629.322	3.193	6.584	<b>803.341</b>
Acre	3.714	10.620	17	403	<b>14.754</b>	2.930	10.687	48	464	<b>14.129</b>
Amazonas	51.012	193.325	1.390	2.446	<b>248.173</b>	10.820	47.806	1.748	554	<b>60.928</b>
Amapá	2.373	7.782	8	76	<b>10.239</b>	5.663	22.016	6	174	<b>27.859</b>
Pará	139.425	446.518	924	4.442	<b>591.309</b>	136.401	515.594	1.262	4.673	<b>657.930</b>
Rondônia	3.102	7.925	63	169	<b>11.259</b>	7.272	28.406	48	503	<b>36.229</b>
Roraima	28	62	-	-	<b>90</b>	104	661	56	11	<b>832</b>
Tocantins	347	904	-	57	<b>1.308</b>	1.052	4.152	25	205	<b>5.434</b>
Nordeste	256.984	734.044	2.098	14.793	<b>1.007.919</b>	118.779	391.615	1.028	7.109	<b>518.531</b>
Alagoas	6.567	16.475	76	248	<b>23.366</b>	10.955	29.036	86	483	<b>40.560</b>
Bahia	18.448	130.913	560	2.406	<b>152.327</b>	4.740	40.617	222	757	<b>46.336</b>
Ceará	83.807	195.409	382	3.960	<b>283.558</b>	18.137	55.370	71	1.163	<b>74.741</b>
Maranhão	39.101	124.702	228	2.051	<b>166.082</b>	28.265	108.881	232	1.431	<b>138.809</b>
Paraíba	18.722	39.491	169	1.055	<b>59.437</b>	8.408	17.157	65	423	<b>26.053</b>
Pernambuco	43.020	88.960	244	1.184	<b>133.408</b>	29.771	71.977	128	987	<b>102.863</b>
Piauí	15.735	64.853	178	2.592	<b>83.358</b>	8.031	36.553	120	1.230	<b>45.934</b>
Rio Grande do Norte	19.406	37.768	120	547	<b>57.841</b>	4.434	10.010	26	152	<b>14.622</b>
Sergipe	12.178	35.473	141	750	<b>48.542</b>	6.038	22.014	78	483	<b>28.613</b>
Sudeste	663.831	1.180.822	2.367	15.191	<b>1.862.211</b>	212.966	443.282	882	5.284	<b>662.414</b>
Espírito Santo	12.807	38.194	62	328	<b>51.391</b>	12.721	45.191	113	374	<b>58.399</b>
Minas Gerais	97.929	275.400	637	5.216	<b>379.182</b>	16.322	56.920	144	1.172	<b>74.558</b>
Rio de Janeiro	194.451	360.882	630	5.380	<b>561.343</b>	79.313	168.820	233	2.306	<b>250.672</b>
São Paulo	358.644	506.346	1.038	4.267	<b>870.295</b>	104.610	172.351	392	1.432	<b>278.785</b>
Sul	164.696	84.041	731	1.028	<b>250.496</b>	129.487	74.252	700	793	<b>205.232</b>
Paraná	69.905	40.643	251	521	<b>111.320</b>	33.199	22.621	136	228	<b>56.184</b>
Rio Grande do Sul	74.083	35.439	399	434	<b>110.355</b>	73.410	42.049	481	416	<b>116.356</b>
Santa Catarina	20.708	7.959	81	73	<b>28.821</b>	22.878	9.582	83	149	<b>32.692</b>
Centro-Oeste	14.241	36.481	139	854	<b>51.715</b>	35.776	98.189	285	2.152	<b>136.402</b>
Distrito Federal	8.916	22.903	106	610	<b>32.535</b>	25.803	62.887	194	1.555	<b>90.439</b>
Goiás	719	1.360	1	25	<b>2.105</b>	144	405	-	4	<b>553</b>
Mato Grosso do Sul	968	2.904	4	28	<b>3.904</b>	610	2.067	23	14	<b>2.714</b>
Mato Grosso	3.638	9.314	28	191	<b>13.171</b>	9.219	32.830	68	579	<b>42.696</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 8  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios com esgoto a céu aberto em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



TABELA 7

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de esgoto a céu aberto no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

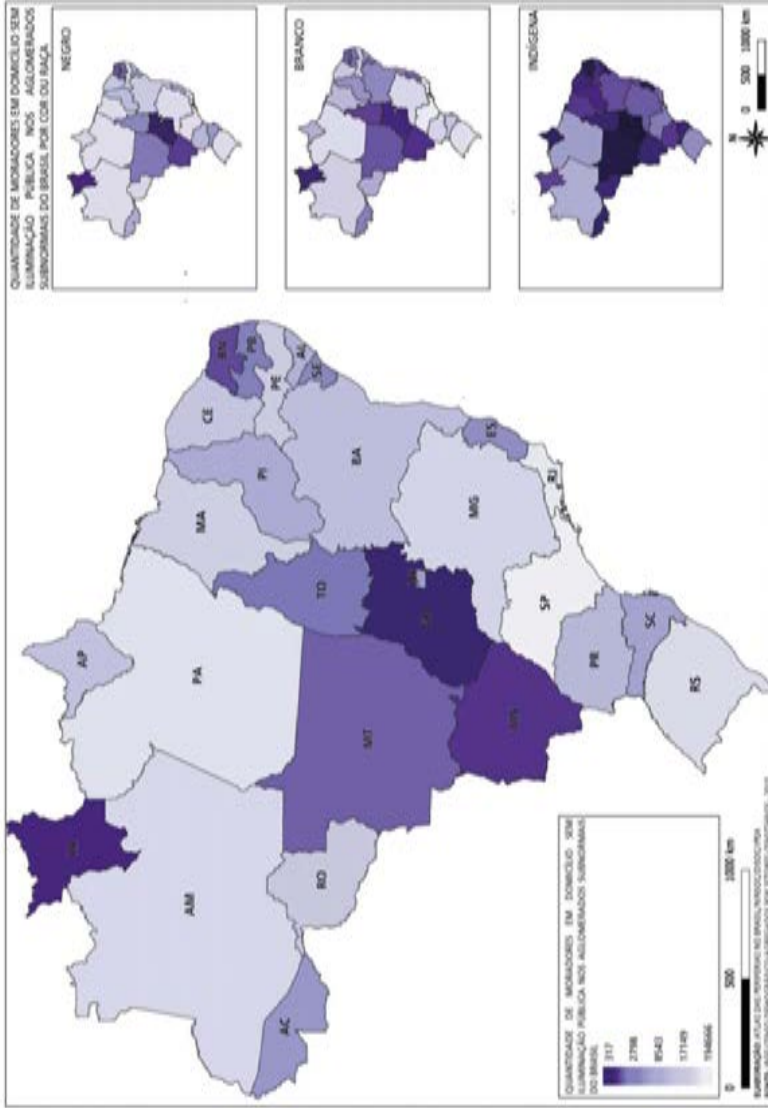
Localização	Existência de esgoto a céu aberto <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>528.981</b>	<b>1.444.374</b>	<b>4.086</b>	<b>20.376</b>	<b>1.997.817</b>	<b>1.432.011</b>	<b>2.894.797</b>	<b>9.739</b>	<b>41.005</b>	<b>4.377.552</b>
Norte	167.472	616.445	1.958	6.143	<b>792.018</b>	196.771	680.013	3.637	8.034	<b>888.455</b>
Acre	1.595	5.615	28	214	<b>7.452</b>	5.049	15.692	37	653	<b>21.431</b>
Amazonas	18.408	72.171	835	794	<b>92.208</b>	43.424	168.960	2.303	2.206	<b>216.893</b>
Amapá	6.283	23.858	10	206	<b>30.357</b>	1.753	5.940	4	44	<b>7.741</b>
Pará	138.801	505.644	1.074	4.727	<b>650.246</b>	137.025	456.468	1.112	4.388	<b>598.993</b>
Rondônia	2.293	8.748	11	183	<b>11.235</b>	8.081	27.583	100	489	<b>36.253</b>
Roraima	15	100	-	1	<b>116</b>	117	623	56	10	<b>806</b>
Tocantins	77	309	-	18	<b>404</b>	1.322	4.747	25	244	<b>6.338</b>
Nordeste	151.146	466.018	1.200	9.716	<b>628.080</b>	224.617	659.641	1.926	12.186	<b>898.370</b>
Alagoas	11.751	29.743	114	467	<b>42.075</b>	5.771	15.768	48	264	<b>21.851</b>
Bahia	2.568	21.983	124	446	<b>25.121</b>	20.620	149.547	658	2.717	<b>173.542</b>
Ceará	30.895	85.924	131	1.883	<b>118.833</b>	71.049	164.855	322	3.240	<b>239.466</b>
Maranhão	29.585	107.786	221	1.549	<b>139.141</b>	37.781	125.797	239	1.933	<b>165.750</b>
Paraíba	8.558	17.742	109	468	<b>26.877</b>	18.572	38.906	125	1.010	<b>58.613</b>
Pernambuco	28.000	66.445	111	909	<b>95.465</b>	44.791	94.492	261	1.262	<b>140.806</b>
Piauí	20.367	87.145	261	3.197	<b>110.970</b>	3.399	14.261	37	625	<b>18.322</b>
Rio Grande do Norte	13.715	29.093	59	396	<b>43.263</b>	10.125	18.685	87	303	<b>29.200</b>
Sergipe	5.707	20.157	70	401	<b>26.335</b>	12.509	37.330	149	832	<b>50.820</b>
Sudeste	130.213	257.667	486	2.843	<b>391.209</b>	746.573	1.366.424	2.763	17.632	<b>2.133.392</b>
Espírito Santo	3.709	13.586	19	86	<b>17.400</b>	21.819	69.799	156	616	<b>92.390</b>
Minas Gerais	9.304	32.792	64	529	<b>42.689</b>	104.947	299.528	717	5.859	<b>411.051</b>
Rio de Janeiro	40.009	84.541	168	1.201	<b>125.919</b>	233.755	445.161	695	6.485	<b>686.096</b>
São Paulo	77.191	126.748	235	1.027	<b>205.201</b>	386.052	551.936	1.195	4.672	<b>943.855</b>
Sul	54.772	33.991	305	356	<b>89.424</b>	239.411	124.302	1.126	1.465	<b>366.304</b>
Paraná	11.473	7.375	51	86	<b>18.985</b>	91.631	55.889	336	663	<b>148.519</b>
Rio Grande do Sul	35.878	21.943	232	192	<b>58.245</b>	111.615	55.545	648	658	<b>168.466</b>
Santa Catarina	7.421	4.673	22	78	<b>12.194</b>	36.165	12.868	142	144	<b>49.319</b>
Centro-Oeste	25.378	70.253	137	1.318	<b>97.086</b>	24.639	64.417	287	1.688	<b>91.031</b>
Distrito Federal	20.249	51.492	108	1.065	<b>72.914</b>	14.470	34.298	192	1.100	<b>50.060</b>
Goiás	137	404	-	4	<b>545</b>	726	1.361	1	25	<b>2.113</b>
Mato Grosso do Sul	125	501	1	9	<b>636</b>	1.453	4.470	26	33	<b>5.982</b>
Mato Grosso	4.867	17.856	28	240	<b>22.991</b>	7.990	24.288	68	530	<b>32.876</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/lpea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 9  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem iluminação pública em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 8

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de iluminação pública no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

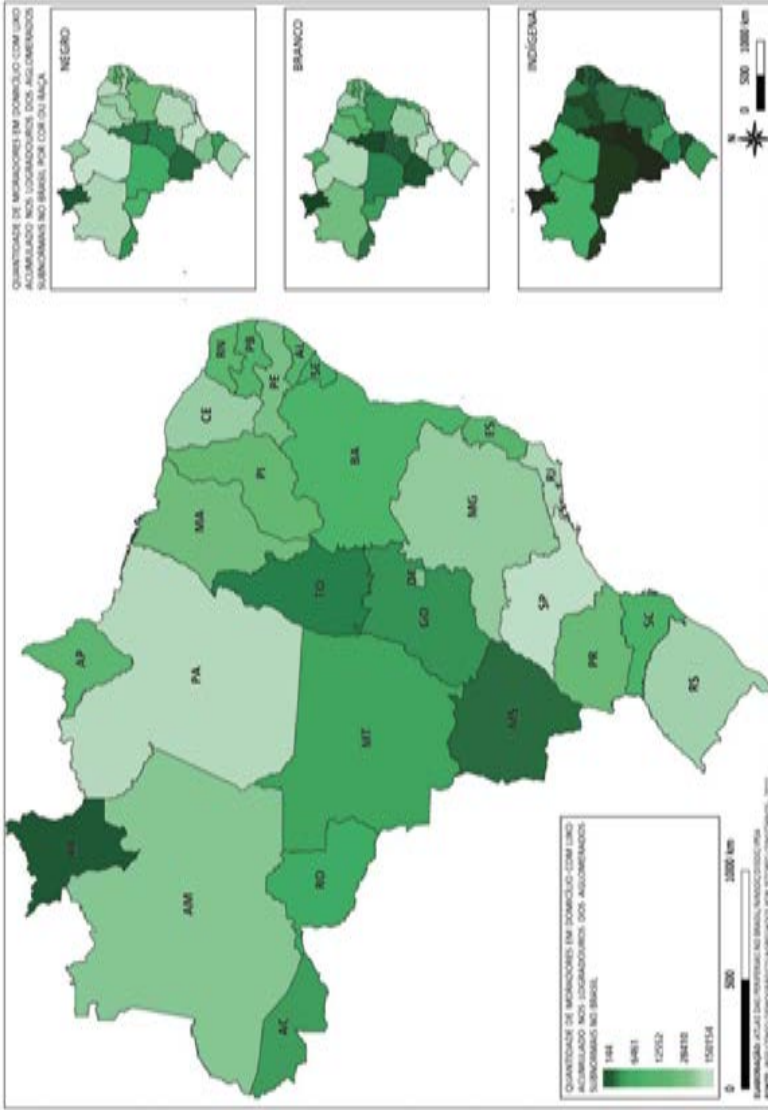
Localização	Existência de iluminação pública <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>1.721.330</b>	<b>3.799.449</b>	<b>10.652</b>	<b>55.066</b>	<b>5.586.497</b>	<b>239.685</b>	<b>539.752</b>	<b>3.173</b>	<b>6.315</b>	<b>788.925</b>
Norte	321.480	1.117.176	3.380	12.293	<b>1.454.329</b>	42.763	179.282	2.215	1.884	<b>226.144</b>
Acre	5.723	17.711	55	742	<b>24.231</b>	921	3.596	10	125	<b>4.652</b>
Amazonas	54.525	206.404	1.327	2.642	<b>264.898</b>	7.307	34.727	1.811	358	<b>44.203</b>
Amapá	4.766	17.245	6	187	<b>22.204</b>	3.270	12.553	8	63	<b>15.894</b>
Pará	248.359	850.046	1.884	8.108	<b>1.108.397</b>	27.467	112.066	302	1.007	<b>140.842</b>
Rondônia	7.129	22.652	95	463	<b>30.339</b>	3.245	13.679	16	209	<b>17.149</b>
Roraima	50	255	1	-	<b>306</b>	82	468	55	11	<b>616</b>
Tocantins	928	2.863	12	151	<b>3.954</b>	471	2.193	13	111	<b>2.788</b>
Nordeste	354.661	1.052.187	2.928	20.687	<b>1.430.463</b>	21.102	73.472	198	1.215	<b>95.987</b>
Alagoas	14.438	37.657	144	636	<b>52.875</b>	3.084	7.854	18	95	<b>11.051</b>
Bahia	21.784	159.250	724	2.976	<b>184.734</b>	1.404	12.280	58	187	<b>13.929</b>
Ceará	97.643	238.643	437	4.893	<b>341.616</b>	4.301	12.136	16	230	<b>16.683</b>
Maranhão	63.639	218.221	407	3.285	<b>285.552</b>	3.727	15.362	53	197	<b>19.339</b>
Paraíba	26.219	54.816	232	1.425	<b>82.692</b>	911	1.832	2	53	<b>2.798</b>
Pernambuco	68.102	148.457	350	2.029	<b>218.938</b>	4.689	12.480	22	142	<b>17.333</b>
Piauí	22.300	94.601	279	3.569	<b>120.749</b>	1.466	6.805	19	253	<b>8.543</b>
Rio Grande do Norte	23.170	46.078	141	682	<b>70.071</b>	670	1.700	5	17	<b>2.392</b>
Sergipe	17.366	54.464	214	1.192	<b>73.236</b>	850	3.023	5	41	<b>3.919</b>
Sudeste	746.801	1.375.642	2.856	17.745	<b>2.143.044</b>	130.008	248.479	393	2.730	<b>381.610</b>
Espírito Santo	24.683	79.825	170	677	<b>105.355</b>	845	3.560	5	25	<b>4.435</b>
Minas Gerais	106.513	306.121	710	5.808	<b>419.152</b>	7.738	26.199	71	580	<b>34.588</b>
Rio de Janeiro	225.248	431.747	719	6.409	<b>664.123</b>	48.528	97.972	144	1.277	<b>147.921</b>
São Paulo	390.357	557.949	1.257	4.851	<b>954.414</b>	72.897	120.748	173	848	<b>194.666</b>
Sul	250.915	127.476	1.096	1.529	<b>381.016</b>	43.268	30.817	335	292	<b>74.712</b>
Paraná	95.647	57.814	334	676	<b>154.471</b>	7.457	5.450	53	73	<b>13.033</b>
Rio Grande do Sul	115.776	54.781	614	665	<b>171.836</b>	31.717	22.707	266	185	<b>54.875</b>
Santa Catarina	39.492	14.881	148	188	<b>54.709</b>	4.094	2.660	16	34	<b>6.804</b>
Centro-Oeste	47.473	126.968	392	2.812	<b>177.645</b>	2.544	7.702	32	194	<b>10.472</b>
Distrito Federal	32.991	80.884	282	2.036	<b>116.193</b>	1.728	4.906	18	129	<b>6.781</b>
Goiás	752	1.561	1	27	<b>2.341</b>	111	204	-	2	<b>317</b>
Mato Grosso do Sul	1.414	4.245	14	30	<b>5.703</b>	164	726	13	12	<b>915</b>
Mato Grosso	12.316	40.278	95	719	<b>53.408</b>	541	1.866	1	51	<b>2.459</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 10  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios com lixo acumulado em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 9

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de lixo acumulado no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

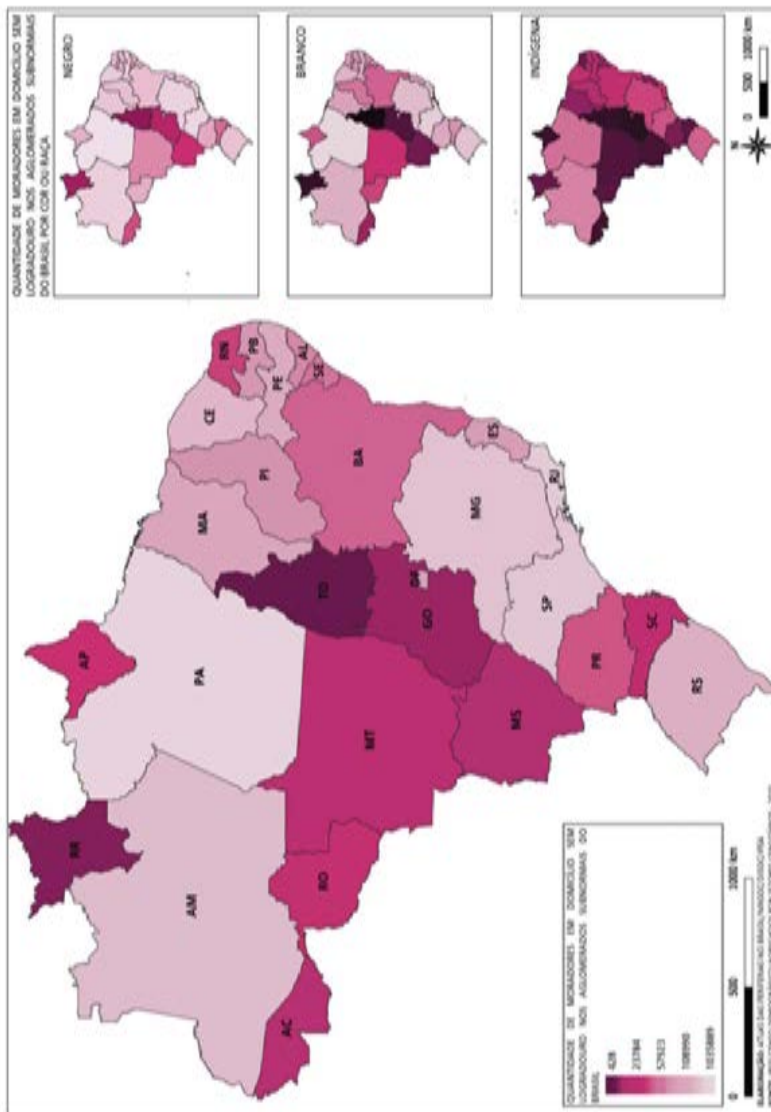
Localização	Existência de lixo acumulado <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Brancos	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Brancos	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>249.800</b>	<b>548.688</b>	<b>1.758</b>	<b>7.422</b>	<b>807.668</b>	<b>1.711.192</b>	<b>3.790.483</b>	<b>12.067</b>	<b>53.959</b>	<b>5.567.701</b>
Norte	41.015	156.431	653	1.727	<b>199.826</b>	323.228	1.140.027	4.942	12.450	<b>1.480.647</b>
Acre	927	2.949	16	125	<b>4.017</b>	5.717	18.358	49	742	<b>24.866</b>
Amazonas	6.188	27.407	402	349	<b>34.346</b>	55.644	213.724	2.736	2.651	<b>274.755</b>
Amapá	3.291	12.655	5	74	<b>16.025</b>	4.745	17.143	9	176	<b>22.073</b>
Pará	29.218	107.704	223	1.040	<b>138.185</b>	246.608	854.408	1.963	8.075	<b>1.111.054</b>
Rondônia	1.269	5.087	6	99	<b>6.461</b>	9.105	31.244	105	573	<b>41.027</b>
Roraima	20	124	-	-	<b>144</b>	112	599	56	11	<b>778</b>
Tocantins	102	505	1	40	<b>648</b>	1.297	4.551	24	222	<b>6.094</b>
Nordeste	42.185	131.062	296	2.483	<b>176.026</b>	333.578	994.597	2.830	19.419	<b>1.350.424</b>
Alagoas	3.189	8.264	28	115	<b>11.596</b>	14.333	37.247	134	616	<b>52.330</b>
Bahia	1.208	8.668	43	162	<b>10.081</b>	21.980	162.862	739	3.001	<b>188.582</b>
Ceará	12.381	34.430	69	721	<b>47.601</b>	89.563	216.349	384	4.402	<b>310.698</b>
Maranhão	4.456	21.375	33	296	<b>26.160</b>	62.910	212.208	427	3.186	<b>278.731</b>
Paraíba	3.431	7.713	36	171	<b>11.351</b>	23.699	48.935	198	1.307	<b>74.139</b>
Pernambuco	7.956	20.200	29	225	<b>28.410</b>	64.835	140.737	343	1.946	<b>207.861</b>
Piauí	3.312	14.306	25	522	<b>18.165</b>	20.454	87.100	273	3.300	<b>111.127</b>
Rio Grande do Norte	4.182	9.084	17	127	<b>13.410</b>	19.658	38.694	129	572	<b>59.053</b>
Sergipe	2.070	7.022	16	144	<b>9.252</b>	16.146	50.465	203	1.089	<b>67.903</b>
Sudeste	101.350	198.088	412	2.286	<b>302.136</b>	775.436	1.426.003	2.837	18.189	<b>2.222.465</b>
Espírito Santo	2.564	9.889	25	74	<b>12.552</b>	22.964	73.496	150	628	<b>97.238</b>
Minas Gerais	10.933	33.091	68	575	<b>44.667</b>	103.318	299.229	713	5.813	<b>409.073</b>
Rio de Janeiro	29.724	64.025	116	898	<b>94.763</b>	244.040	465.677	747	6.788	<b>717.252</b>
São Paulo	58.129	91.083	203	739	<b>150.154</b>	405.114	587.601	1.227	4.960	<b>998.902</b>
Sul	54.265	34.656	297	359	<b>89.577</b>	239.918	123.637	1.134	1.462	<b>366.151</b>
Paraná	12.693	9.379	85	145	<b>22.302</b>	90.411	53.885	302	604	<b>145.202</b>
Rio Grande do Sul	36.110	21.250	186	185	<b>57.731</b>	111.383	56.238	694	665	<b>168.980</b>
Santa Catarina	5.462	4.027	26	29	<b>9.544</b>	38.124	13.514	138	193	<b>51.969</b>
Centro-Oeste	10.985	28.451	100	567	<b>40.103</b>	39.032	106.219	324	2.439	<b>148.014</b>
Distrito Federal	9.560	23.445	94	502	<b>33.601</b>	25.159	62.345	206	1.663	<b>89.373</b>
Goiás	199	632	-	6	<b>837</b>	664	1.133	1	23	<b>1.821</b>
Mato Grosso do Sul	103	307	-	6	<b>416</b>	1.475	4.664	27	36	<b>6.202</b>
Mato Grosso	1.123	4.067	6	53	<b>5.249</b>	11.734	38.077	90	717	<b>50.618</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 11  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem logradouro em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 10

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de identificação no logradouro do domicílio segundo raça/cor (2010)**

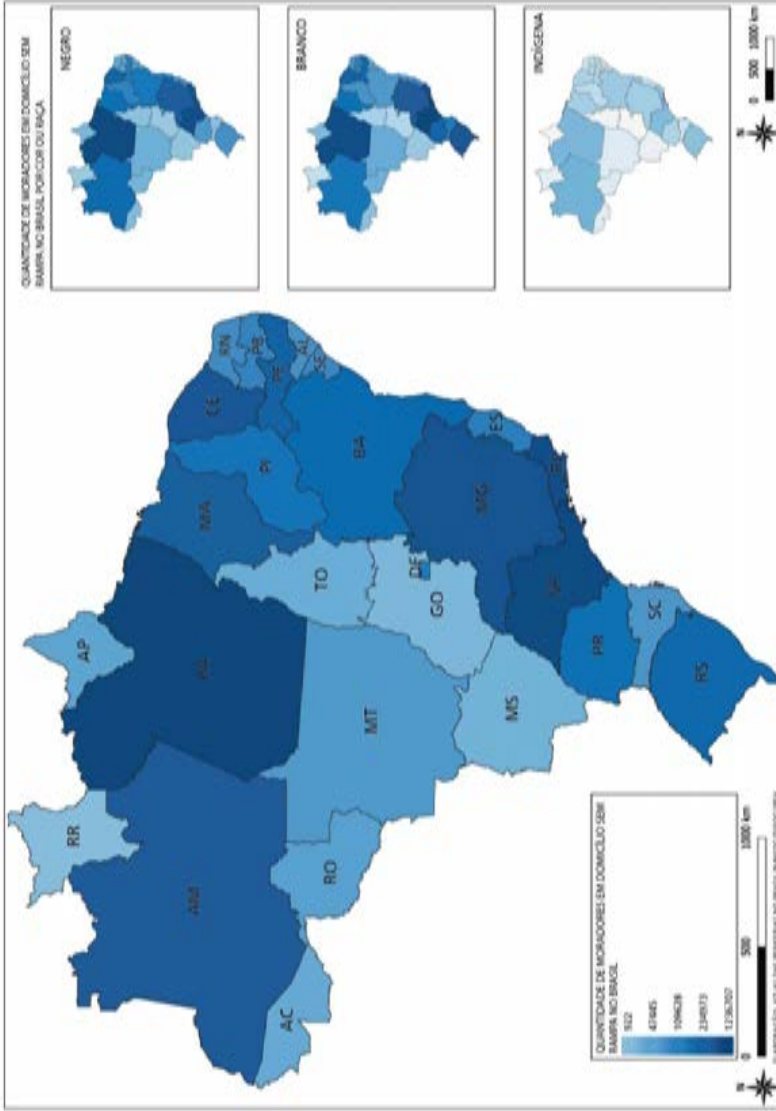
Localização	Existência de identificação do logradouro <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branco	Negro	Indígena	Amarelo	Total	Branco	Negro	Indígena	Amarelo	Total
<b>Brasil</b>	<b>921.201</b>	<b>1.779.467</b>	<b>5.039</b>	<b>26.820</b>	<b>2.732.527</b>	<b>1.039.827</b>	<b>2.559.737</b>	<b>8.786</b>	<b>34.561</b>	<b>3.642.911</b>
Norte	76.862	256.130	837	3.595	<b>337.424</b>	287.381	1.040.328	4.758	10.582	<b>1.343.049</b>
Acre	5.088	15.278	47	623	<b>21.036</b>	1.556	6.029	18	244	<b>7.847</b>
Amazonas	15.781	57.740	345	702	<b>74.568</b>	46.051	183.391	2.793	2.298	<b>234.533</b>
Amapá	1.331	4.018	3	39	<b>5.391</b>	6.705	25.780	11	211	<b>32.707</b>
Pará	49.551	161.675	349	1.775	<b>213.350</b>	226.275	800.437	1.837	7.340	<b>1.035.889</b>
Rondônia	3.775	12.706	75	202	<b>16.758</b>	6.599	23.625	36	470	<b>30.730</b>
Roraima	4	3	-	-	<b>7</b>	128	720	56	11	<b>915</b>
Tocantins	1.332	4.710	18	254	<b>6.314</b>	67	346	7	8	<b>428</b>
Nordeste	166.076	523.660	1.490	10.282	<b>701.508</b>	209.687	601.999	1.636	11.620	<b>824.942</b>
Alagoas	999	2.509	-	31	<b>3.539</b>	16.523	43.002	162	700	<b>60.387</b>
Bahia	16.293	122.410	540	2.309	<b>141.552</b>	6.895	49.120	242	854	<b>57.111</b>
Ceará	45.510	102.856	185	2.137	<b>150.688</b>	56.434	147.923	268	2.986	<b>207.611</b>
Maranhão	44.750	148.590	318	2.243	<b>195.901</b>	22.616	84.993	142	1.239	<b>108.990</b>
Paraíba	6.336	11.706	49	414	<b>18.505</b>	20.794	44.942	185	1.064	<b>66.985</b>
Pernambuco	27.763	56.541	151	759	<b>85.214</b>	45.028	104.396	221	1.412	<b>151.057</b>
Piauí	11.543	49.204	128	1.746	<b>62.621</b>	12.223	52.202	170	2.076	<b>66.671</b>
Rio Grande do Norte	8.217	15.735	57	247	<b>24.256</b>	15.623	32.043	89	452	<b>48.207</b>
Sergipe	4.665	14.109	62	396	<b>19.232</b>	13.551	43.378	157	837	<b>57.923</b>
Sudeste	510.058	871.924	1.878	10.736	<b>1.394.596</b>	366.764	752.200	1.371	9.739	<b>1.130.074</b>
Espírito Santo	9.629	29.179	50	257	<b>39.115</b>	15.899	54.206	125	445	<b>70.675</b>
Minas Gerais	52.827	146.318	382	2.846	<b>202.373</b>	61.424	186.002	399	3.542	<b>251.367</b>
Rio de Janeiro	139.128	256.927	471	3.809	<b>400.335</b>	134.661	272.795	392	3.877	<b>411.725</b>
São Paulo	308.474	439.500	975	3.824	<b>752.773</b>	154.780	239.197	455	1.875	<b>396.307</b>
Sul	147.734	73.199	642	867	<b>222.442</b>	146.449	85.094	789	954	<b>233.286</b>
Paraná	73.637	42.418	268	521	<b>116.844</b>	29.467	20.846	119	228	<b>50.660</b>
Rio Grande do Sul	45.985	21.389	265	230	<b>67.869</b>	101.508	56.099	615	620	<b>158.842</b>
Santa Catarina	28.112	9.392	109	116	<b>37.729</b>	15.474	8.149	55	106	<b>23.784</b>
Centro-Oeste	20.471	54.554	192	1.340	<b>76.557</b>	29.546	80.116	232	1.666	<b>111.560</b>
Distrito Federal	11.518	29.189	126	851	<b>41.684</b>	23.201	56.601	174	1.314	<b>81.290</b>
Goiás	541	777	1	16	<b>1.335</b>	322	988	-	13	<b>1.323</b>
Mato Grosso do Sul	447	829	1	12	<b>1.289</b>	1.131	4.142	26	30	<b>5.329</b>
Mato Grosso	7.965	23.759	64	461	<b>32.249</b>	4.892	18.385	32	309	<b>23.618</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 12  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem rampa em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



TABELA 11

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de rampa para cadeirante no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de rampa para cadeirante <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>15.614</b>	<b>24.468</b>	<b>59</b>	<b>356</b>	<b>40.497</b>	<b>1.945.378</b>	<b>4.314.703</b>	<b>13.766</b>	<b>61.025</b>	<b>6.334.872</b>
Norte	3.632	9.607	31	116	<b>13.386</b>	360.611	1.286.851	5.564	14.061	<b>1.667.087</b>
Acre	19	83	-	-	<b>102</b>	6.625	21.224	65	867	<b>28.781</b>
Amazonas	174	520	6	9	<b>709</b>	61.658	240.611	3.132	2.991	<b>308.392</b>
Amapá	-	-	-	-	<b>0</b>	8.036	29.798	14	250	<b>38.098</b>
Pará	3.426	8.974	25	107	<b>12.532</b>	272.400	953.138	2.161	9.008	<b>1.236.707</b>
Rondônia	13	30	-	-	<b>43</b>	10.361	36.301	111	672	<b>47.445</b>
Roraima	-	-	-	-	<b>0</b>	132	723	56	11	<b>922</b>
Tocantins	-	-	-	-	<b>0</b>	1.399	5.056	25	262	<b>6.742</b>
Nordeste	1.910	4.479	10	119	<b>6.518</b>	373.853	1.121.180	3.116	21.783	<b>1.519.932</b>
Alagoas	34	45	-	1	<b>80</b>	17.488	45.466	162	730	<b>63.846</b>
Bahia	95	414	-	10	<b>519</b>	23.093	171.116	782	3.153	<b>198.144</b>
Ceará	476	981	-	21	<b>1.478</b>	101.468	249.798	453	5.102	<b>356.821</b>
Maranhão	183	407	-	11	<b>601</b>	67.183	233.176	460	3.471	<b>304.290</b>
Paraíba	267	505	2	9	<b>783</b>	26.863	56.143	232	1.469	<b>84.707</b>
Pernambuco	459	817	1	21	<b>1.298</b>	72.332	160.120	371	2.150	<b>234.973</b>
Piauí	118	507	1	26	<b>652</b>	23.648	100.899	297	3.796	<b>128.640</b>
Rio Grande do Norte	98	171	5	4	<b>278</b>	23.742	47.607	141	695	<b>72.185</b>
Sergipe	180	632	1	16	<b>829</b>	18.036	56.855	218	1.217	<b>76.326</b>
Sudeste	5.378	8.023	17	95	<b>13.513</b>	871.408	1.616.068	3.232	20.380	<b>2.511.088</b>
Espírito Santo	44	116	-	2	<b>162</b>	25.484	83.269	175	700	<b>109.628</b>
Minas Gerais	358	802	-	11	<b>1.171</b>	113.893	331.518	781	6.377	<b>452.569</b>
Rio de Janeiro	1.576	2.516	4	44	<b>4.140</b>	272.188	527.186	859	7.642	<b>807.875</b>
São Paulo	3.400	4.589	13	38	<b>8.040</b>	459.843	674.095	1.417	5.661	<b>1.141.016</b>
Sul	4.474	2.079	1	15	<b>6.569</b>	289.709	156.214	1.430	1.806	<b>449.159</b>
Paraná	3.151	1.598	-	11	<b>4.760</b>	99.953	61.666	387	738	<b>162.744</b>
Rio Grande do Sul	1.113	450	1	4	<b>1.568</b>	146.380	77.038	879	846	<b>225.143</b>
Santa Catarina	210	31	-	-	<b>241</b>	43.376	17.510	164	222	<b>61.272</b>
Centro-Oeste	220	280	0	11	<b>511</b>	49.797	134.390	424	2.995	<b>187.606</b>
Distrito Federal	-	8	-	-	<b>8</b>	34.719	85.782	300	2.165	<b>122.966</b>
Goiás	-	-	-	-	<b>0</b>	863	1.765	1	29	<b>2.658</b>
Mato Grosso do Sul	137	106	-	6	<b>249</b>	1.441	4.865	27	36	<b>6.369</b>
Mato Grosso	83	166	-	5	<b>254</b>	12.774	41.978	96	765	<b>55.613</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/lpea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

## CAPÍTULO 3

### **REGIÃO SUL**

Rio Grande do Sul

Porto Alegre

Novo Hamburgo

Santa Catarina

Florianópolis

Blumenau

Paraná

Curitiba

## BOX 2

**MARCAS DO CORPO: TATUAGEM E CABELOS NA COMPOSIÇÃO DE UM CORPO NEGRO**Denise Ferreira da Costa Cruz<sup>1</sup>

Nosso corpo negro é nossa estética. Por meio dele comunicamos sentimentos, emoções, saberes, desejos, histórias... O cabelo crespo se configura como a parte do nosso corpo que nos conecta à África. Por meio dele podemos saber se estamos tristes, felizes, se nos amamos, se estamos insatisfeitos com nosso corpo, se somos crianças ou adultas, nosso pertencimento étnico. São muitas as histórias que guardam os nossos fios de cabelo.

**Ficções etnográficas**

Quando era criança ficava sempre preocupada com os cabelos longos e leves que pareciam voar quando ela vinha mostrar seus desenhos. A mãe lhe dava o melhor material para ela colorir. Papel Canson. Ela desenhava, rabiscava e sua mãe achava lindo, mesmo sem entender bem o que significava aquilo que estava naquele papel. Era difícil decifrar. Será que aqueles rabiscos queriam dizer alguma coisa? Não saberemos. A infância tem dessas coisas. Cria-se um mundo paralelo para a gente. Um mundo que é criado para que se consiga levar a vida.

Pensou muito tempo até decidir por usar os cabelos crespos. Essa seria uma decisão radical. Radical por estar afrontando uma estética que se quer impositiva. Radical por exigir coragem. Radical por optar pelo amor interior. Os cabelos crespos iam crescendo e empurrando a parte alisada como se quisesse expulsar aqueles anos de submissão involuntária. Enquanto isso, ela se preparava para aquele momento do grande corte. Cortar todo o cabelo liso. Deixar florescer os cabelos crespos – se libertar.

Ao mesmo tempo que tomava coragem para usar seu cabelo crespo, escolheu com muito carinho a imagem que seria sua primeira tatuagem: o pente de guerra. O símbolo representa o que se quer com esse rito de passagem: penteado para a guerra. A coragem que se buscava era dupla, para se tatuar e para usar os cabelos crespos. Estava mesmo se tornando uma nova mulher. Seus pais diziam que tatuagem era coisa de marginal, mas ela entendia que precisava daquela marca do corpo. Saiu do estúdio feliz e animada a experimentar o novo.

Chegado o dia de ir até o salão, elegeu uma amiga para que a acompanhasse. Enquanto a tesoura passava em suas madeixas, lágrimas involuntárias desciam sobre seu rosto. Muita coisa estava em jogo ali. Cabelos são partes fortes do

---

1. Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) do Ceará; e doutora em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB).

nosso corpo. Mobilizam as mais profundas emoções. Estava feito o grande corte. Ela sentia os cachos em seus dedos. A maciez de seus cabelos... Na porta do salão, sua amiga diz: está pronta para o que vai enfrentar a partir de agora? Sem hesitar, ela disse: sim, estou pronta para a guerra!

### **Marcas do corpo**

Essa história de vida me foi contada por uma amiga e interlocutora de pesquisa que reside em Fortaleza. Ela é cearense, está na faixa dos trinta e poucos anos de idade, é de classe média. Ela me concedeu uma entrevista falando sobre suas tatuagens e seus cabelos. Tatuagens e cabelos contam a sua história a partir de marcas diacríticas que constroem, aos poucos, um corpo de uma mulher negra. Sua primeira tatuagem é um símbolo que significa penteado para a guerra. Ela a fez dias antes do grande corte, que é o corte que livra os cabelos alisados para deixar crescer o cabelo crespo.

A organicidade dessas marcas corporais me instigou a escrever não somente sobre cabelos mas sobre a fabricação de um corpo que é composto por memória, dor, alegria, raiva, emoções, enfim. Estou assim, pensando em um corpo-documento, nos termos da professora e pesquisadora Beatriz Nascimento.<sup>2</sup> São marcas do colonialismo, da escravidão, da resistência, do afrontamento.

Trabalho com a ideia de estética do afrontamento. Essa seria a expressão corporal de signos que desafiam a norma. Que desafiam o que se espera de um corpo negro e africano. Afrontar com o corpo. Desafiar. Afrontar o padrão é também sentir na pele (literalmente) o peso dessa opção estético-política. É enfrentar risos pelas ruas, gritos e zombarias. É enfrentar o que se impôs como belo em séculos de dominação. É ressignificar a beleza. Construir o que se diz negro. É tudo isso e com o gosto de experimentar o que a escritora bell hooks<sup>3</sup> chama de amor interior. Gostar de si. Amar a si. Não por aquilo que o outro considera que deve ser amado. Mas pelo que uma coletividade global tomou coragem de eleger como afronta.

### **Confluências**

Em razão da diáspora africana, o Brasil deve ser considerado uma região do continente africano. Ou seja, se o Brasil está dividido em cinco grandes regiões, a diáspora africana deveria ser incluída como sua sexta região cultural. Nesse sentido, vamos encarar as populações afro-brasileiras como pessoas que foram raptadas e estão confinadas em um território onde constantemente tentam

---

2. Sergipana, a historiadora Beatriz Nascimento foi ativista do movimento negro. Publicou diversos artigos em revistas e peças jornalísticas e teorizou sobre o quilombismo.

3. bell hooks é uma escritora negra estadunidense, cujo nome se escreve assim, todo em letras minúsculas.

moldá-las. Assim, com o tempo, e com esse corpo-território de que fala Beatriz Nascimento, são compostos territórios transatlânticos. Falo isso porque a população afro-brasileira passa por uma situação complexa: não plenamente aceita como parte constitutiva e civilizatória do Brasil e sequer considerada como filha d'África, em um reconhecimento pleno. Alguns dos nossos irmãos africanos não nos reconhecem tal, e isso nos é vivido com certa dose de tristeza (banzo).

Em variadas situações, o Brasil tampouco recebe dignamente os diversos povos do continente africano que aqui aportam como imigrantes. Geralmente, em situações subalternas de emprego, moradia e modos de serem tratados, esses imigrantes enfrentam xenofobia e racismo cotidianamente.

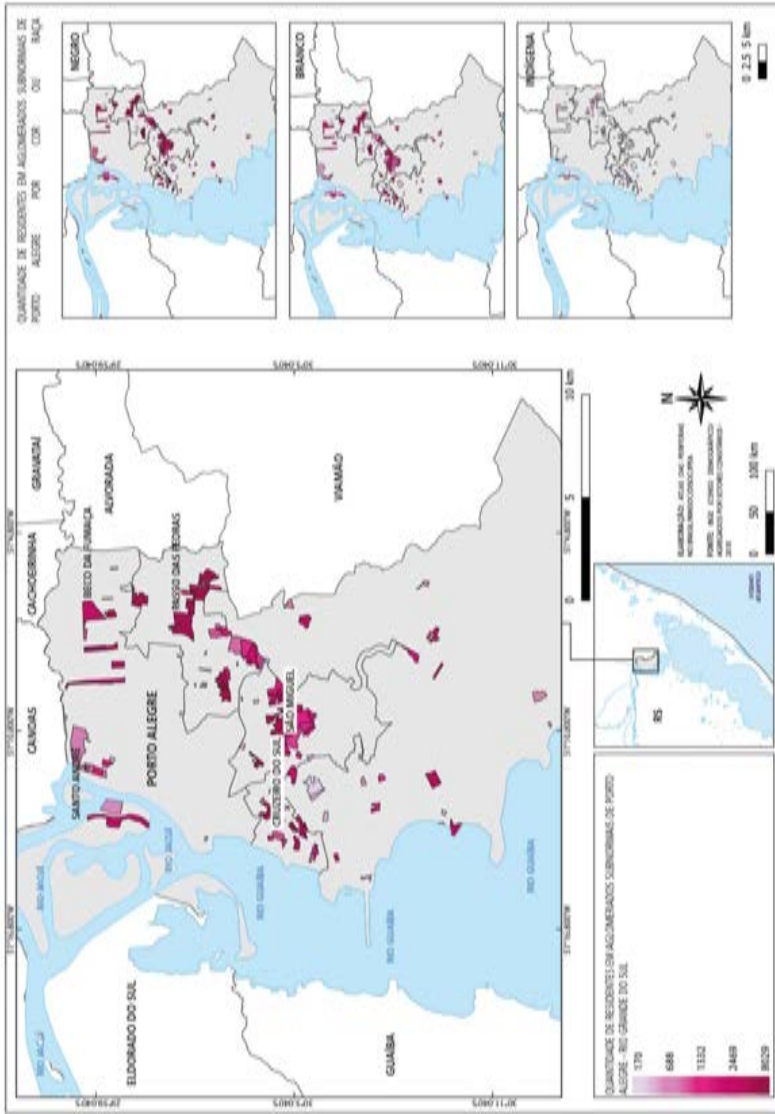
Faz-se necessária uma agenda política que tome para si o papel de integrar esses espaços corporificados. Na voz do escritor e professor Antônio Bispo<sup>4</sup> e de todas as mestras do saber que ecoam sua fala, sabemos que com a chegada dos povos africanos ao Brasil, se deu a confluência com os chamados indígenas que aqui habitavam. Essa confluência é cosmológica. Lógicas em comum se encontraram e firmaram laços que, sem os quais, jamais haveríamos sobrevivido às condições em que nos encontrávamos. Tal convergência continua a ser sentidas no tempo e no espaço, de modo que é possível realizar paralelos entre os povos encontrados nos territórios brasis e os povos que estão do outro lado do Atlântico. É a isso que Antônio Bispo chama de confluências. Marcas corporais estão perpassadas por sentimentos de pertencimentos tanto aqui como alhures. Pertencimentos étnicos, nacionais, territoriais e cosmológicos.

---

4. Antônio Bispo é uma liderança quilombola e escritor.

MAPA 1

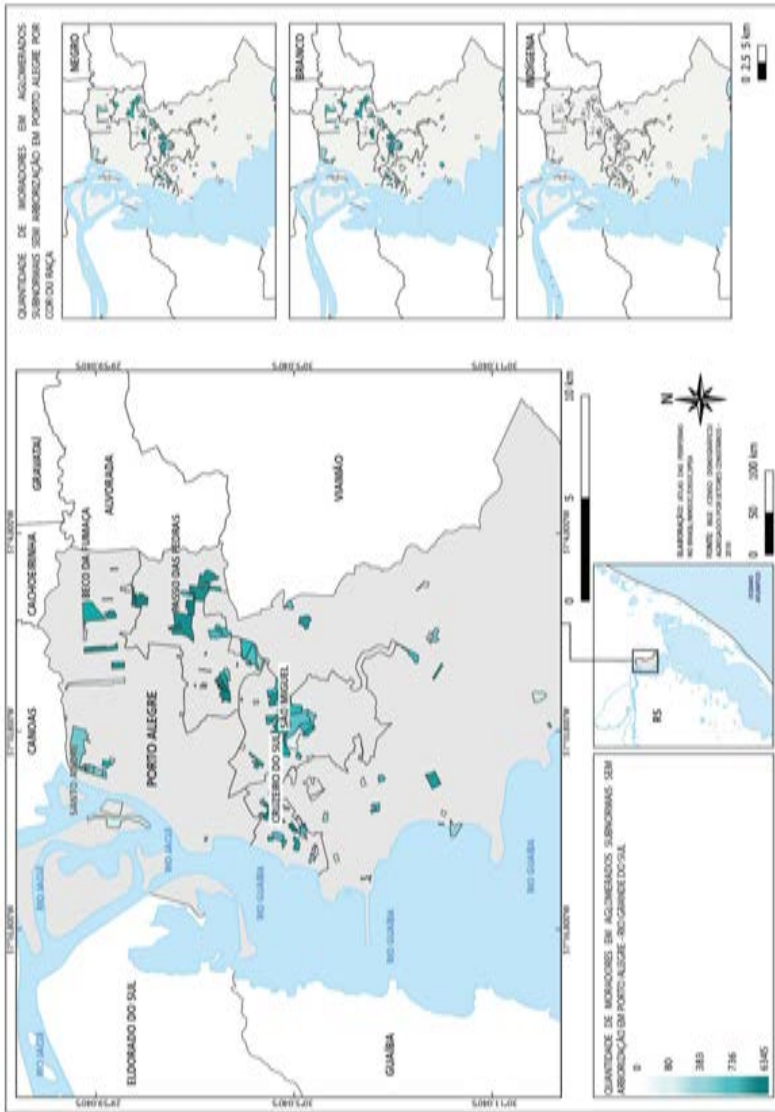
Porto Alegre: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

## MAPA 2

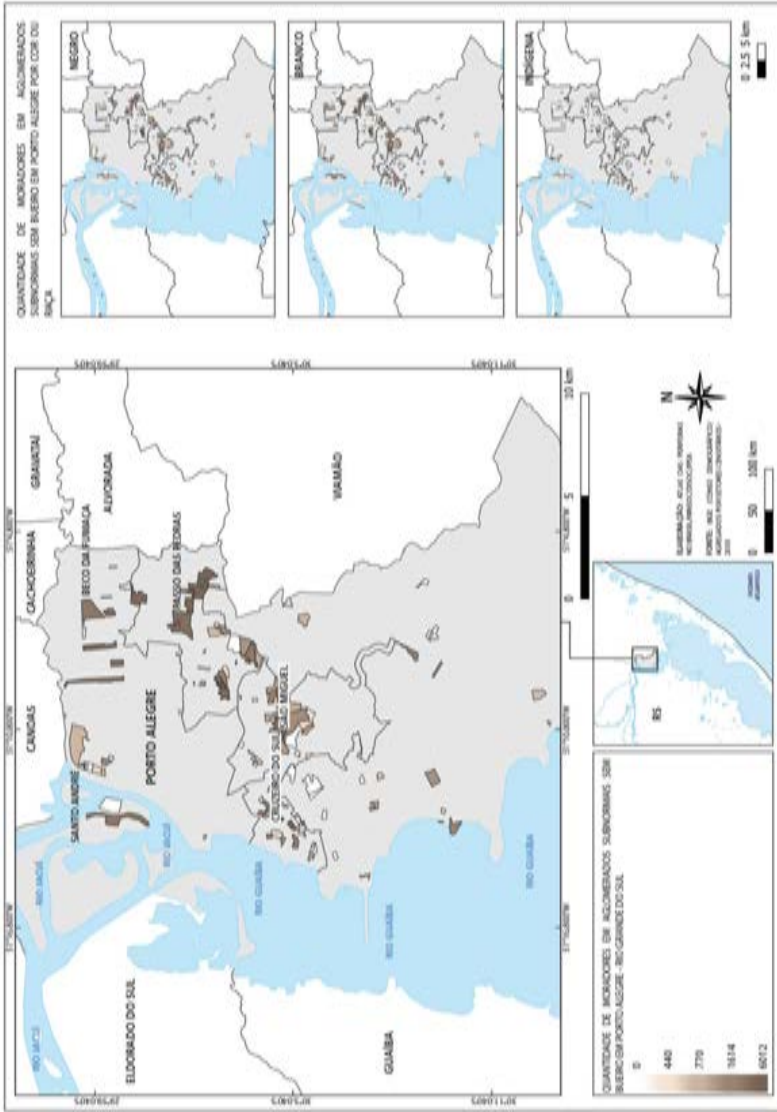
## Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 3

Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)

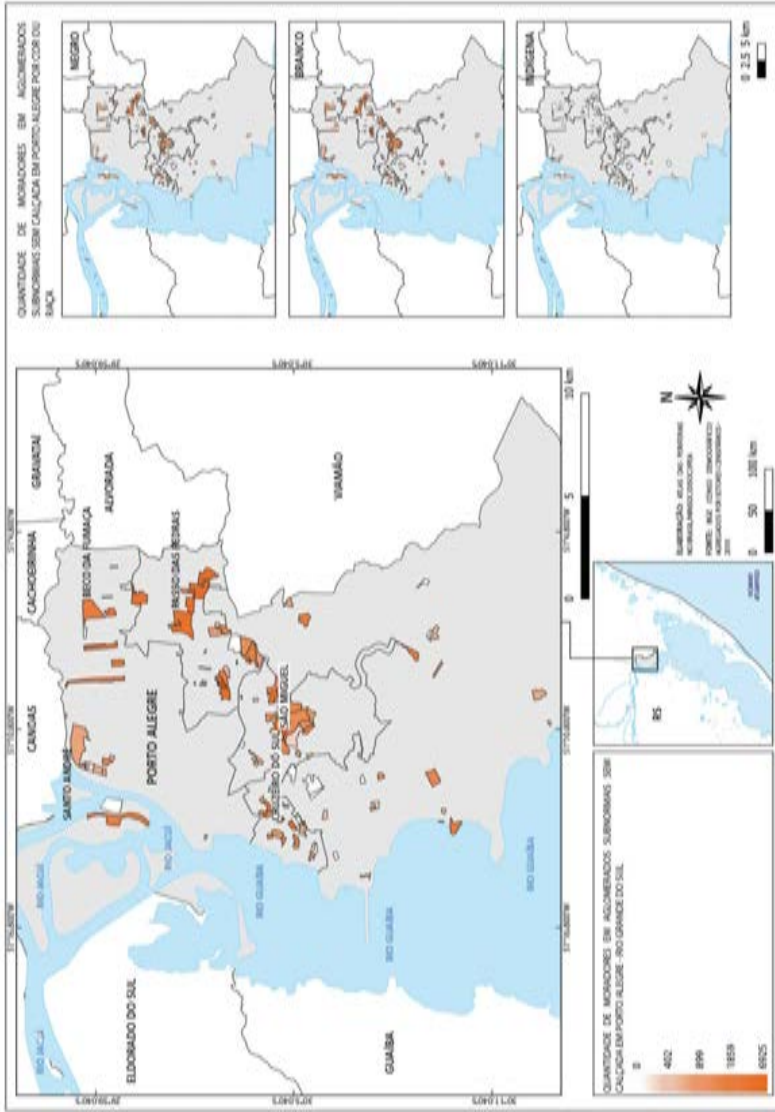


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



## MAPA 4

## Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)

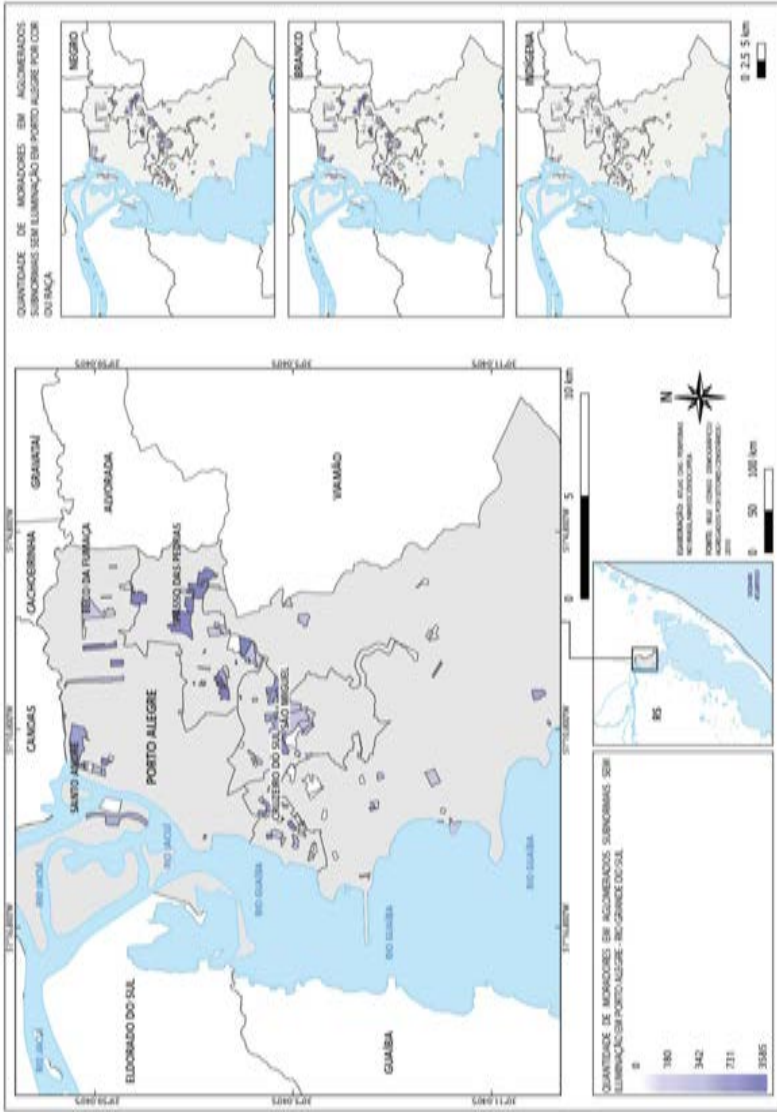


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



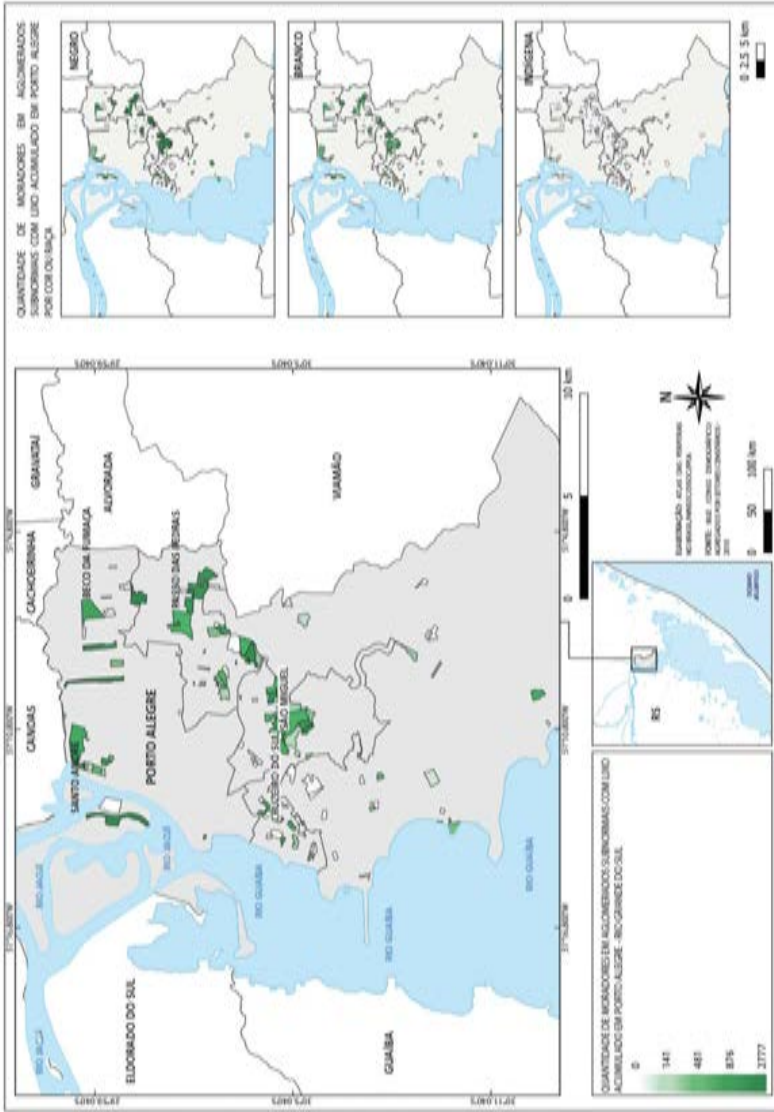
MAPA 6

Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



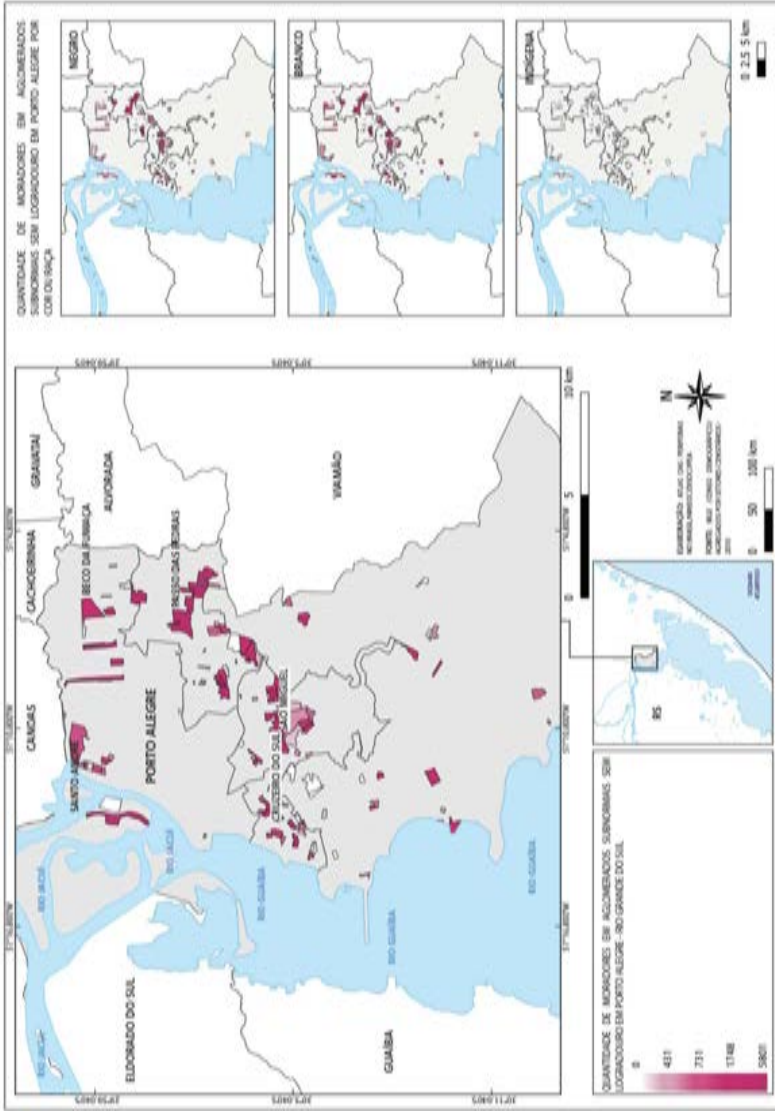
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 7  
**Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

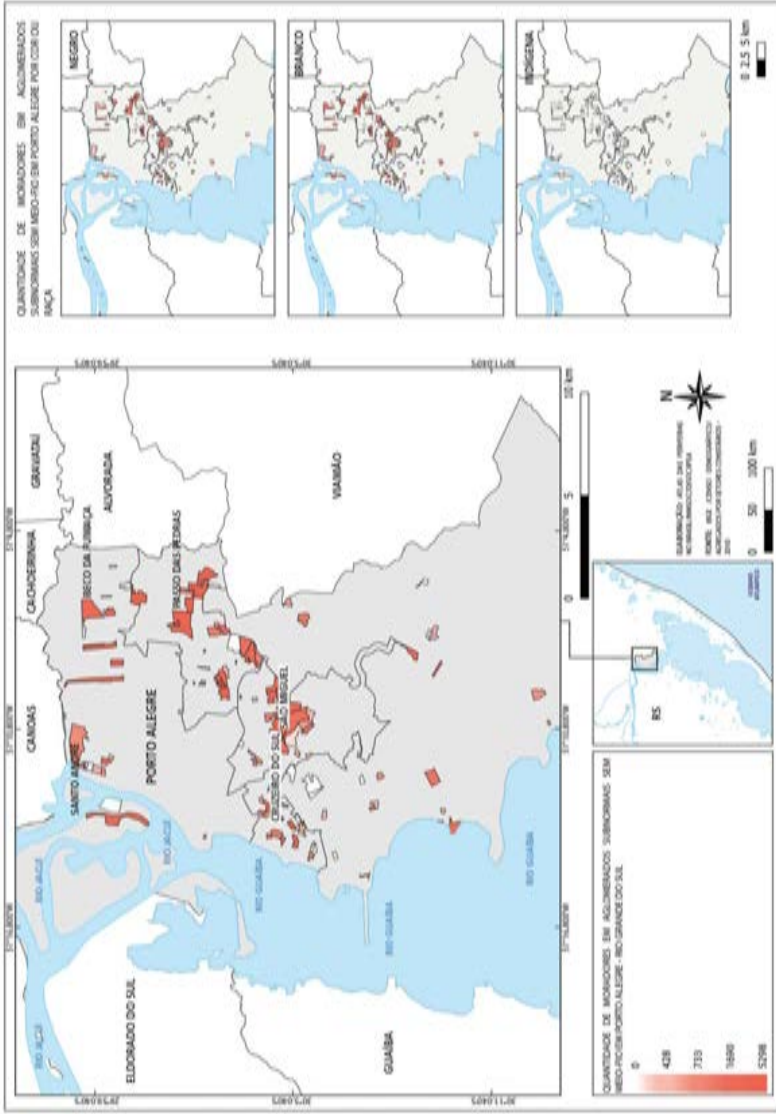
MAPA 8  
Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 9

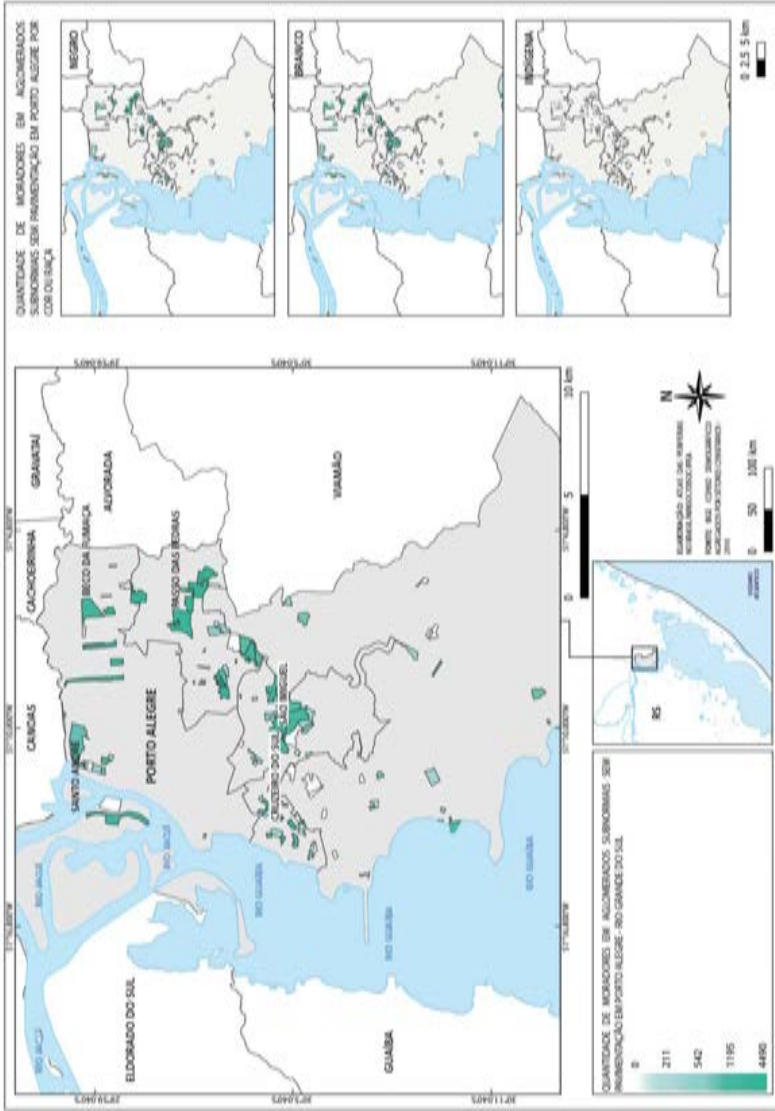
Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

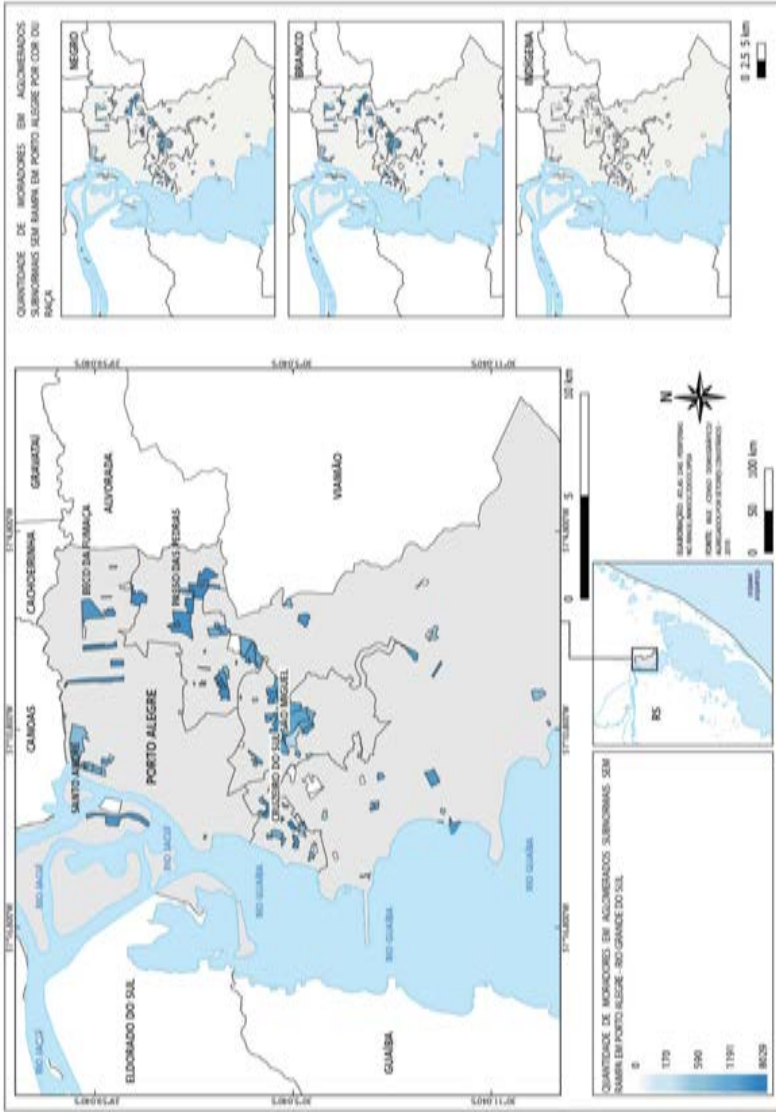


MAPA 10  
Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

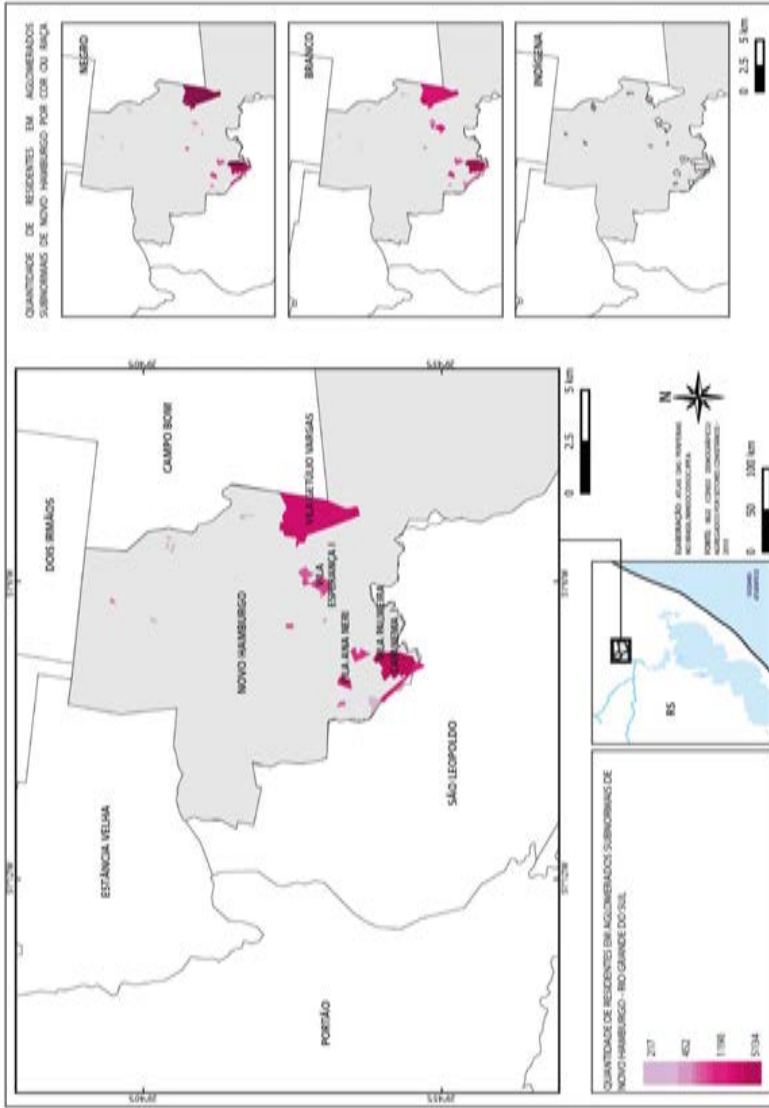
MAPA 11  
Porto Alegre: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

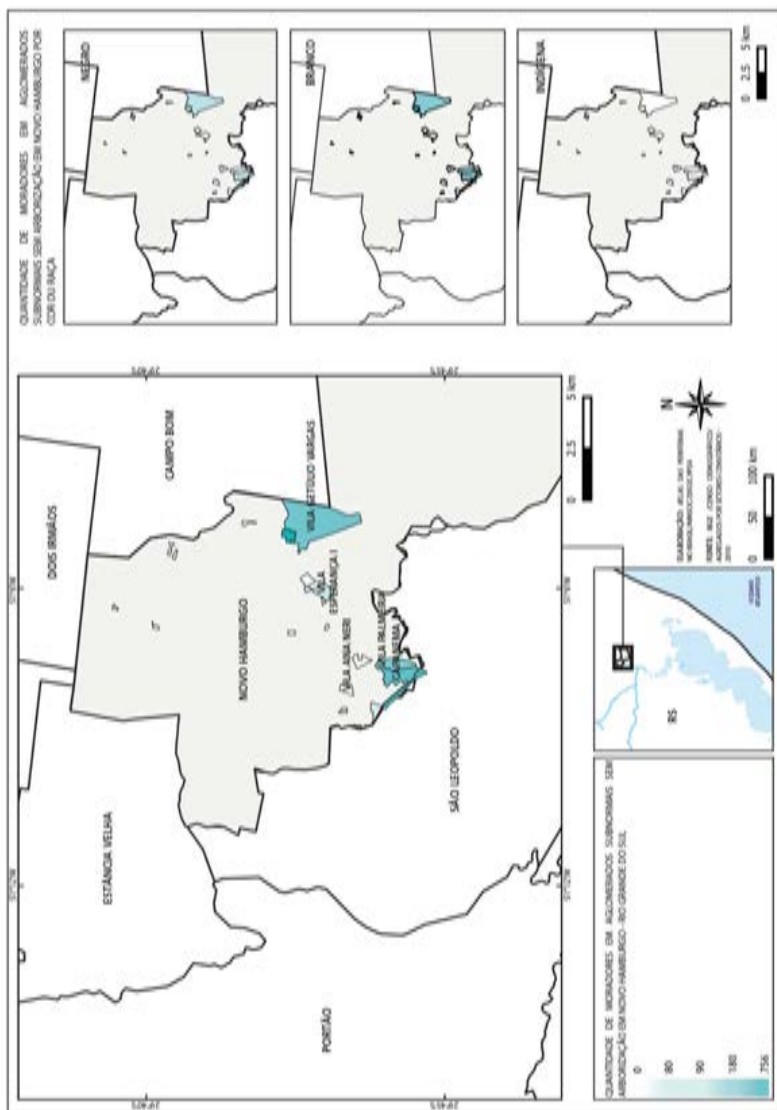


MAPA 12  
Novo Hamburgo: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



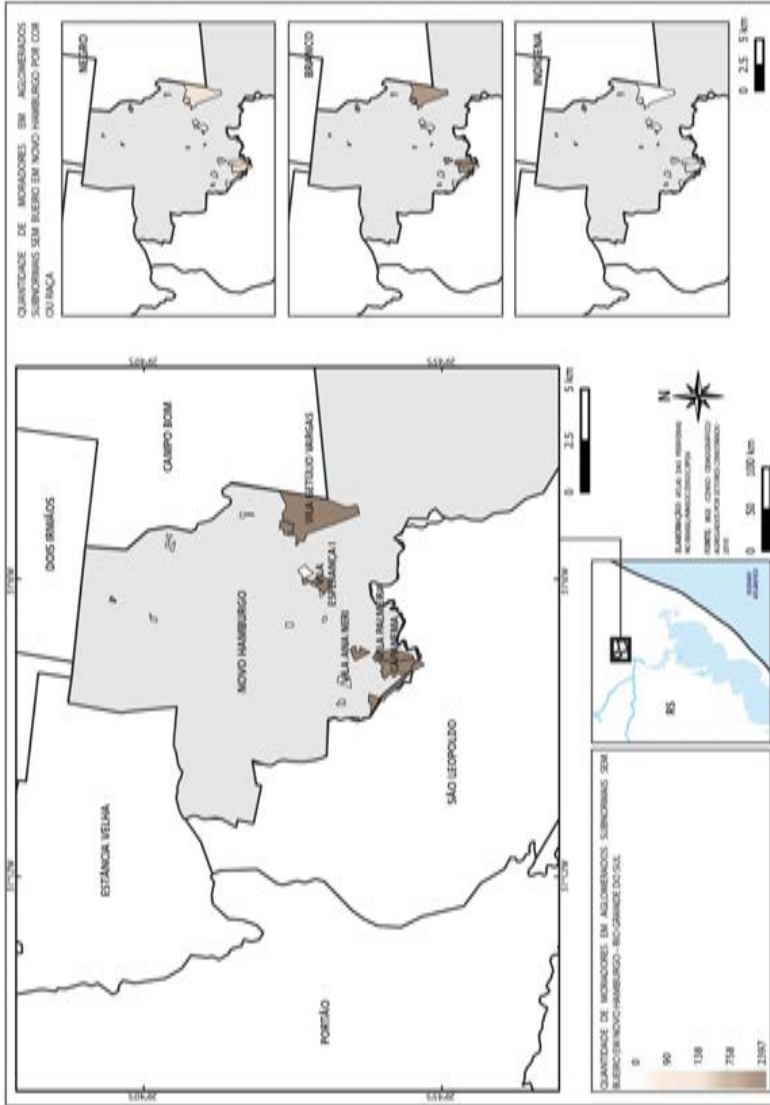
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 13  
**Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 14  
 Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



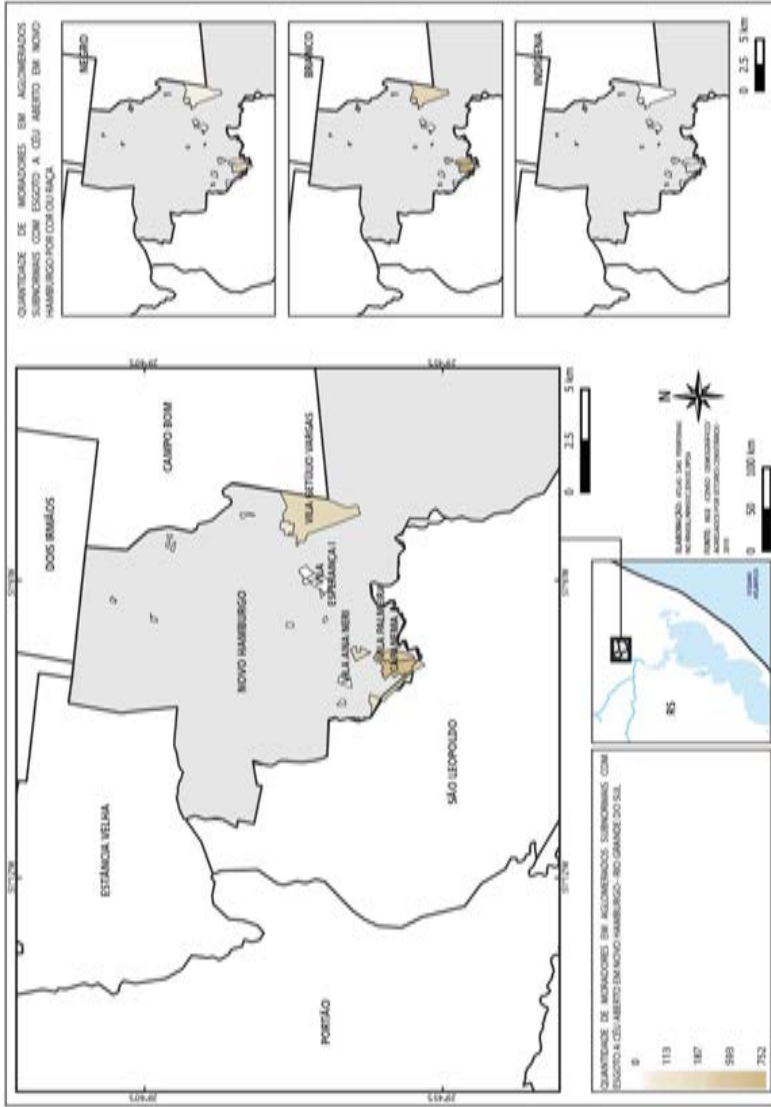
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 15  
Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



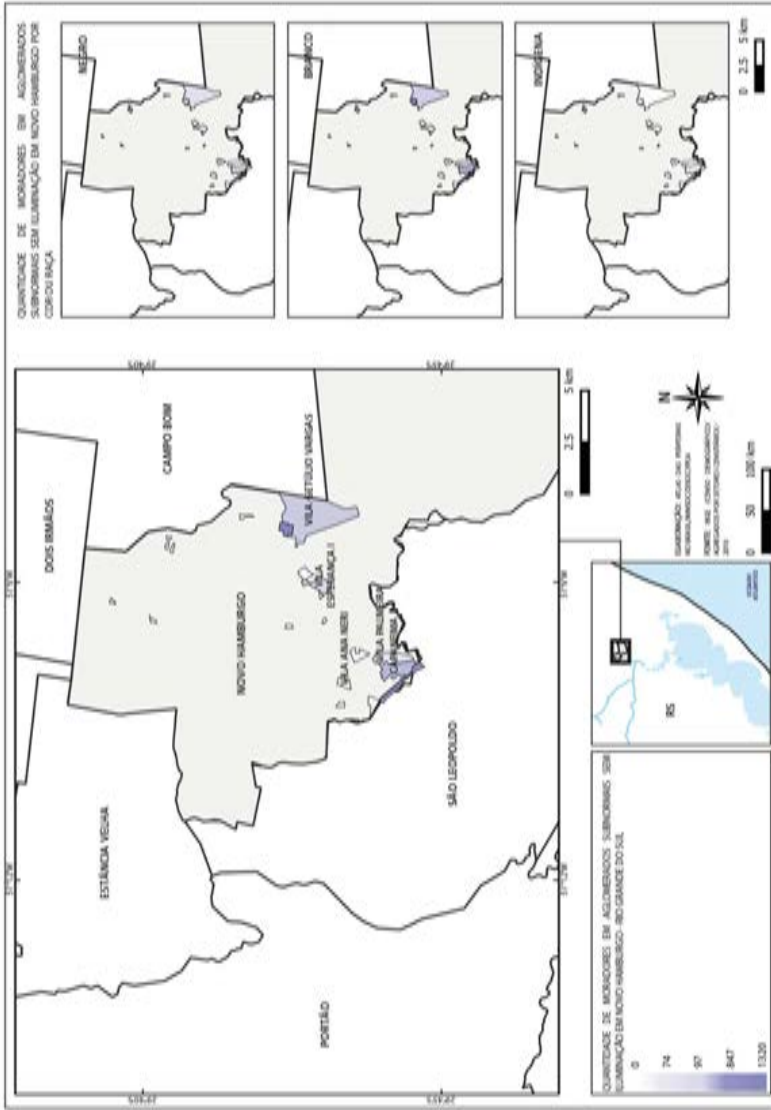
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 16  
 Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



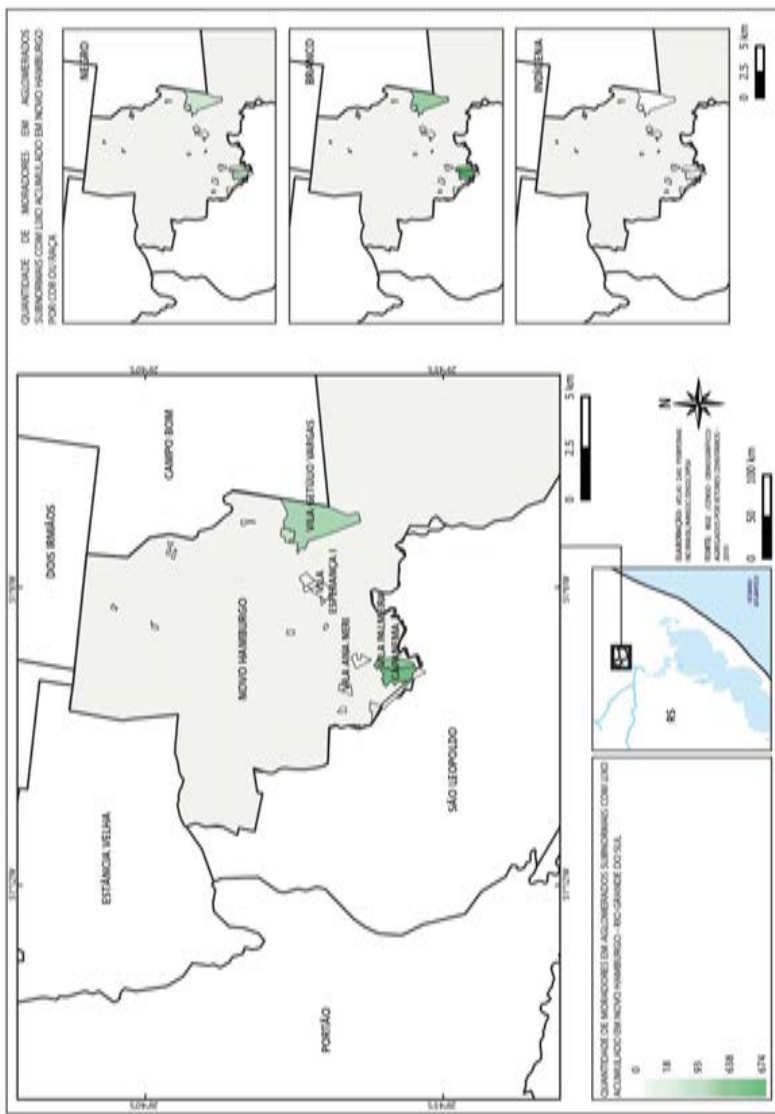
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 17  
Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



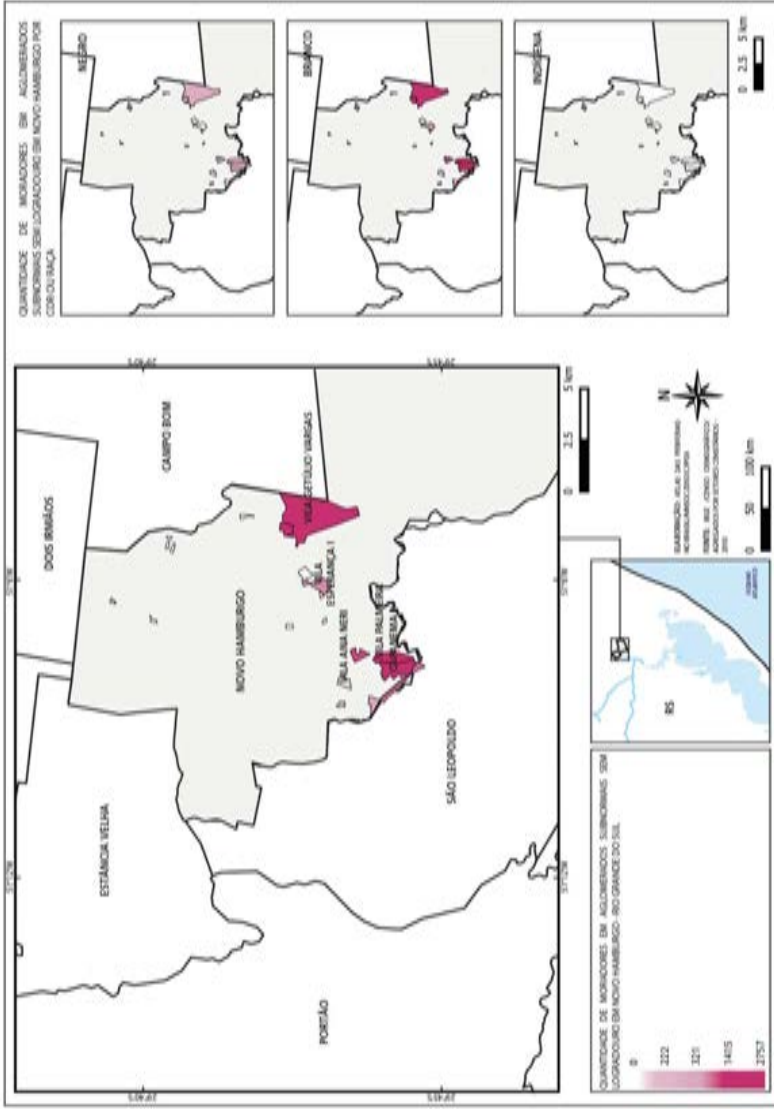
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 18  
Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 19  
**Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)**



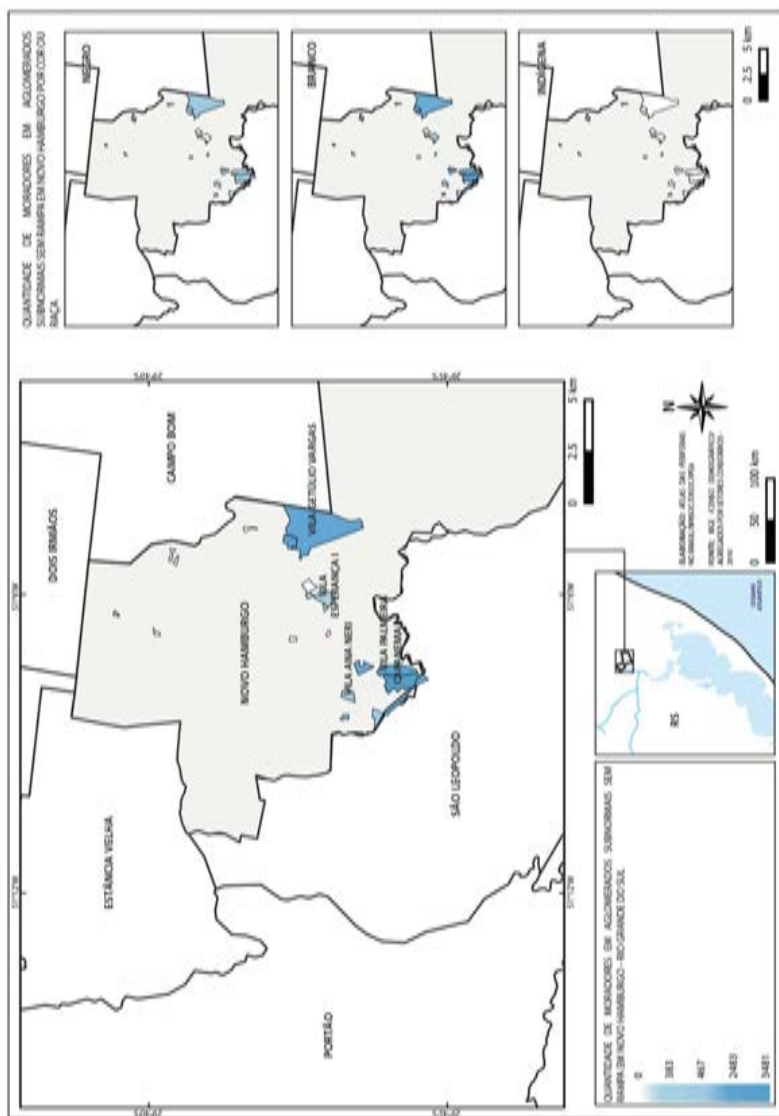
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.







MAPA 22  
Novo Hamburgo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





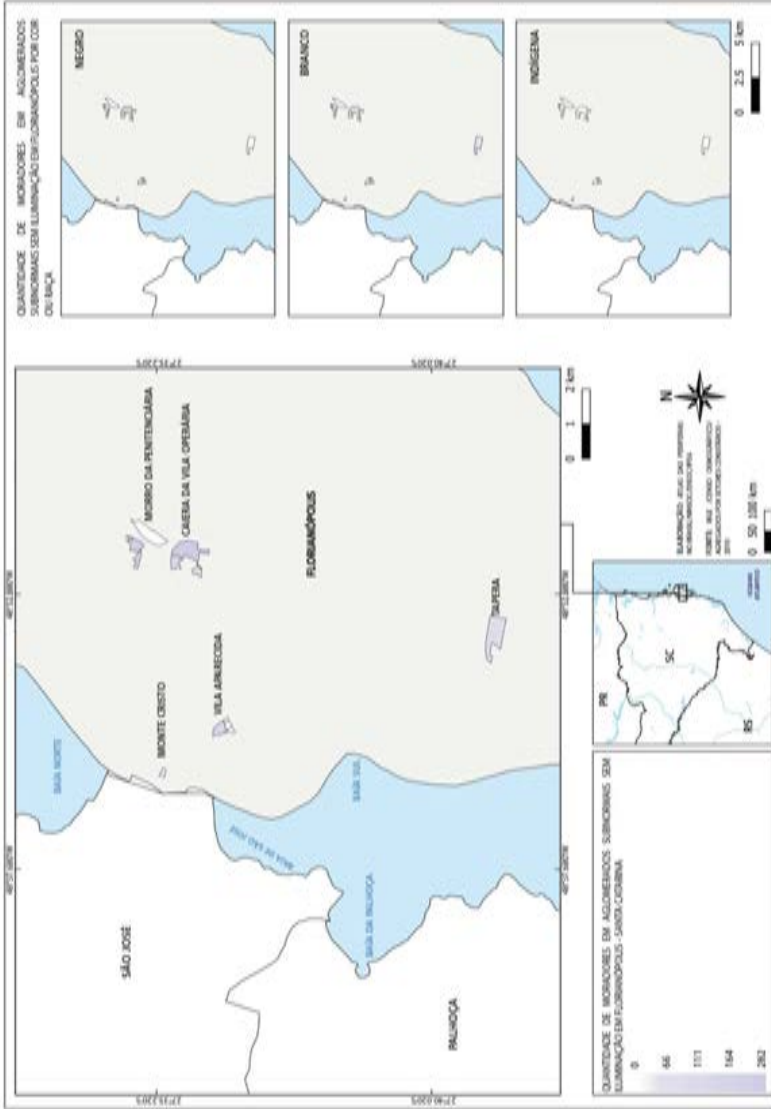






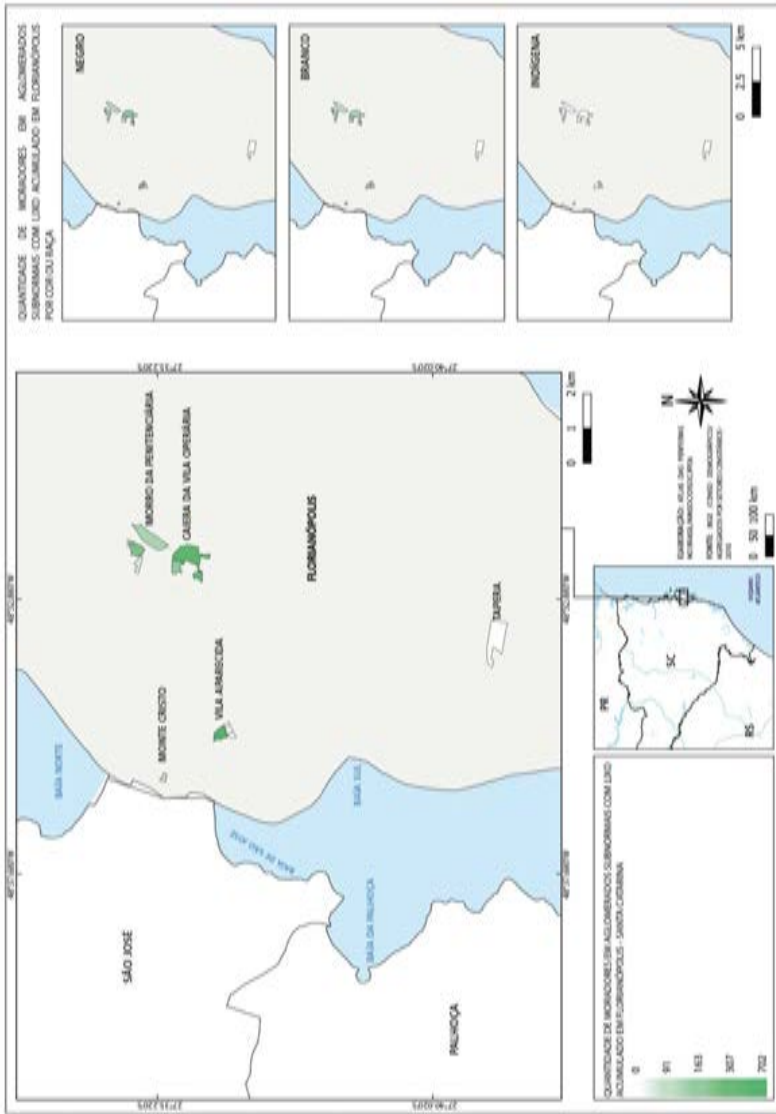


MAPA 28  
 Florianópolis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



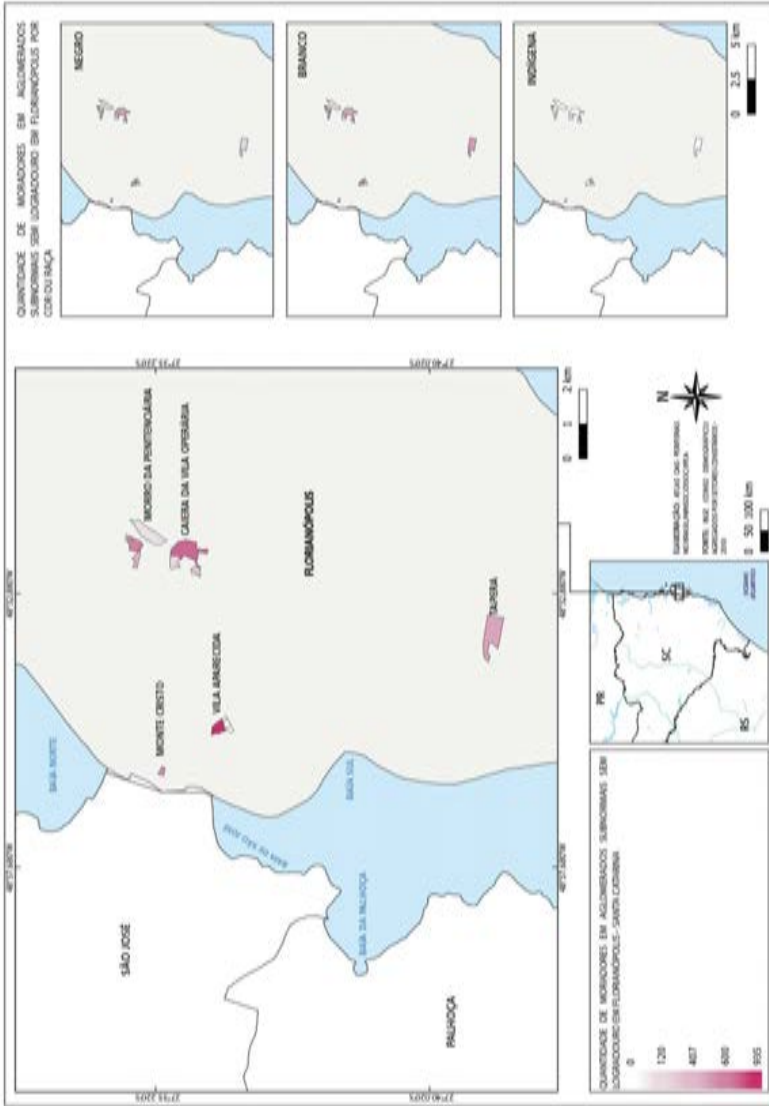
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 29  
Florianópolis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



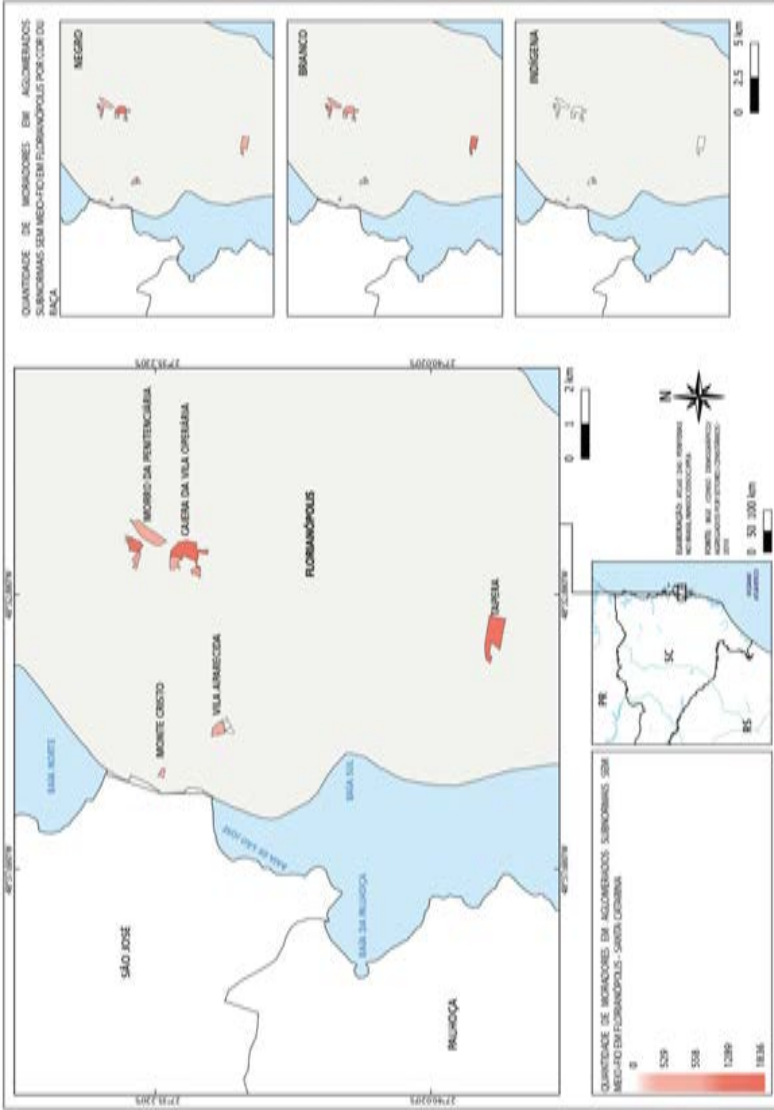
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 30  
**Florianópolis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)**



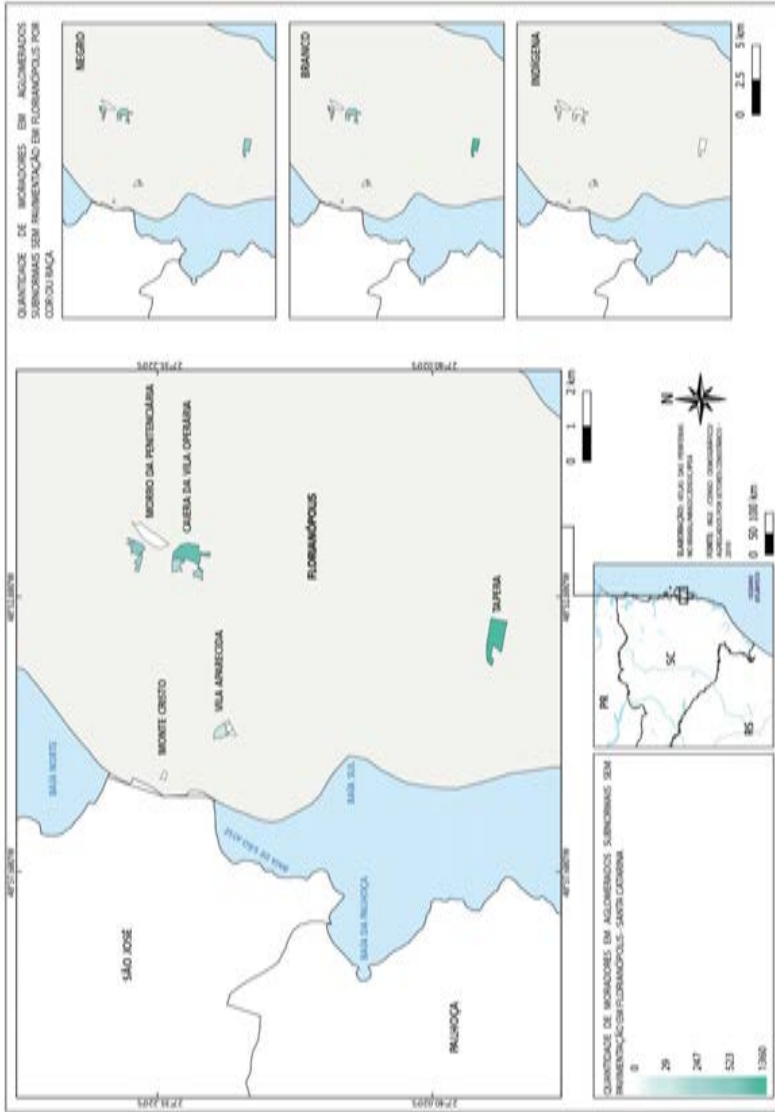
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 31  
Florianópolis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

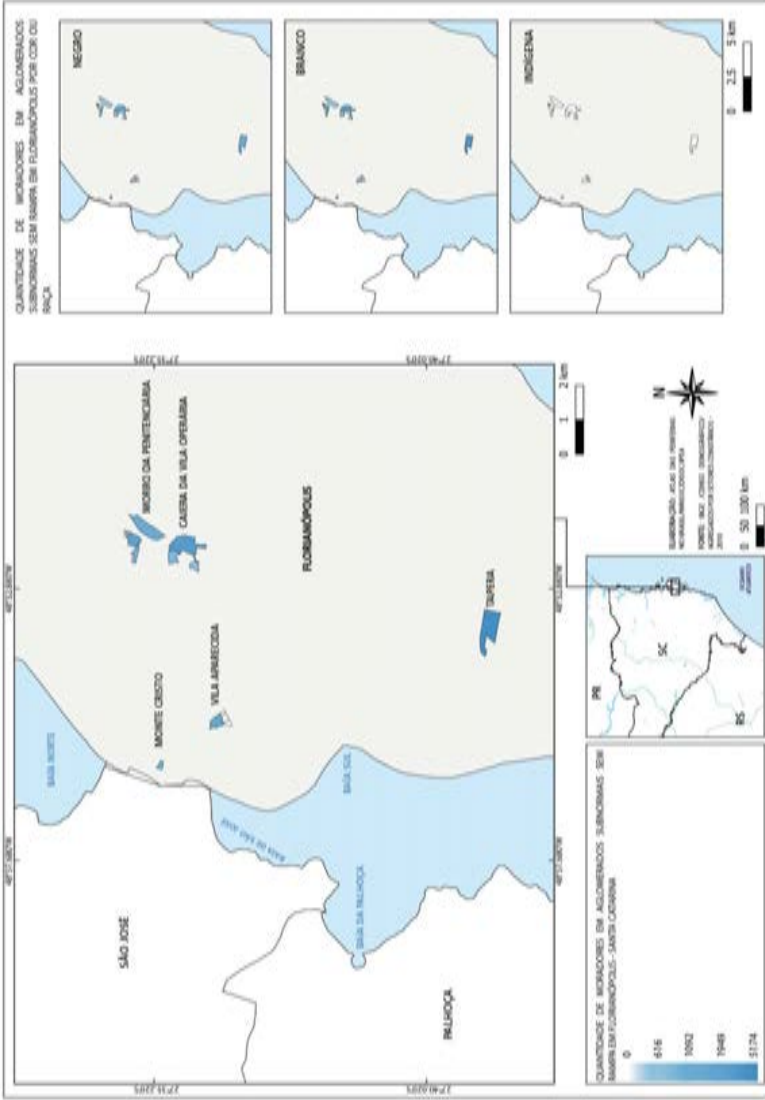
MAPA 32  
 Florianópolis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

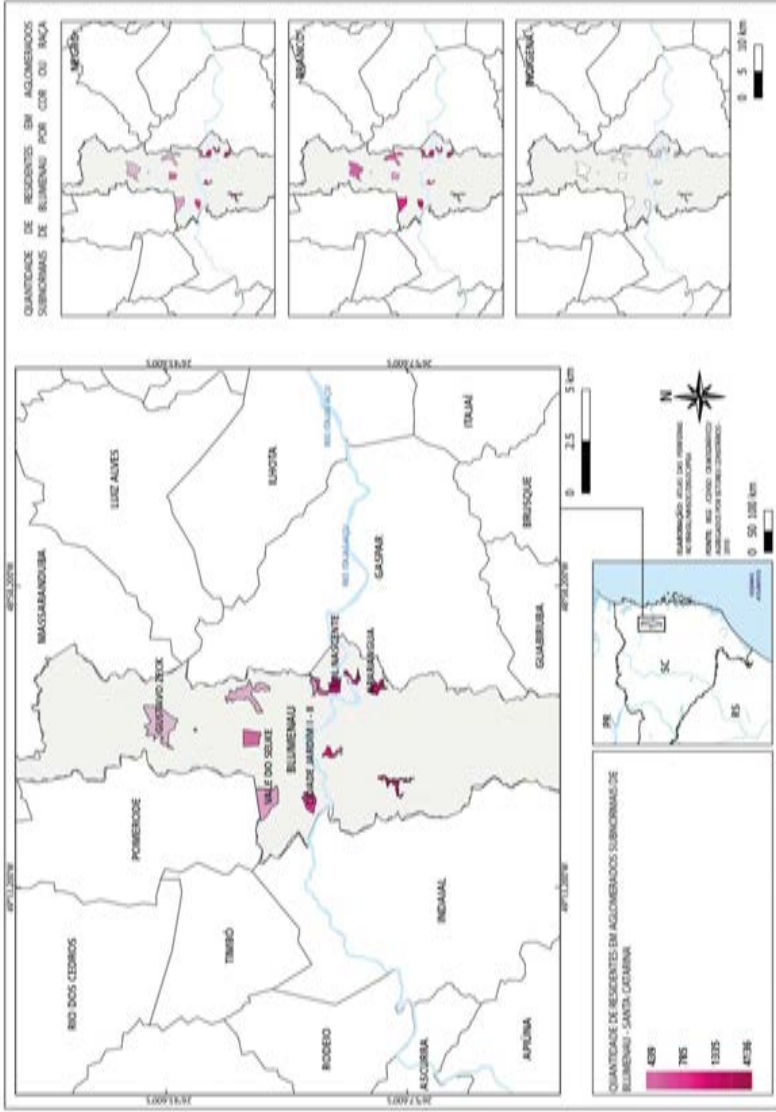
MAPA 33

Florianópolis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



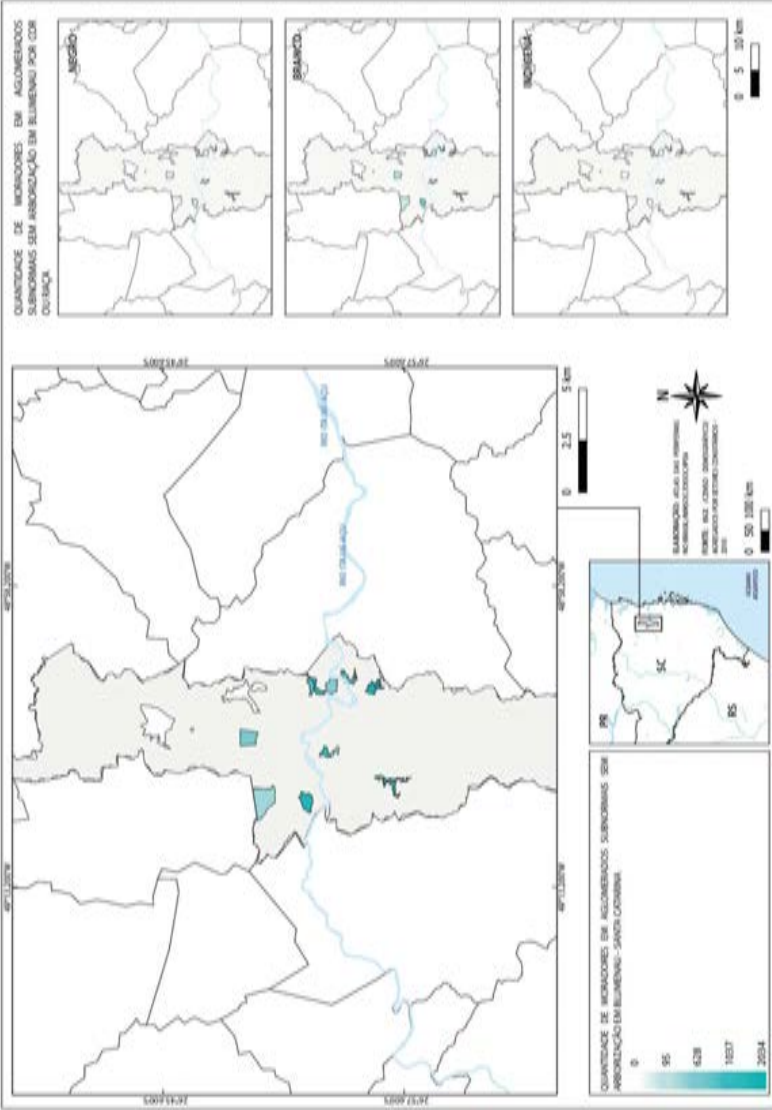
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 34  
Blumenau: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.

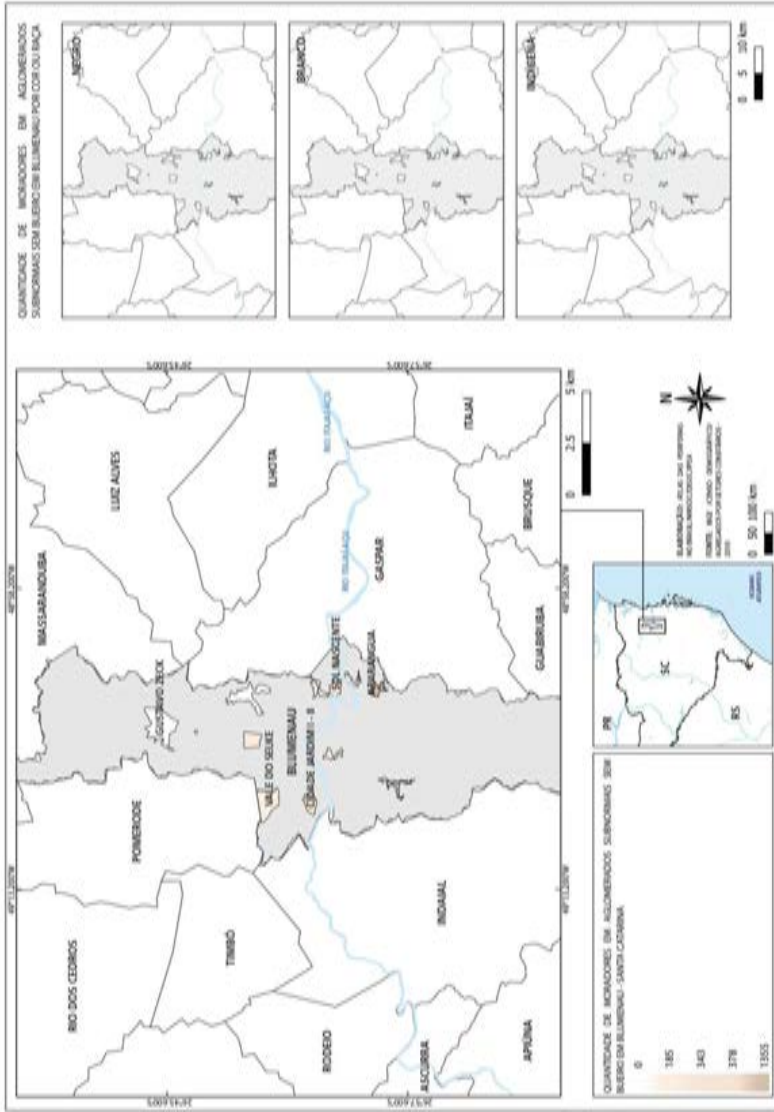
MAPA 35  
Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



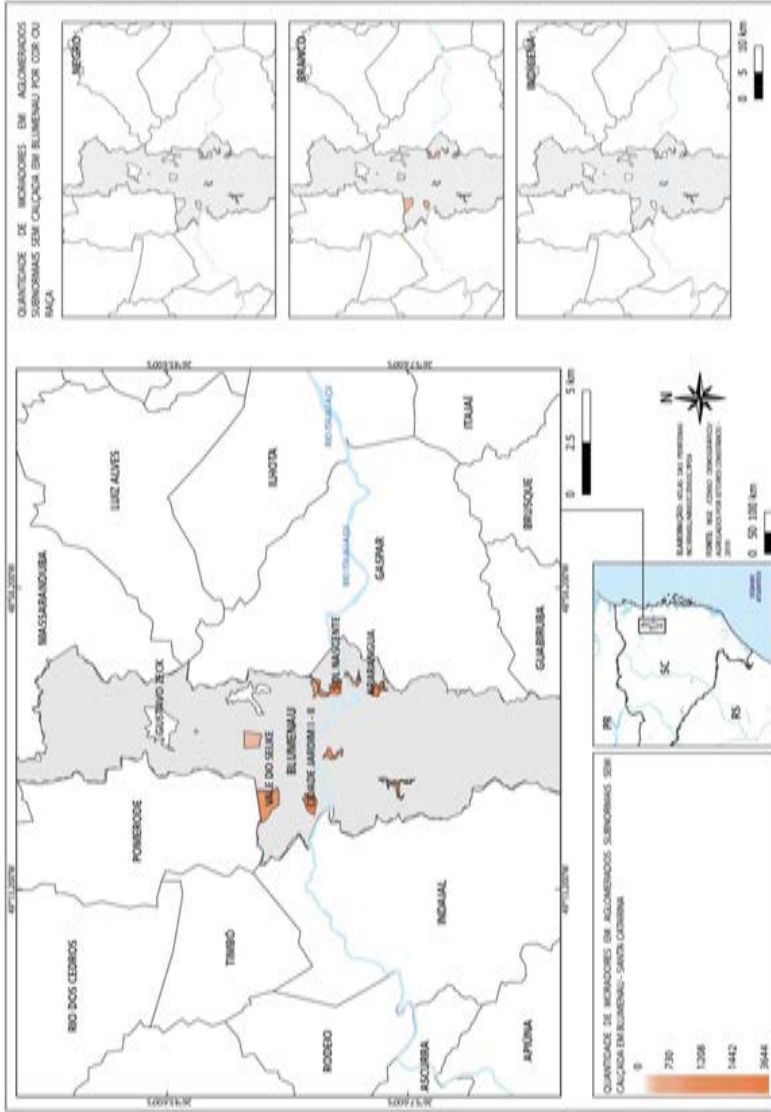
MAPA 36  
Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

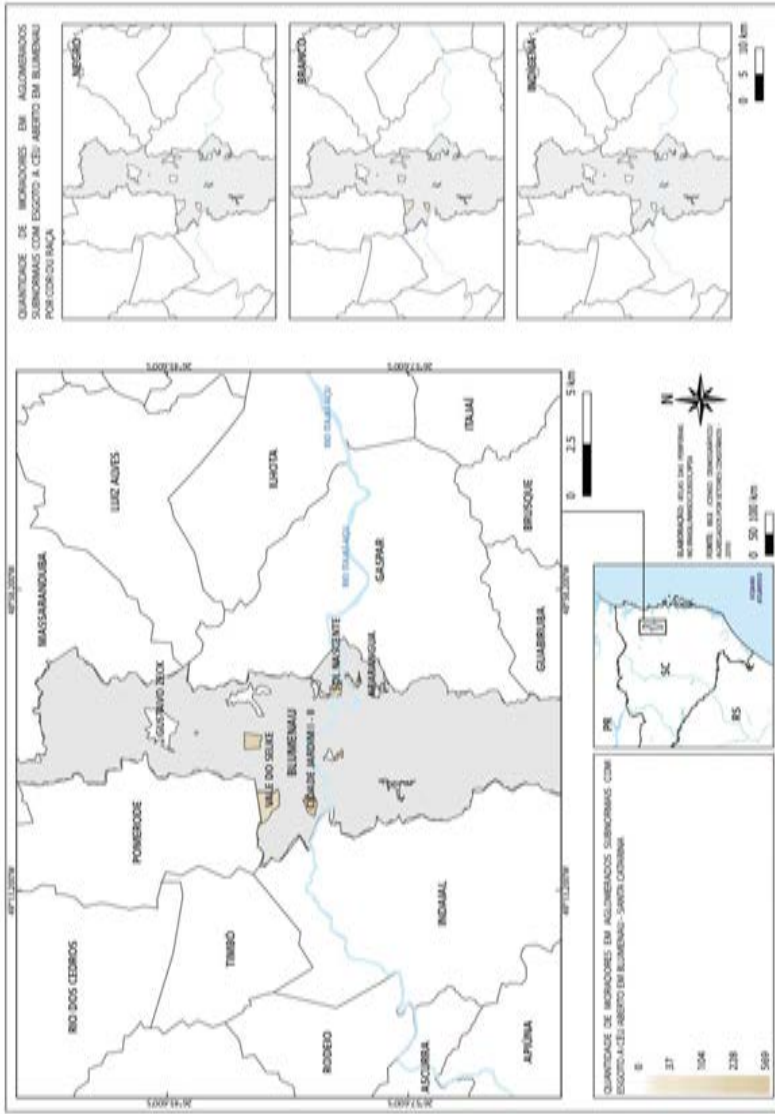
MAPA 37

Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



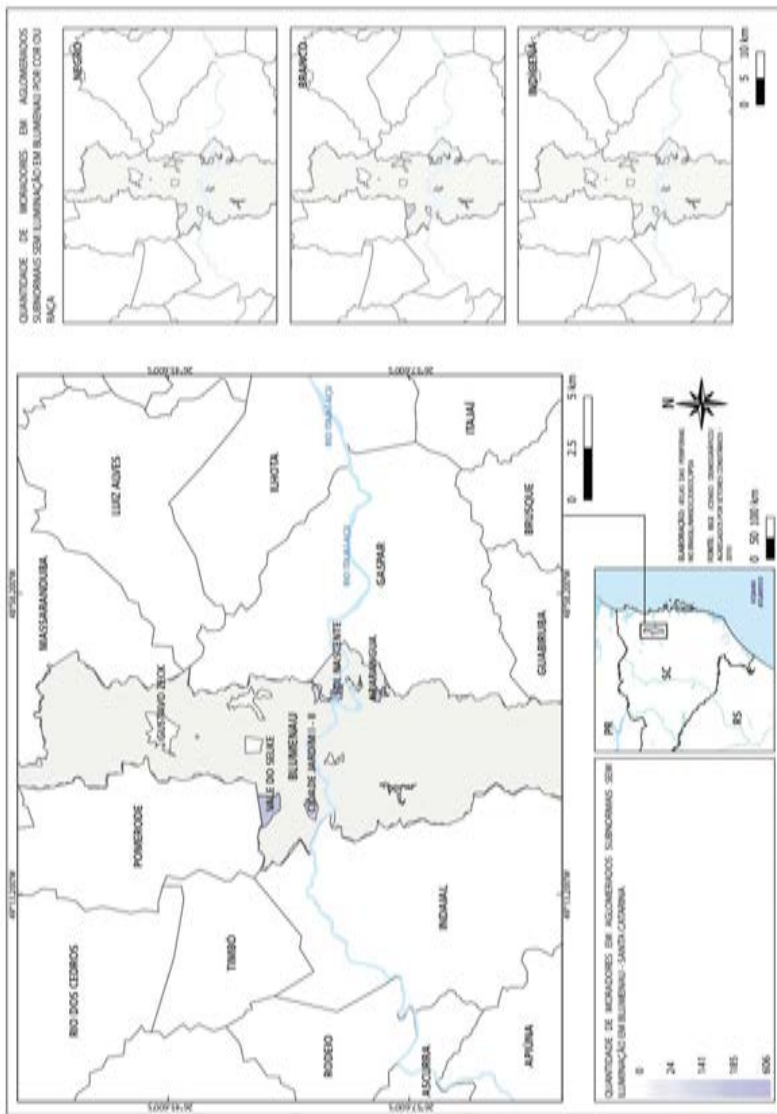
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 38  
Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

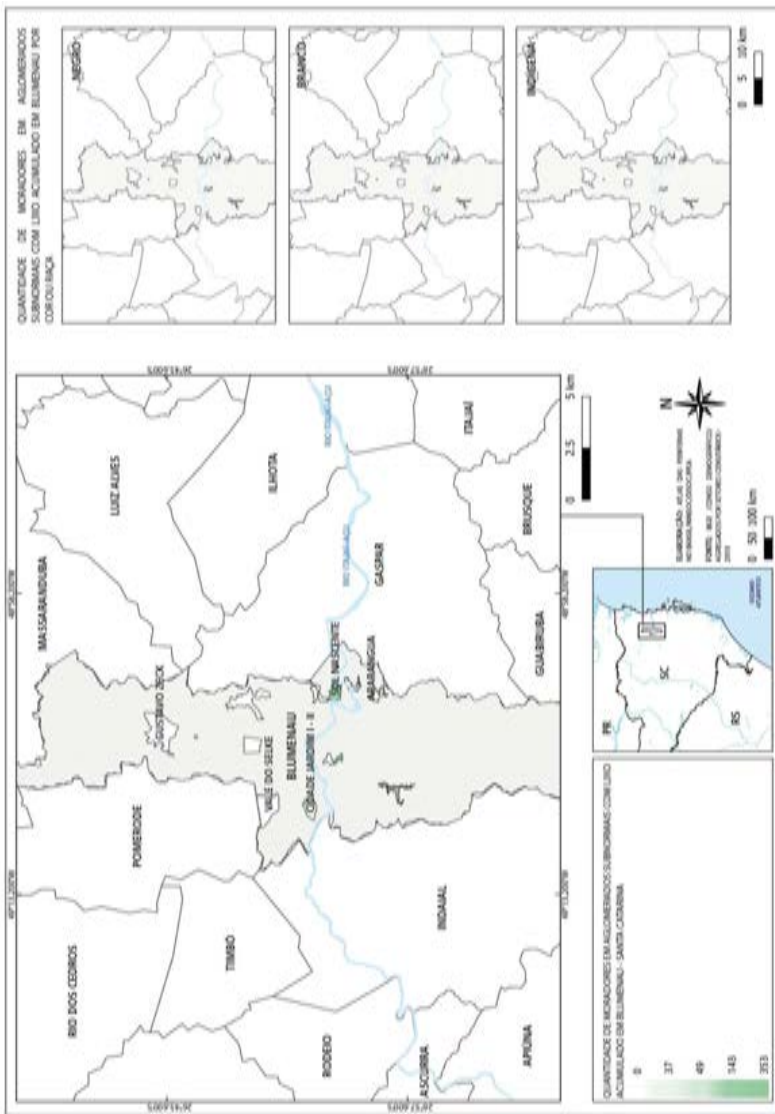
**MAPA 39**  
**Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 40

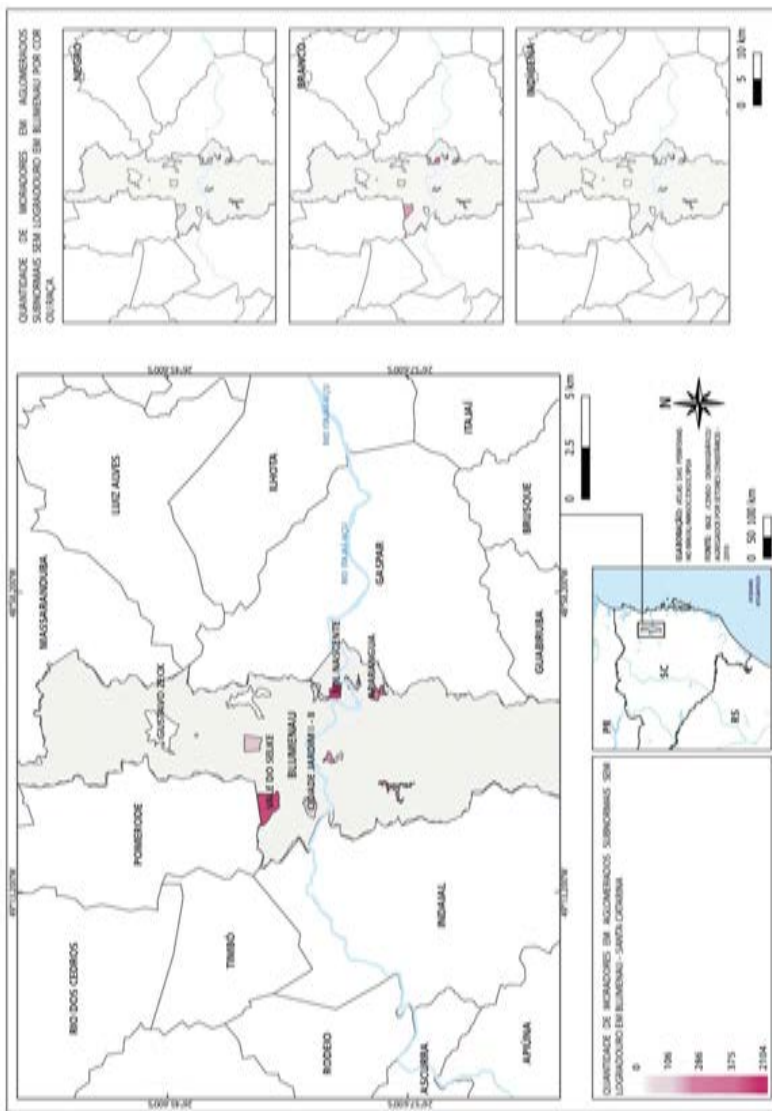
Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.

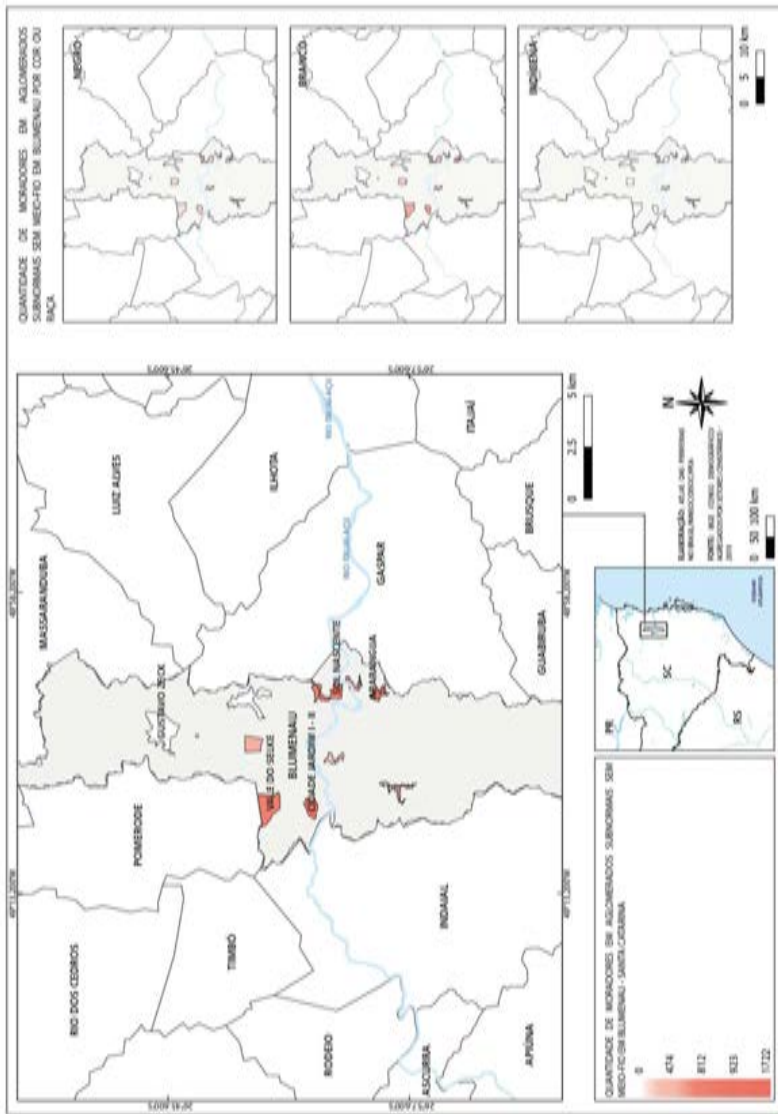
MAPA 41

Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

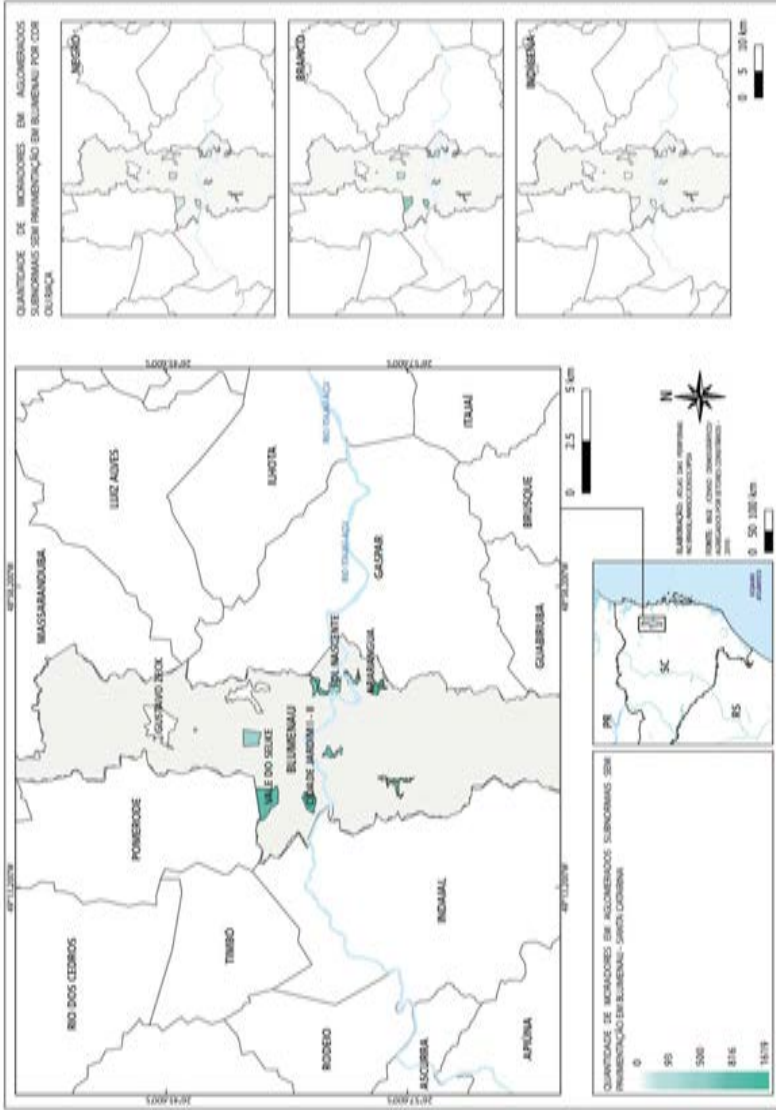
MAPA 42  
Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 43  
Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)

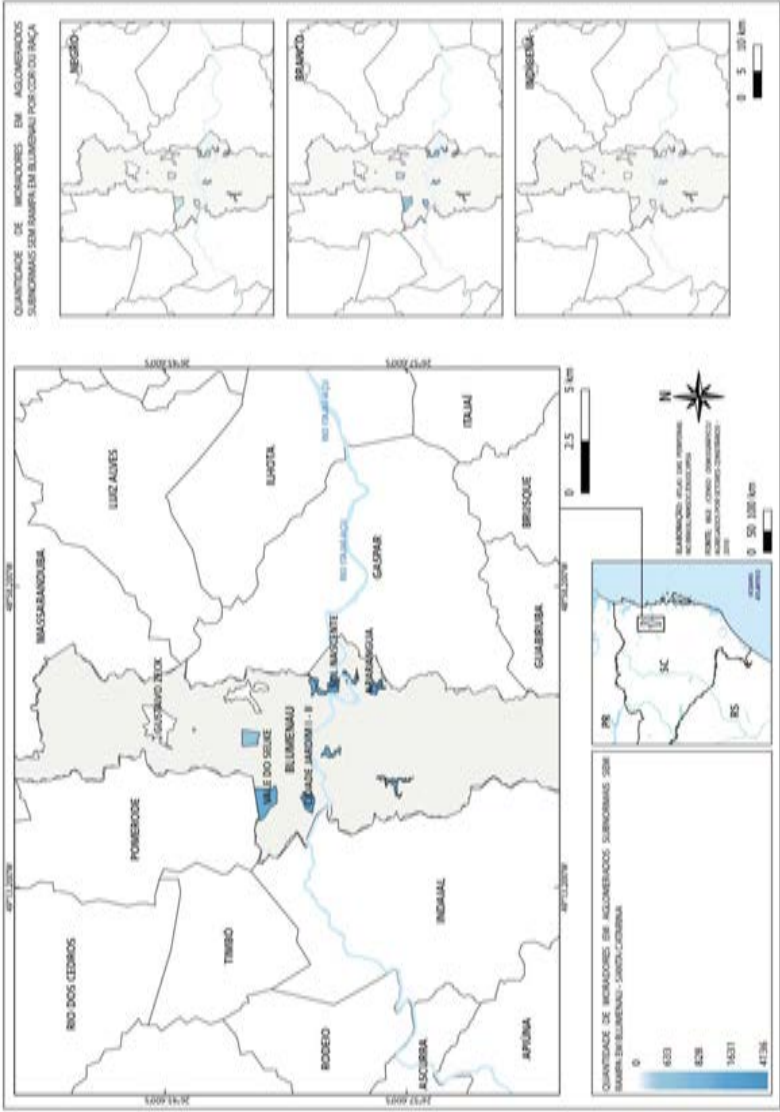


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



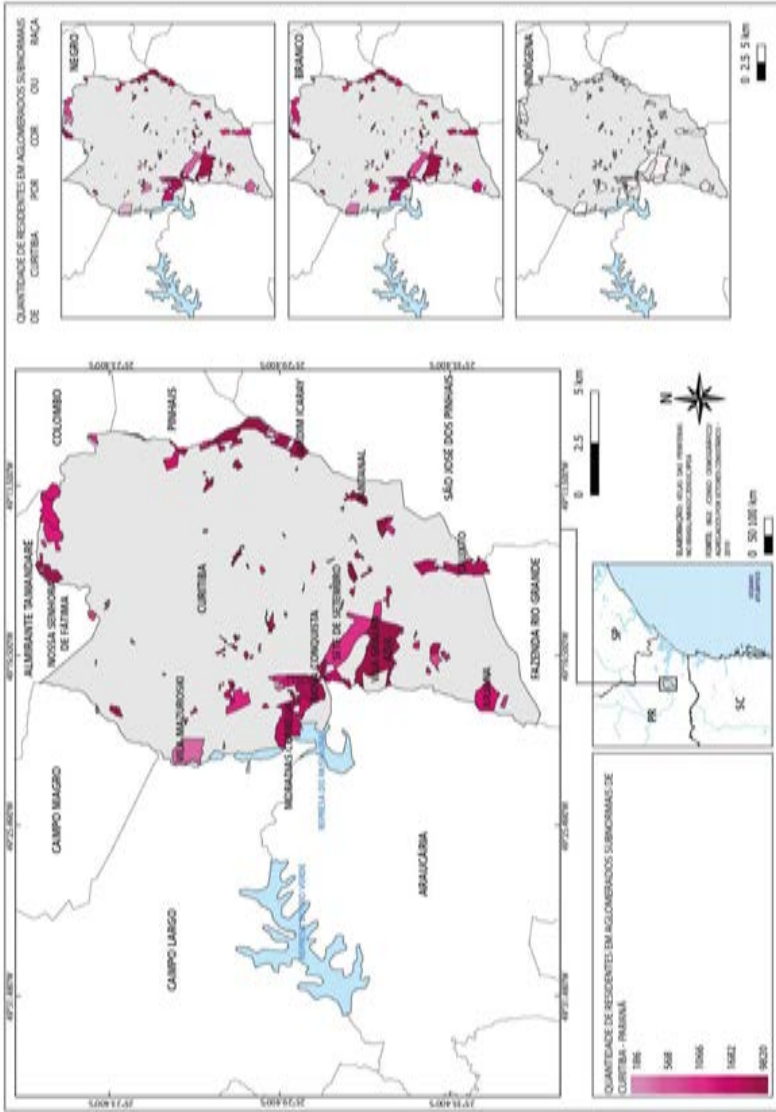
MAPA 44

Blumenau: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

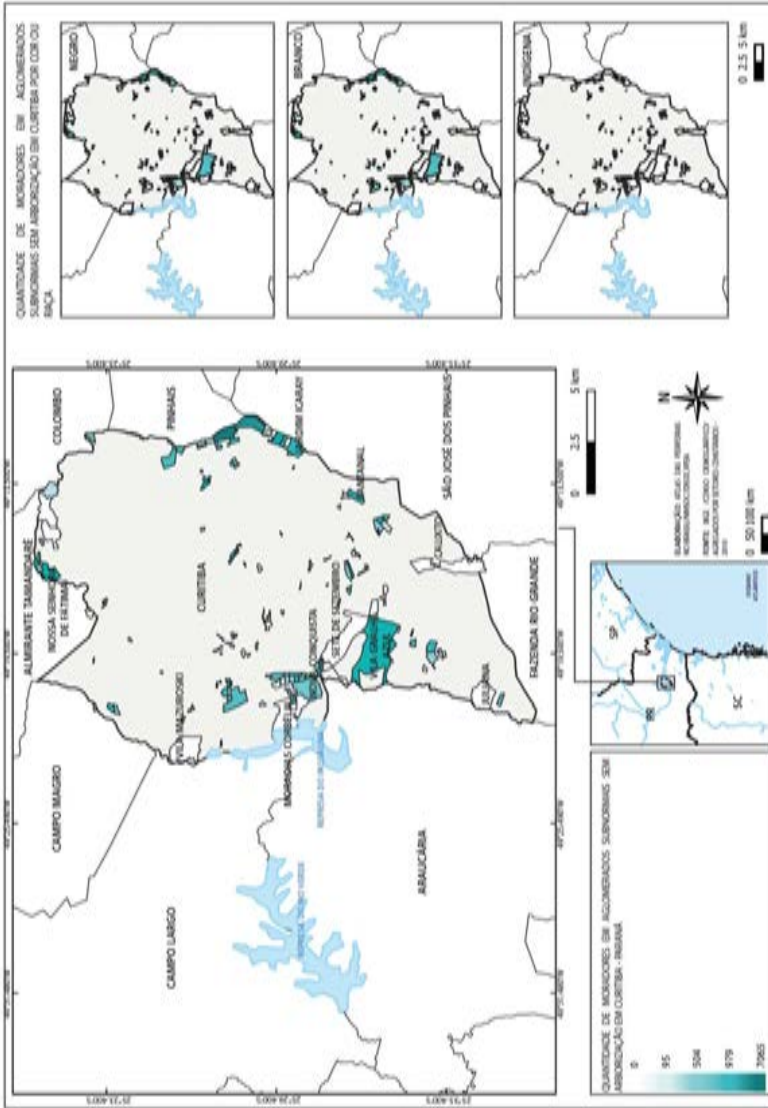
MAPA 45  
Curitiba: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



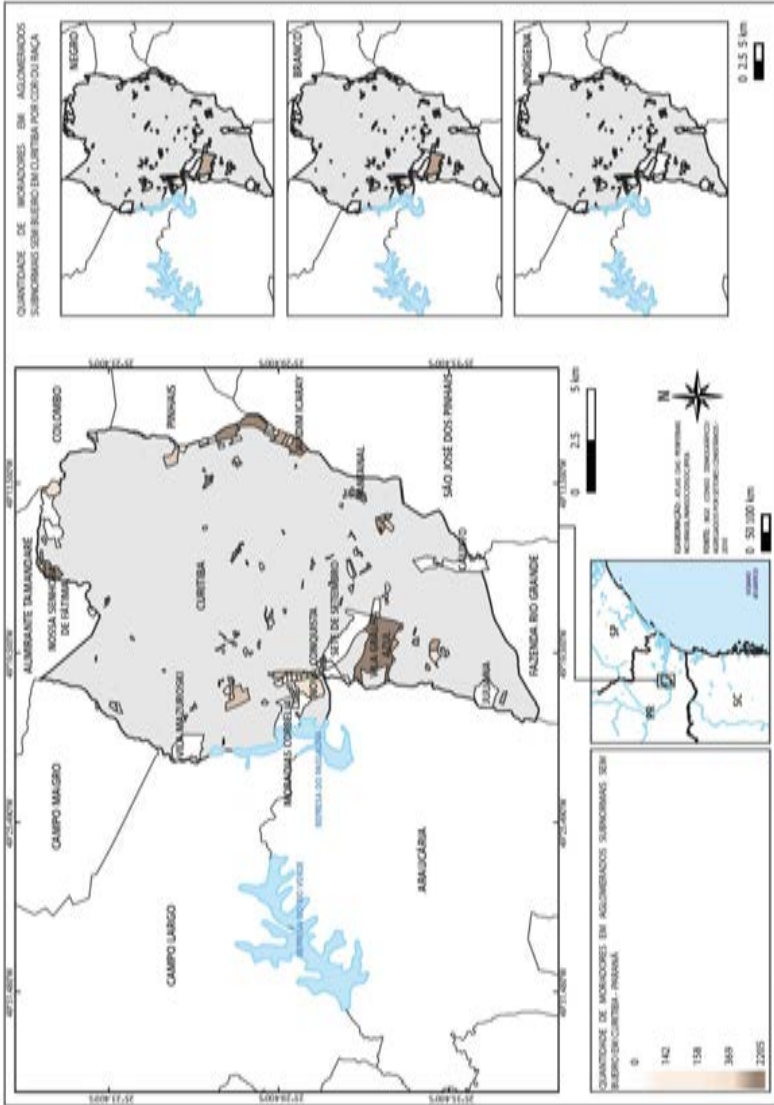
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 46

Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)

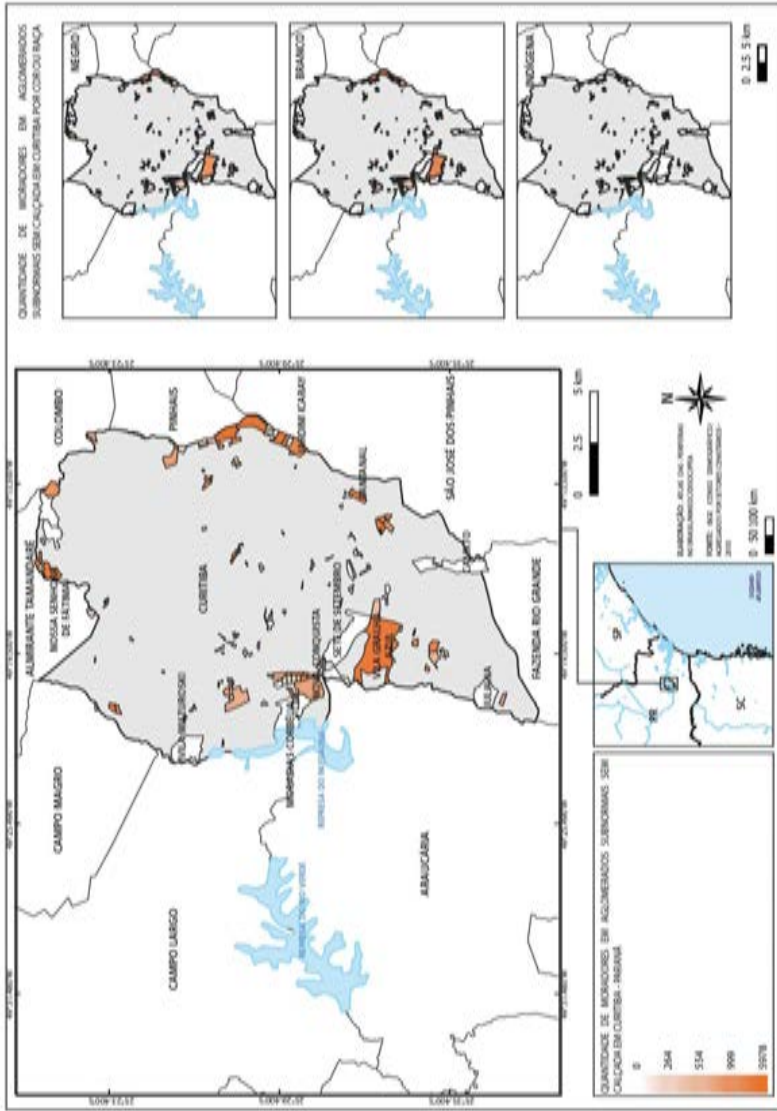


MAPA 47  
Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



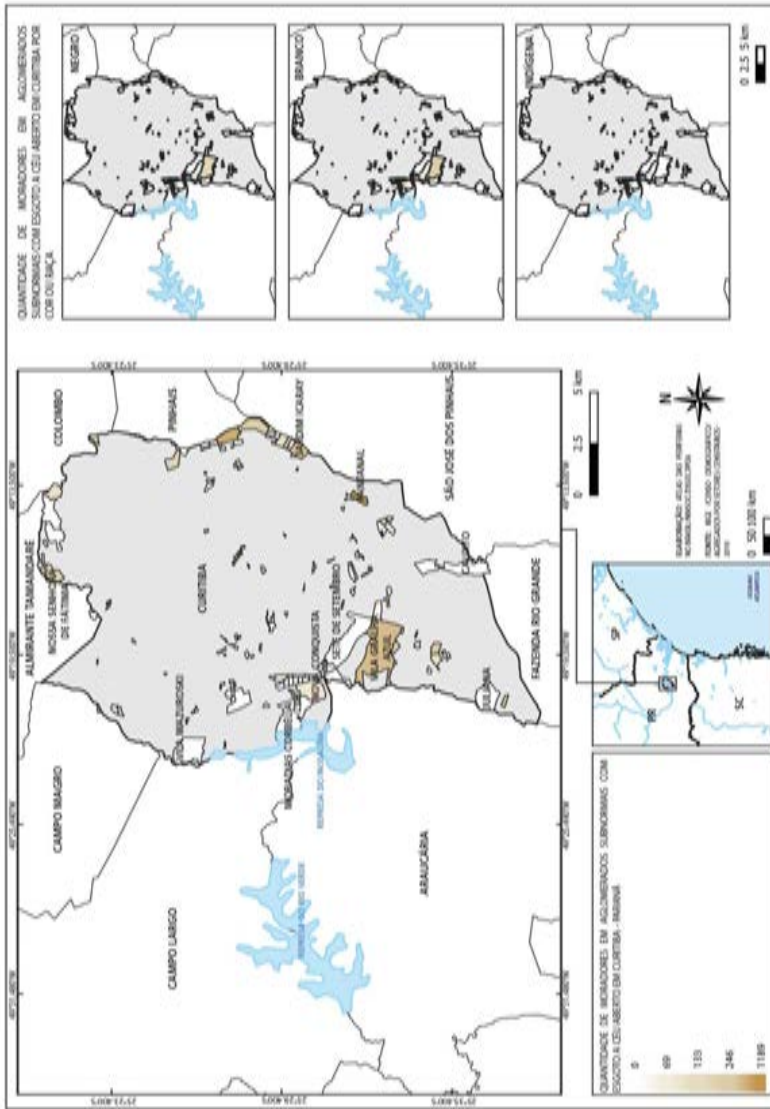
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 48  
Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.

MAPA 49  
Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



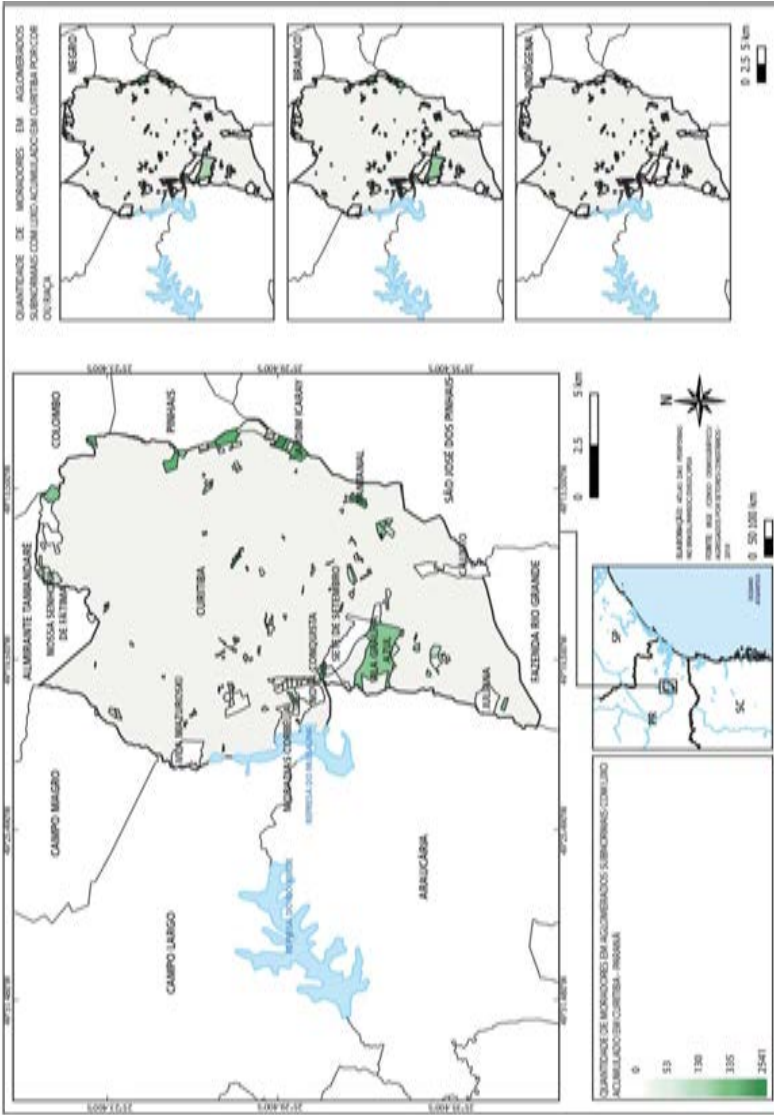
MAPA 50

Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

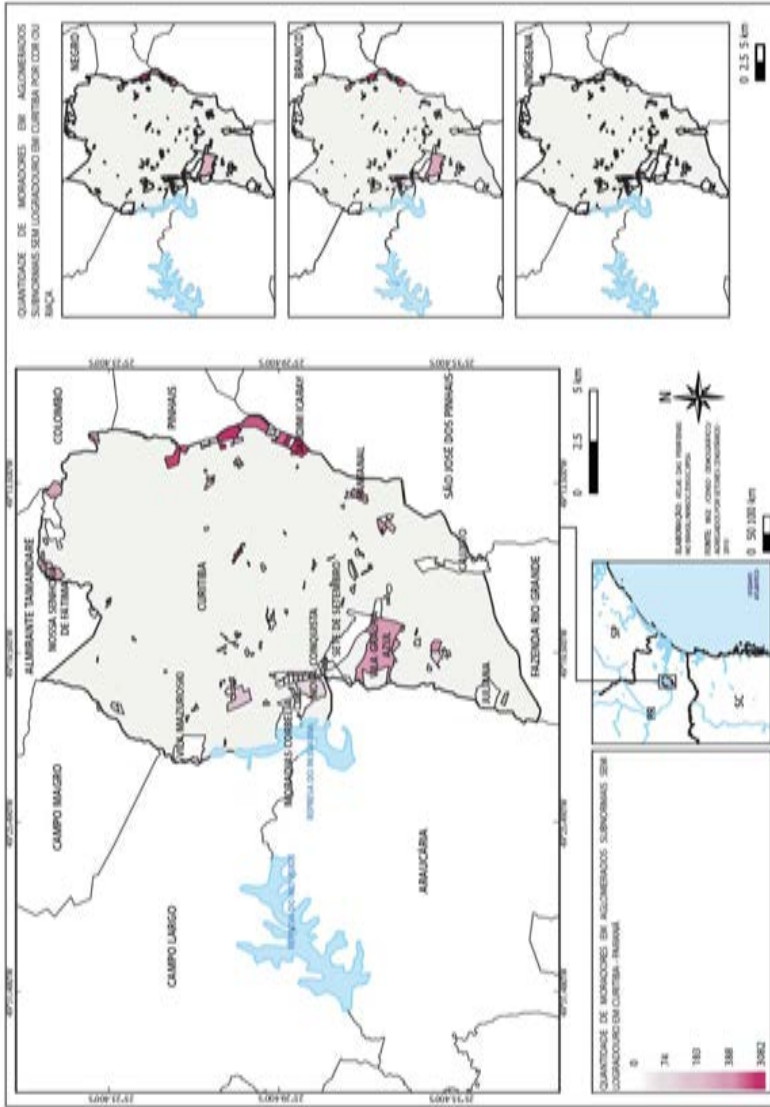
MAPA 51  
Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



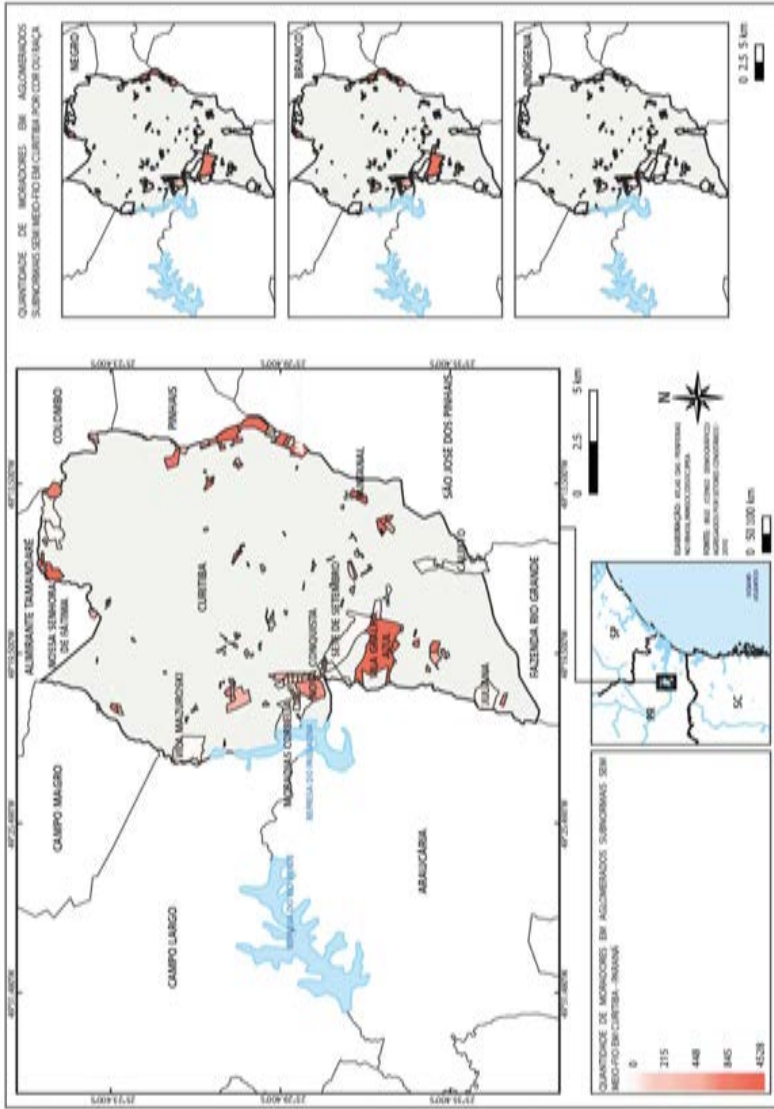
MAPA 52  
Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 53

Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 54  
Curitiba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





## CAPÍTULO 4

### **REGIÃO CENTRO-OESTE**

Distrito Federal

Brasília e entorno (Novo Gama)

Mato Grosso

Cuiabá

Mato Grosso do Sul

Corumbá

## BOX 3

**LETRAMENTO RACIAL, EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E O PROJETO AFROCIENTISTA EM GOIÂNIA: POTENCIALIDADES PERIFÉRICAS NEGRAS INSUBMISSAS**Anna M. Canavarro Benite<sup>1</sup>Gustavo Augusto Assis Faustino<sup>2</sup>Morgana Abranches Bastos<sup>3</sup>Marysson J. Rodrigues Camargo<sup>4</sup>

As políticas de ações afirmativas são conquistas de lutas históricas do movimento negro brasileiro. São estratégias que superam a retórica ilusória da democracia racial, traduzindo-se em ações reais que visam modificar as condições de vida da população negra. Além disso, indicam ainda que o Brasil é um país em que a categoria raça funciona como um mecanismo de alocação de pessoas na estrutura social. Portanto, concebe-se o racismo, neste excerto, como um sistema de opressão que opera em diferentes frentes, a saber, os níveis pessoal, interpessoal e institucional da vida social, que abrangem formas de violências físicas, culturais e simbólicas e impactam sobremaneira as trajetórias de vida da maioria da população brasileira (Werneck, 2013).

Um dos indicadores que reafirmam a necessidade de implementação de ações de discriminação positiva – e, aqui, cabe destacar a Lei nº 10.639/2003, que impôs a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica – é a baixa presença negra nos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente nas áreas de ciências exatas, naturais e suas tecnologias, que, indubitavelmente, são etapas que substancializam a formação de quadros de cientistas em um país. Entre os fatores que obstaculizam a chegada e a estadia negra na universidade pública – local onde se produz cerca de 95% da ciência brasileira<sup>5</sup> – sobressaem os econômicos e a construção de imaginário acerca da população negra (Souza *et al.*, 2019). Este último refere-se à representatividade de negros e negras nesse campo do saber em que, em geral, tem sido tolhida pela rarefeita presença desse grupo como pesquisadores(as) dessas áreas e pelos inúmeros estereótipos, preconceitos e discriminações raciais que afastam, simbolicamente, os(as) jovens negros(as), levando-os(as) a não optar pelas carreiras científicas.

---

1. Professora associada no Coletivo Ciata, do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (LPEQI/IQ/UFG).

2. Licenciando em química; e pesquisador de iniciação científica no Coletivo Ciata/LPEQI/IQ/UFG.

3. Mestre em química; e pesquisadora no Coletivo Ciata/LPEQI/IQ/UFG.

4. Doutorando em química; e colaborador no Coletivo Ciata/LPEQI/IQ/UFG.

5. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>>.

Em contrapartida, um contingente organizado de cientistas negros(as) vem se mobilizando para mudar essa realidade. Em 2018, a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) firmou parceria com o Instituto Unibanco no Projeto Afrocientista, que tem sido desenvolvido e monitorado pelos núcleos de estudos afro-brasileiros (NEABs), núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) e grupos correlatos que compõem um consórcio nacional.<sup>6</sup>

Em 2019, oito grupos, das diferentes regiões brasileiras, foram selecionados para compor essa iniciativa inédita e transformar as atividades de sala de aula em grandes potências de saberes para a cosmogonia africana e afro-brasileira em todas as áreas de conhecimento. Dessa forma, o Coletivo Ciata, grupo de estudos do LPEQI/IQ/UFG e gerido pela profa. dra. Anna Canavarro Benite, foi um dos grupos selecionados.

Desde 2015, o Coletivo Ciata possui parceira com o Colégio Estadual Solon Amaral (CESA), por meio do projeto Investiga Menina!, que desenvolve ações voltadas para a promoção do ingresso de meninas negras da educação básica pública nas carreiras de exatas, naturais e tecnológicas.<sup>7</sup> Essa escola está situada no setor Vera Cruz II, na região oeste da periferia da Grande Goiânia, com seu escopo de 1.004 estudantes, dos(as) quais 95% são autodeclarados(as) negros(as), sendo 55% mulheres e 45% homens. Foram selecionados treze estudantes – nove meninas e cinco meninos do segundo e terceiro ano do ensino médio – como bolsistas de iniciação científica da ABPN. Todos(as) os(as) alunos(as) foram contemplados mensalmente, por um período de dez meses, com uma bolsa no valor de R\$ 150,00, além de um auxílio-transporte de R\$ 80,00 para realizar o deslocamento entre o CESA e a UFG, uma vez por semana. A figura 1 apresenta a primeira visita dos estudantes na UFG e, importa dizer, que o grupo foi acrescentado por mais duas alunas do ensino médio contempladas com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), totalizando quinze selecionados(as).

---

6. Disponível em: <<http://www.abpn.org>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

7. Mais informações em Vargas (2018).



FIGURA 1  
Estudantes do CESA visitando pela primeira vez a UFG



Elaboração do LEQPI.

Os(as) bolsistas foram divididos em três subgrupos, cada qual coordenado por um(a) pesquisador(a) doutorando(a) do Coletivo Ciata, com atividades que incorporavam letramento racial e científico com vistas, sobretudo, a desmistificar a carreira acadêmica, especialmente nas ciências naturais, exatas e engenharias, como uma impossibilidade às pessoas negras. Assim, os(as) estudantes participaram de grupos de estudos e oficinas de saberes, compreendendo a importância dos conhecimentos africano e da diáspora na constituição identitária do Brasil, realizaram visitas técnicas a laboratórios e museu, executaram atividades práticas em laboratório de ensino, participaram de eventos de pesquisa e extensão na UFG etc. O quadro 1 apresenta as especificidades de atuação de cada subgrupo.

QUADRO 1  
Subgrupos do Afrocientista do Coletivo Ciata/Goiânia

Projeto Afrocientista	
Regional Centro-Oeste: Goiânia	
Subgrupo de estudos/dia da semana/coordenador(a)	Atividades
<i>Silkscreen</i> /Segunda-feira/ Mestre (Msc.) Talita Ferreira de Rezende Costa	A arte de <i>silkscreen</i> e os processos químicos; produção de estamparias; roupas africanas; simbologias <i>adinkra</i> ; e tecnologias africanas.
Experimentação problematizadora/Terça-feira/ Msc. Marysson Jonas Rodrigues Camargo	A química no continente africano, berço da humanidade. As carreiras acadêmicas. A ciência e a desconstrução dos estereótipos racistas. Pioneirismo africano. Comunicação crítica e produção de vídeos para uma química antirracista. Problematizando o legado roubado do continente africano e a ciência.
Investiga Menina!/Sexta-feira/Msc. Regina Nobre Vargas	Papéis de gênero, raça e sexualidade na sociedade. O papel das quitandeiras na construção da identidade brasileira. Conheça uma mana da UFG e a escrita de trabalhos científicos.

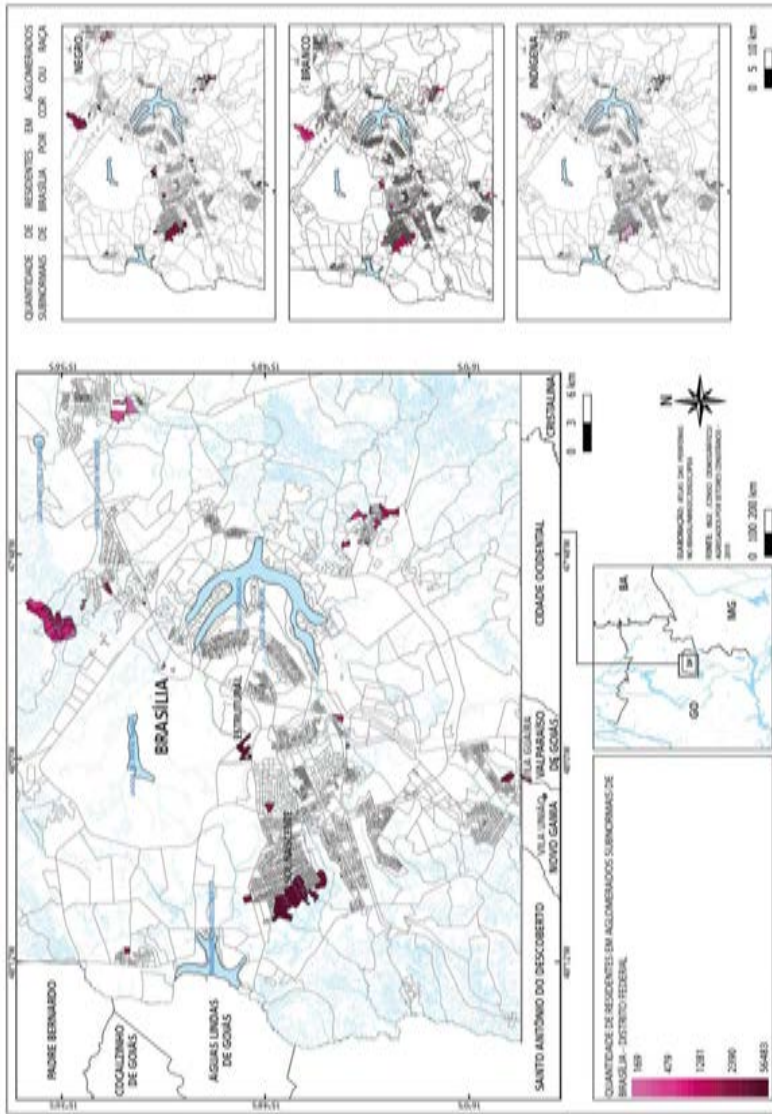
Elaboração dos autores.

Do quadro 1, portanto, depreende-se que as atividades desenvolvidas combinaram educação científica e letramento racial. Ou seja, foram viabilizadas atividades que tangenciaram conceitos científicos, específicos da química, e antirracismo e mais: atividades que aproximaram os(as) bolsistas da universidade e seus espaços de produção e divulgação do conhecimento. Na finalização das atividades do projeto, todos(as) os(as) participantes apresentaram um relato de experiência, em trios, duplas ou individualmente, acerca da temática desenvolvida durante o ano em cada subgrupo de estudos no XVII Encontro Centro-Oeste de Debates sobre o Ensino de Química (XVII Ecodeq), em Goiânia (Goiás), na UFG. Dessa forma, possibilitou-se que os(as) alunos(as) experimentassem etapas do trabalho científico da concepção do problema de pesquisa, desenvolvimento, comunicação e validação com os pares.

Alguns frutos já foram colhidos nessa empreitada. Dos(as) nove bolsistas do projeto, que cursavam o terceiro ano do ensino médio, sete foram classificados(as) no Sistema de Seleção Unificado (Sisu) e no Programa Universidade para Todos (Prouni), ambos do Ministério da Educação de 2020, ou seja, 77,78% de aprovação. Os cursos escolhidos foram: enfermagem, engenharia civil, engenharia da computação, farmácia e geologia. Logo, infere-se que o Projeto Afrocientista pode ter impactado nessas escolhas, e acredita-se que possa influenciar positivamente as trajetórias de vida desses(as) estudantes e suas famílias.

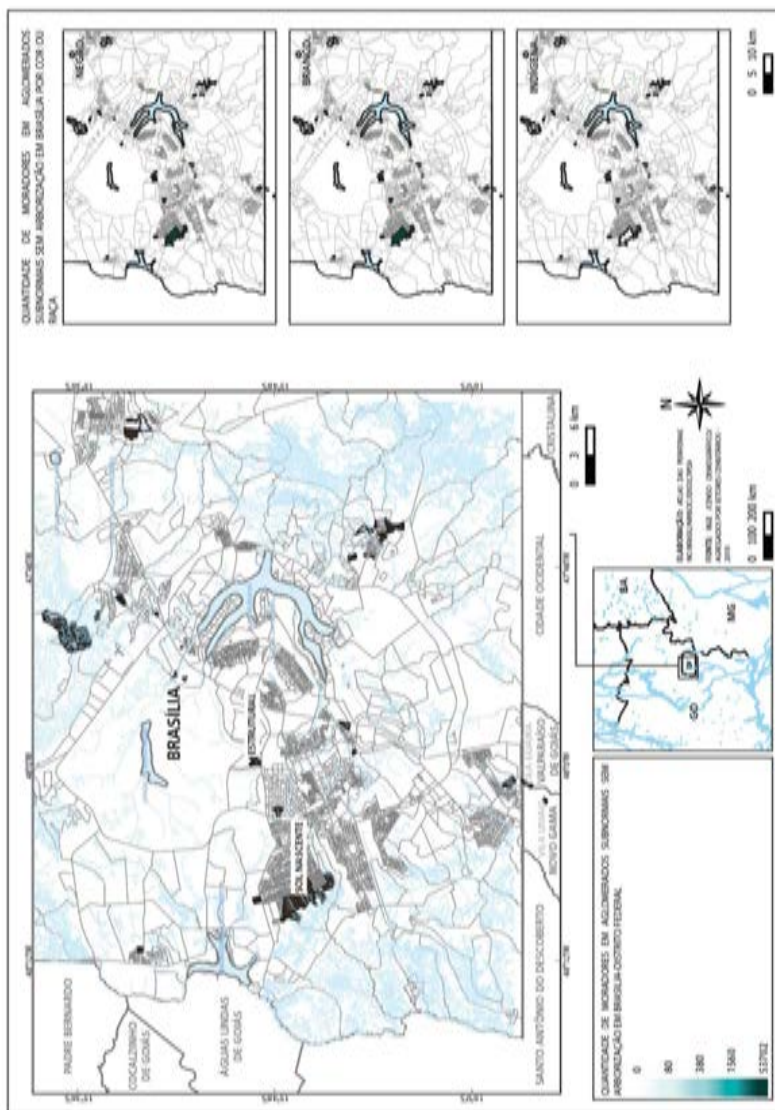
Conclui-se, nesse breve relato, que projetos como esse, com parcerias entre iniciativas pública, privada ou mistas, devem ser multiplicados seja em Goiás, seja em todo o Brasil. É premente que jovens negros e negras possam optar, sem ressalvas, pelas carreiras acadêmicas e, para isso, não se deve prescindir da garantia de oportunidades e condições atreladas à educação antirracista. Assim, entende-se que para dismantelar o racismo estrutural é preciso dispor, também, de estratégias sistêmicas, e a educação científica associada ao letramento racial pode configurar-se como um recurso potencial.

MAPA 1  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



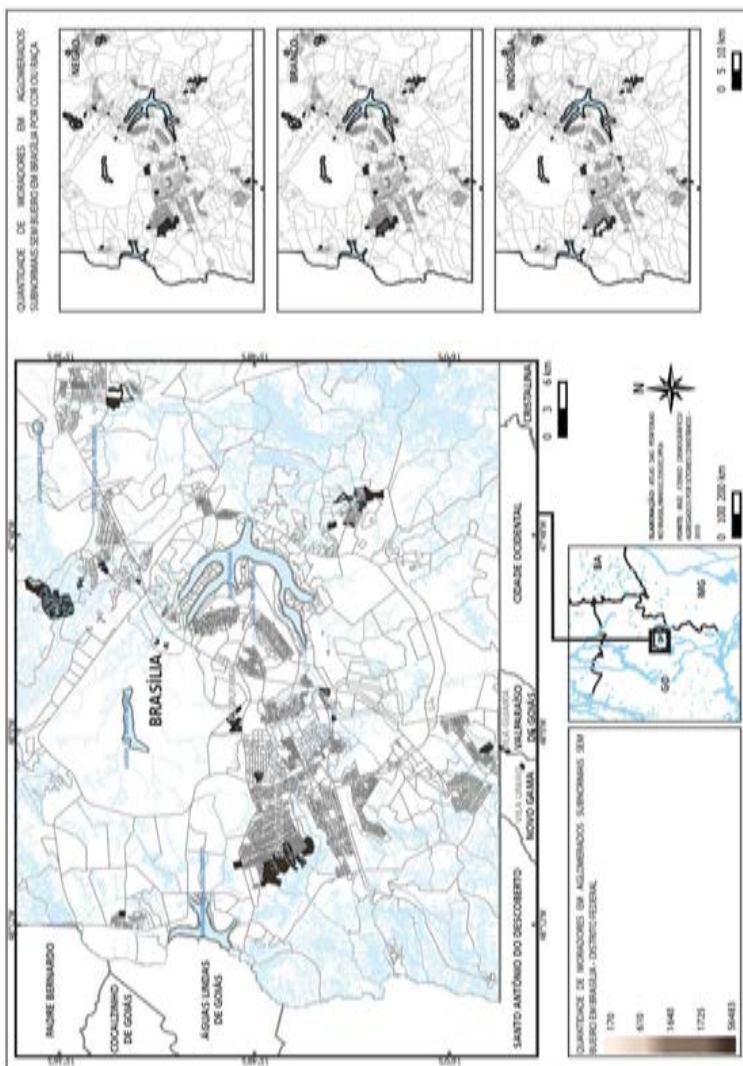
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração das autoras.

MAPA 2  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 3  
**Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)**

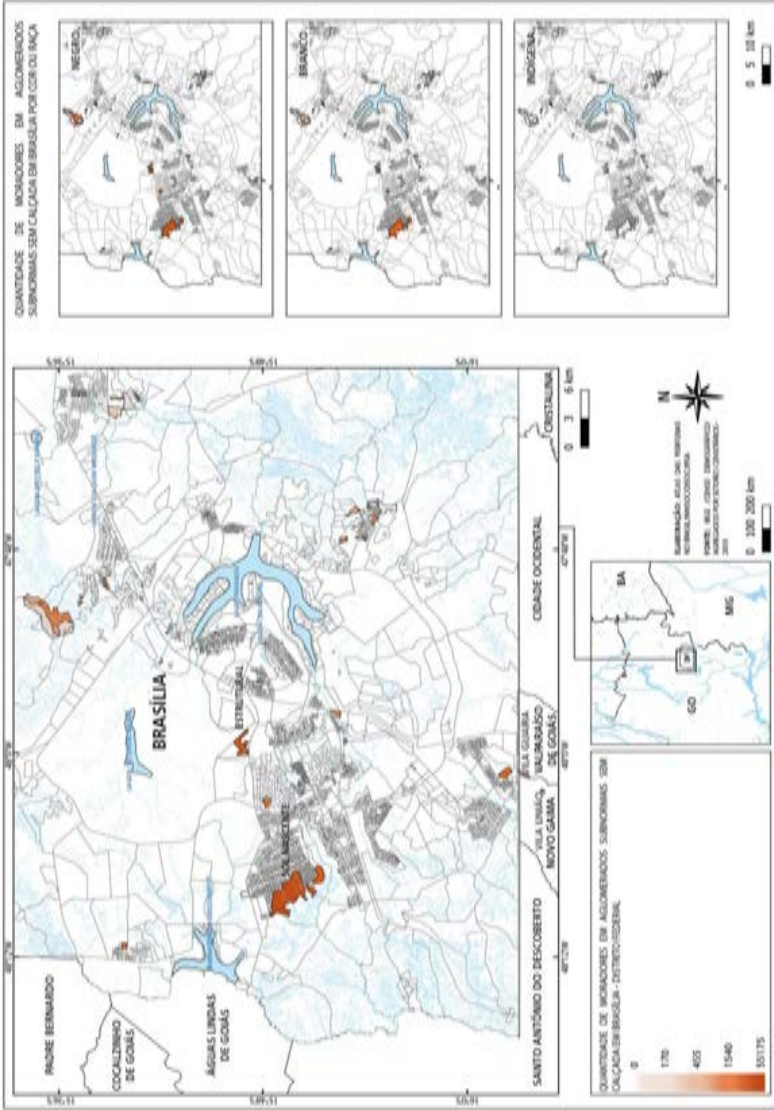


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



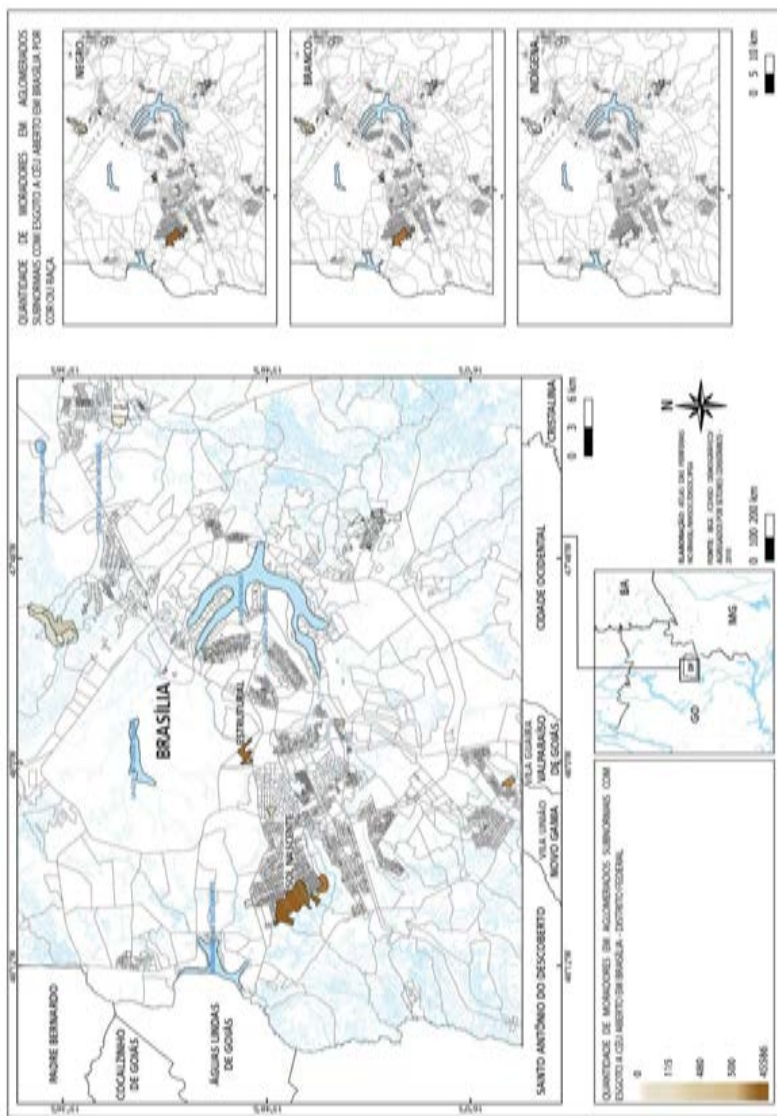
MAPA 4

Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



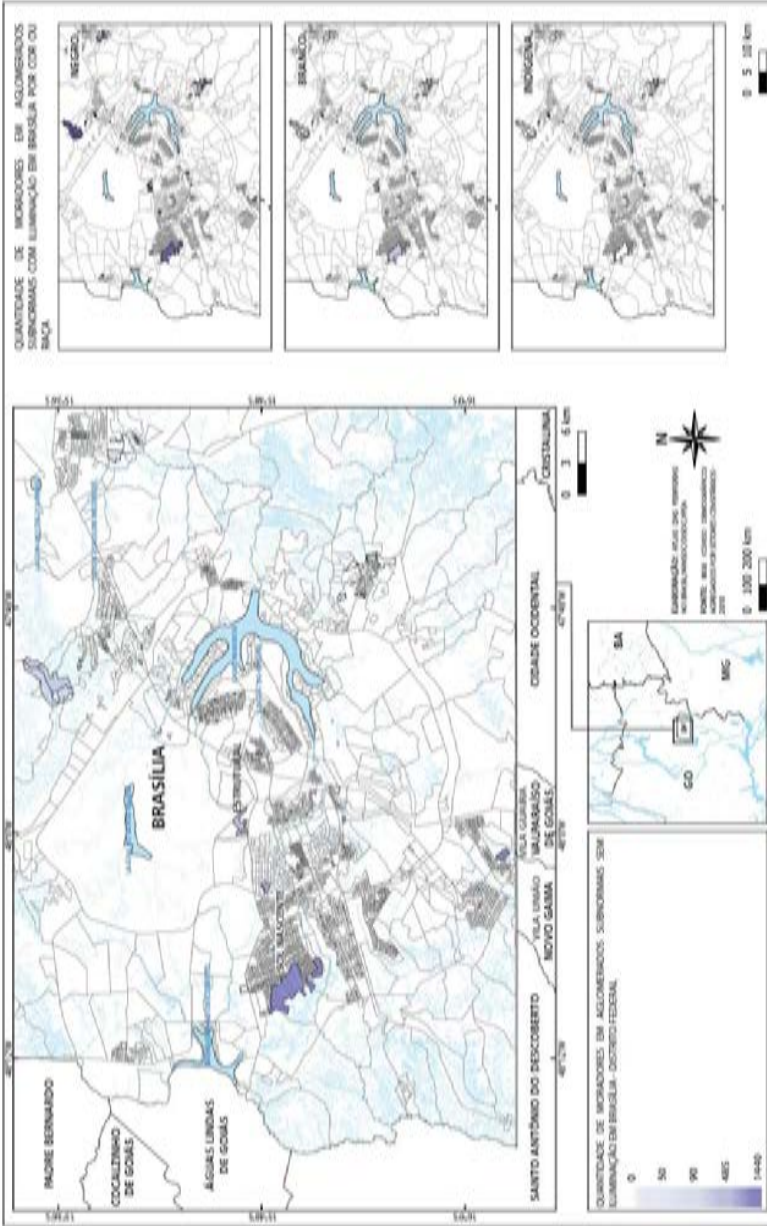
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 5  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

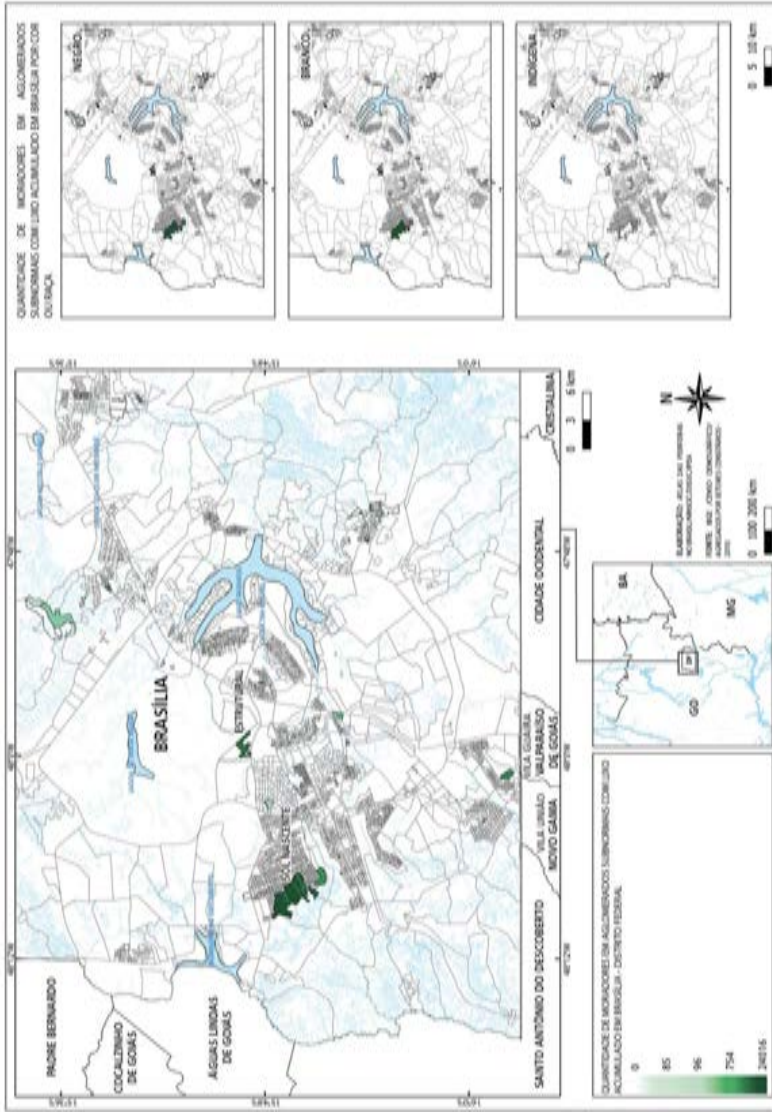
MAPA 6  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

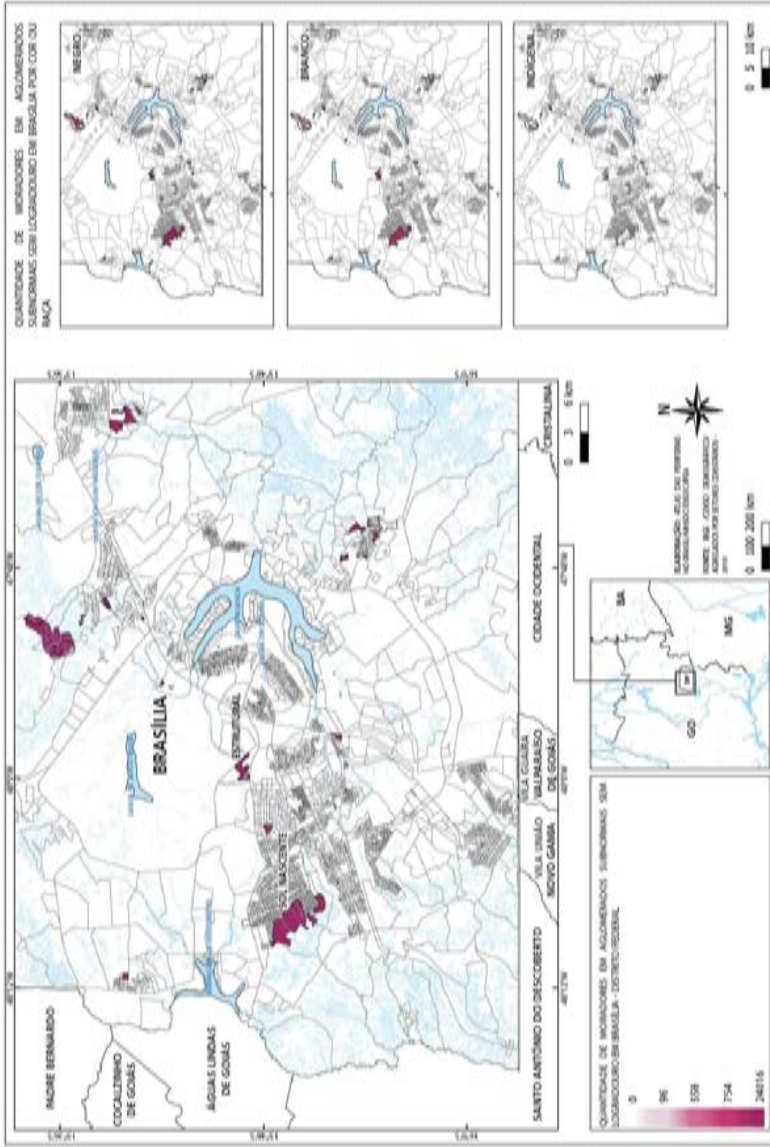


MAPA 7  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



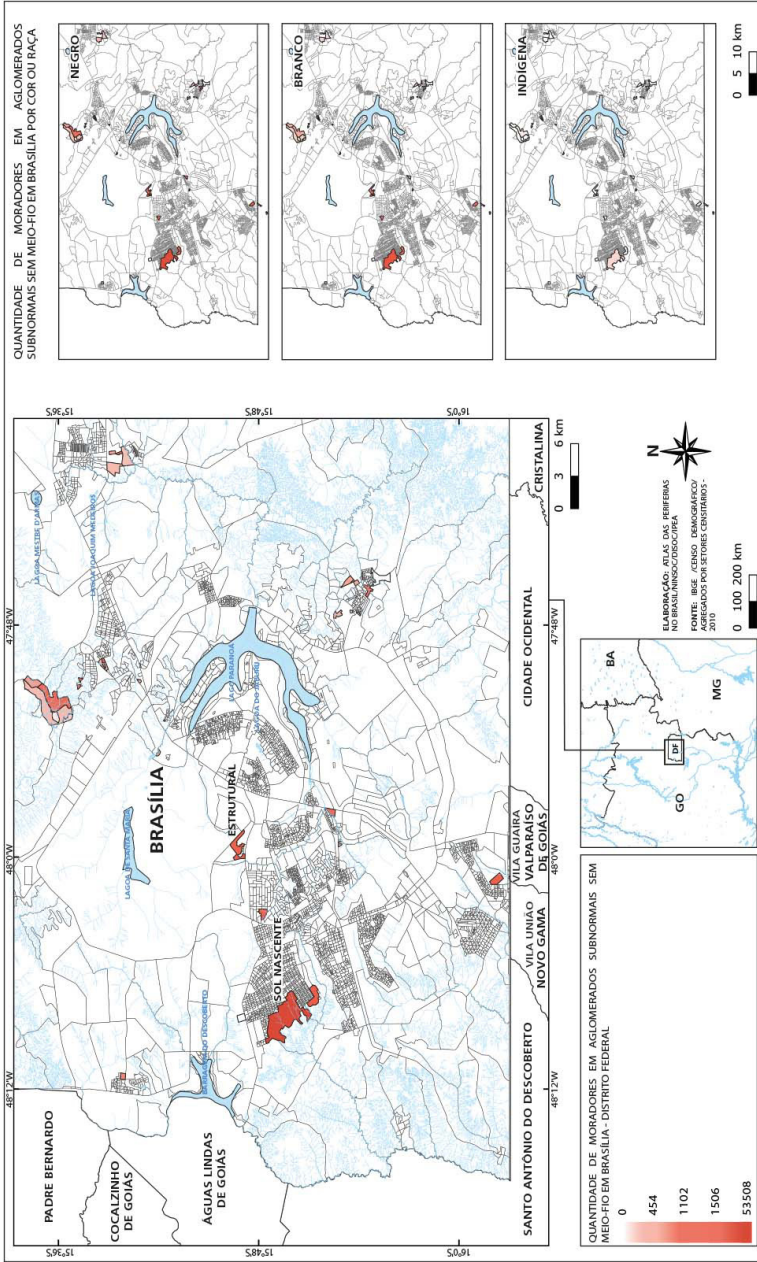
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 8  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



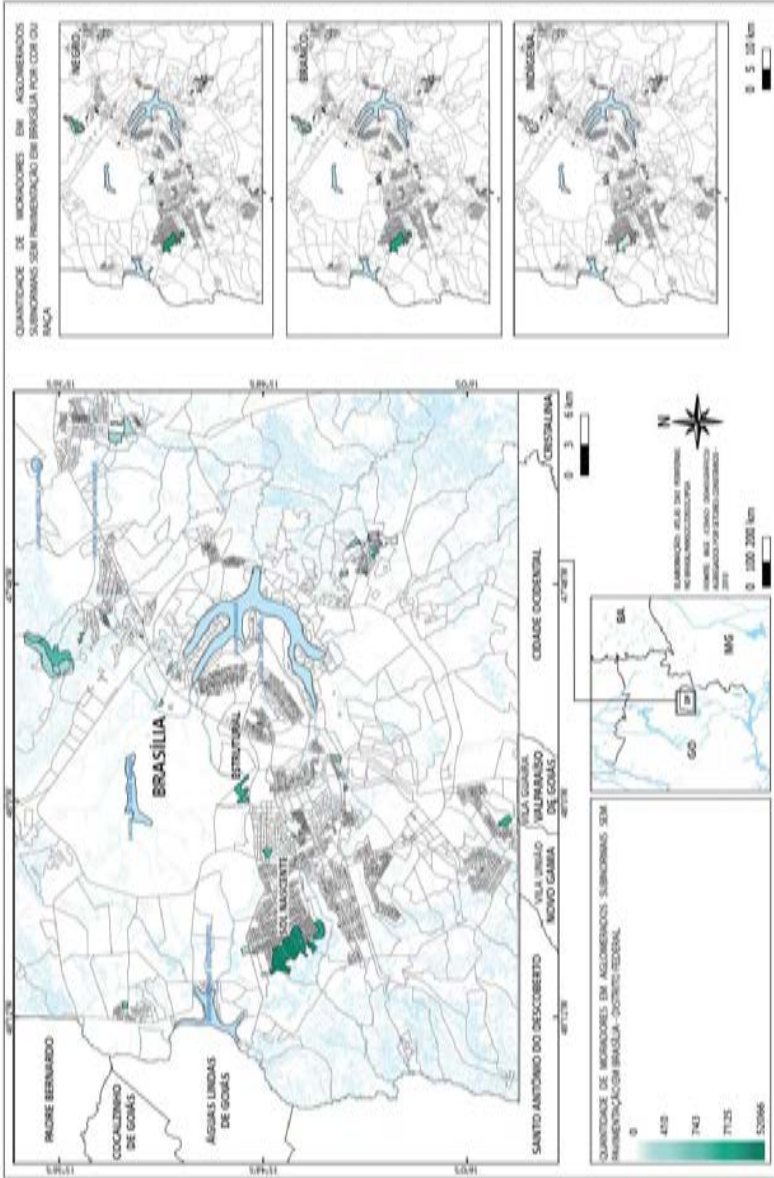
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 9  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 10  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)

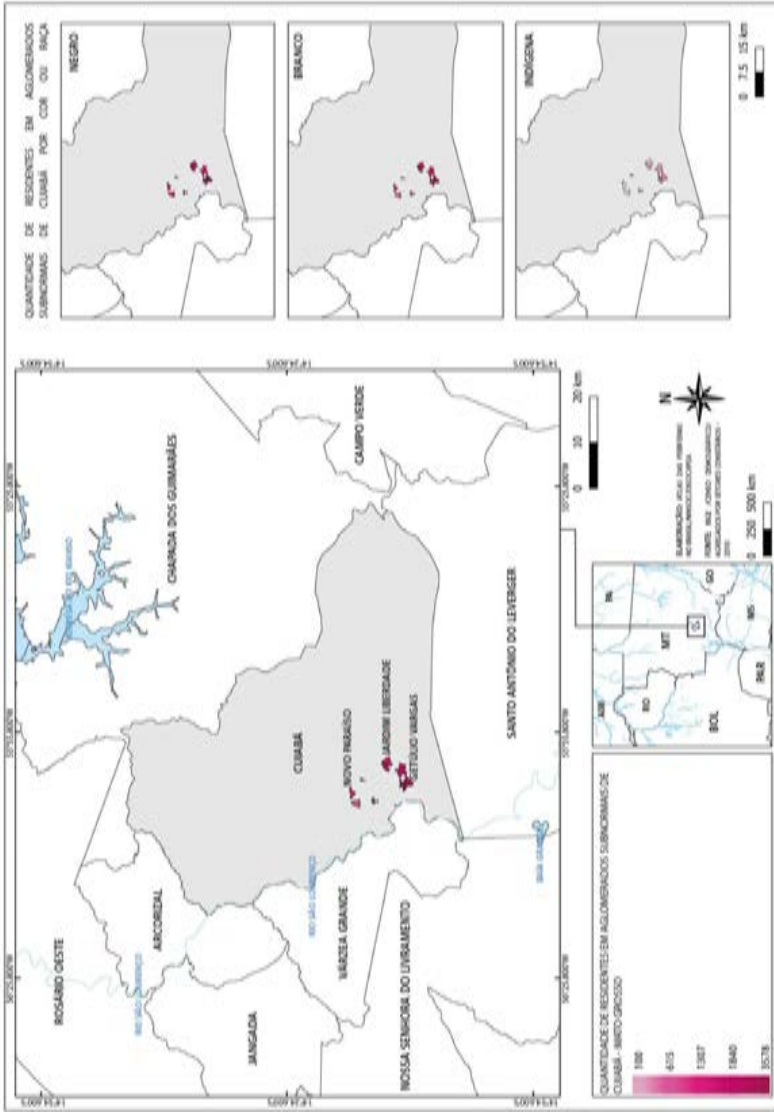


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



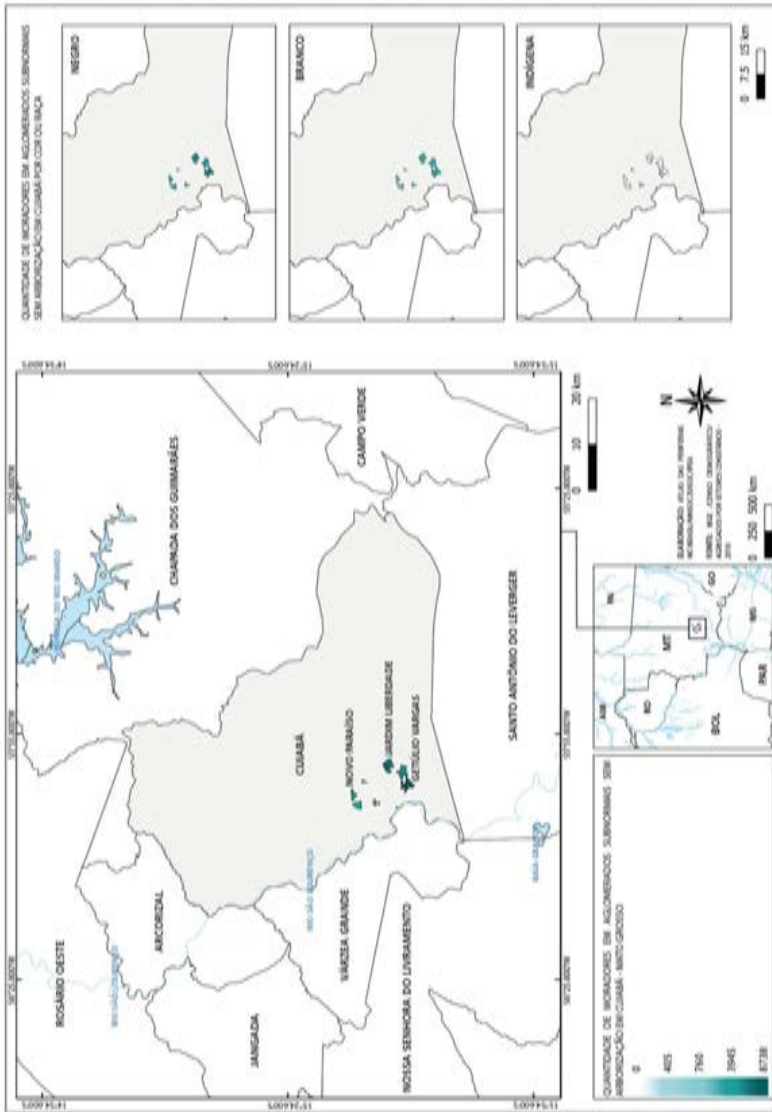


MAPA 12  
 Cuiabá: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



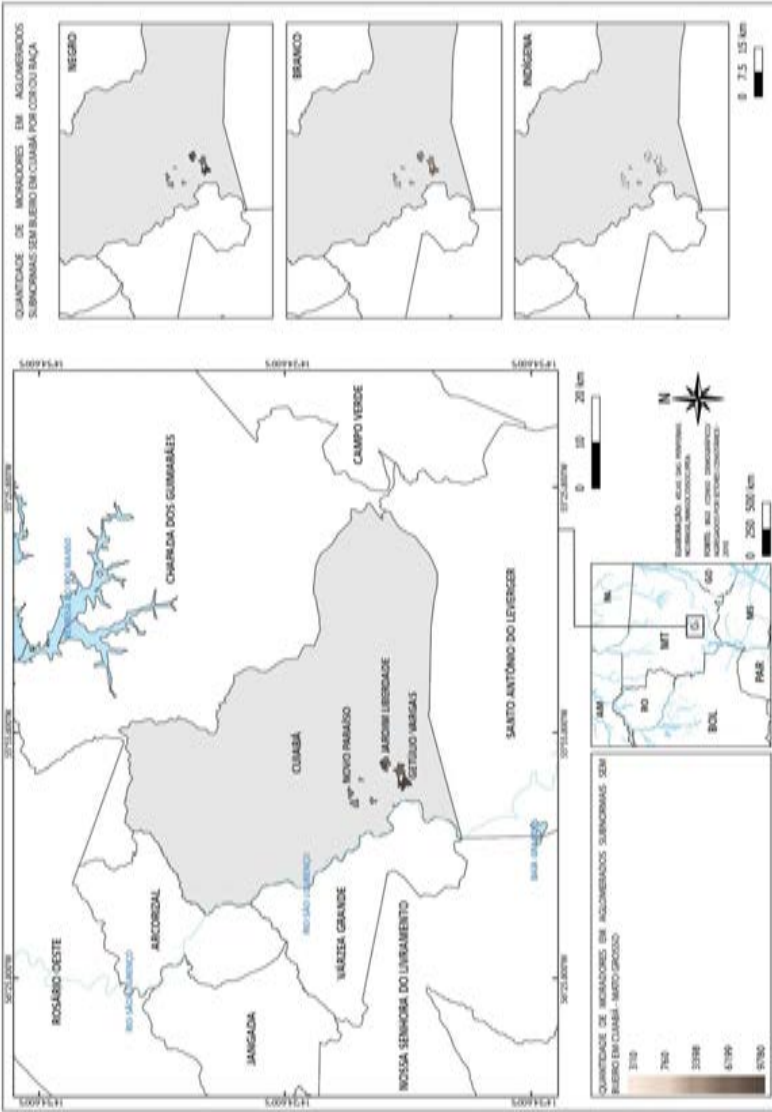
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 13  
 Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

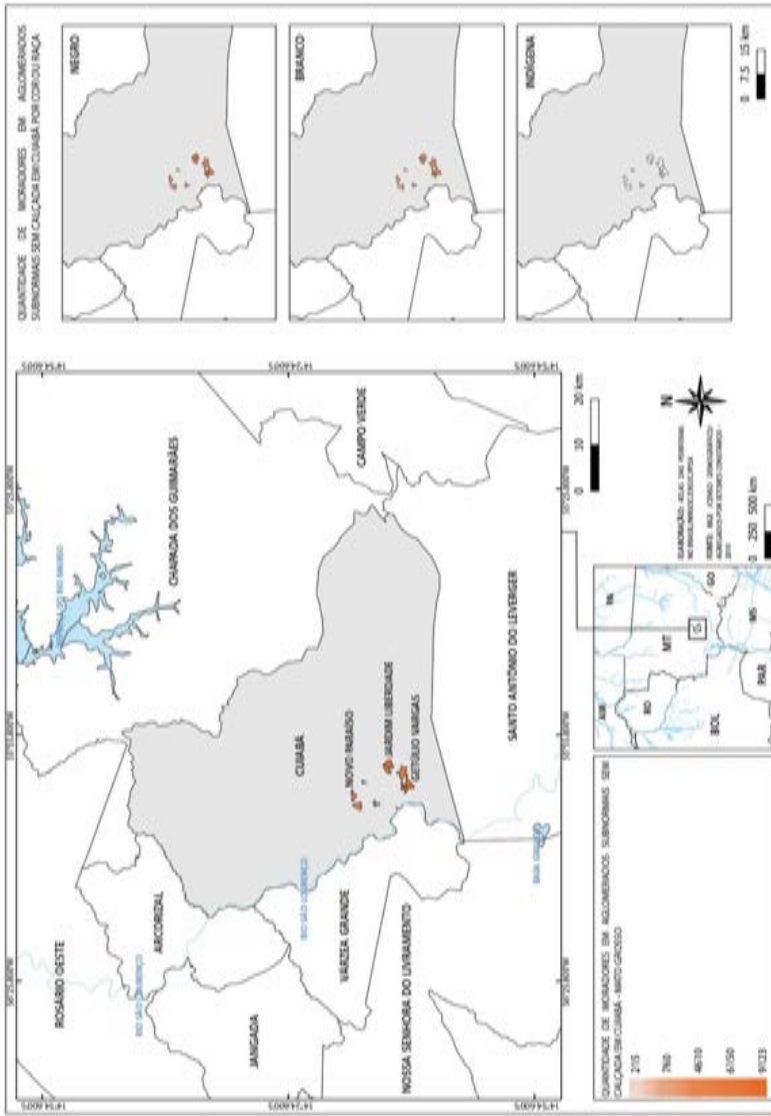
MAPA 14  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

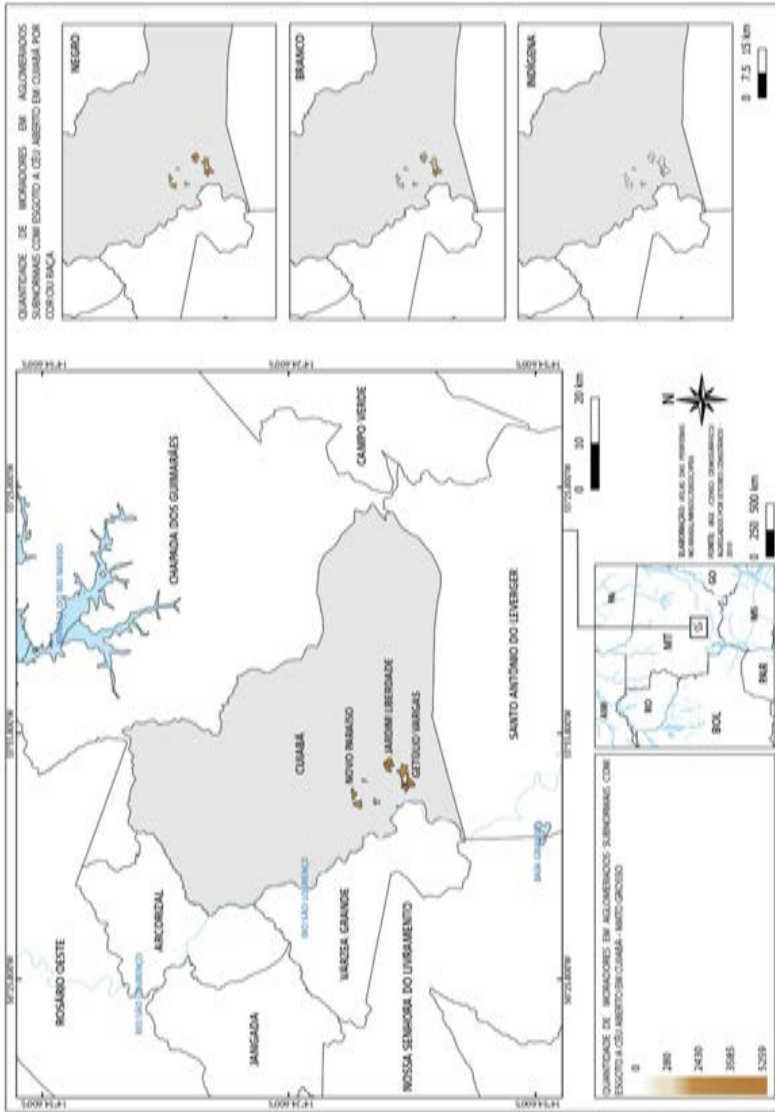


MAPA 15  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



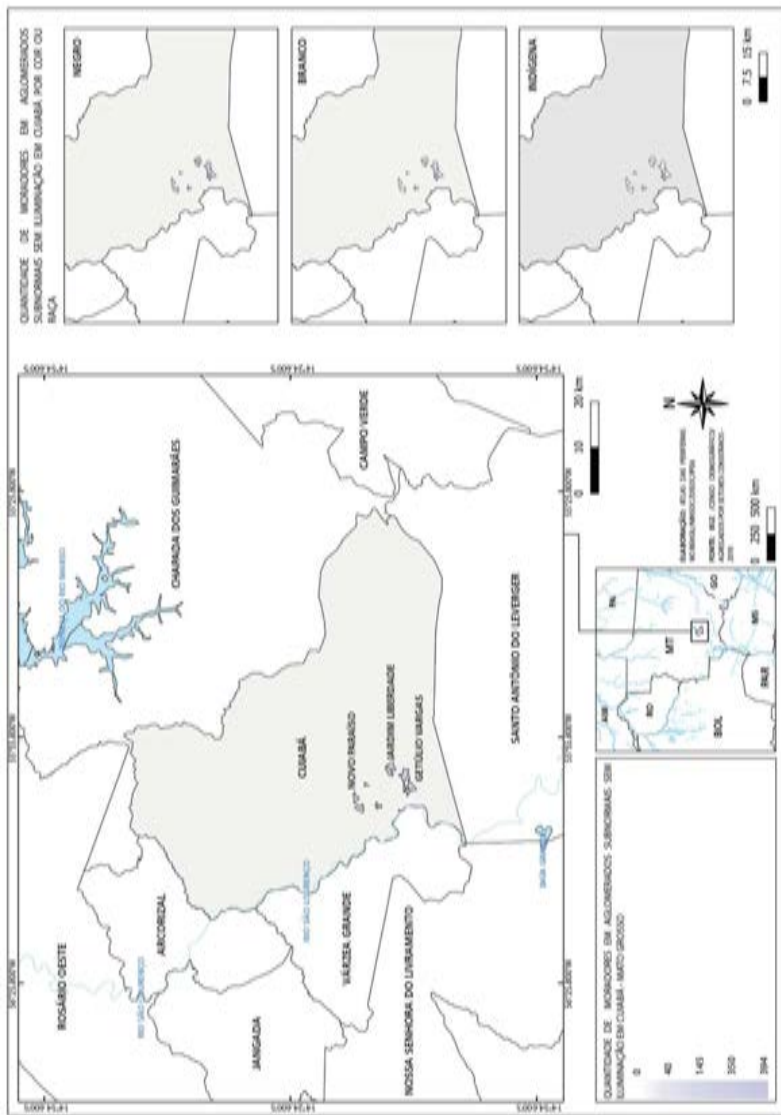
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 16  
 Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



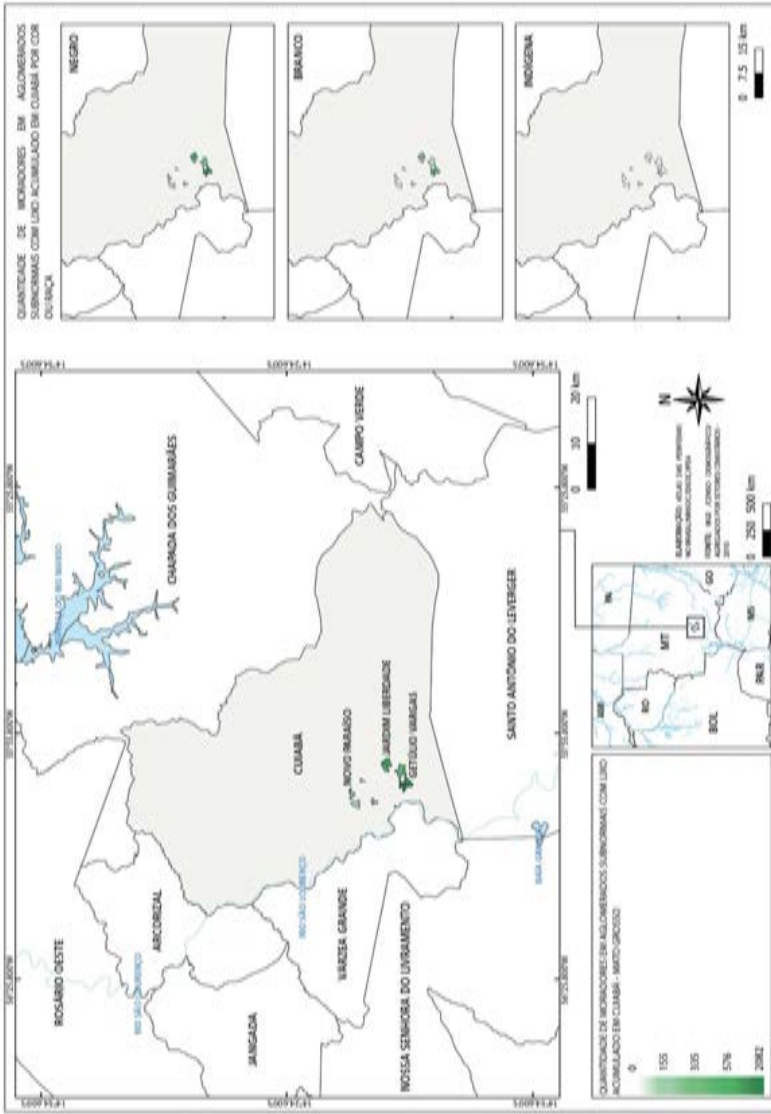
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 17  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



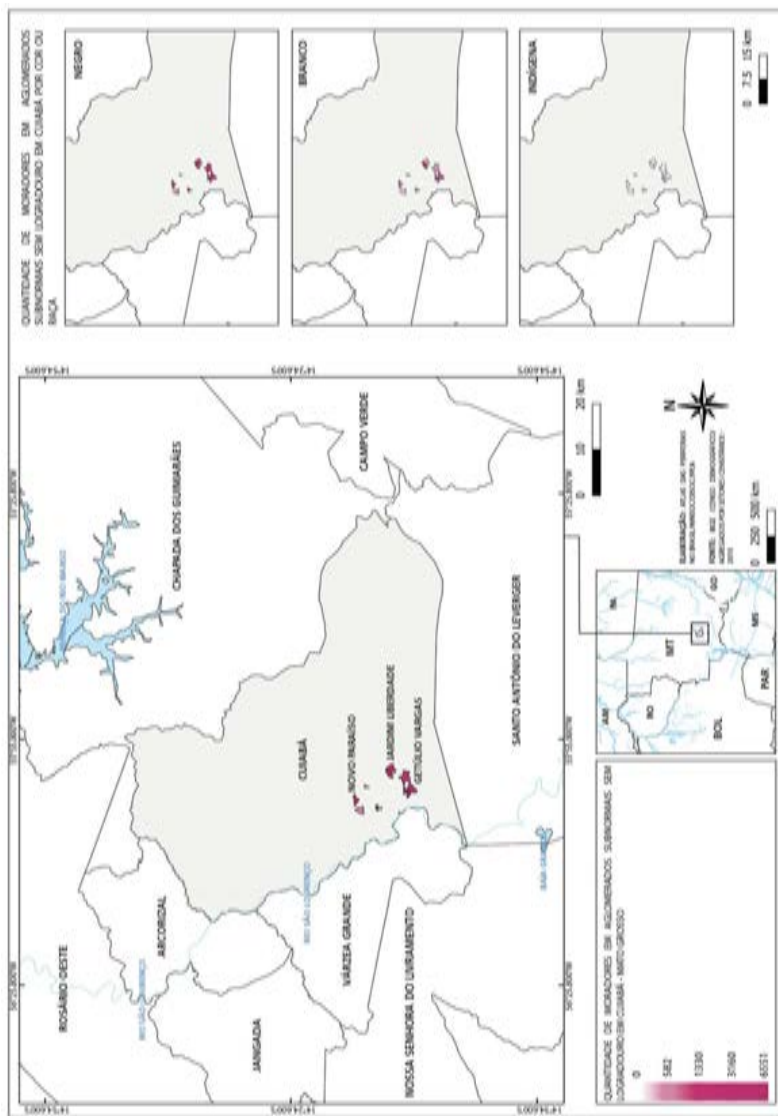
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 18  
 Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



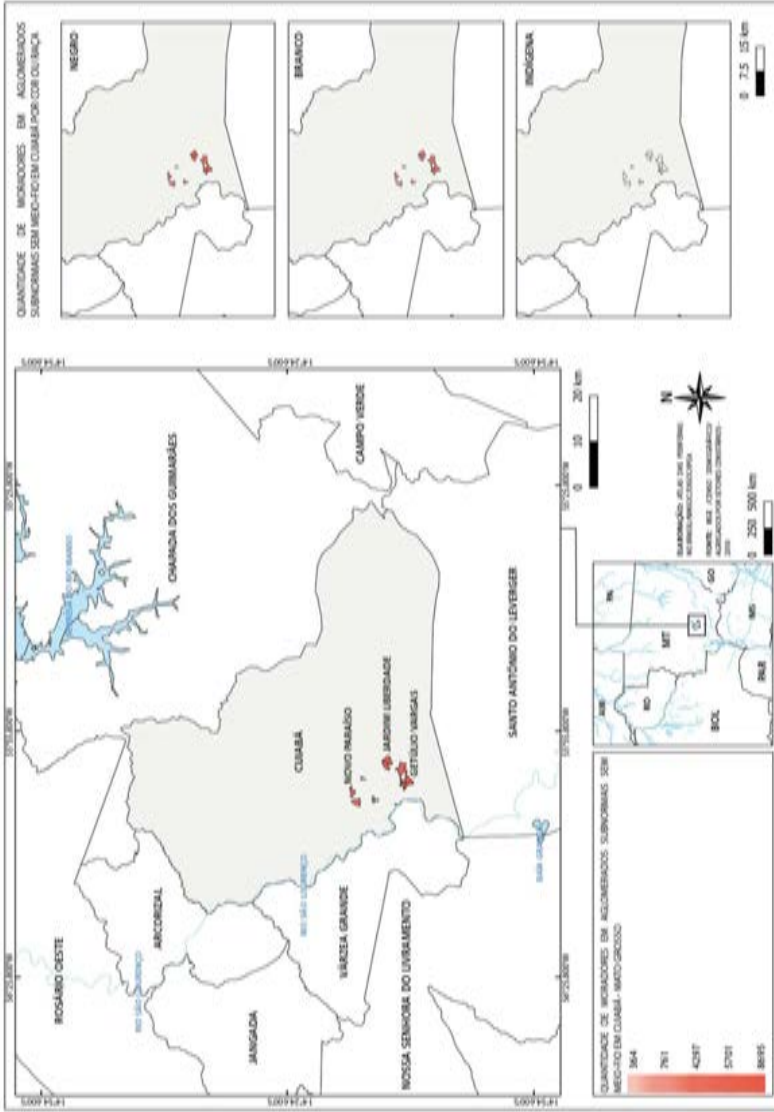
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 19  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

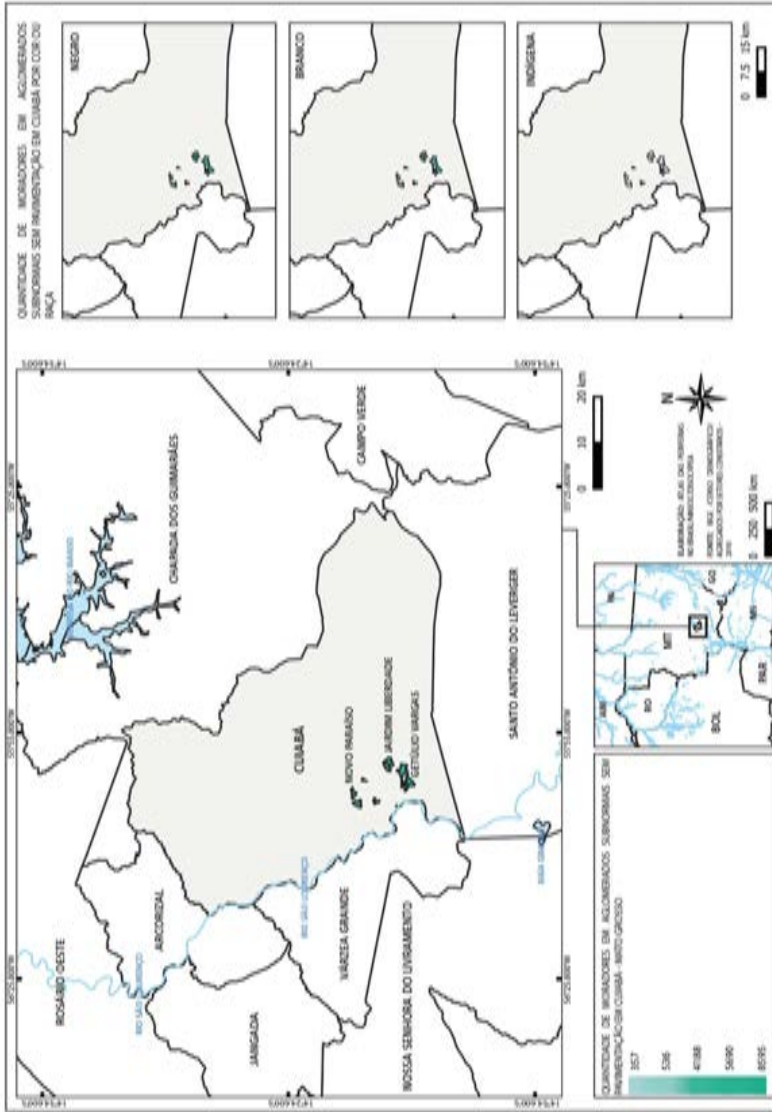
MAPA 20  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 21

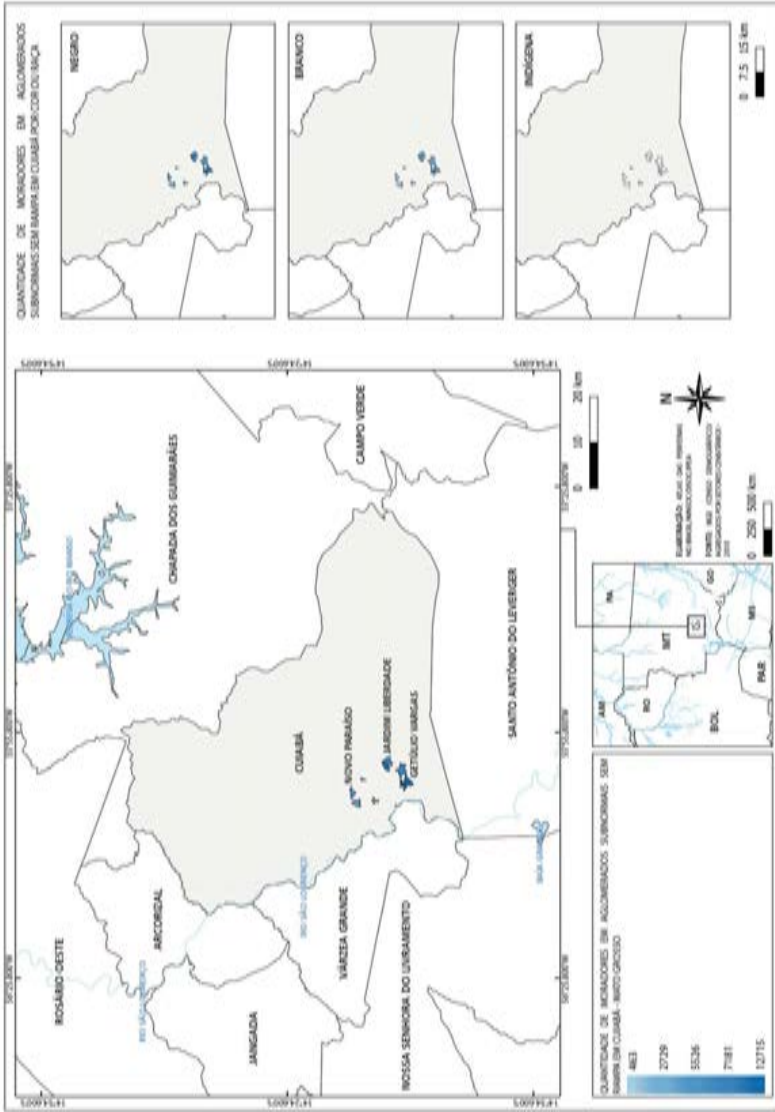
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 22  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)

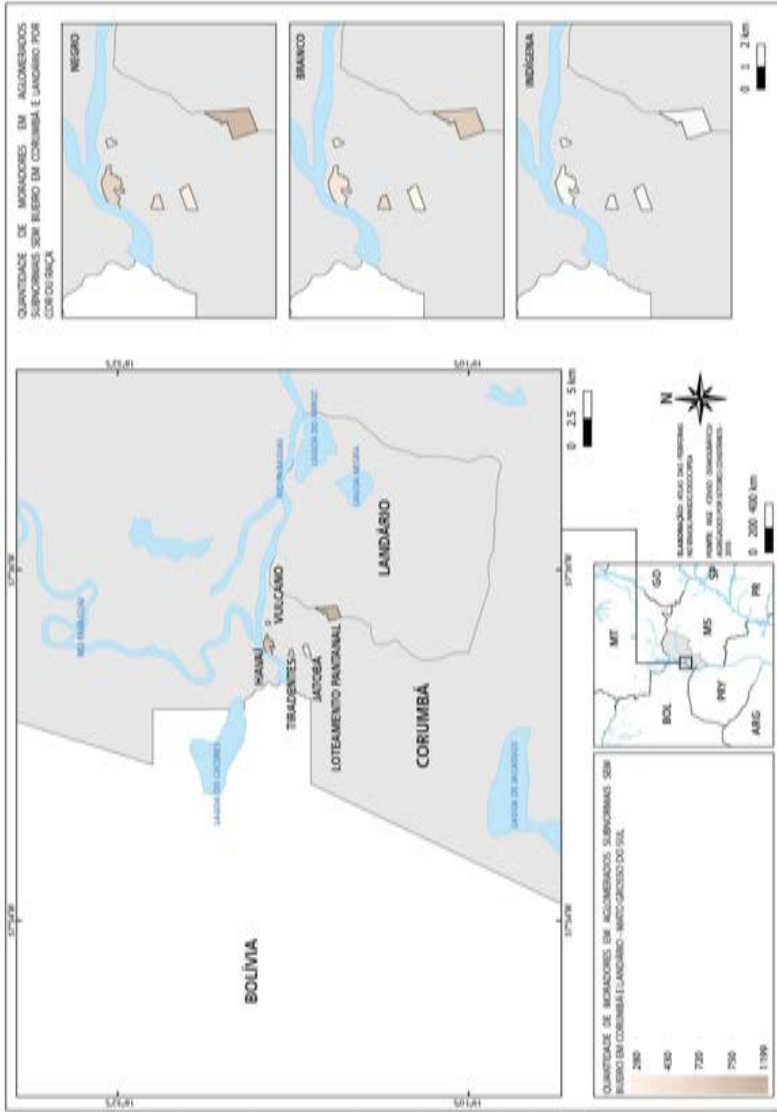


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



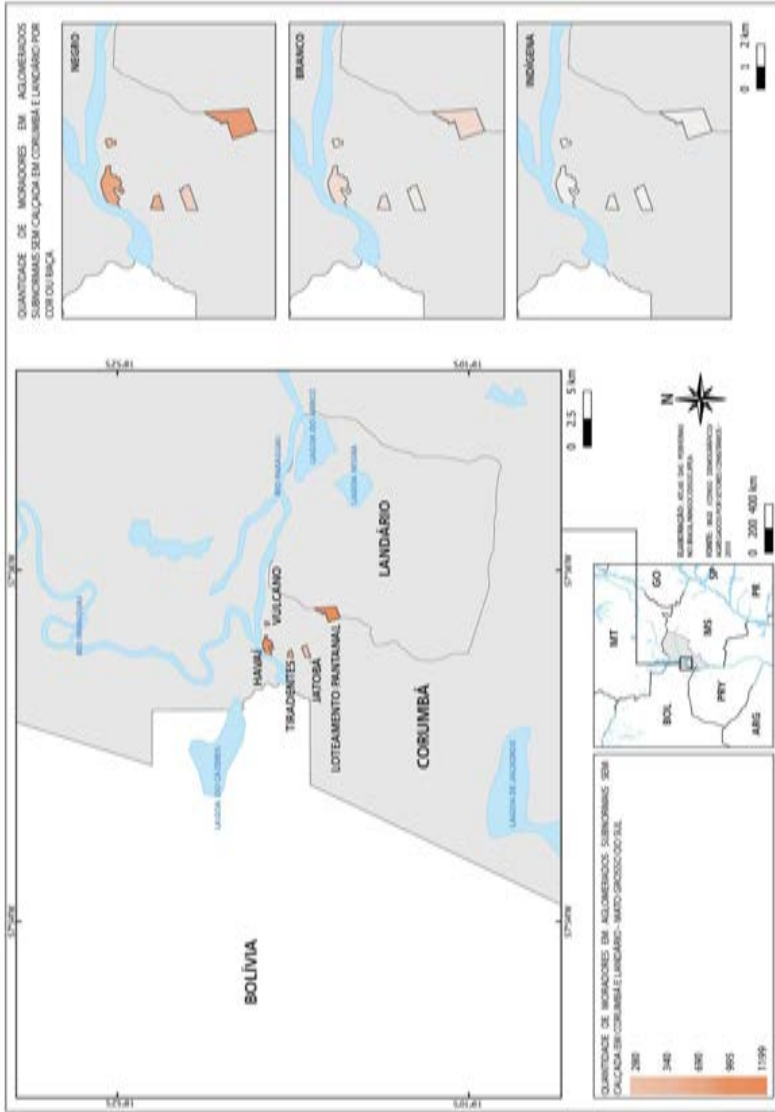


MAPA 25  
Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



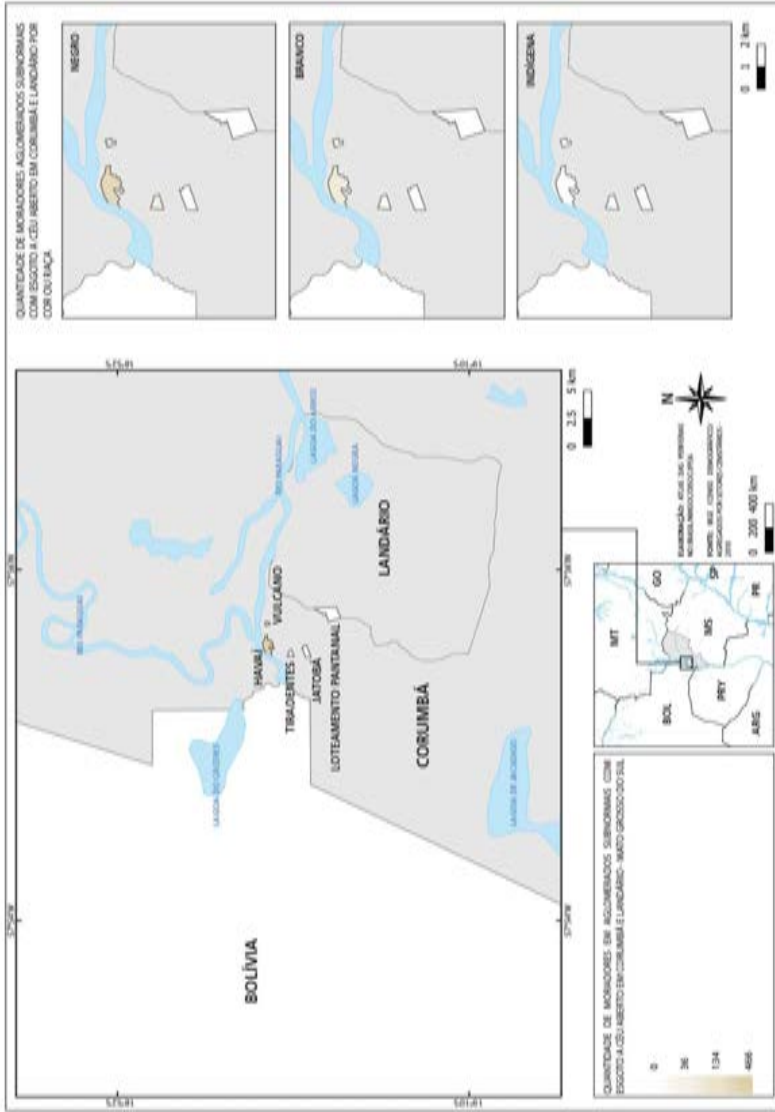
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 26  
 Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)

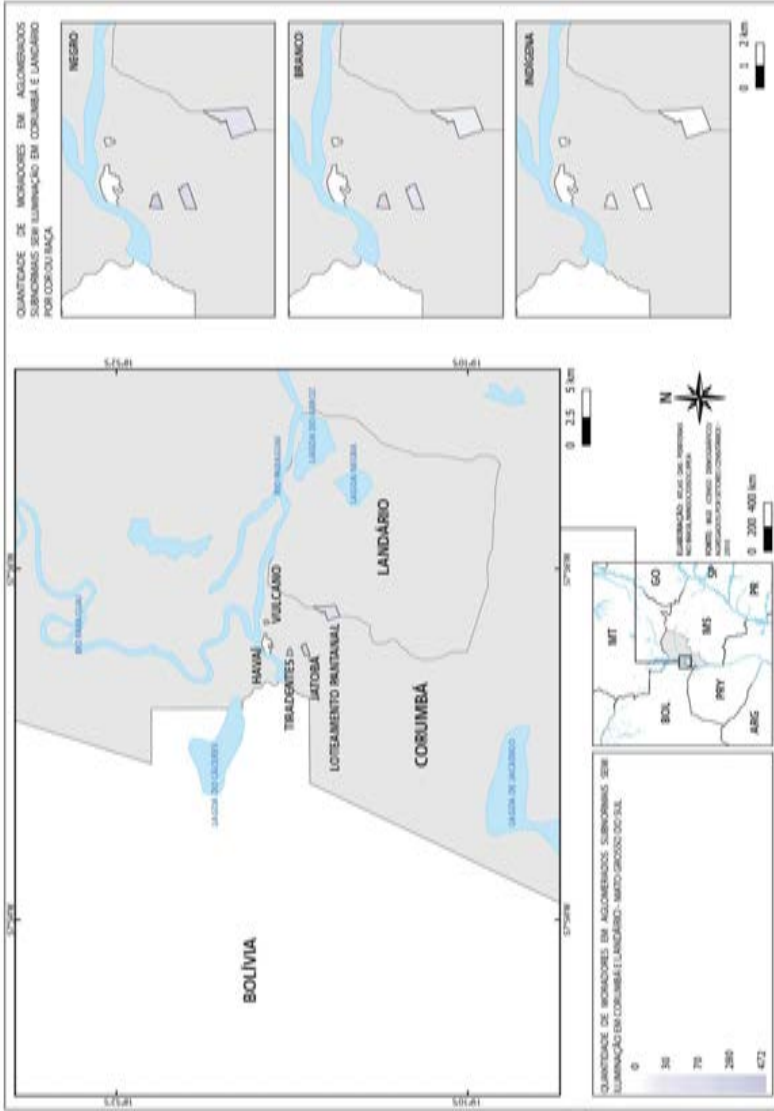


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 27  
 Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



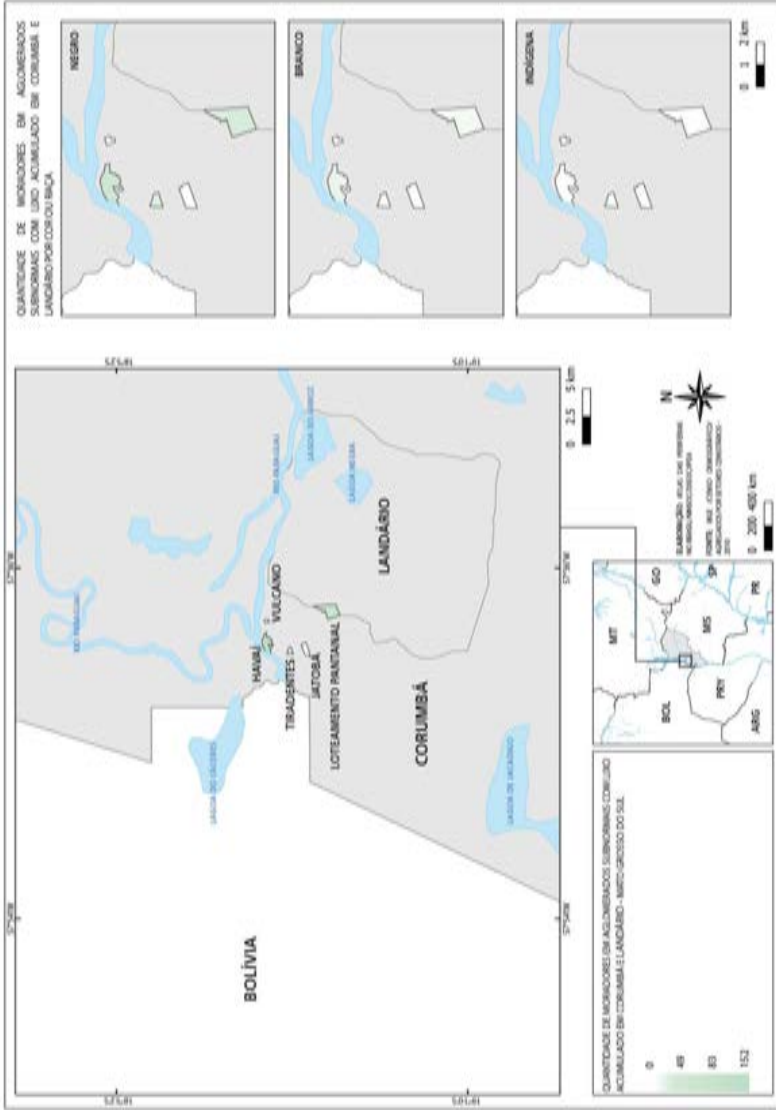
MAPA 28  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

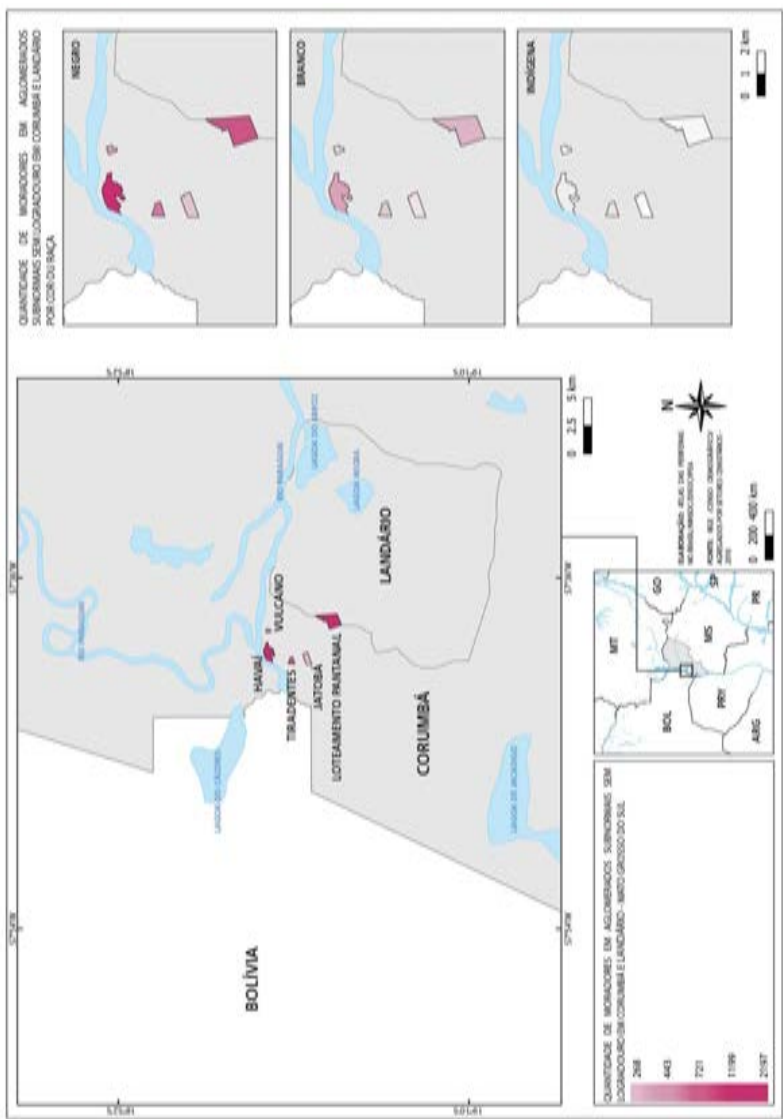


MAPA 29  
Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



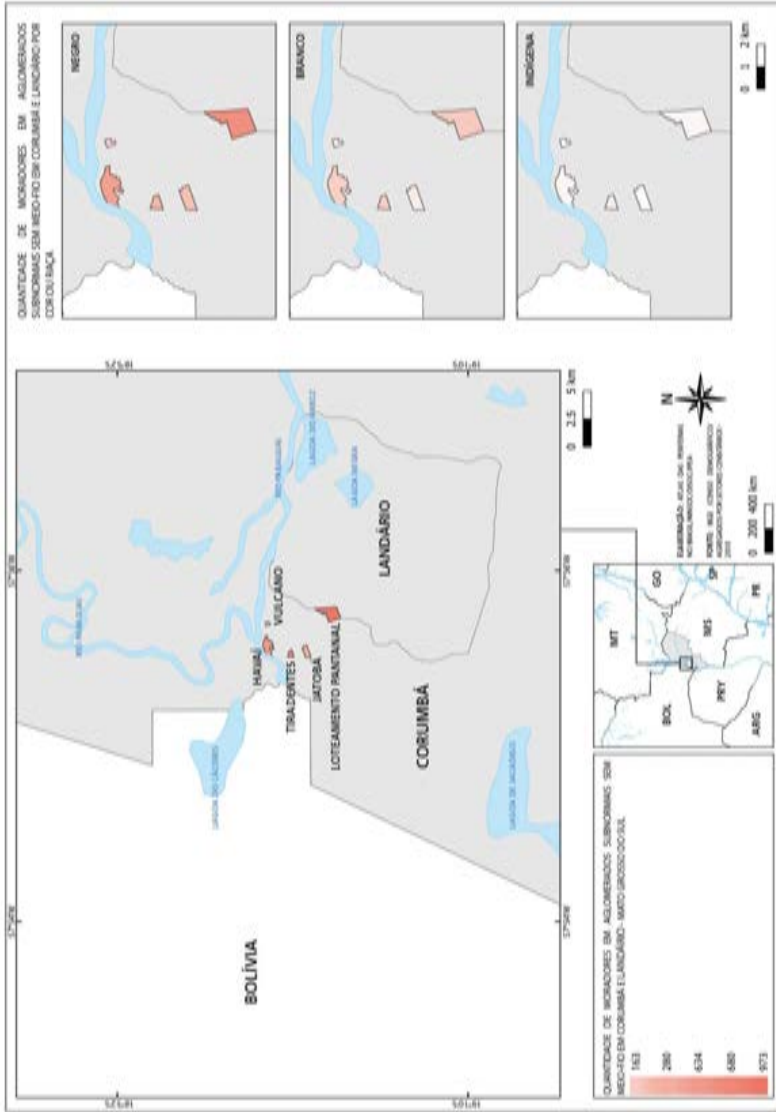
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 30  
Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



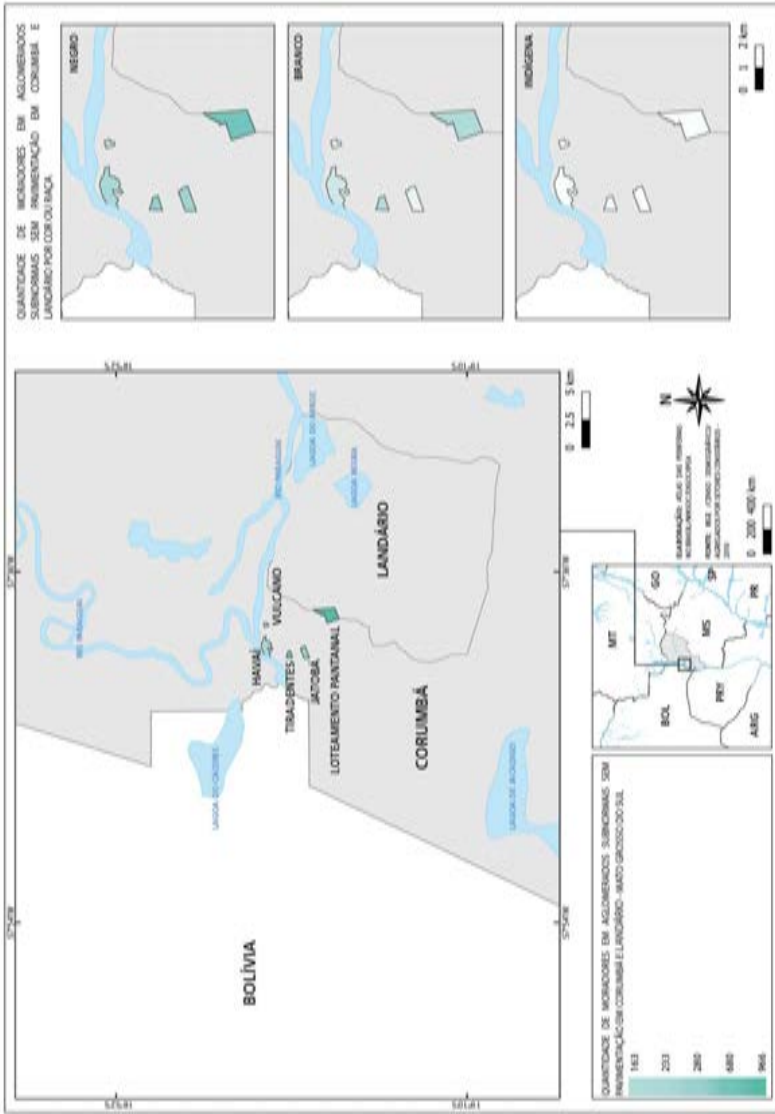
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 31  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 32  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



## CAPÍTULO 5

### **REGIÃO NORTE**

Acre

Rio Branco

Amazonas

Manaus

Amapá

Macapá e Santana

Pará

Belém, Ananindeua e Marituba

Rondônia

Porto Velho

## BOX 4

**INCLUSÃO RACIAL DE JOVENS NEGRAS E NEGROS UNIVERSITÁRIOS**Valdirene Assis<sup>1</sup>

Ao analisarmos os dados constantes deste *Atlas das Periferias no Brasil*, impossível não atentar para qual é o grupo populacional majoritário nesse recorte topográfico brasileiro. A população negra ocupa mais de 68% das áreas periféricas do país.

Trata-se de um estudo que nos apresenta de forma inequívoca os perversos efeitos do processo histórico da escravização de seres humanos no nosso país e a total falta de compensação por esse evento em que alguns se locupletaram com esse crime lesa-humanidade, restando a outros – no caso do Brasil, a maioria – uma situação de total desamparo, exclusão social e severo prejuízo no gozo de direitos, liberdades e garantias.

Além de não ver assegurado o pleno gozo ao direito fundamental à moradia, negras e negros também enfrentam dificuldades no exercício ao direito fundamental ao trabalho.

Impende salientar que os dados do mercado de trabalho, especialmente da representatividade negra em postos de mando e gestão, destoam da notória elevação de participação de jovens desse grupo no ensino superior. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, divulgada em 2019, revela que, pela primeira vez, o índice de alunos negros matriculados em universidades públicas brasileiras é maior que dos não negros, totalizando 50,3%.

O jornal *Folha de S.Paulo* publicou levantamento sobre quarenta carreiras com mais alunos no ensino superior a partir do censo da educação superior de 2016 (versão revisada), em 1º de julho de 2019. Foram considerados apenas dez cursos de excelência no Ranking Universitário Folha (RUF) para essas quarenta carreiras. Importa salientar que o número de jovens negras e negros nesses cursos universitários de excelência é de 30%, em média. Contudo, o ingresso desses

---

1. Procuradora do Trabalho; coordenadora do Grupo de Trabalho Raça da Coordenadoria Nacional de Promoção à Igualdade e Combate à Discriminação (Coordigualdade) do Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo; coordenadora do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros do MPT; docente da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); membra do Grupo de Enfrentamento ao Racismo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); coordenadora-geral do Afro Presença; integrante do Grupo de Estudo sobre Racismo e Trabalho e do Grupo de Trabalho sobre Violência e Assédio do MPT; mestre em ciências jurídico-políticas pela Universidade de Lisboa, com pós-graduação em Human Rights pela Universidade de Coimbra. Integrou a delegação brasileira nas conferências internacionais do trabalho em Genebra, em 2018 e 2019, como perita técnica, participando dos atos de elaboração e aprovação da convenção que marcou o centenário da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Convenção para Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho. E-mail: <valdirene.assis@mpt.mp.br>.



profissionais de excelência no mundo do trabalho não expressa tal elevação, notadamente quando falamos de postos estratégicos e de liderança.<sup>2</sup>

É certo que o número de jovens universitários negras e negros ainda é muito aquém da representação demográfica desse grupo populacional, o que nos faz refletir sobre as lógicas excludentes que imperam no mundo do trabalho e que obstam o ingresso ou a progressão na carreira dessas pessoas.

As ações afirmativas na área da educação (cotas raciais, financiamentos estudantis, bolsas de estudo diversas, entre outros) têm produzido efeitos benéficos. Não se vislumbra, porém, qualquer indício de que a qualificação profissional baste para que essa população historicamente discriminada goze do direito fundamental ao trabalho, em situação de efetiva equidade.

Buscando dar consequência às ações afirmativas que permitiram um importante ingresso de jovens negras e negros no espaço universitário, o MPT deu início a um amplo diálogo social, bem como promoveu um debate institucional interno que permitiu a constituição do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros, ação estratégica e prioritária do MPT.

Esse projeto institucional responde pela existência de uma iniciativa denominada Conexão Negra, parceria MPT de São Paulo e Caritas, com participação do Pacto Global/Organização das Nações Unidas (ONU) e ONU Mulheres. Esse projeto de capacitação teve início em Salvador, em 2019, sendo recebida pelo bloco afro do carnaval de Salvador Ilê Aiyê. Foram capacitados mais de duzentos(as) jovens negras e negros universitários(as), nas áreas jurídica, publicitária e empresarial, com encaminhamento ao mercado de trabalho. Essa iniciativa dá execução a uma das metas do Projeto de Inclusão de Jovens Negras e Negros do MPT, com vocação de execução nacional. Registre-se que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já tem edições programadas, com um total de 320 jovens beneficiários(as).

Empresas, escritórios de advocacia e agências de publicidade que estão adotando ações afirmativas, em consonância com o Projeto Nacional de Jovens Negras e Negros Universitários/MPT, buscam atuar contra esse descompasso numérico, atacando a exclusão social com medidas positivas, que gozam de lastro constitucional, legal e convencional.

Importa asseverar que medidas de ações afirmativas para a população negra no mercado de trabalho não são novidade no Brasil. Muitos são os exemplos de processos seletivos com estruturas semelhantes, como no caso de aprendizagem, voltada para cargos básicos (ensino médio). Programas de estágio com essa mesma

---

2. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/presenca-de-negros-avanca-pouco-em-cursos-de-ponta-das-universidades.shtml>>. Acesso em: 8 out. 2019.

fundamentação jurídica têm sido realizados, sem maiores celeumas. O que ocorre é que os candidatos não têm garantia de efetivação. Caso sejam contratados, precisarão confiar nos processos internos de progressão na carreira.

Processos seletivos para *trainees*, instituídos por algumas empresas, inclusive em atenção a recomendações do MPT, geram, todavia, questionamentos de alguns. Antes de tudo, vale destacar que são processos seletivos destinados à identificação de talentos, de pessoas que irão compor a alta liderança dessas empresas.

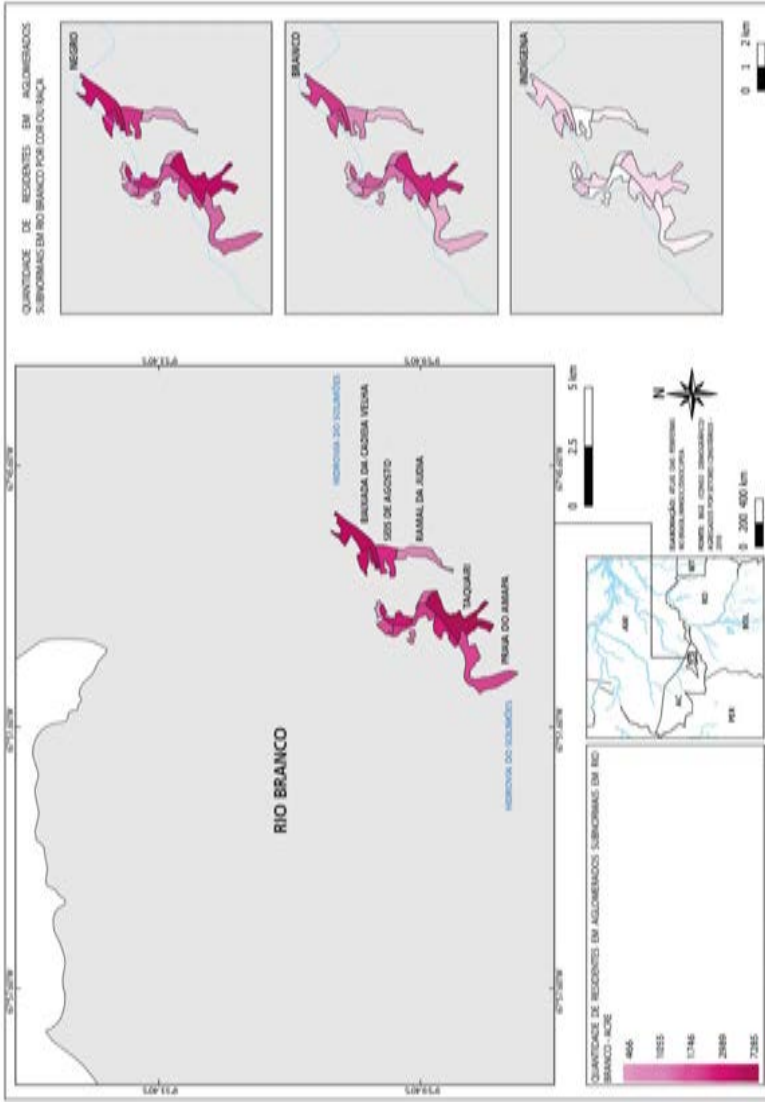
O quadro posto nos mostra que não estamos no terreno da razão jurídica, uma vez que ações afirmativas são reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), recomendadas pela boa doutrina e do conhecimento dos operadores de direito do nosso país. O debate estabelecido sobre ações afirmativas na iniciativa privada para jovens negras e negros se dá quando essas medidas se voltam à inclusão de tais profissionais em postos de mando e gestão.

O enfrentamento ao racismo estrutural e seus efeitos no mercado de trabalho estão na fundamentação do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros Universitários do MPT. Faz-se necessária uma mudança de cultura, sobre a forma como os corpos negros são lidos no mundo do trabalho e acerca do urgente combate a estereótipos negativos que militam contra profissionais negras e negros.

Diante dessas constatações, há consenso jurídico da constitucionalidade e legalidade de ações afirmativas na iniciativa privada em favor da equidade racial, mas precisamos ainda avançar na compreensão de que essa inclusão não pode seguir apenas na base da pirâmide do mercado de trabalho. Nesse aspecto, é relevante considerarmos a reivindicação dos movimentos sociais: representatividade importa.

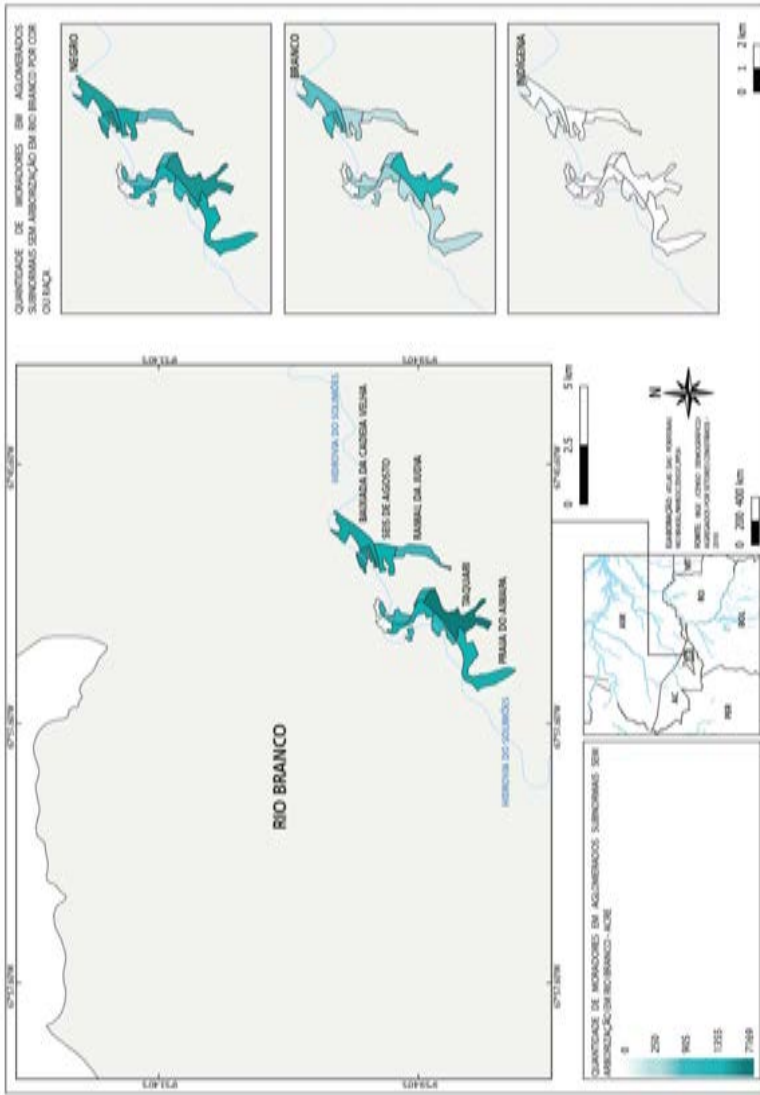
Logo, no avanço da adoção de ações afirmativas na iniciativa privada, estamos caminhando rumo à implementação de medidas que materializam o princípio da igualdade, a fim de conferir à maioria da população brasileira efetivas oportunidades de igual participação social, especialmente no que se refere ao direito fundamental ao trabalho.

MAPA 1  
Rio Branco: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



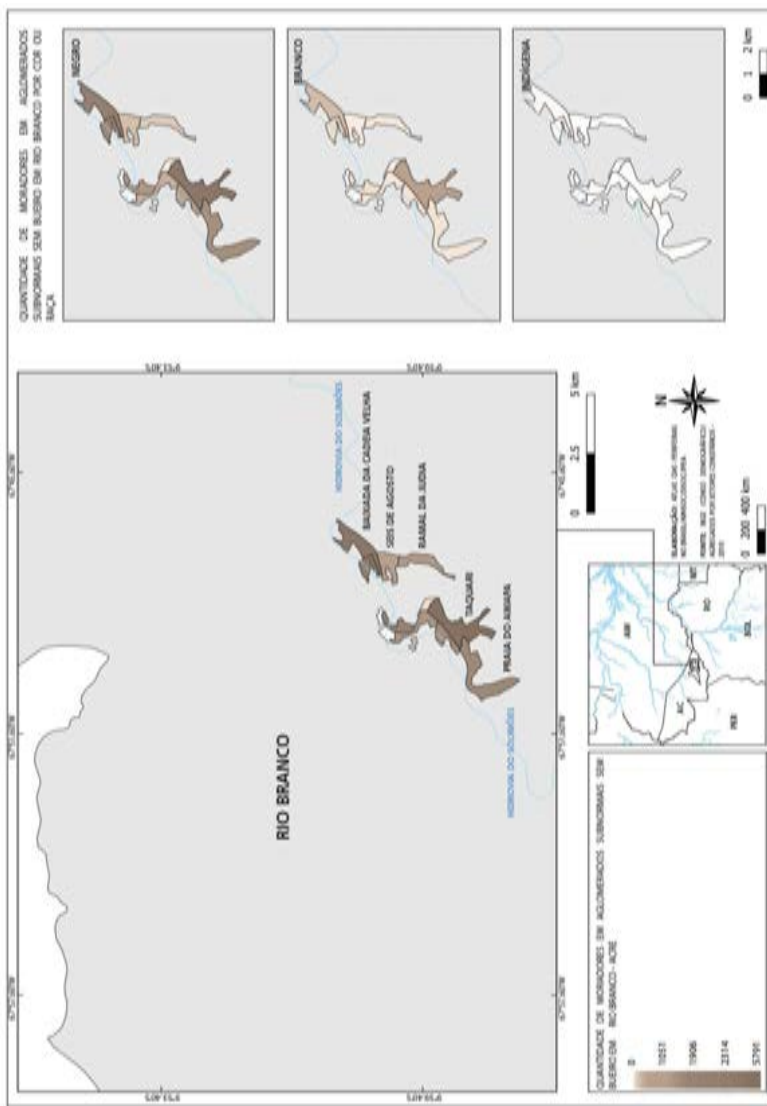
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Elaboração das autoras.

MAPA 2  
 Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

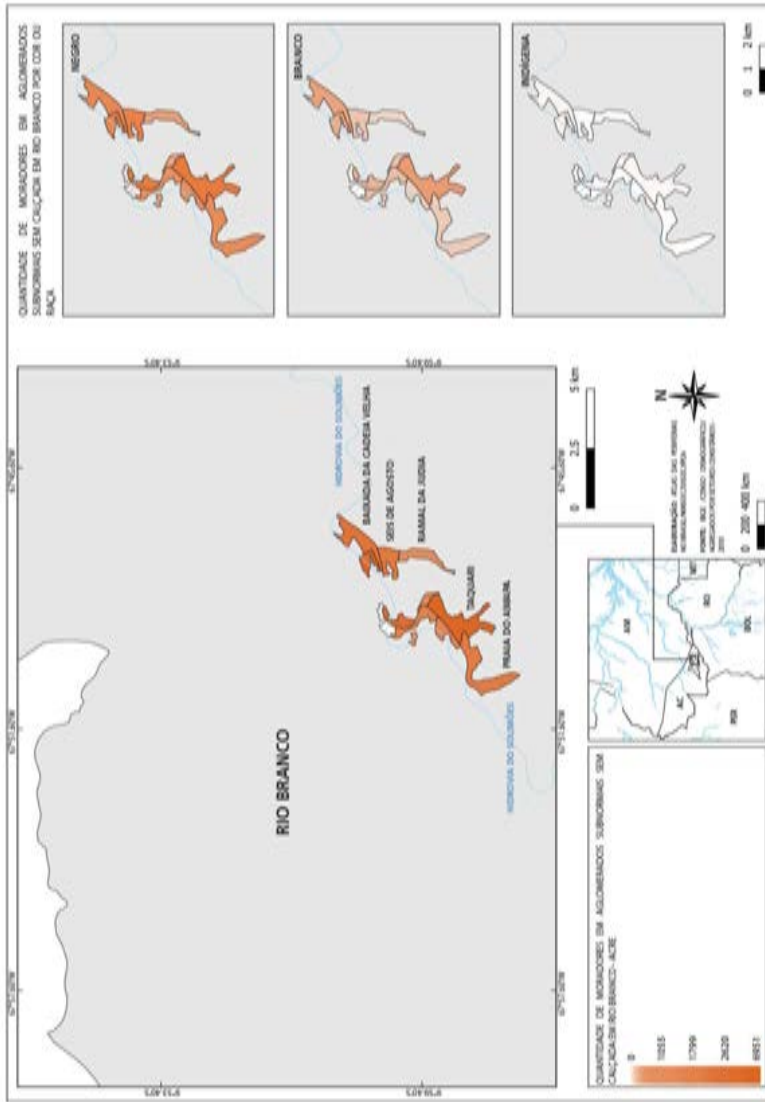
MAPA 3  
**Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

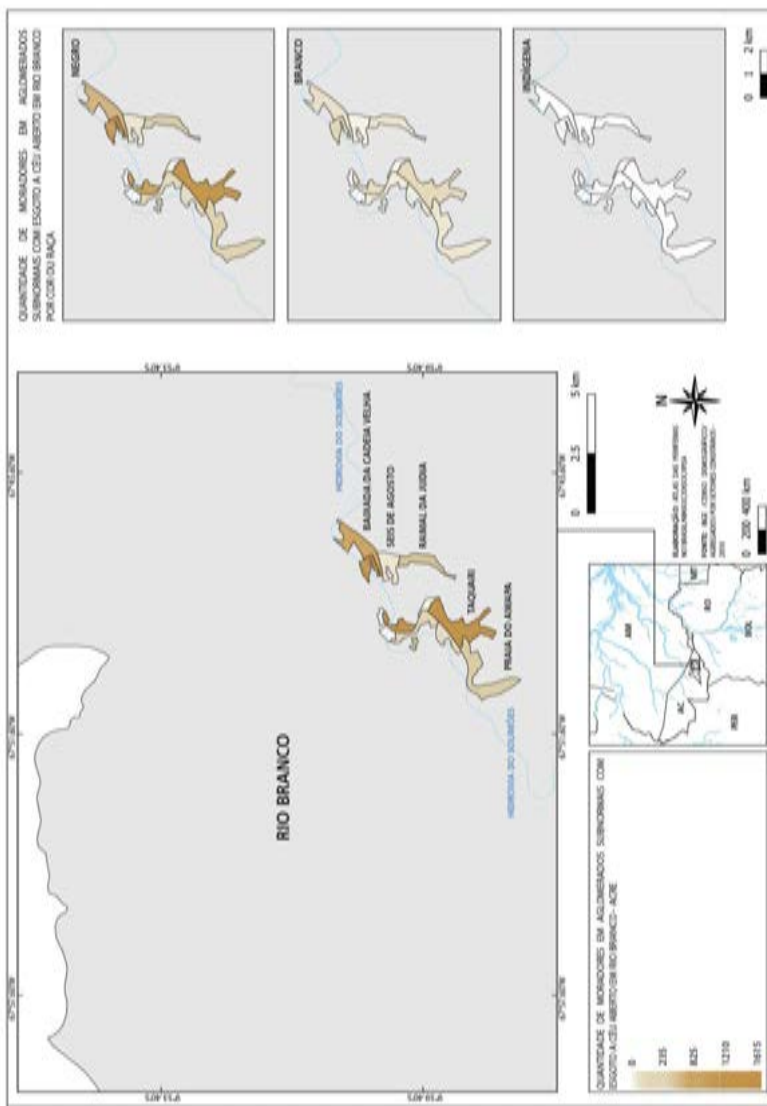
MAPA 4

Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



MAPA 5

**Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)**

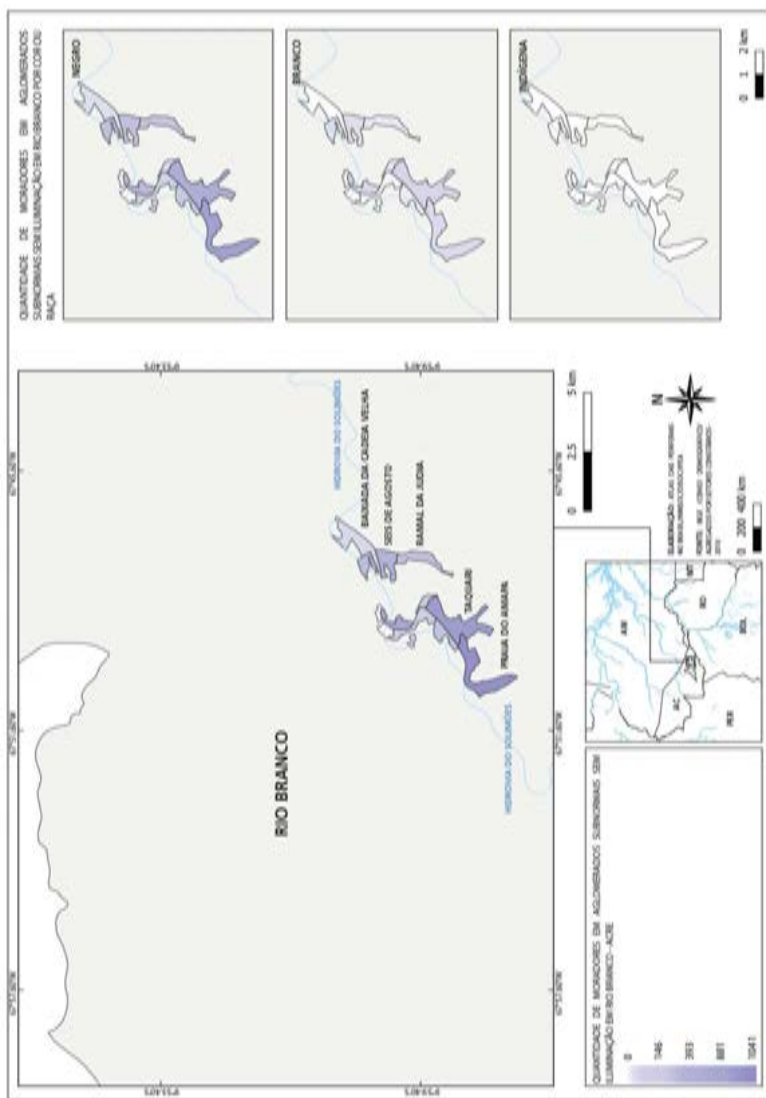


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



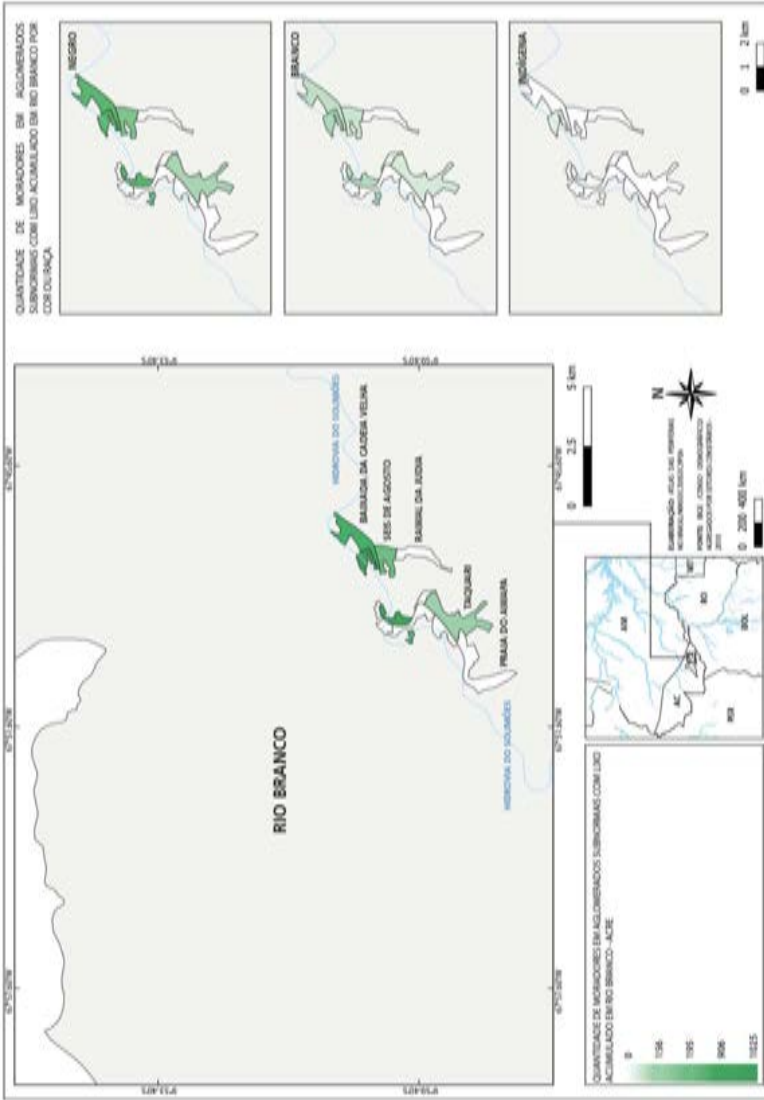
MAPA 6

Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

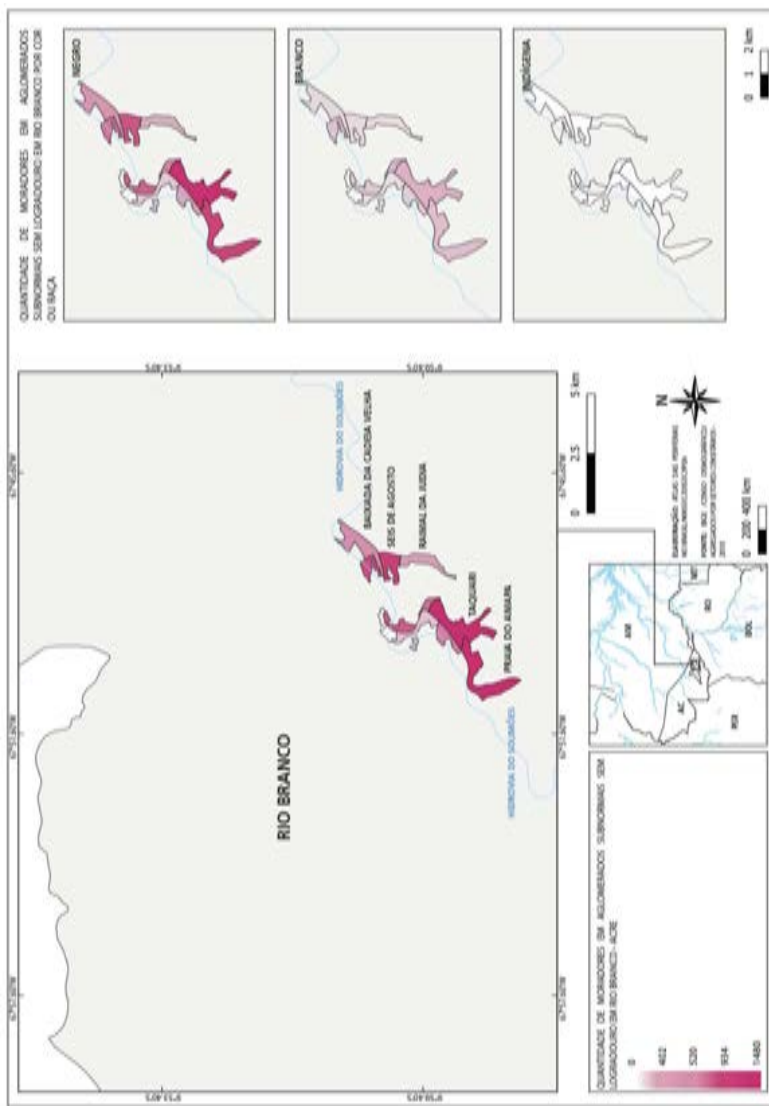
MAPA 7  
Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

## MAPA 8

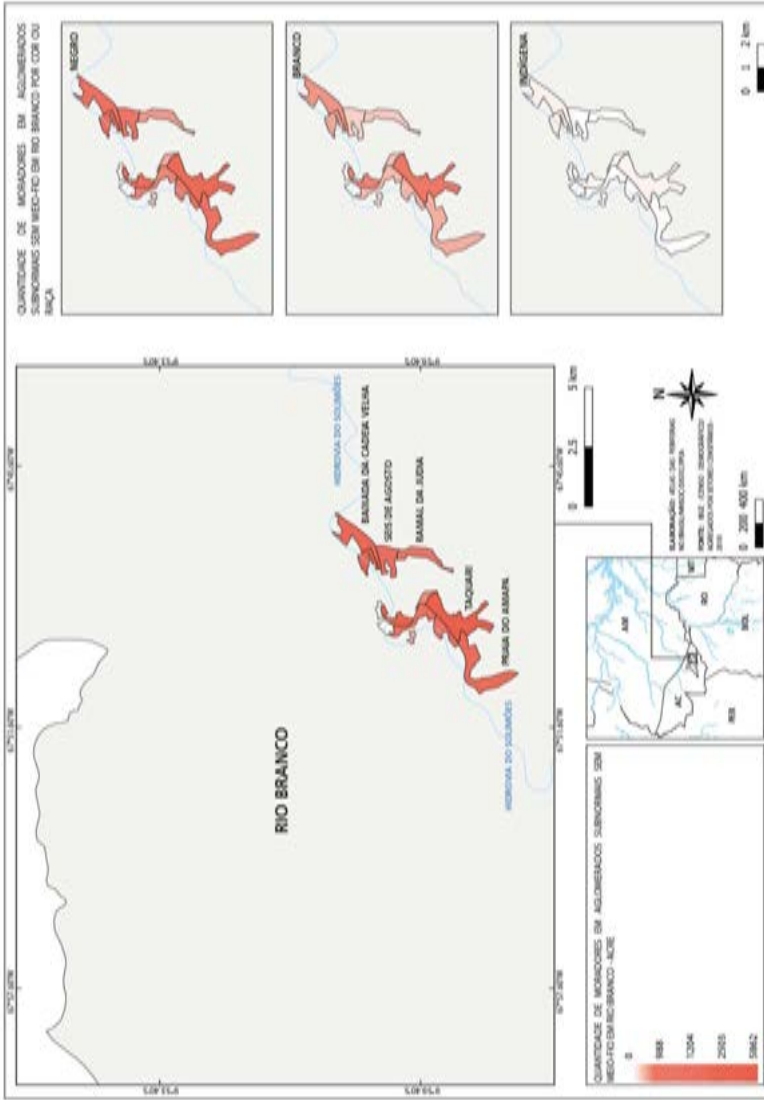
## Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

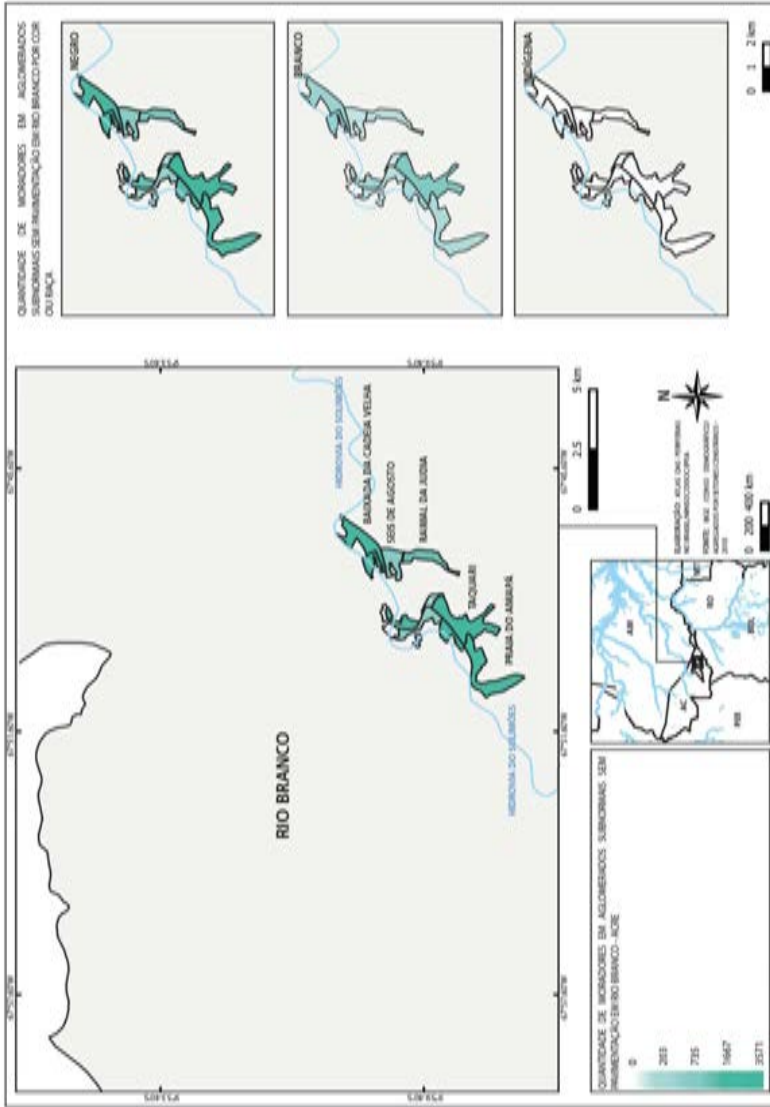
MAPA 9

**Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)**



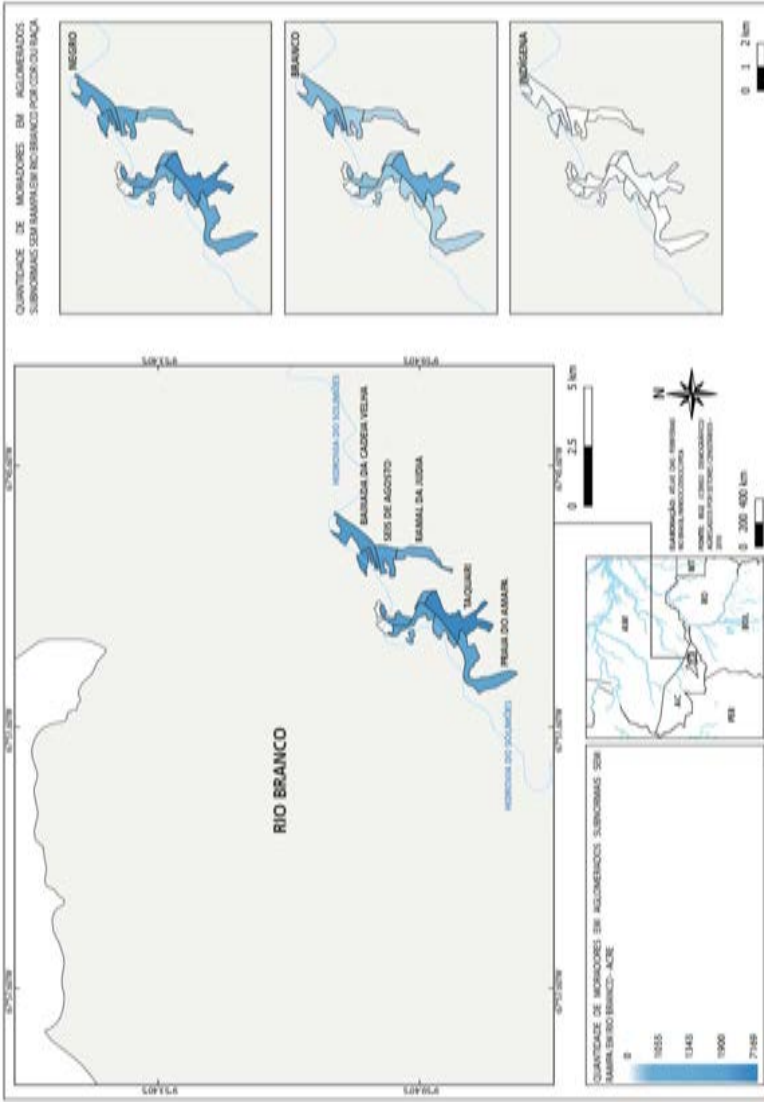
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 10  
**Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 11  
**Rio Branco: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

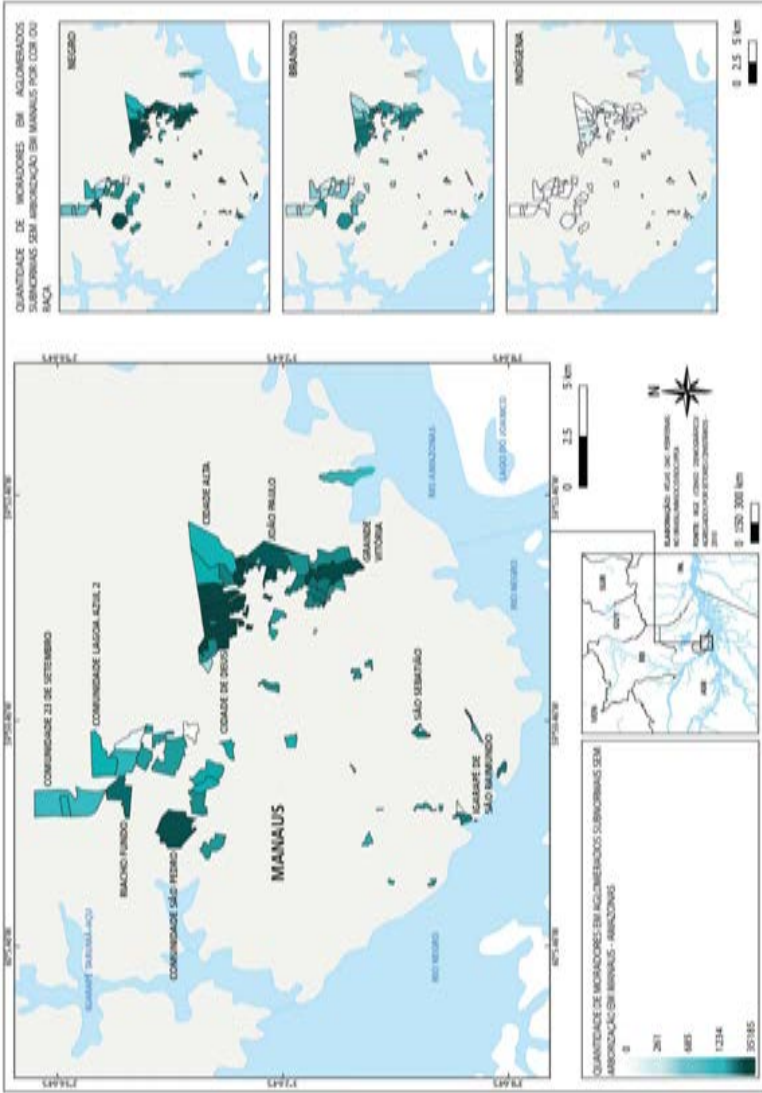
MAPA 12  
**Manaus: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 13

Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)

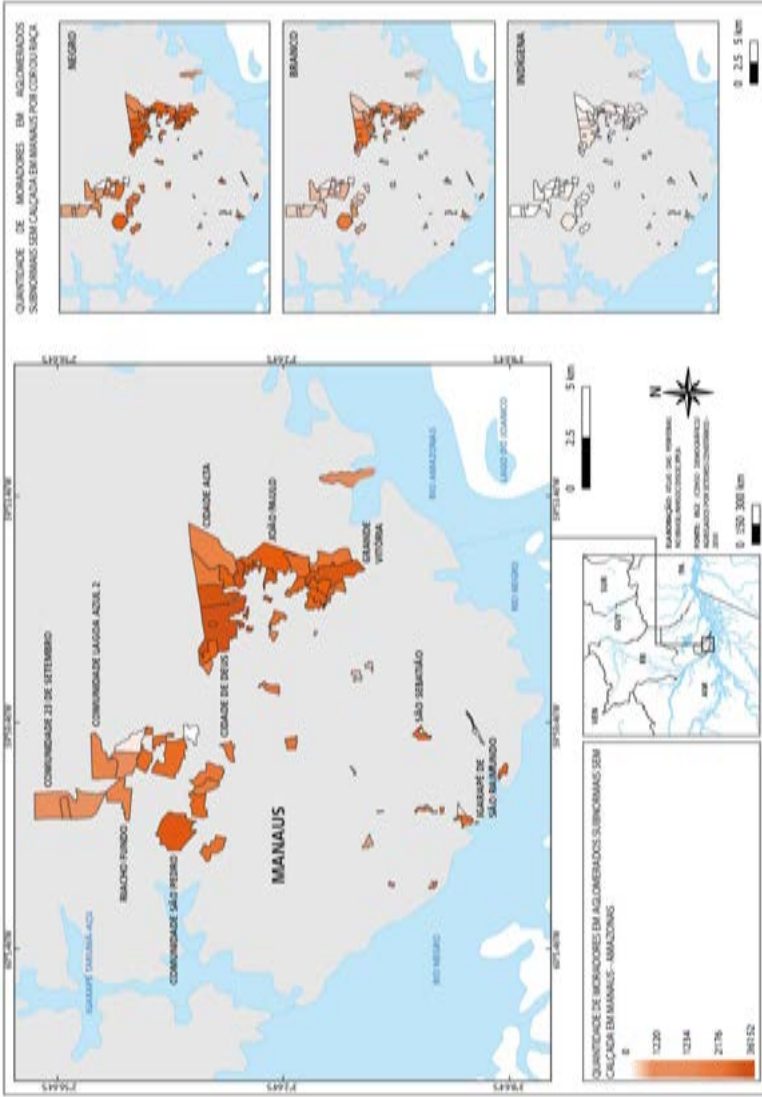


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



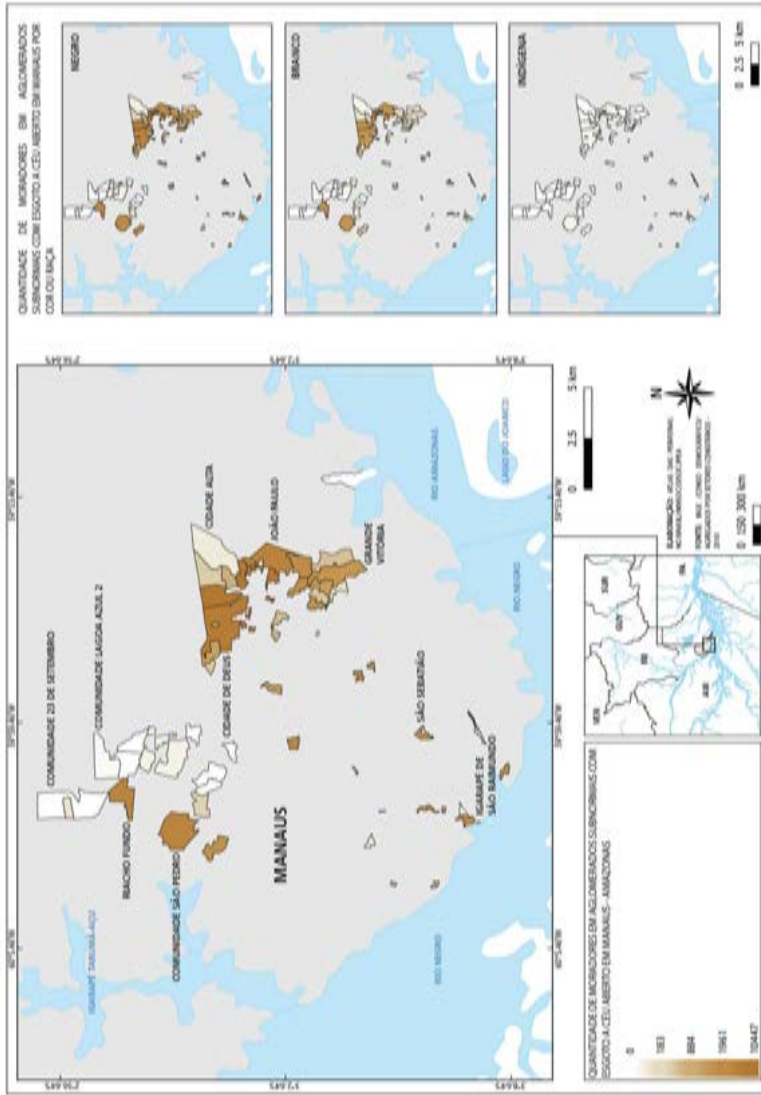


MAPA 15  
Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

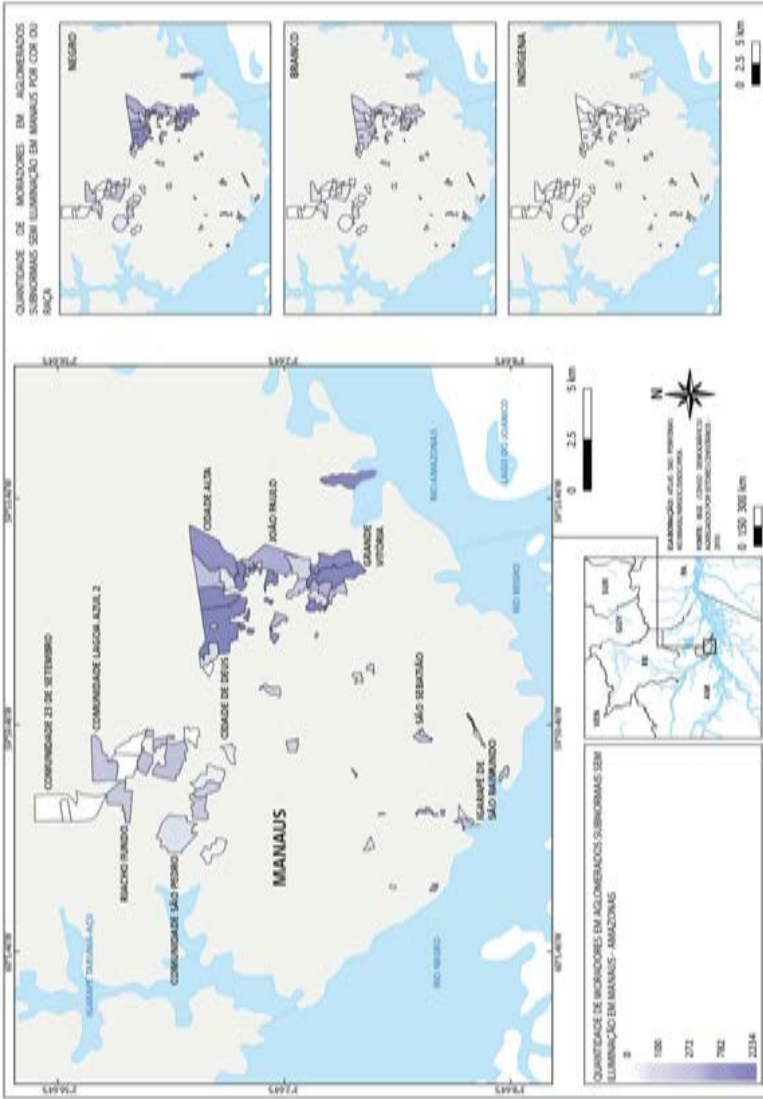
MAPA 16  
**Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 17

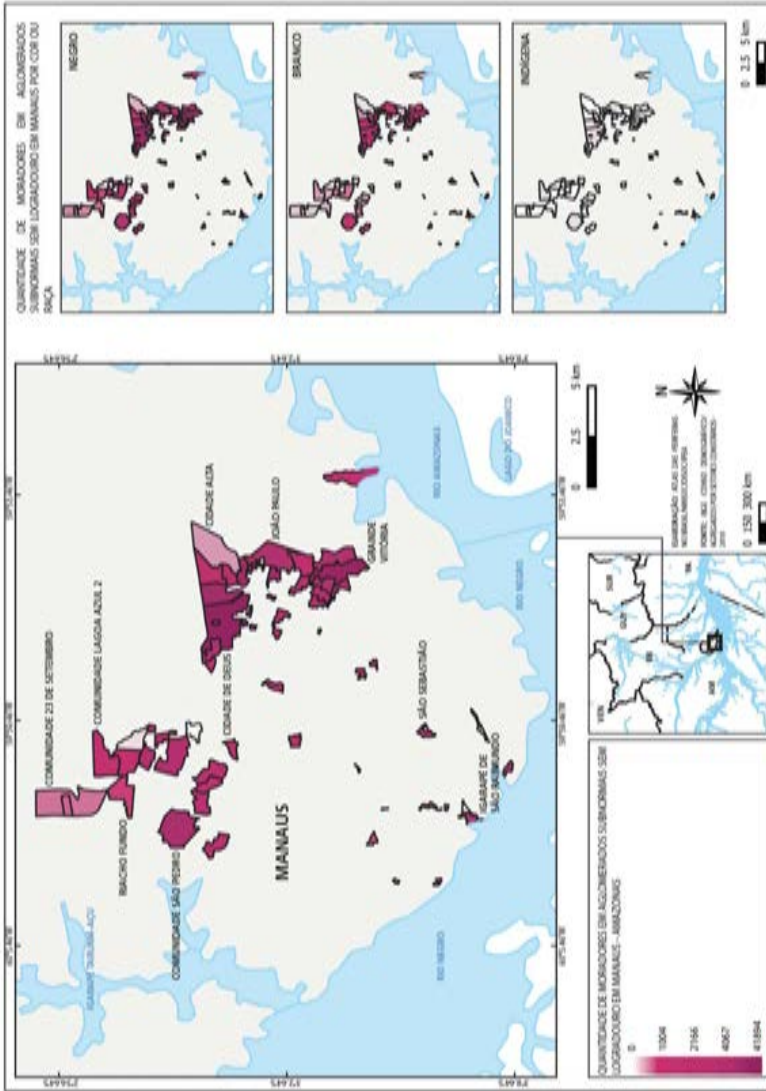
Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



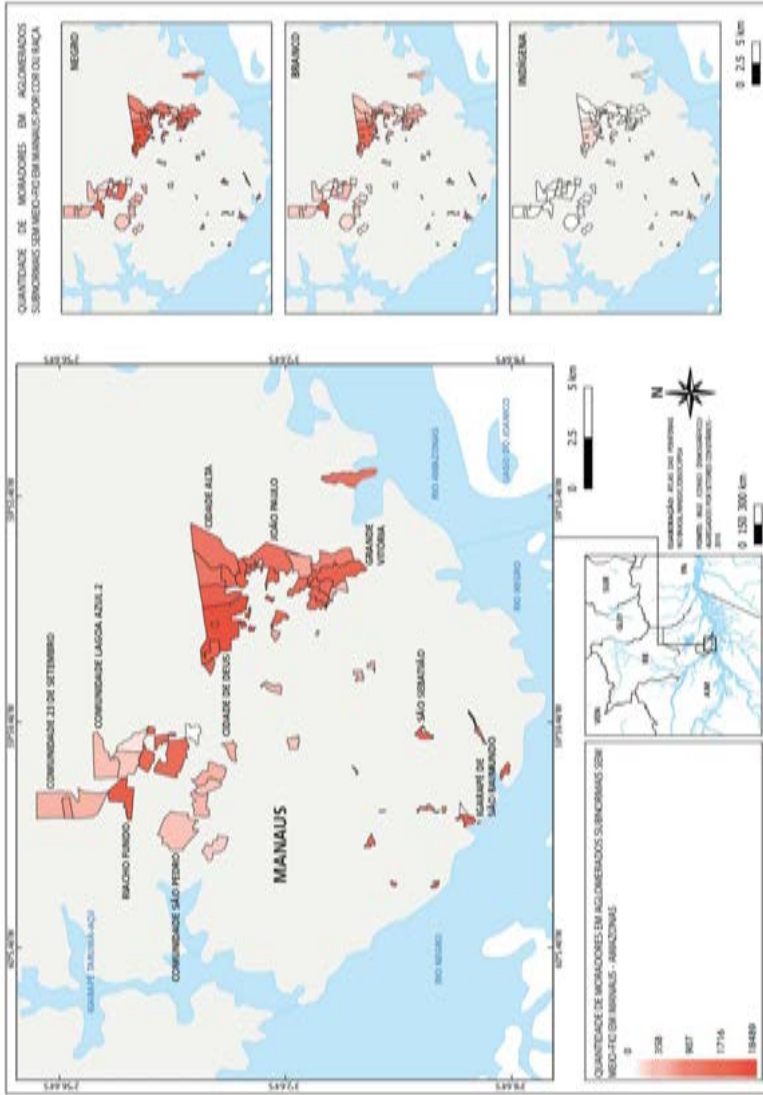
MAPA 19  
Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



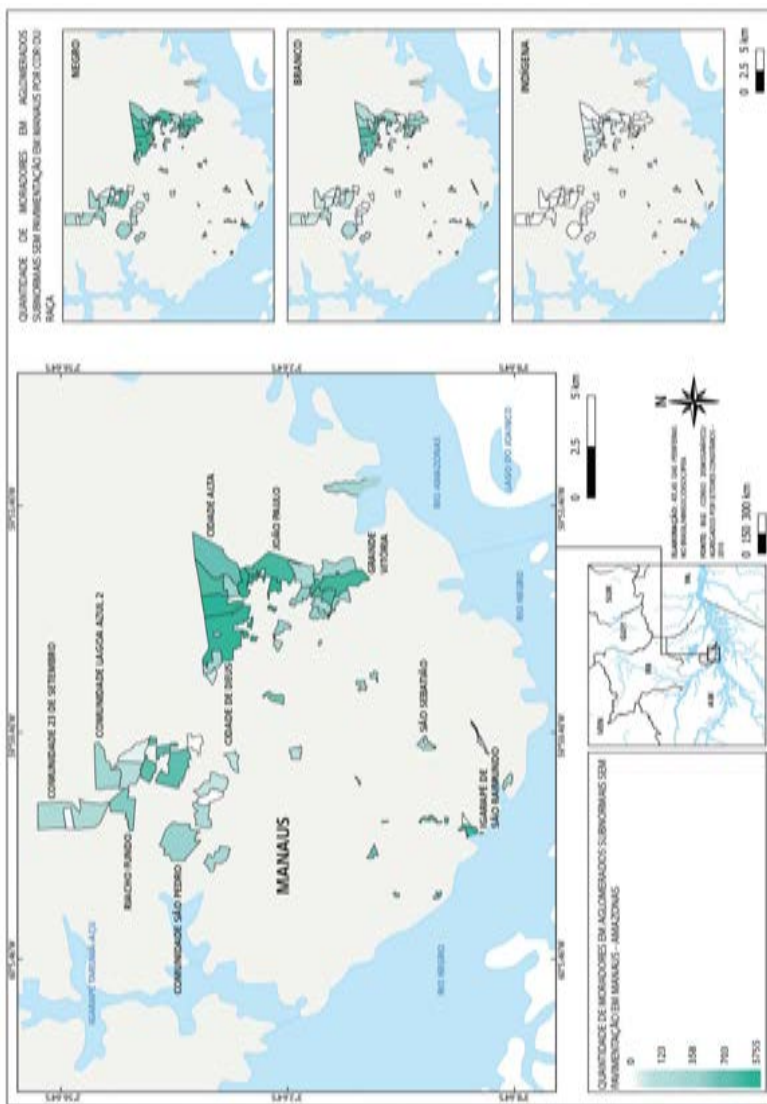
MAPA 20  
**Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 21

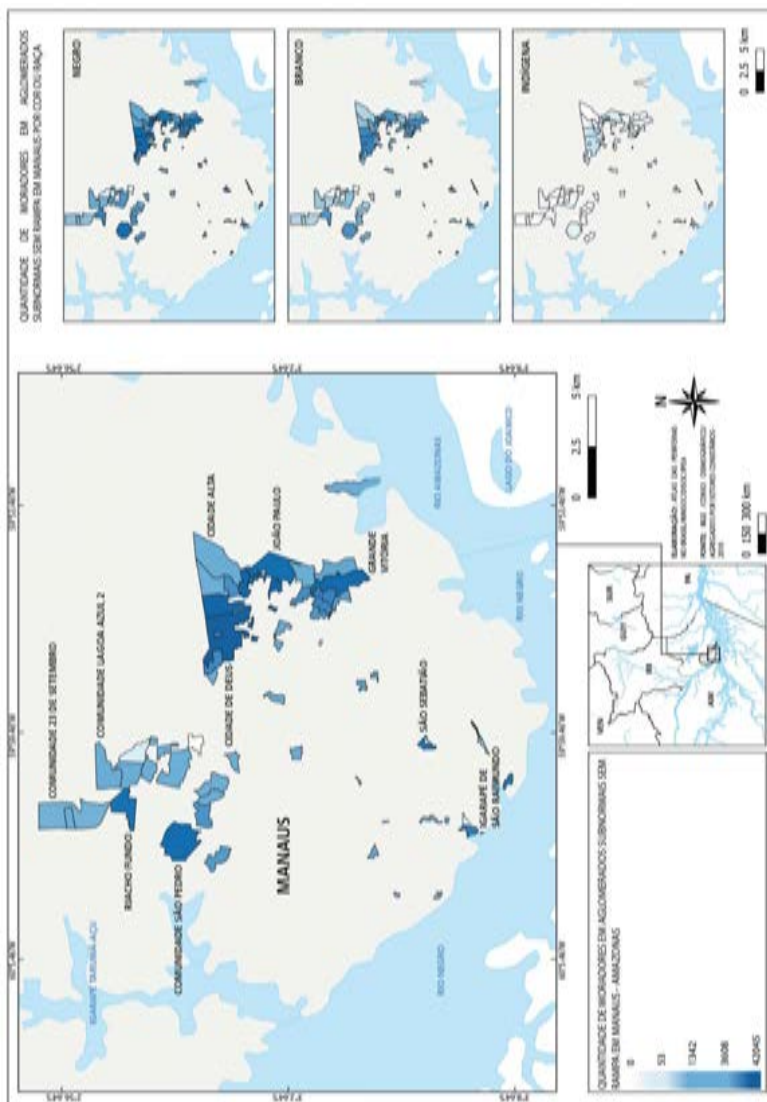
Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

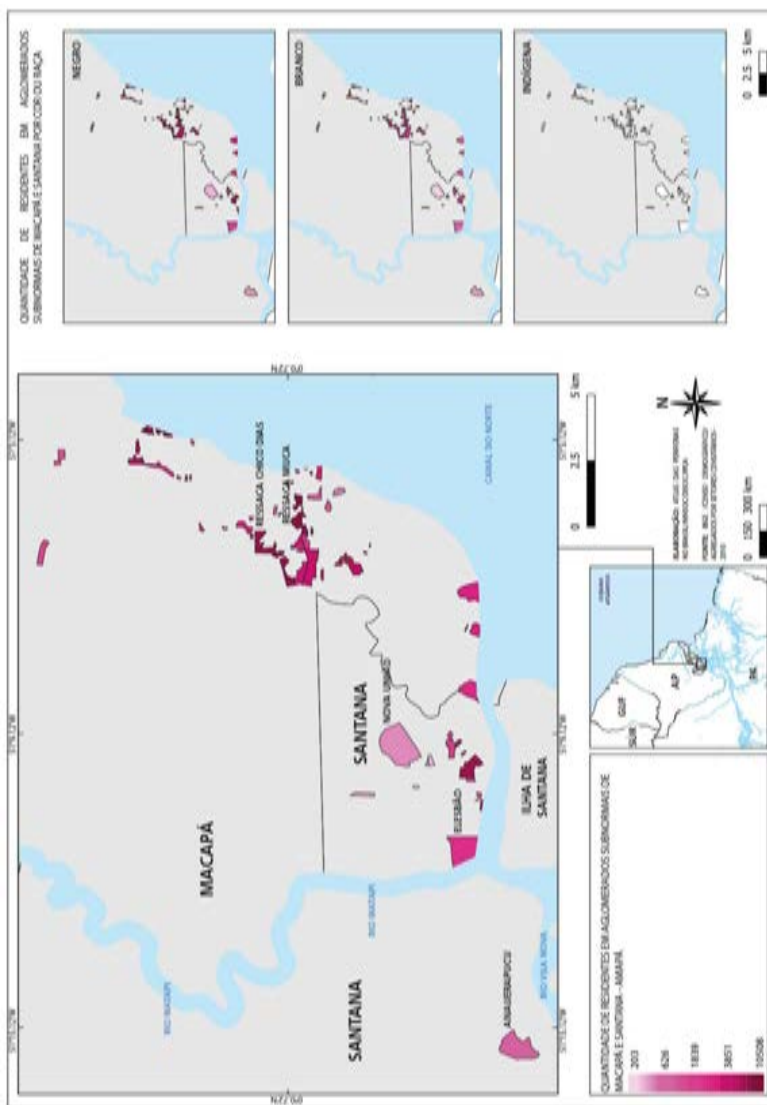


MAPA 22  
 Manaus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



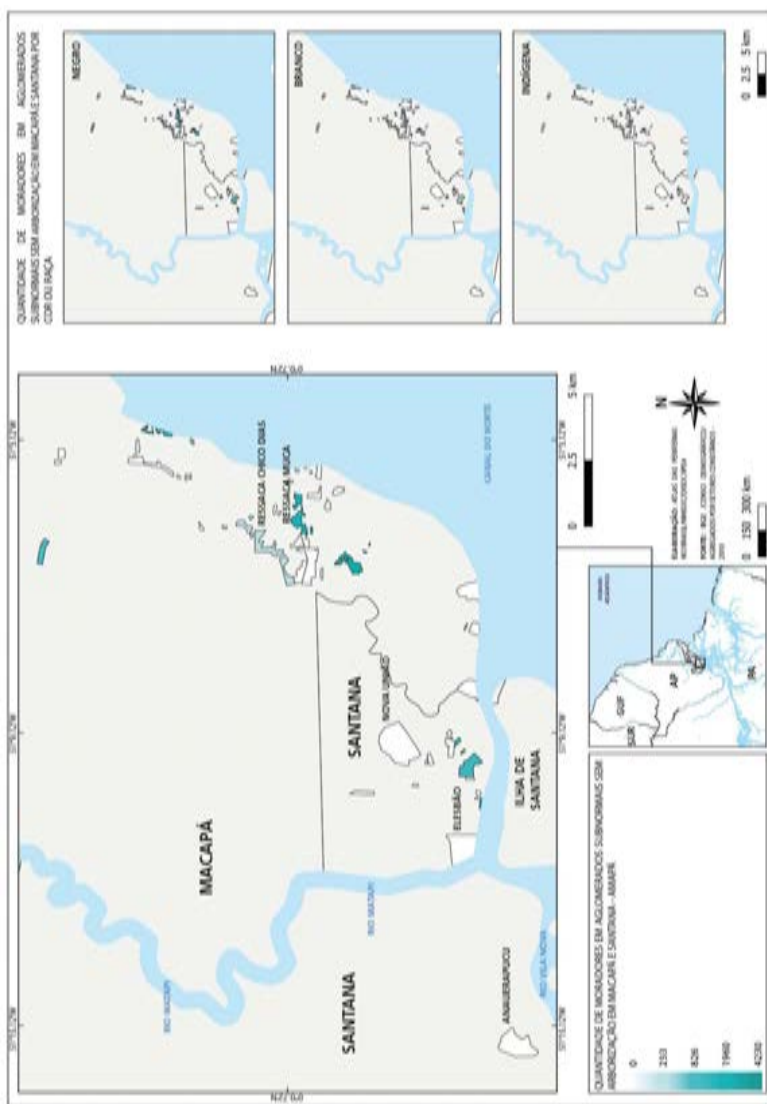
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 23  
Macapá e Santana: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 24  
 Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



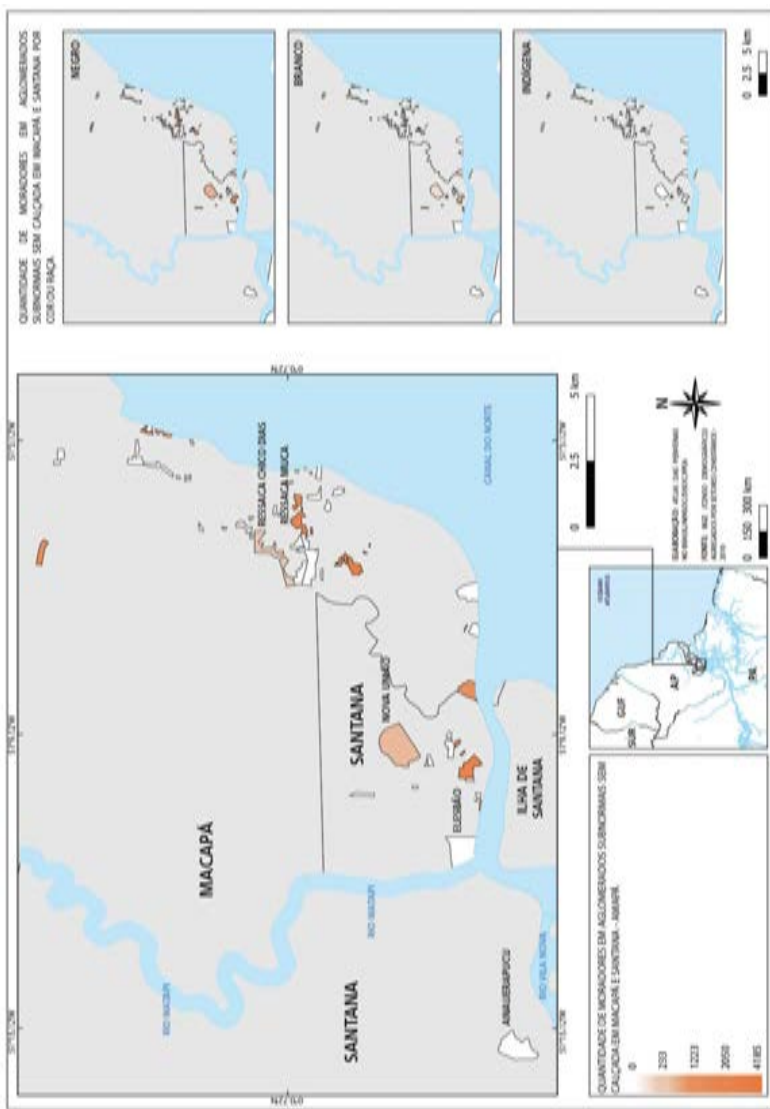
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 25  
Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

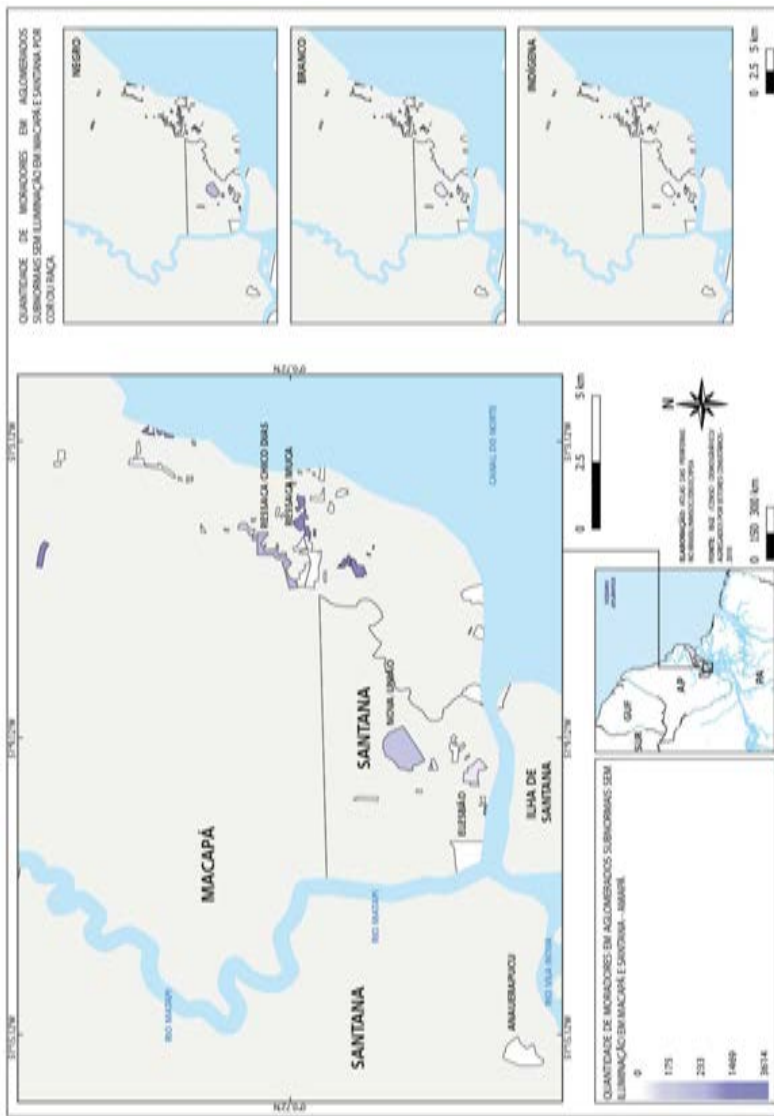
MAPA 26  
Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

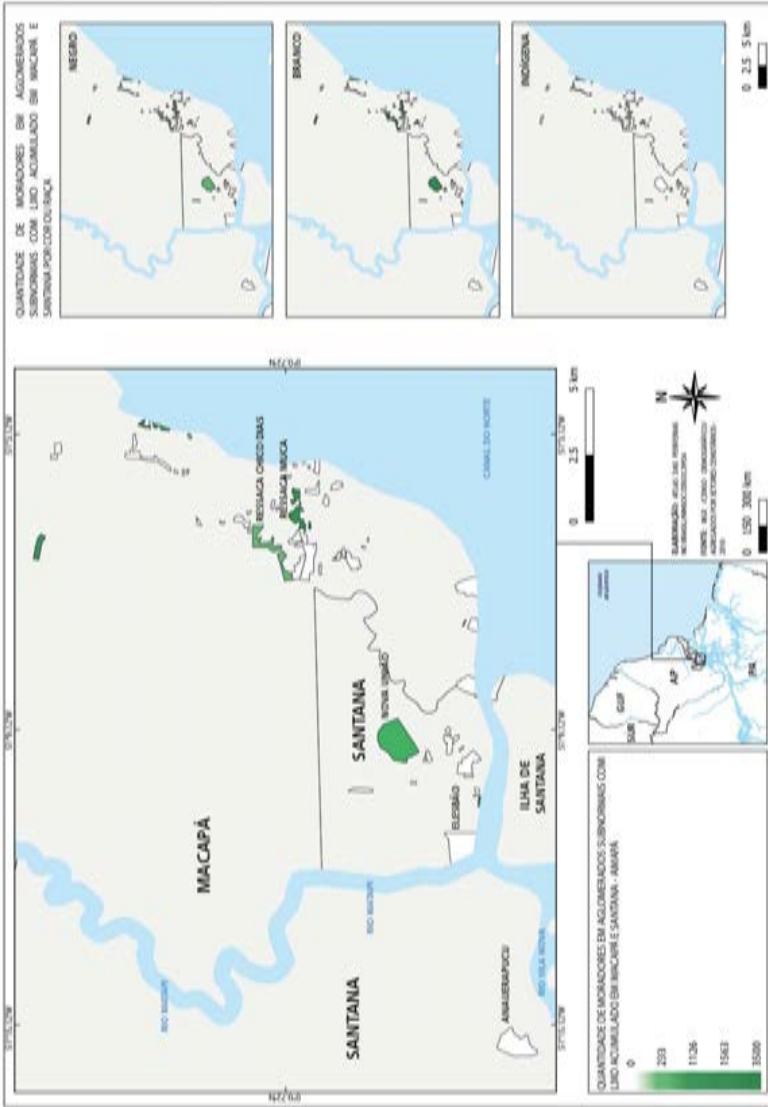


MAPA 28  
 Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)





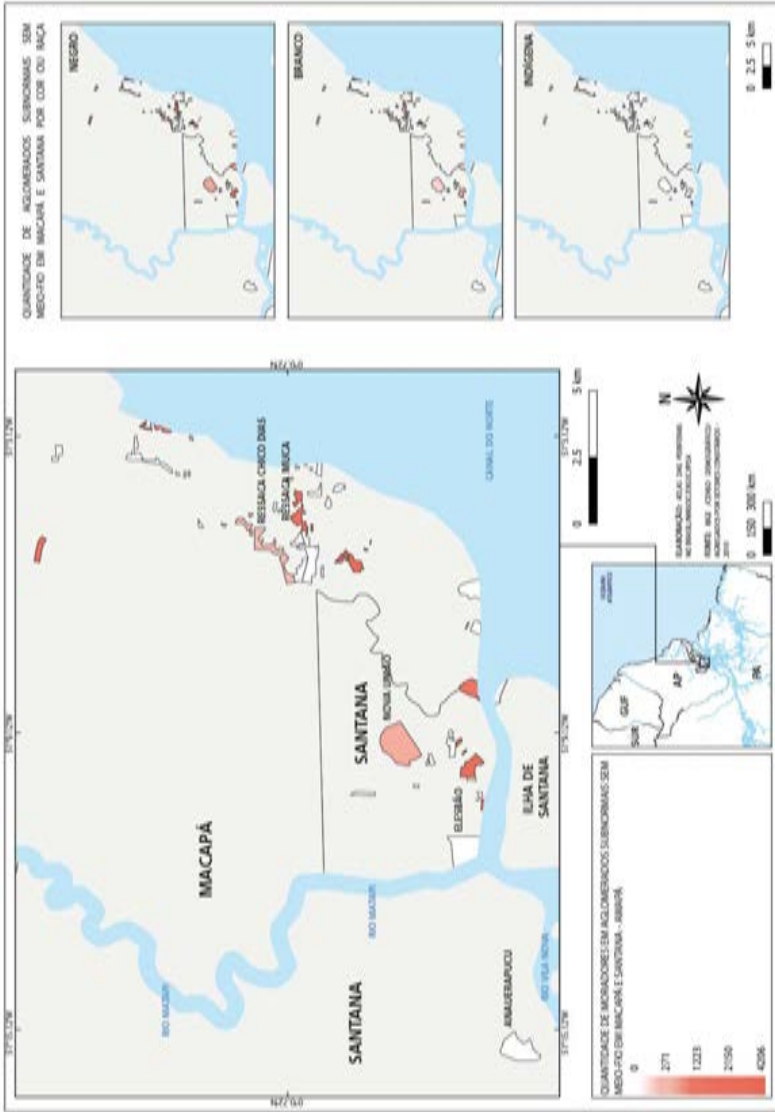
MAPA 29  
Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



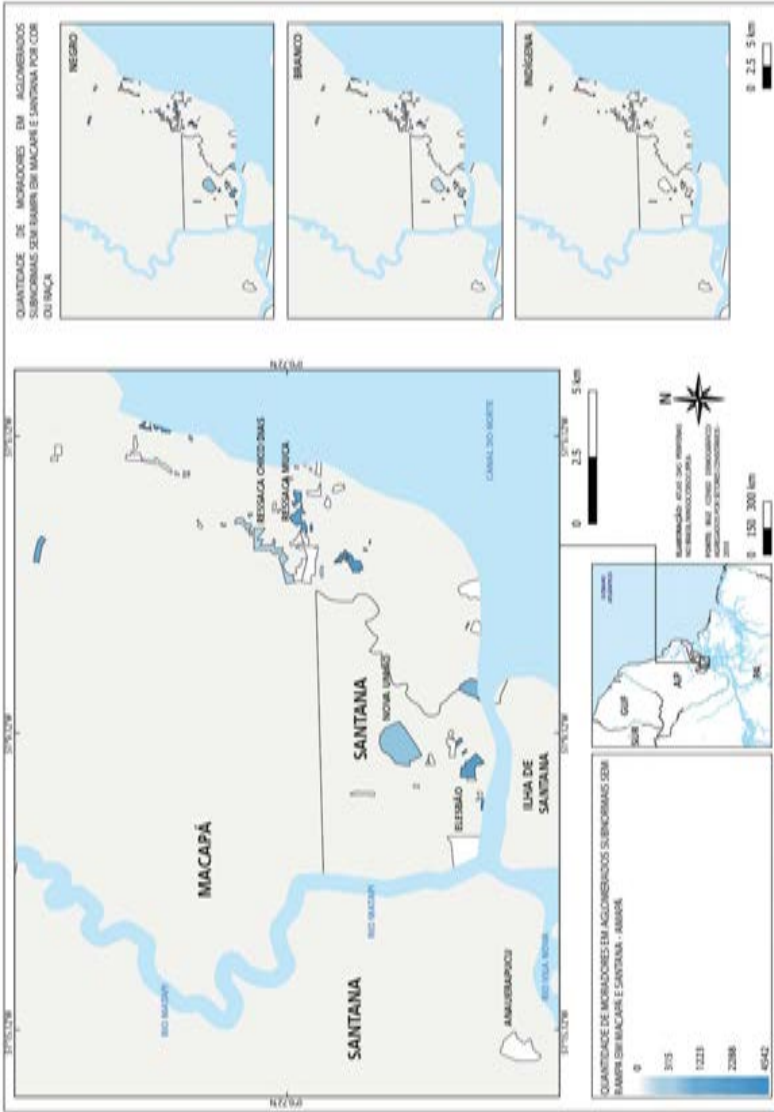
MAPA 31  
 Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

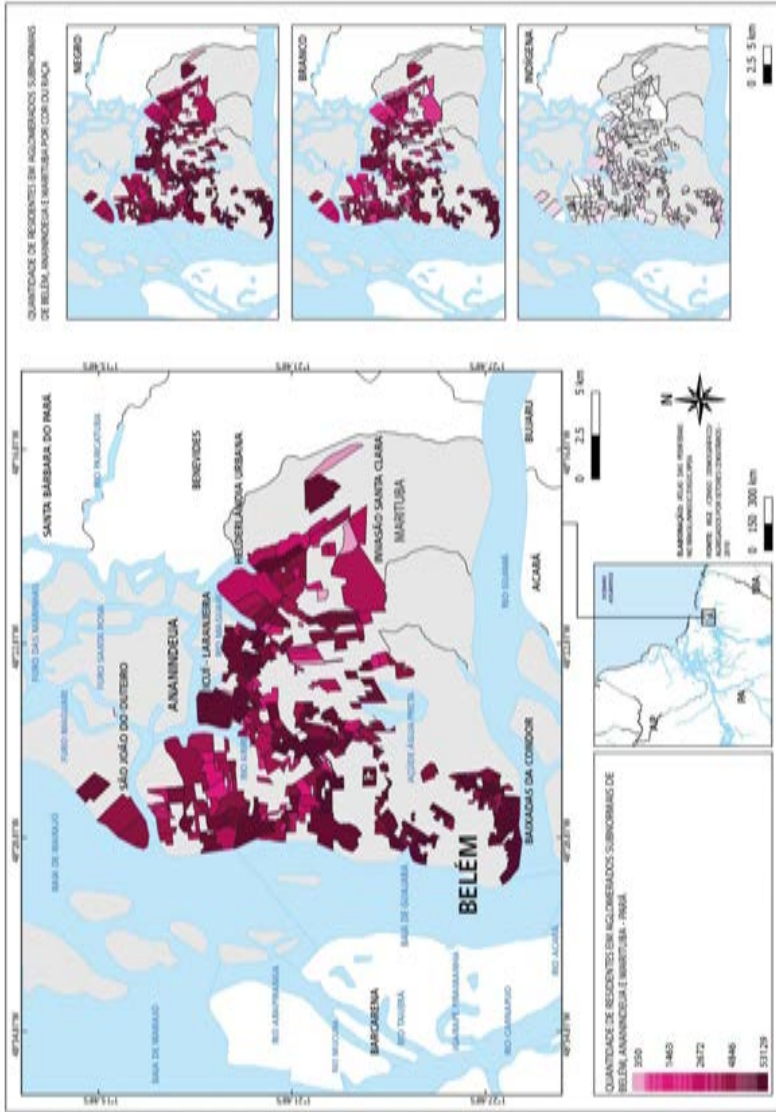


MAPA 33  
 Macapá e Santana: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 34  
**Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)**



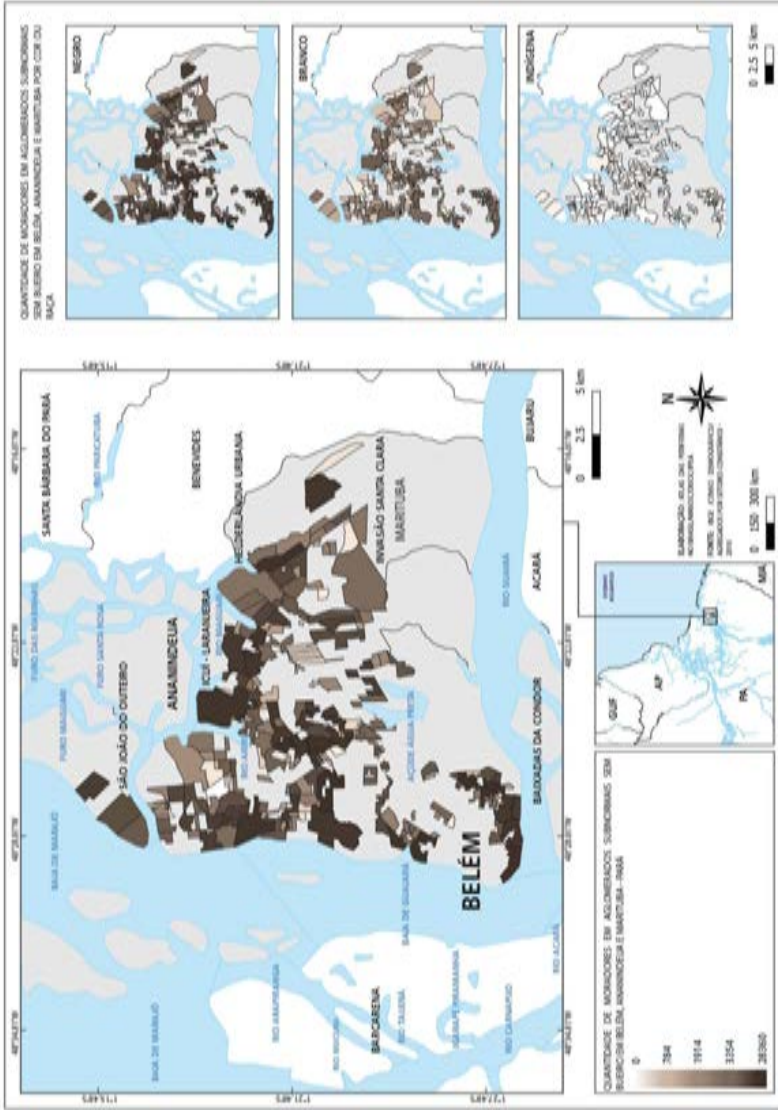
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





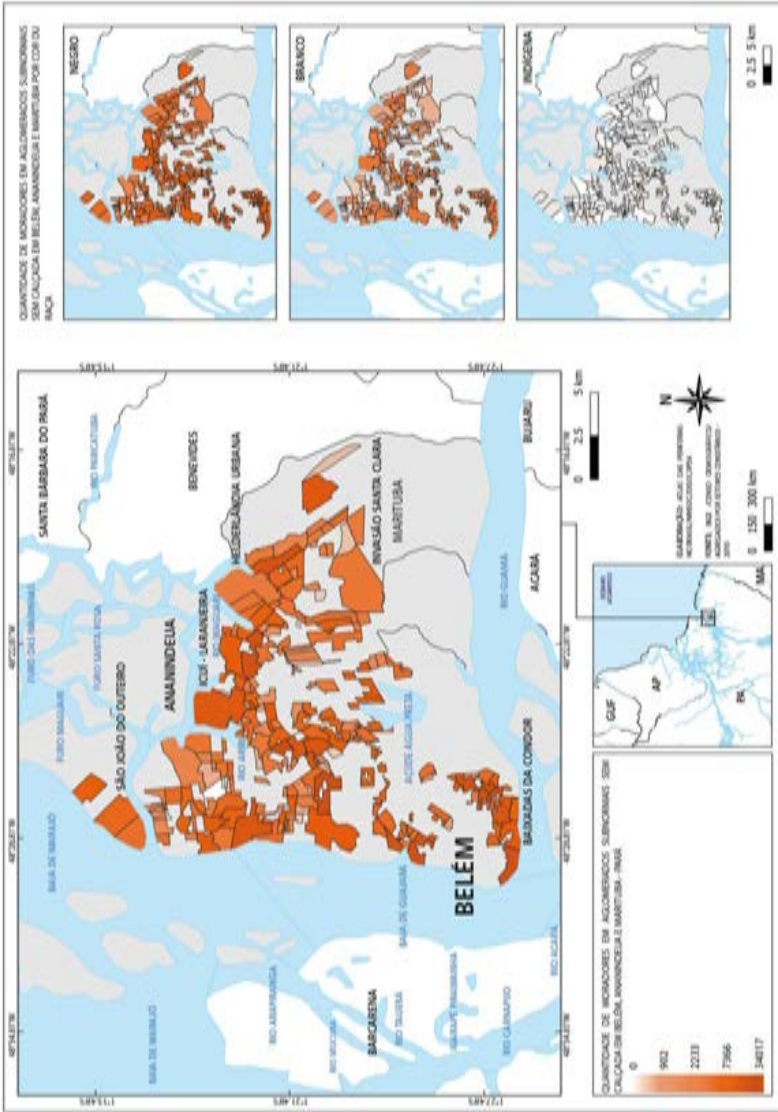


MAPA 36  
Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



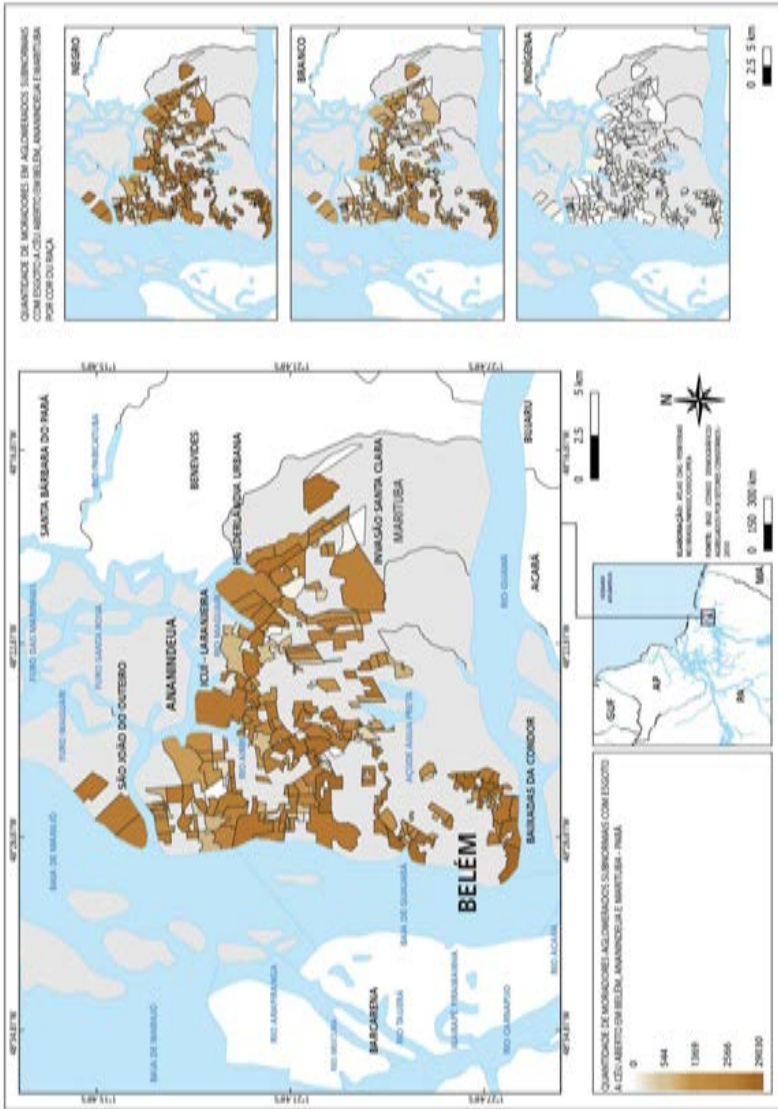
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 37  
**Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)**



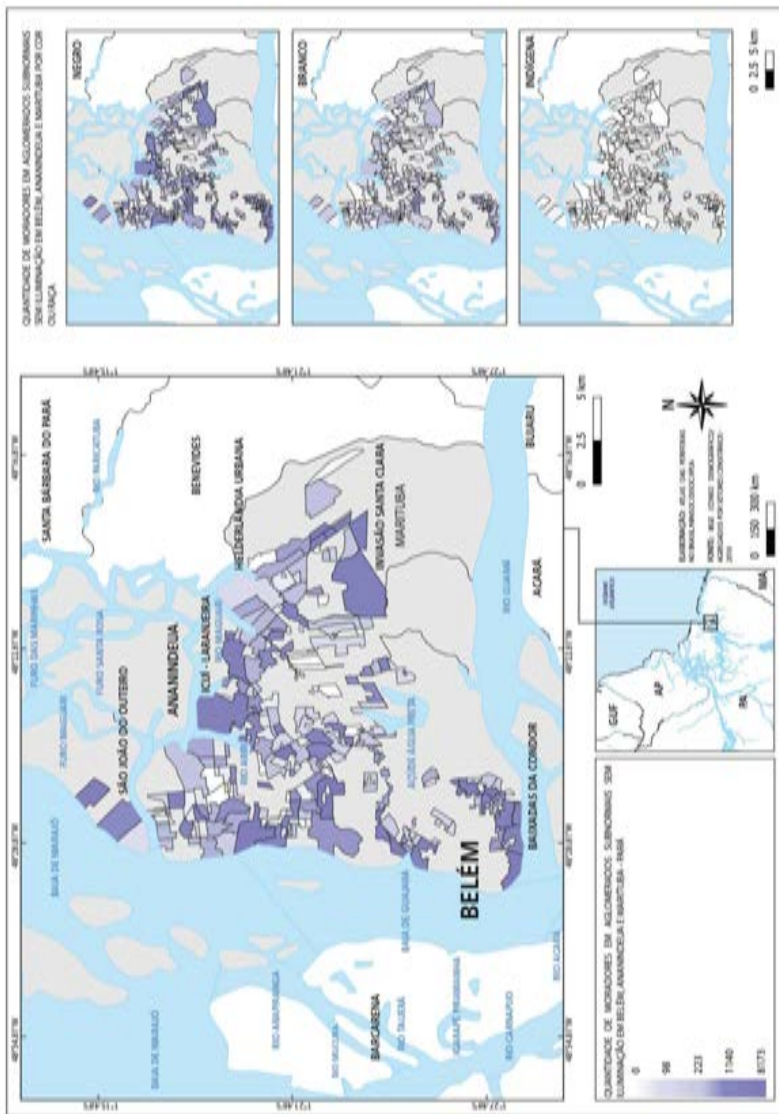
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 38  
**Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

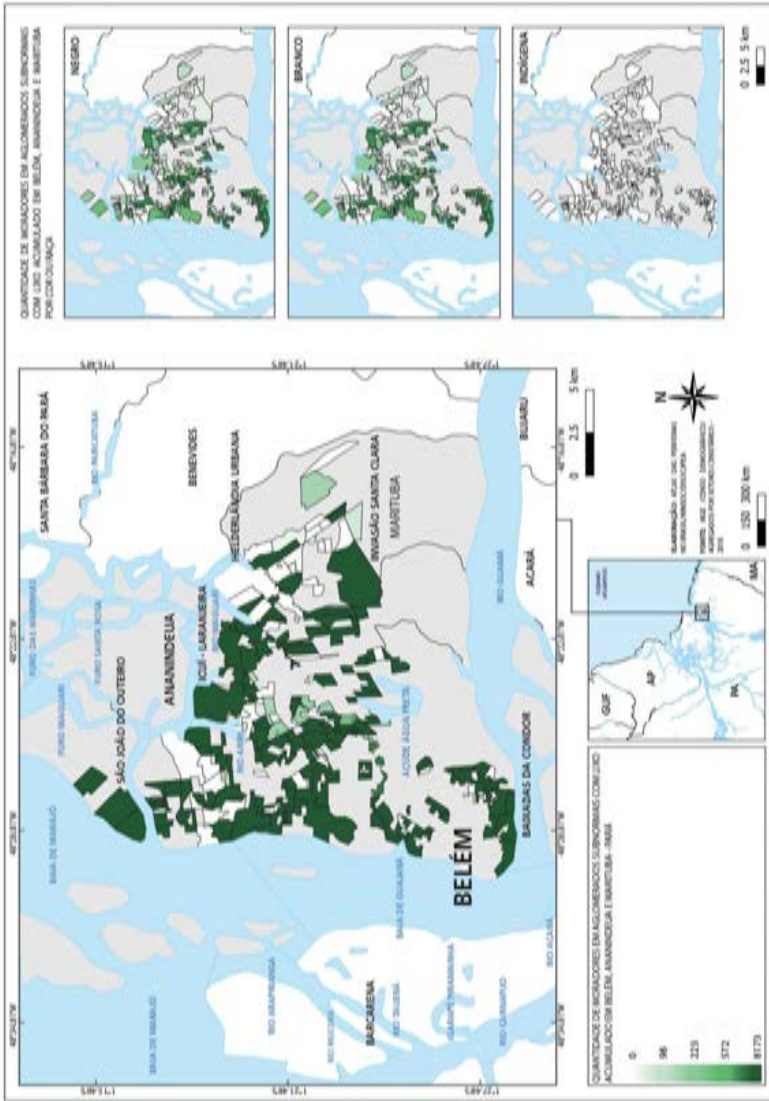
MAPA 39  
**Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 40  
**Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)**

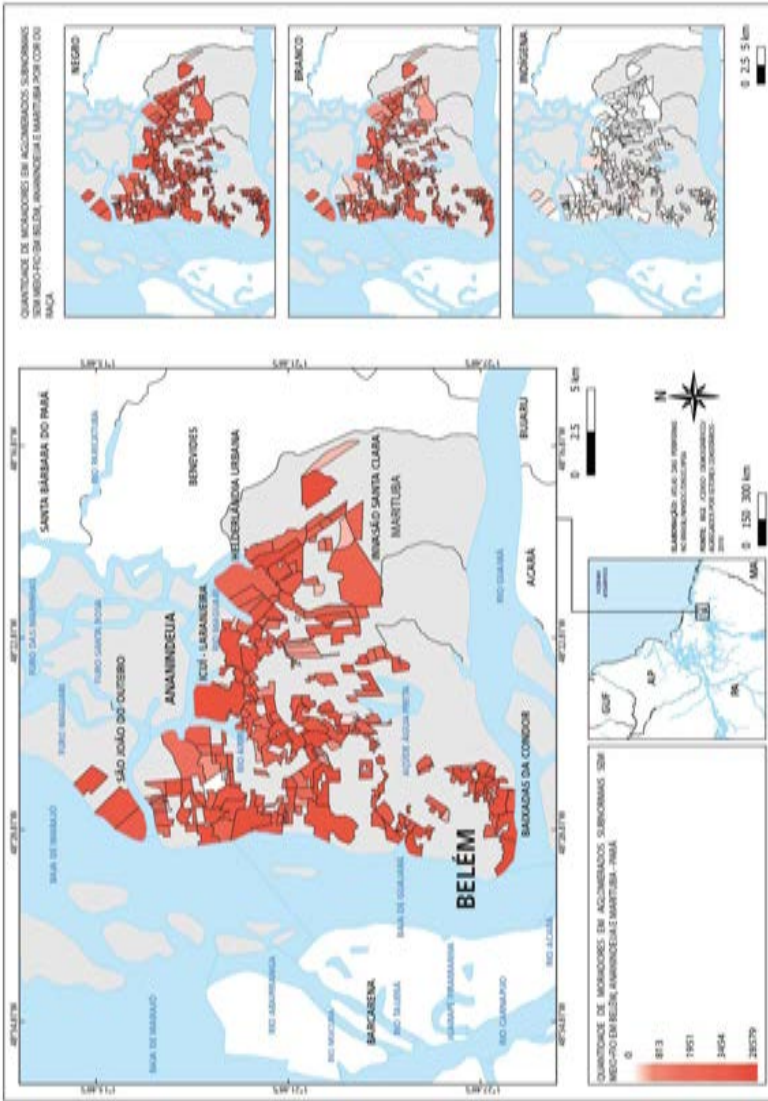


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 42

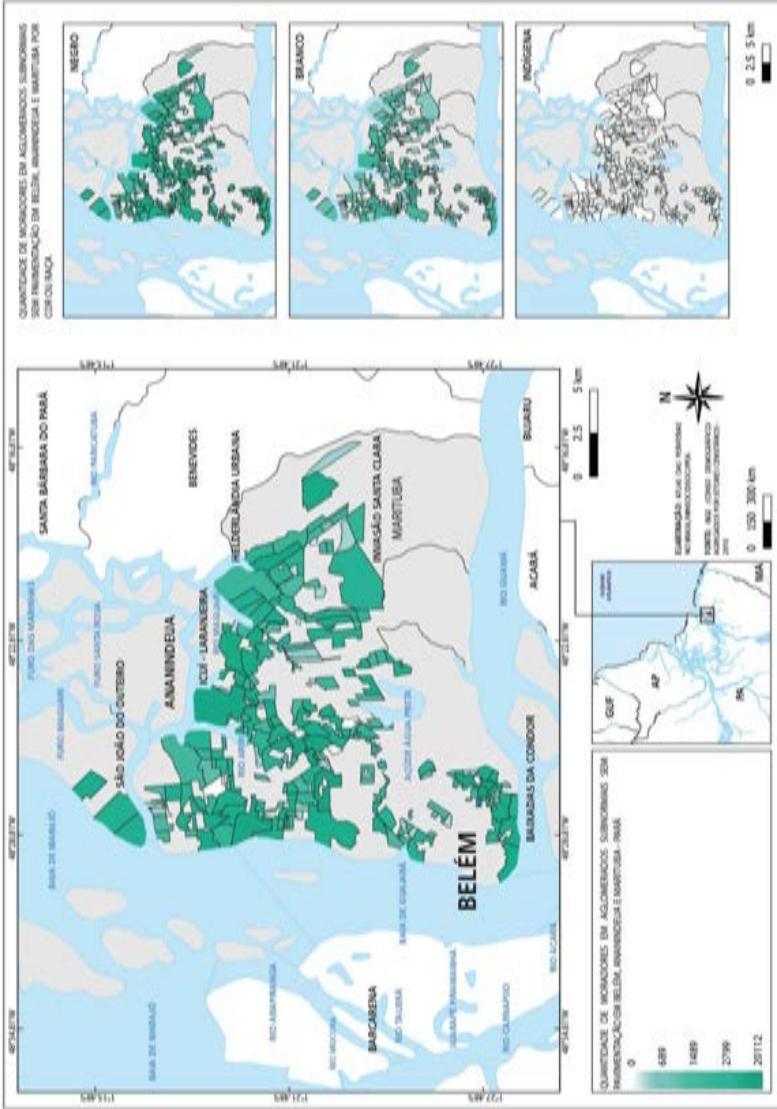
Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

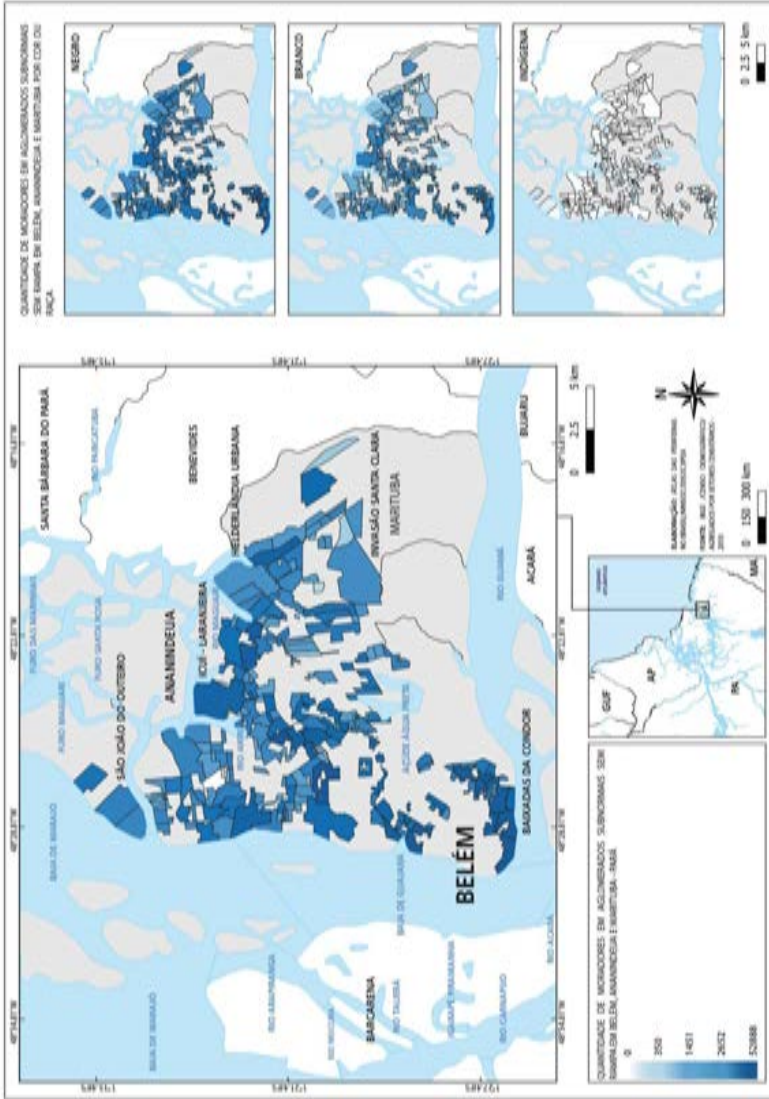


MAPA 43  
Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



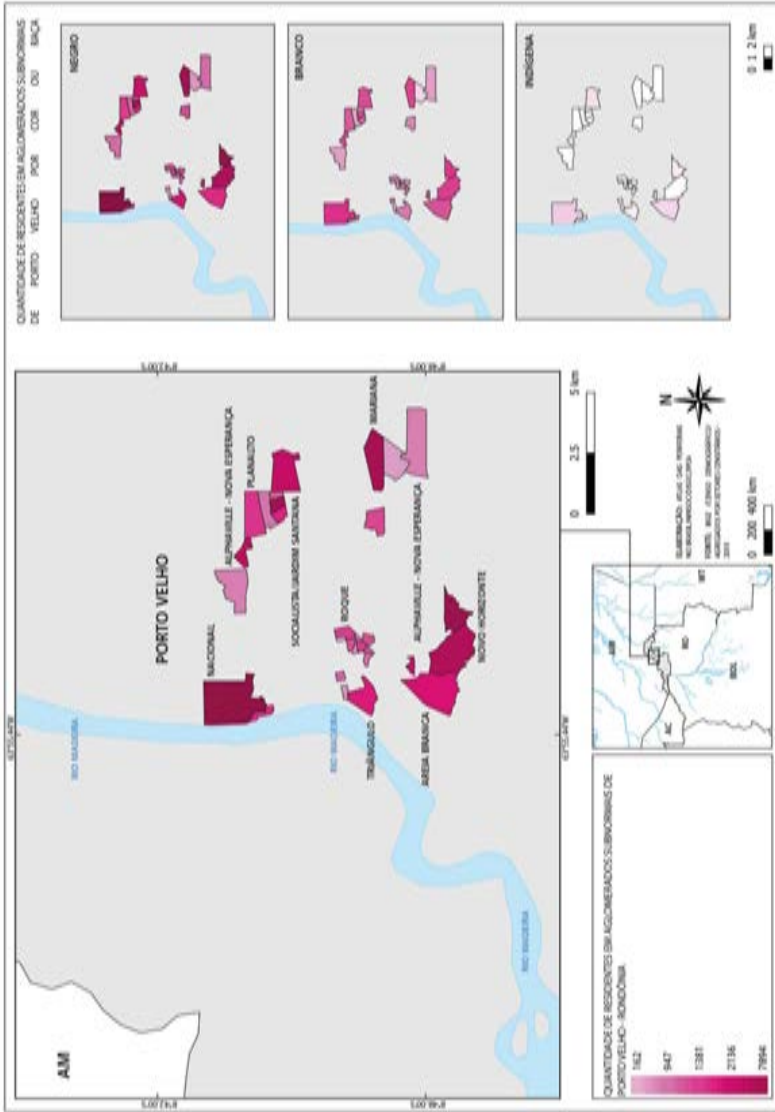
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 44  
Belém, Ananindeua e Marituba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



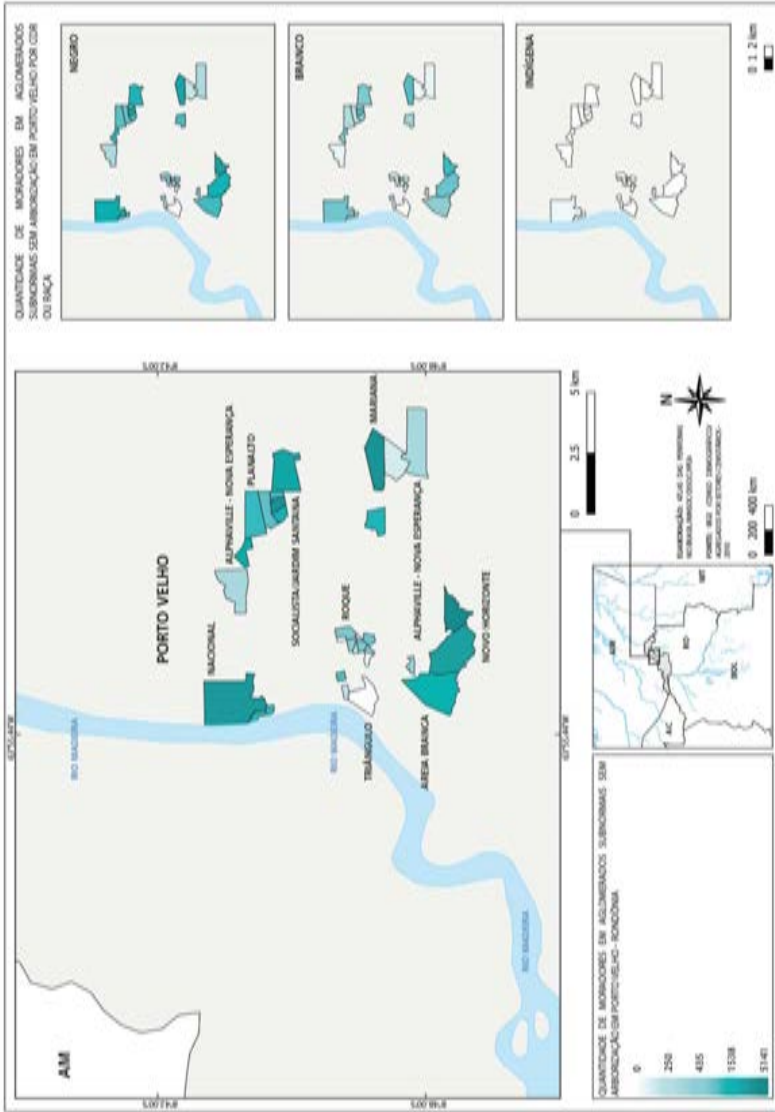
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 45  
Porto Velho: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



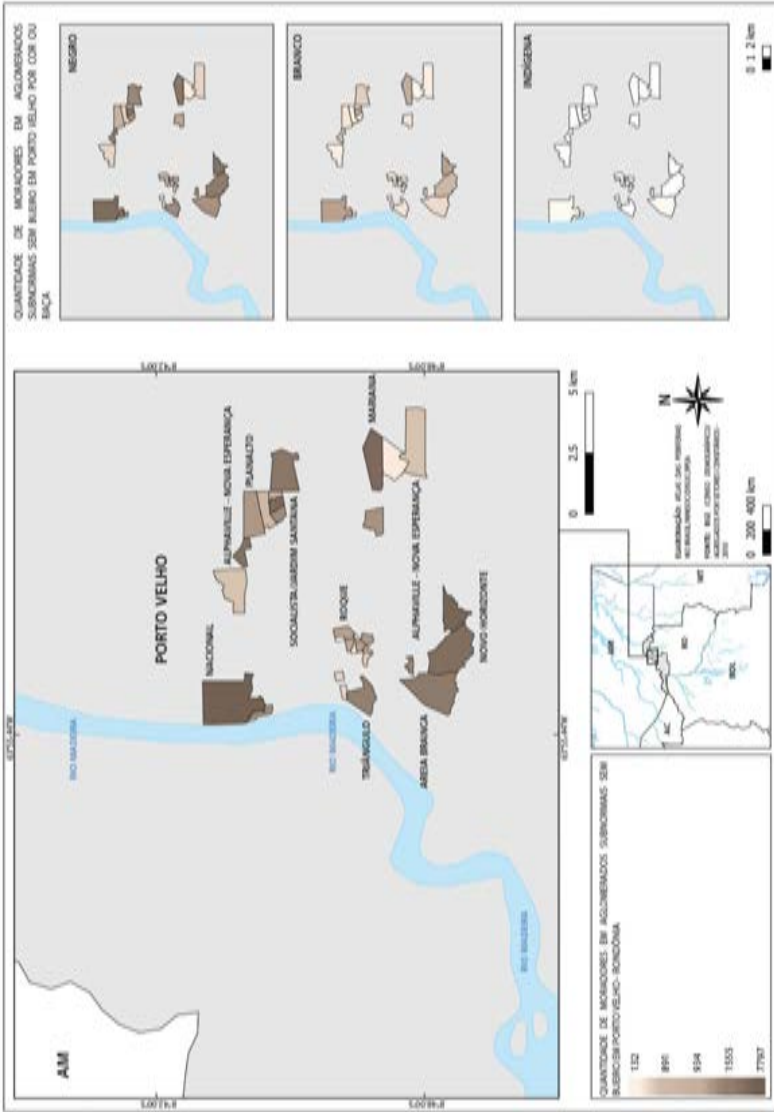
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 46  
**Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)**



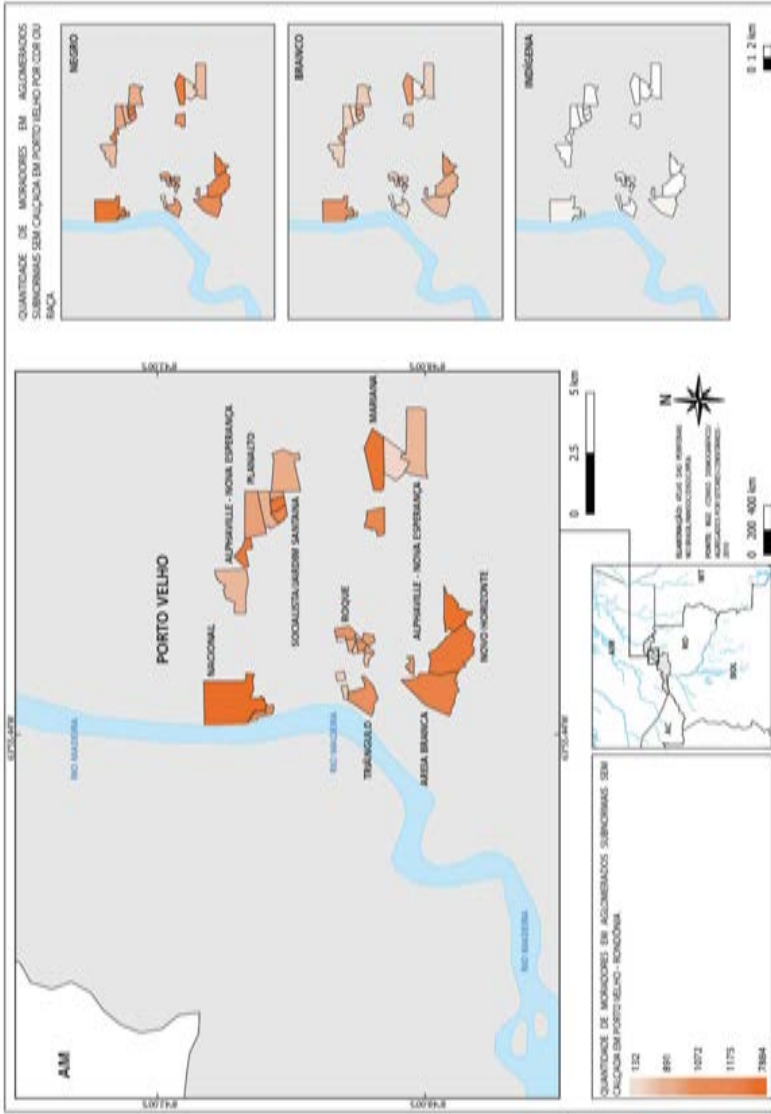
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 47  
Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



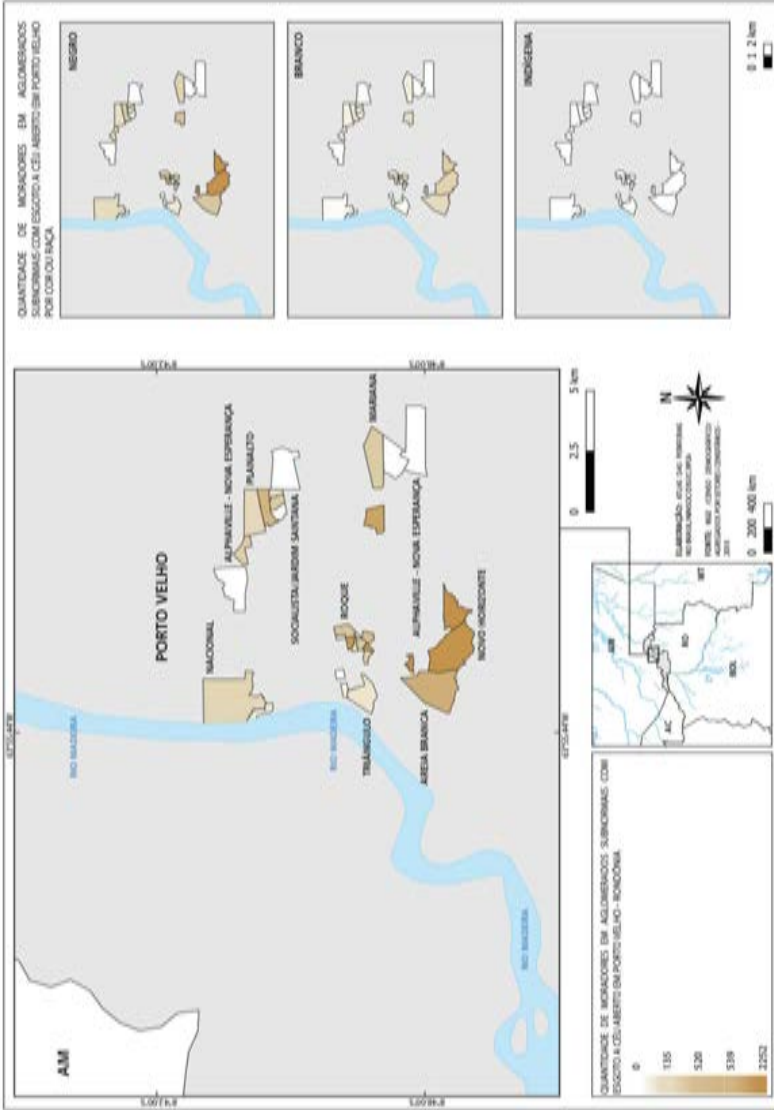
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 48  
 Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

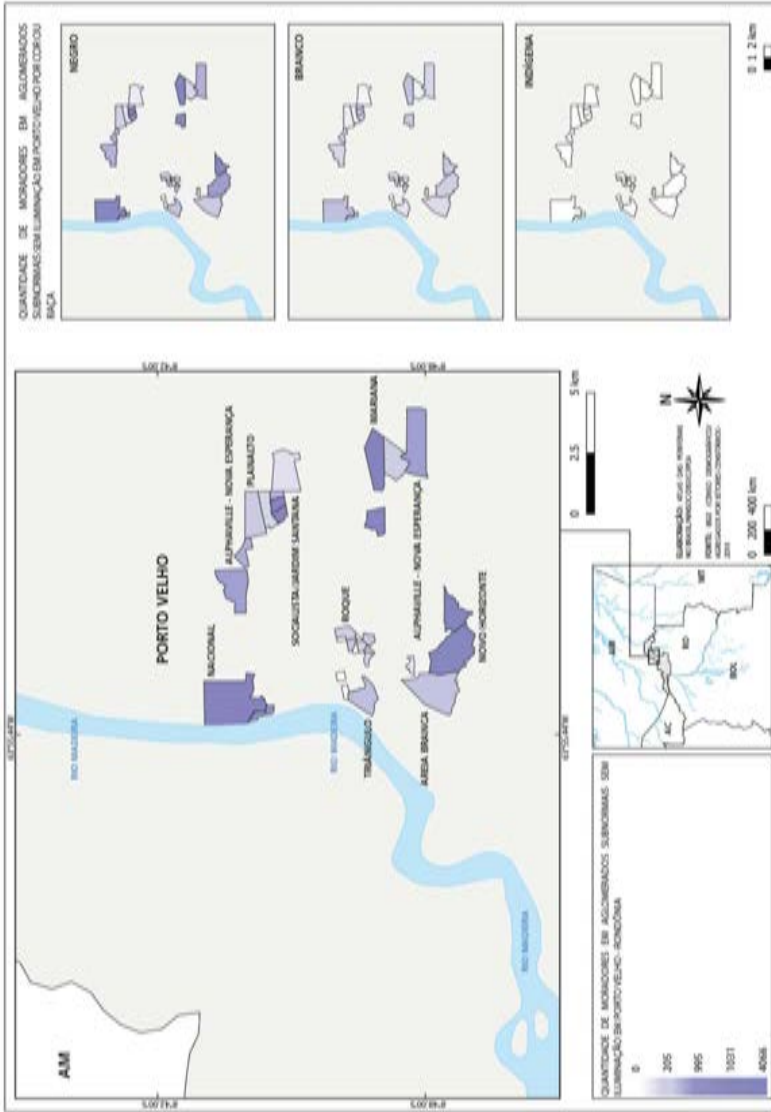
MAPA 49  
Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

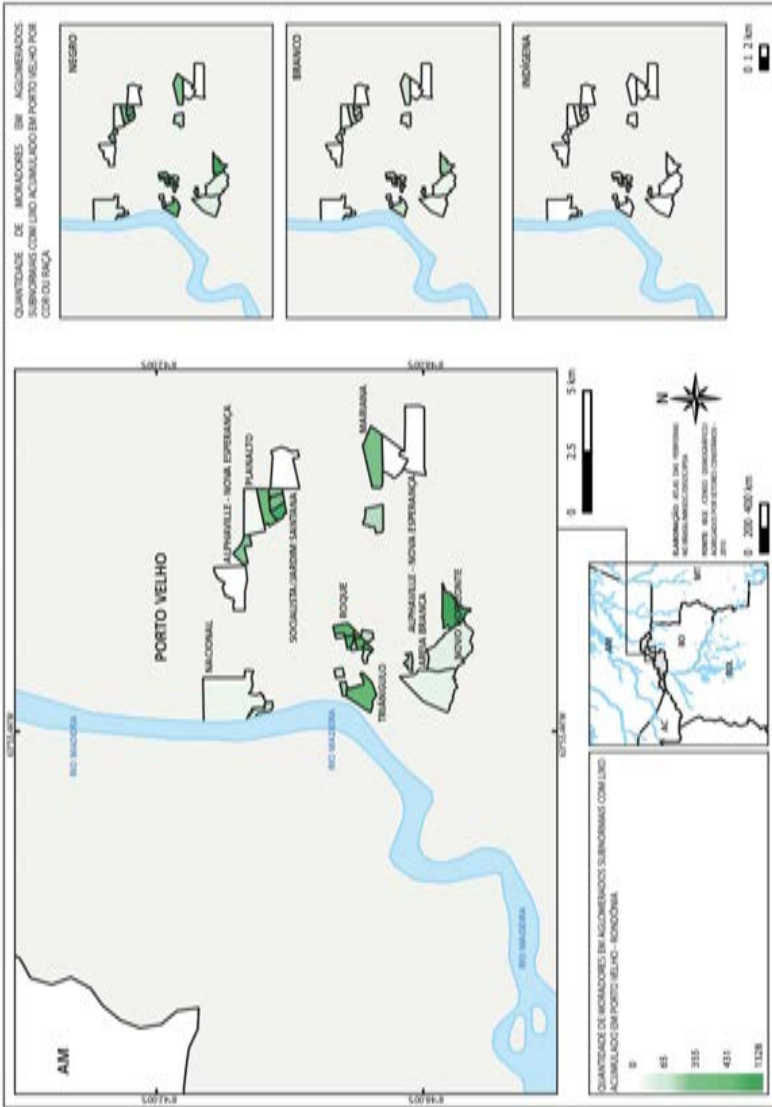


MAPA 50  
Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



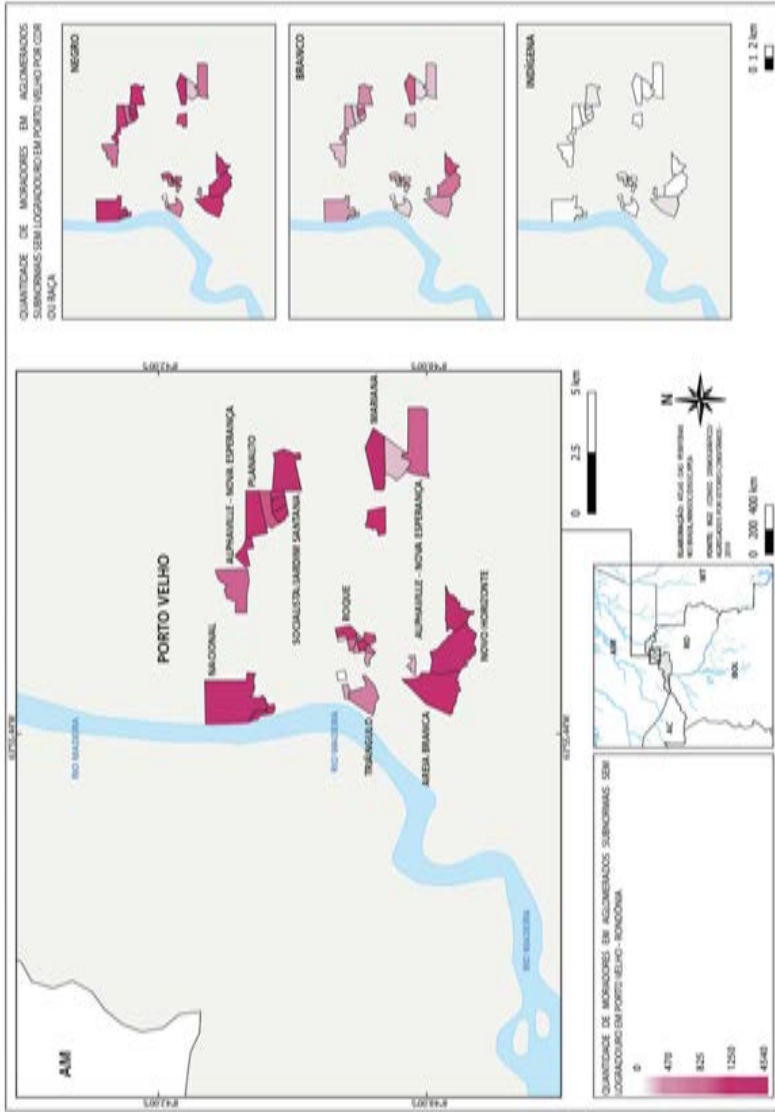
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 51  
Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

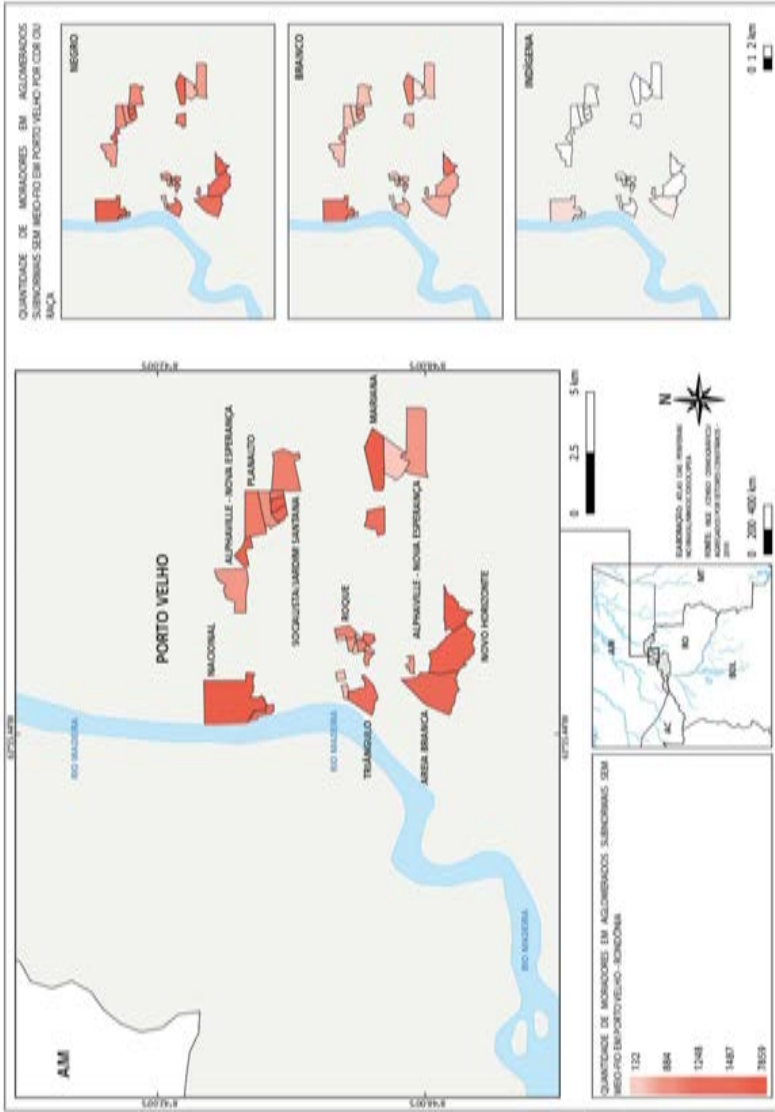
MAPA 52  
 Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 53

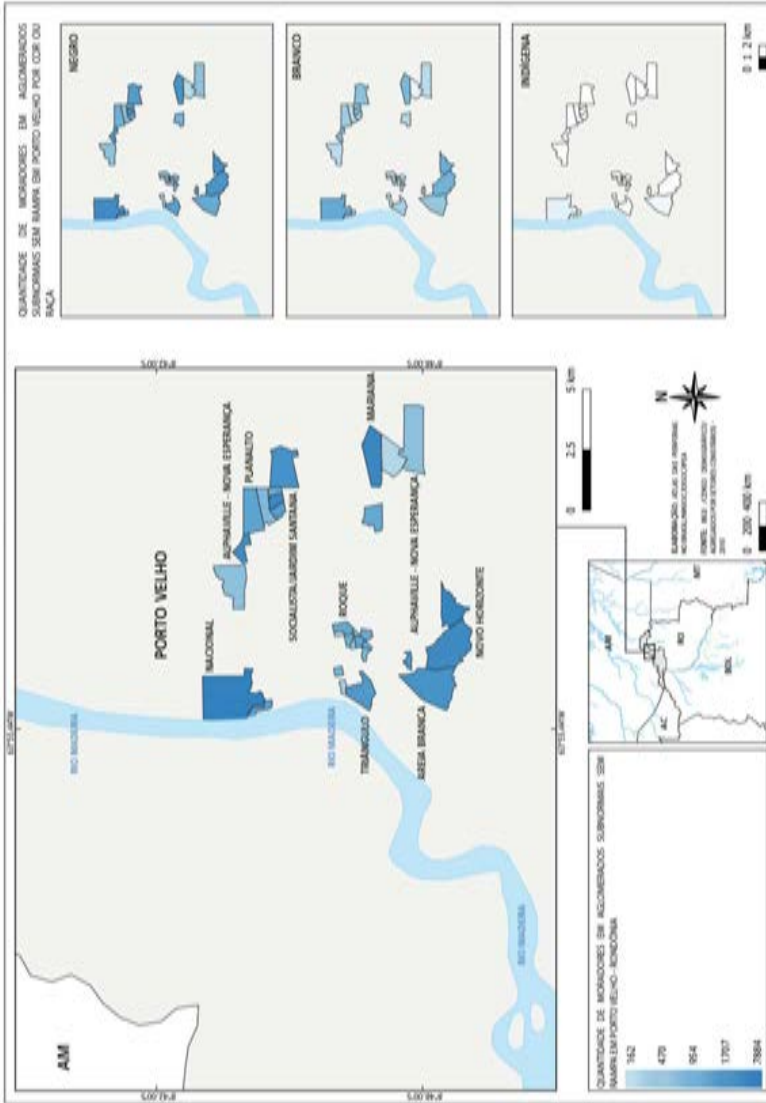
Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.



MAPA 55  
 Porto Velho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





## CAPÍTULO 6

### **REGIÃO NORDESTE**

Alagoas

Maceió, Rio Largo e Satuba

Bahia

Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz

Ilhéus

Ceará

Fortaleza, Caucaia e Maracanaú

Maranhão

São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa

Paraíba

João Pessoa e Bayeux

Campina Grande

Pernambuco

Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Olinda

Rio Grande do Norte

Natal

Sergipe

Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão

Piauí

Teresina e Timon

## BOX 5

## PERIFERIAS OU O PRINCIPAL DA CIDADE?

Ana Fernandes<sup>1</sup>

Glória Cecília dos Santos Figueiredo<sup>2</sup>

José Eduardo Ferreira Santos<sup>3</sup>

Vilma Soares Ferreira Santos<sup>4</sup>

Ana Cristina da Silva Caminha<sup>5</sup>

Cícero Jorge Araújo Melo<sup>6</sup>

Sandra Regina Souza dos Santos<sup>7</sup>

Alex Sandro Pereira Lima (Leco)<sup>8</sup>

Abraão Joviniano dos Santos<sup>9</sup>

Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos<sup>10</sup>

Eslane Silva da Paixão<sup>11</sup>

Victor Aicau Moraes Pires de Souza<sup>12</sup>

Maura Cristina da Silva<sup>13</sup>

Miralva Alves Nascimento (Dona Mira)<sup>14</sup>

Como uma contribuição ao *Atlas das Periferias*, este texto e os mapas que o acompanham apresentam uma síntese de reflexões coletivas sobre as periferias, feitas por meio de um encontro ocorrido no dia 20 de agosto de 2020, entre integrantes da Rede Cidade Comum. O trabalho é constituído em torno de colaborações que congregam pesquisadoras e pesquisadores do grupo de pesquisa Lugar Comum e importantes associações, movimentos e coletivos urbanos da cidade de Salvador.<sup>15</sup>

---

1. Coordenadora do grupo de pesquisa Lugar Comum; e professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA).

2. Pesquisadora do grupo de pesquisa Lugar Comum; e professora da Faculdade de Arquitetura e do PPGAU/UFBA.

3. Fundador do Acervo da Laje.

4. Fundadora do Acervo da Laje.

5. Presidenta da Associação Amigos de Gegê e Moradores da Gamboa de Baixo.

6. Diretor da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (Amach).

7. Fundadora da Amach.

8. Diretor do projeto cultural Arte Consciente em Saramandaia.

9. Presidente da Associação Beneficente de Moradores de Saramandaia.

10. Diretor da Associação Nova República em Santa Cruz.

11. Membro do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MBL).

12. Membro do MBL.

13. Membro do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB).

14. Membro do MSTB.

15. Essas colaborações se referem a ações coletivas e alianças, mais intensamente nos últimos quatro anos, envolvendo o grupo de pesquisa Lugar Comum, moradoras e moradores e lideranças desses territórios, mobilizadas(os) por pautas relativas a embates ou construções em torno do direito à cidade. As associações e os coletivos e movimentos que integram a rede são aqueles indicados nas vinculações da maior parte das autoras e autores do texto, acrescentando-se ainda o Fórum de Entidades do Nordeste de Amaralina (Foserena), o projeto Cine Maloca, a Paróquia Santo André, a Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, a Rede de Associações de Saramandaia (RAS) e o Balanço das Latas Brasil.

Essa reunião foi gravada, transcrita<sup>16</sup> e gerou a síntese a seguir, que busca articular questões comuns e diferentes conhecimentos sobre essa ambígua e controversa temática. Para esta versão, decidimos não fazer uso, ao longo do texto, das convencionais citações e indicações de referências bibliográficas<sup>17</sup> da forma acadêmica de escrita. Configuramos o texto ao redor das falas e saberes de moradoras e moradores e membros das associações, movimentos e coletivos urbanos, ao mesmo tempo em que explicitamos um diálogo entre estas e estes e as pesquisadoras, que também trouxeram questões.

A noção de periferia, em oposição a um centro, vem inicialmente dos estudos da geometria, campo da matemática. Na perspectiva das cidades brasileiras, o termo periferia começa a aparecer no século XIX, da mesma forma que a palavra subúrbio, esta mais vinculada a processos de expansão urbana condicionados pelo transporte ferroviário. Ambas as palavras ganham peso, por motivos variados, ao longo do século XX, notadamente a partir dos anos 1940 e 1950.

A designação de realidades urbanas como periferia tem uma relação direta com a intensa e desigual expansão que as cidades então apresentaram, impulsionada por processos acumulados de abolição incompleta e abandono dos ex-escravizados, de migração rural-urbana, de industrialização e de expansão do terciário em escala nacional. A periferia, ao lado de outras nomeações, como os bairros ou cidades-dormitório, passa a ser um de seus desdobramentos socioespaciais majoritários, sendo também marcada por lutas e resistências pela vida na cidade.

Abordando essa questão, os pesquisadores José Eduardo Ferreira Santos e Vilma Soares Ferreira Santos afirmam que “o *Boletim Baiano de Geografia*, já em 1965, constatava que a periferia era só um lugar ‘para dormir’, enquanto a centralidade da cidade era o ‘ponto central’ da vida”. Já segundo Sandra Regina Souza dos Santos, “periferia é um local das pessoas resistentes. É o que sobrou para nós que resistimos. Então não importa onde está essa periferia, essa linha geométrica”.

Frequentemente, o uso desse termo refere-se a territórios pauperizados, desequipados e que estão longe de um centro. No entanto, a expansão de base industrial-terciária se conjuga com a reestruturação das áreas centrais em torno dos núcleos coloniais fundacionais de cidades brasileiras como Salvador. Essas tendências multidirecionais de transformação – seja nos centros tradicionais, seja em novas áreas sobre as quais incidem os ditos processos de modernização da cidade – operam pela despossessão e desmantelamento de territórios negros

16. Transcrição feita por Atilon da Silva Matos Silva, estudante de mestrado do PPGAU/UFBA.

17. Embora essas referências estejam subjacentes a muitos dos argumentos e questões trazidos pelas pesquisadoras do grupo de pesquisa Lugar Comum e estejam ao final deste atlas.

pretéritos. Ou seja, a despeito da implantação de novas infraestruturas estatais, sua distribuição e acessibilidade são seletivas, dada a pouca inserção dessas populações nas ordens econômica e socioespaciais dominantes.

Então, mais do que apenas a consideração de realidades distantes de um centro, essas condições também se referem a moradoras e moradores impedidos de acessar ou de usufruir plenamente esses espaços centrais, por várias lógicas segregadoras, entre as quais sobressaem a de estigmatização e criminalização da pobreza, que reforçam um sentimento de não pertença à cidade.

Nessa discussão, o entendido na cabeça das pessoas é que periferia são aquelas comunidades que estão longe do centro, mas na verdade nós estamos no centro. Mas dentro dos padrões das necessidades dos direitos, nós estamos distantes desse centro (...) O centro é onde tem tudo, o centro é onde tem escola de qualidade, onde tem mercado, onde tem saúde de qualidade. Nós estamos dentro de um centro, mas estamos transformados em periferia porque nós não temos nada desses direitos (Ana Caminha Cristina da Silva).

Aqui, desde a década de 1970, a luta da gente é para a chegada das melhorias do estado, porque nós pertencemos à cidade. Salvador é bem emblemática nesse sentido. Quando a gente sai daqui do subúrbio e vai para o centro, se diz que vai para a cidade, como se a gente não fizesse parte da cidade. Eu acho que esse abandono sistemático das periferias, por parte do estado e da prefeitura, vai corroborando essa forma de sentimento (José Eduardo Ferreira Santos).

A cidade se evidencia, então, como um espaço fundamental para o poder. É onde se operam e se maximizam as opressões, as violências, as distinções e os controles sociorraciais, com reiterados processos de vulnerabilização e instabilização das condições de vida da maior parte das moradoras e moradores.

Nós, enquanto sem-teto em Salvador, sabemos bem exatamente em que colocação estamos. Somos excluídos, discriminados e desrespeitados. (...) Com esses mesmos problemas de falta de segurança adequada, saneamento básico, escolas que nos contemplem, escolas com uma didática, uma dinâmica que coloque nossos filhos lá e que eles se sintam bem e permaneçam. (...) Temos o Centro Histórico com vários prédios caindo, em situação de risco, e eles não são direcionados para habitação popular (Dona Mira).

A partir dos anos 1970, houve um deslocamento dessa noção geográfica da periferia, considerada apenas a partir da distância de um centro. Ela passa a ser entendida e percebida sobretudo a partir de dimensões como renda e pobreza, mas também como lugar de um intenso *vigilantismo* e abuso policial, derivados de uma distribuição desigual das funções repressivas, como manifestação da violência racial no espaço da cidade.

Existem periferias também dentro dos grandes centros. Pensando na questão social, a periferia é não ter água, não ter luz, não ter acesso à saneamento básico, a polícia

meter o pé na nossa porta, como vem fazendo consecutivamente em diversos locais, nas favelas e periferias de Salvador e do Brasil (Victor Aicau Moraes Pires de Souza).

A realidade de regiões frequentemente designadas como periferia é bastante heterogênea, tanto em suas nomeações – favelas, comunidades, ocupações, bairros etc. – quanto em suas histórias, tradições, formas – inclusive de acesso à terra –, modos de vida e embates.

Eu nasci na Mata Escura do Retiro, que começou com Marcos Maximiniano da Encarnação, onde tem uma escola. (...) O que se chama de Sussuarana hoje, quando eu era criança, se chamava de Onça. (...) Eu tenho parentes em todo o subúrbio. Eu tive um tio ferroviário que, a vida toda, enquanto não se aposentou na ferrovia, eles, o meu tio e minha tia, eles moravam dentro de um vagão de trem. Meu tio só comprou uma casa quando se aposentou. (...) Eu já morei na Mangueira da Massaranduba, eu morei no Nordeste de Amaralina quando estavam começando a fazer o Parque da Cidade. Nós entrávamos por aquela área, nós morávamos ali abaixo da comunidade Padre Miguel. (...) Agora, a que mais incomoda, de todas que eu conheço, é a nossa, (...) a do Centro Histórico, a Vila Brandão. Essa periferia incomoda demais o governo do estado porque o governo do estado queria estar dentro dela (Sandra Regina Souza dos Santos).

A noção de periferia, embutida também em outros termos – tais como os chamados, e inaceitáveis, aglomerados subnormais –, ao priorizar enunciar um espaço como oposição a um centro ideal, opera estigmatizando, reduzindo e homogeneizando essas realidades complexas como se elas se resumissem a lugares de falta, escassez, problemas, irregularidades, criminalidades e/ou anormalidades. São territórios cujas memórias sempre são apagadas ou invisibilizadas em relação ao centro da cidade. Essa opção esconde, ao mesmo tempo, as responsabilidades políticas e econômicas na criação e na manutenção dessas condições nesses espaços.

Hoje, o Nordeste de Amaralina voltou aos holofotes como a comunidade criminalizada, marginalizada onde a polícia só entra para matar; onde os políticos só entram para ir no Pé Preto – que é o lugar mais carente da comunidade – entregar a cesta básica no momento de pandemia, fazer foto e dizer que tá ajudando a comunidade. Onde o saneamento básico não tem, onde a educação não tem e na educação o jovem não aprende.

(...)

Quem comanda a Câmara de Vereadores, por cinco mandatos, por sete mandatos, por oito mandatos são os mesmos vereadores que não têm interesse nenhum em ir à comunidade. Então, a reflexão é sobre onde é que está a nossa fiscalização em relação a deixar essas pessoas aproveitadoras entrarem na comunidade, adquirirem o voto e abandonarem a comunidade (Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos).

Noções como periferia e afins acabam por fazer parecer como se fossem naturais as desigualdades, subalternizações e precarizações que marcam essas

realidades, ocultando as relações sociais e de poder constitutivas da cidade e das suas hierarquizações sociais, mas preponderantemente raciais. Trata-se de uma lógica perversa, que inclui o Estado em diversas de suas práticas – com destaque para as policiais –, mas também o Mercado e a ação de diversos de seus agentes. Ao mesmo tempo, essa condição faz eclodir diversos movimentos sociais e práticas coletivas, mobilizadas na luta por melhores condições de inserção na cidade, em territórios os mais diversos.

Além de conviver com essa realidade de ser totalmente desassistido pelo Estado, (...) ter que conviver com a violência policial. (...) Eu estou dizendo isso porque a nossa realidade de luta das ocupações é de violência, é de descaso, é de não ter segurança por parte dos governos. E aqui dentro do nosso bairro, além de viver em situações precárias desde a crise sanitária, que, agora, com a Covid, tudo fica ainda mais evidente, mas a gente sabe que a crise não é só da Covid, é a crise do capitalismo.

(...)

Então, (...) é muito importante falar da necessidade de a gente se organizar, não só para levantar esses dados, mas para também ir ao encontro do que essa sociedade nos propõe (...), se organizar coletivamente, politicamente, pelos nossos direitos pelos nossos interesses, isso é extremamente importante (Eslane Silva da Paixão).

No caso brasileiro, em sua historicidade própria, emblematizada por Salvador, a despossessão colonial funda cidades subjugando povos originários e escravizados, o que condiciona historicamente processos massivos, racializados e sexualizados de urbanização precarizada, numa esfera restrita de direitos, de construção de cidadania plena e da própria democracia.

As periferias são ocupadas na sua grande maioria por famílias negras, e isso está diretamente ligado ao racismo estrutural, é inegável. Em sua maioria, territórios com mínimos serviços e sem nenhuma política pública, ausência de estrutura de bens em regiões longínquas.

(...)

Esse processo sempre ocorreu, historicamente, desde a falsa abolição. (...) Uma abolição sem direito à terra manteve o nosso povo negro em sua maioria sem direito à cidade, (...) sem direito de construir sua história em regiões valorizadas, e isso permanece até os dias de hoje. (...) Sempre que sai qualquer empreendimento para o povo negro é na mesma condição, em lugares distantes, longínquos, sem valor nenhum da terra, sem a reparação real, gerando esse quadro de desigualdade. (...) O racismo estrutural que ainda permanece, que gera uma sociedade desigual e uma falsa democracia, pois enquanto houver racismo não haverá democracia (Maura Cristina da Silva).

Também reiteradamente, a articulação que conduz à manutenção, expansão e infraestruturação seletivas da rede urbana se associa a baixos níveis de integração popular e de mundos regidos por relações outras que não as hegemônicas.

Isso constitui uma lógica permanente na expansão da cidade, ancorada na criação de novas centralidades e de novas periferias, tanto quanto no abandono estatal seguido de refuncionalização privatista e excludente dos centros tradicionais.

No nosso Centro Histórico, aqui no nosso umbigo, acabou de cair um casarão, lá no Pau da Bandeira, que acabou atrapalhando a situação da Montanha. Você vê que a política pública que a prefeitura promove para o Centro Histórico de Salvador é só urbanística, não tem inclusão social nenhuma. Essa prefeitura, que está aí há oito anos, não levantou um imóvel que seja de interesse social. (...) No nosso Centro Histórico, a população ainda continua morando em casarões que estão em risco de desabamento. (...) Casarões que estão aí há 20, 30 anos, sem nenhum tipo de intervenção urbanística, nem função social. Eles são esqueletos. (Cícero Jorge Araújo Melo).

No entanto, apesar dessa experiência comum e generalizada de opressão e de desigualdades, as realidades urbanas se constituem de modo relacional, condicionadas também por uma persistente e generativa confrontação dessas condições e do estado de fragmentação da cidade, em uma processualidade ativa e aberta.

José Eduardo Ferreira Santos afirma: “Eu queria ver essas periferias que se insurgem”.

Anteriormente, a Saramandaia não era assistida na verdade. (...) O próprio ACM velho<sup>18</sup> não queria que a Saramandaia existisse aqui porque era uma área muito bem localizada. Então foi uma luta muito grande para a gente conseguir estar aqui hoje. (...) A gente veio dessas lutas, trazendo água, trazendo luz, e Saramandaia foi crescendo. (...) Mas nós sabemos que o poder público tem que entrar mais nas comunidades, não é só energia, saneamento básico... é também a escola. Nós temos quatro escolas aqui, duas municipais e duas estaduais. As duas estaduais parecem uma penitenciária, todas gradeadas, não tem estrutura nenhuma. A quadra da área de lazer, na verdade, não existe mais. Então essa é a situação que a gente vive na periferia. (...) Nós sabemos a dificuldade de todos que vêm tendo esse problema... A gente pode se articular, Saramandaia, em conjunto com esses outros bairros que vivem essa situação muito difícil. E a gente poder abraçar um ao outro para gente poder ter força e lutar (Leco).

Os territórios, afetados por processos de subalternização, que são a maior parte da cidade, não apenas reagem, mas excedem a pobreza e a precariedade, constituindo lugares de abundância e potência. São territórios plurais, com diversidade e inventividade cultural e social, forjados de forma multidimensional, não apenas por confrontações diretas mas também por negociações sutis e transgressões cotidianas, práticas incrementais e adaptativas, pelas quais as moradoras e os moradores articulam possibilidades e modos de existência outros, construindo autonomias sempre relativas. Não por acaso, sobretudo a partir

---

18. Ex-deputado estadual e federal, ex-prefeito de Salvador e ex-senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) governou o estado da Bahia por três mandatos.



dos anos 1990, o termo periférico, em várias acepções, se reafirma como uma possibilidade de existência legítima na cidade, numa vida pujante e positiva.

As periferias sempre foram lugares muito criativos, onde a vida acontece em meio a essas vulnerabilidades que são provocadas pelo descaso público. (...) Por que, por exemplo, a gente não consegue conciliar, em uma mesma frase, periferia e memória, periferia e beleza, periferia e luta, periferia e arte? (...) São 45 anos que eu vivo nesse lugar e sempre vejo que os estigmas se sobrepõem a essa luta, a esse processo de emancipação, de educação, de trabalho com cultura (José Eduardo Ferreira Santos).

Ou seja, os dismantelamentos reiterados das versões hegemônicas de cidade nunca podem ser absolutos. Às constantes instabilidades sofridas, esses moradores e essas moradoras respondem com constantes adaptações, improvisações e criações. A cidade, embora desigual, é múltipla e diversa, social e territorialmente, e reconhecer isso é fundamental para uma sociedade democrática.

Formas e modos de vida são conformados e transformados cotidianamente também nessas periferias, nas suas diferentes práticas culturais e designações, pelos sujeitos que ativam a sua existência em diferentes territorialidades, versões e possibilidades: cidade negra, dos cuidados das mulheres negras, dos camelôs e ambulantes, das pessoas LGBTQIA+, dos terreiros, das trabalhadoras domésticas, dos sambadeiros, dos artistas, dos paredões, das marisqueiras e dos pescadores. Acionando lógicas societárias transversais, condições de vida são rearticuladas solidariamente, redes e circuitos populares são ativados. Esses agenciamentos coletivos confrontam subjugações e violências raciais, nos informando sobre trajetórias de vida urbana mais complexas e infinitamente mais ricas do ponto de vista da existência urbana.

Nas nossas periferias tem um conjunto de coisas que dá vida a essa periferia, que dá sentido e que faz essa periferia ser o centro, (...) se transformar no nosso centro. E, quando eu falo da cultura, da importância da pesca, eu estou mostrando que nós estamos no centro, mas que somos uma periferia, porque não somos atendidos nos nossos direitos, mas que, mesmo nessa nossa periferia, nós temos essa beleza, essa importância, a importância do sentido dos pescadores da Gamboa, da própria Gamboa e da pesca para a cidade de Salvador, (...) que não é vista, não querem ver.

(...)

Nós estamos considerados centro, mas a gente vive uma vida que se iguala à das comunidades mais distantes (...) e que tem também uma grandeza, que tem uma beleza e que tem um centro incutido dentro de si.

(...)

A pesca consegue dar vida, dar sentido a essa comunidade, mesmo com essas faltas todas. (...) A beleza da Gamboa está nos pescadores. (...) É o cotidiano, é o dia a dia, é o modo que a gente vive e essa tentativa de transformar. (...) Nós queremos políticas públicas, queremos moradia digna, queremos saneamento básico,

queremos água encanada, queremos que nossos meninos e meninas tenham acesso à escola digna, escola que ensine, escola que contribua com a formação (Ana Cristina da Silva Caminha).

Eu queria que se focasse mais nas mobilizações sociais, culturais, nas lutas dessa periferia (...) e no que elas trazem dessas insurgências nos aspectos de disputar com a cidade, dentro da cidade, com quem pensa a cidade, o que é o futuro dessas periferias. (...) É necessário *maternar* o território, aprender a andar por ele, em suas ambivalências (José Eduardo Ferreira Santos, grifo nosso).

Esses territórios são, portanto, uma afirmação de existências plurais nas relações com a sociedade hegemônica e suas contradições. Neles estão sobrepostas urbanizações precárias ou privatizantes, conduzidas pelo estado e pelo capital, mas também uma incessante produção comunitária de infraestruturas, bens, serviços, valores, sociabilidades, imaginários, por meio de ações individuais e coletivas que constituem processos variados de conformação e sedimentação de espaços de vida.

Maura Cristina da Silva afirma: “Nós construímos tudo sempre. Quando chegamos nesses lugares não há nada, apenas a casa. E você sabe que só ter casa não resolve”.

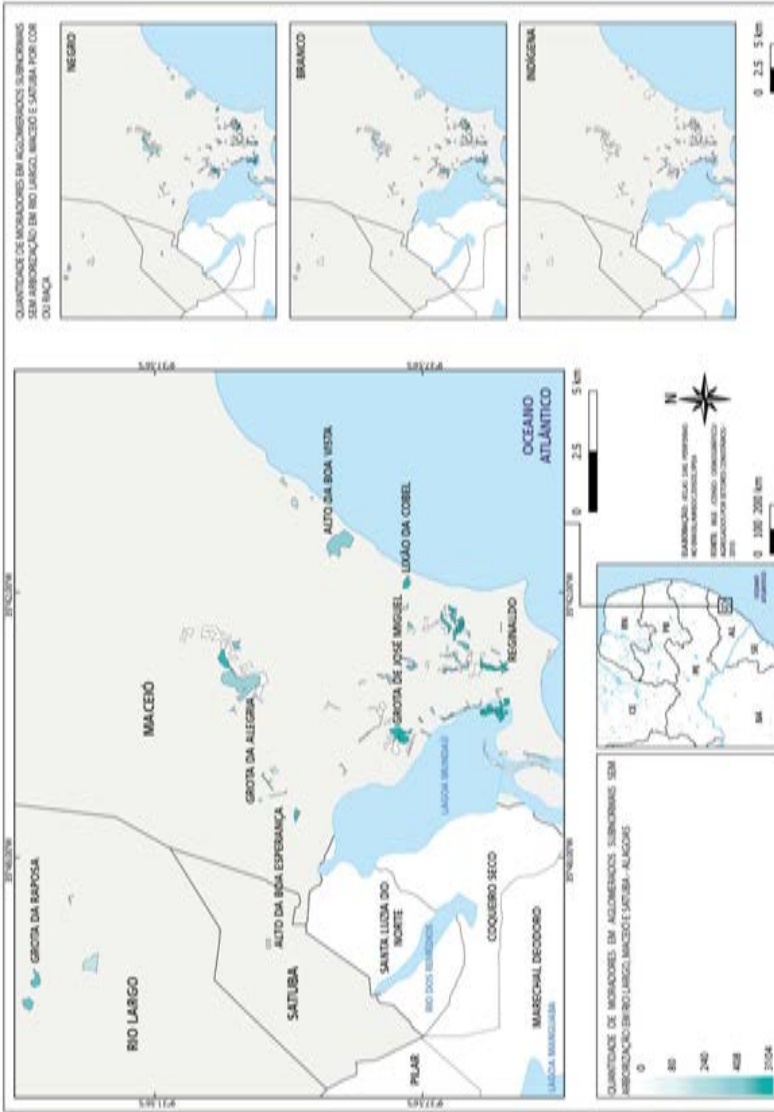
A cidade tinha um pavor de andar naquele espaço porque ali era a periferia do centro, a periferia onde as pessoas – os brancos, os ricos, as pessoas ditas de bem – não podiam chegar perto, porque periferia era o lugar do perigo, era o lugar dos negros, o lugar dos não gratos. Mas é nessa periferia não grata que nós formamos grandes doutores (Ana Cristina da Silva Caminha).

Trata-se, portanto, de reconhecer a plena legitimidade desses territórios, combinando o combate à lógica da escassez com a celebração da lógica da abundância, tornando mais complexos e diversos os caminhos de sua compreensão e de atuação. Ou, nos inspirando em Milton Santos, entender que as periferias – ou as diversas denominações existentes ou em potência que possam designar essas complexas realidades – são o principal da cidade, seu pulso vibrante e promissor.



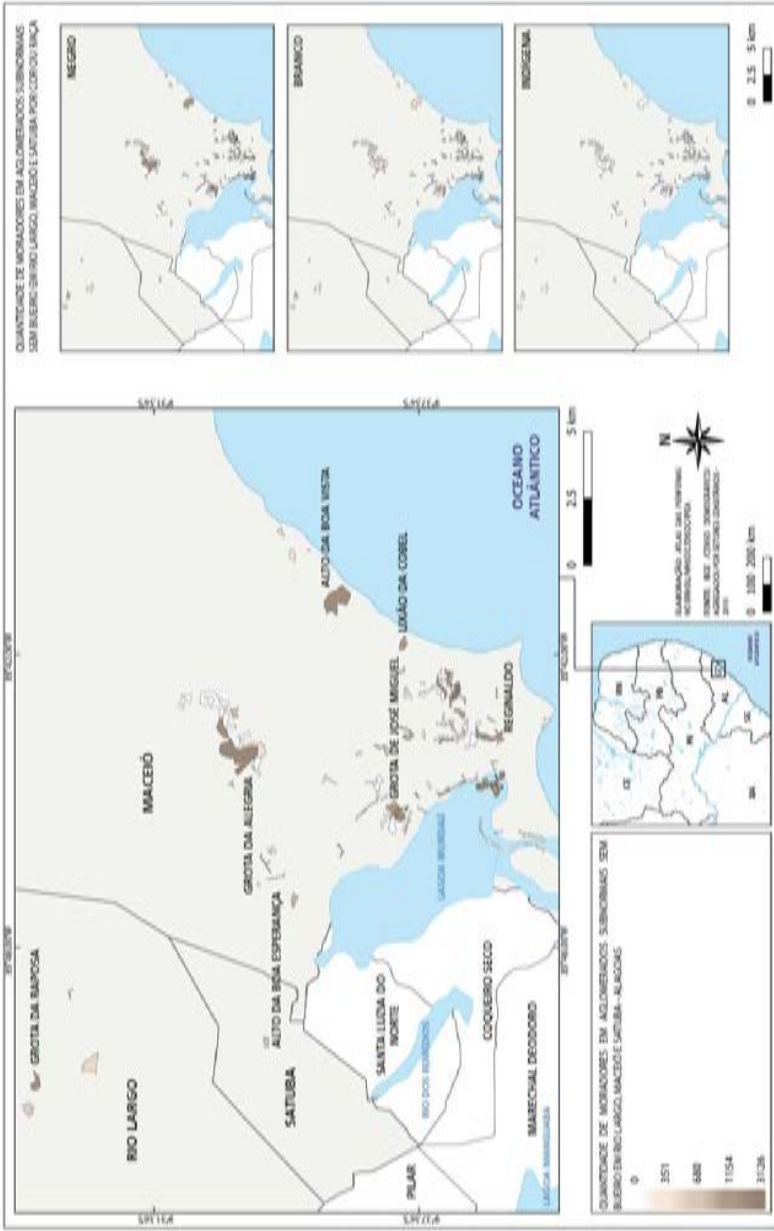


MAPA 2  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



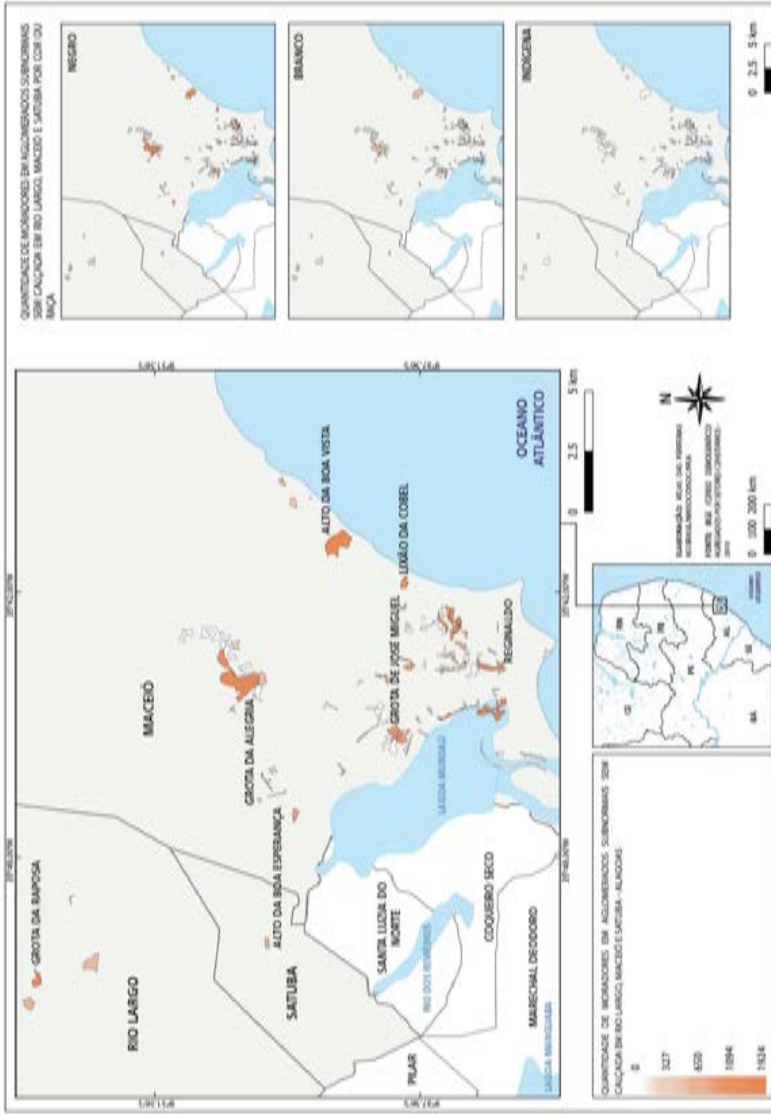
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 3  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

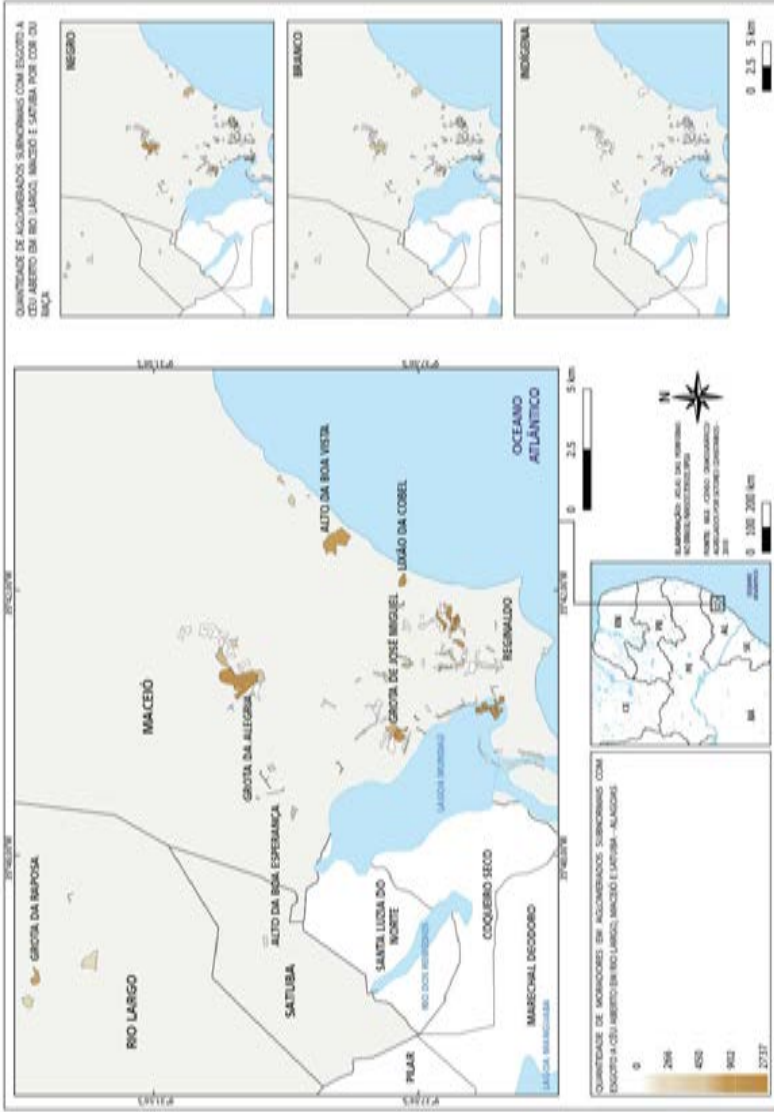
MAPA 4  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

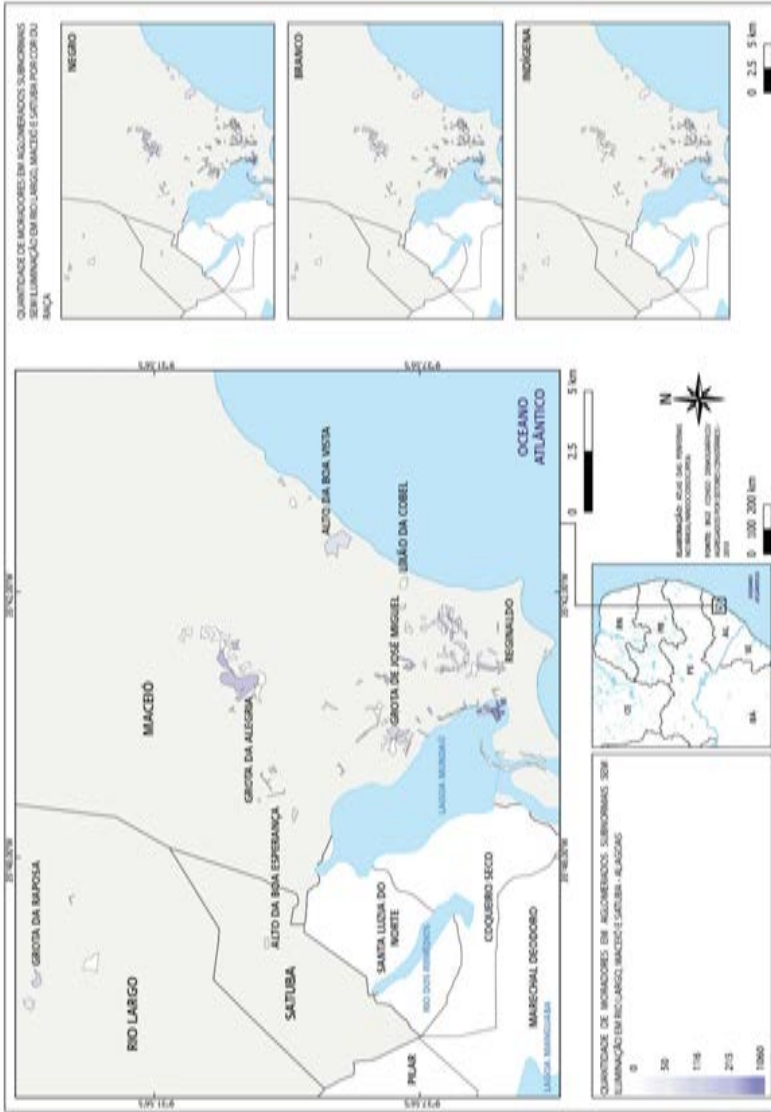


MAPA 5  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

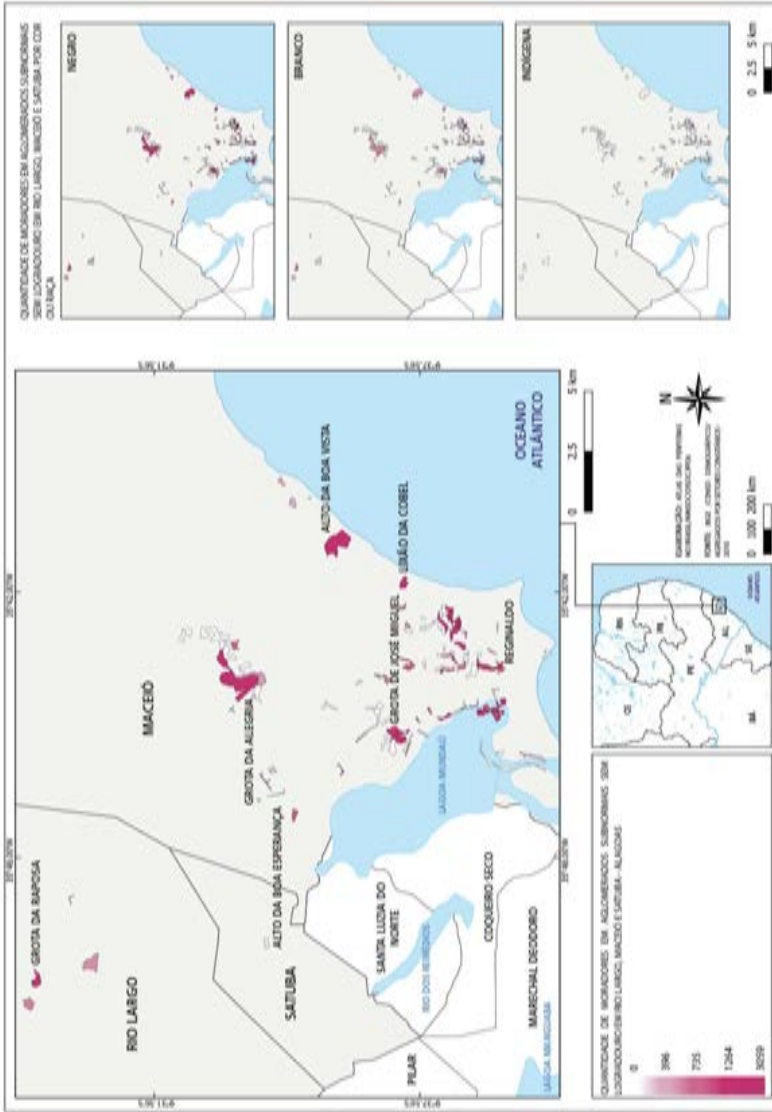
MAPA 6  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

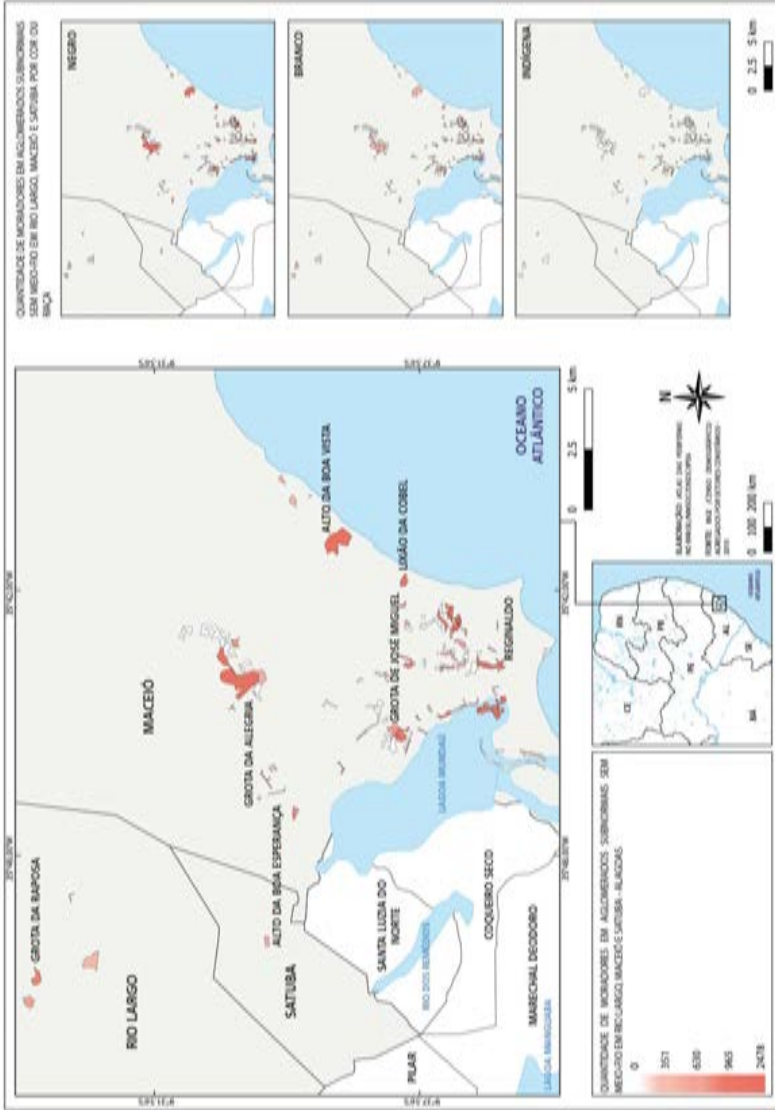


MAPA 8  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



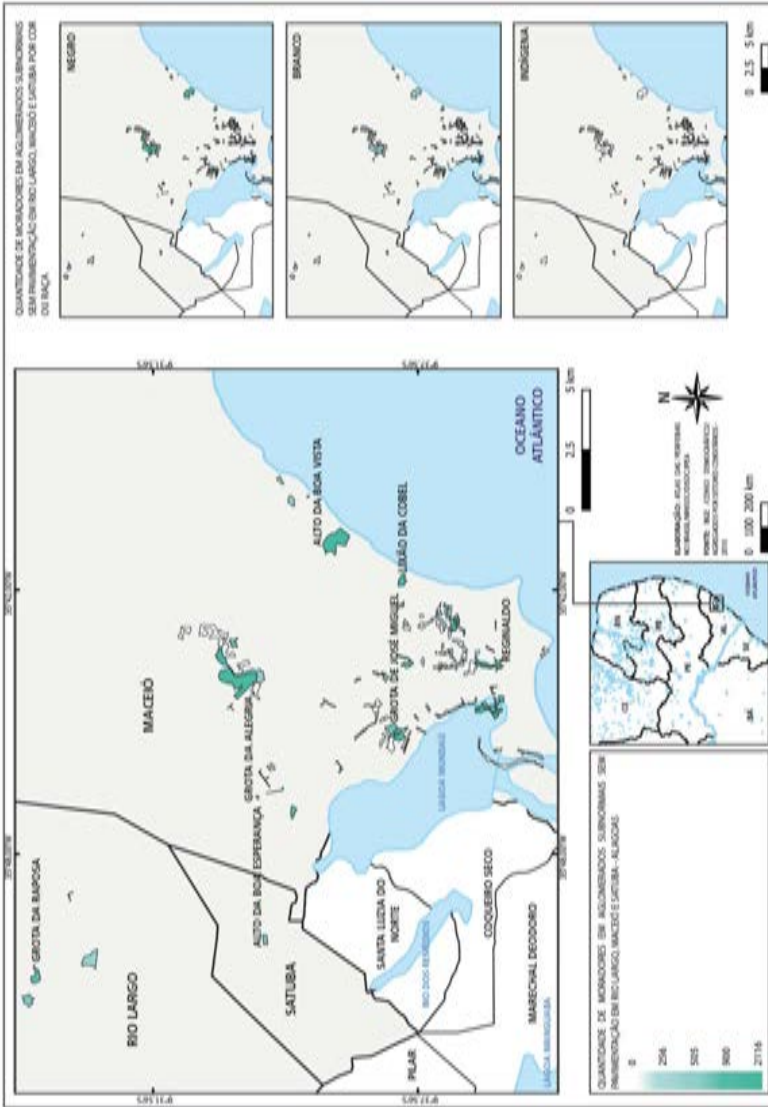
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 9  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 10  
Maceió, Rio Largo e Satuba: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



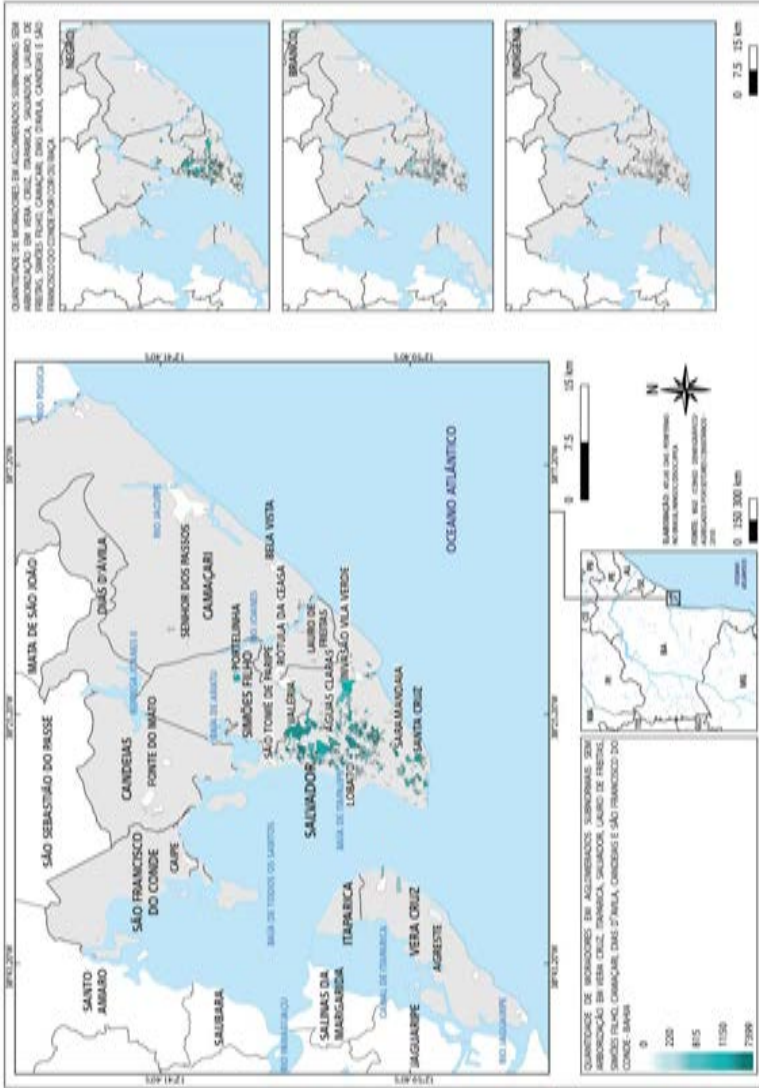
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.







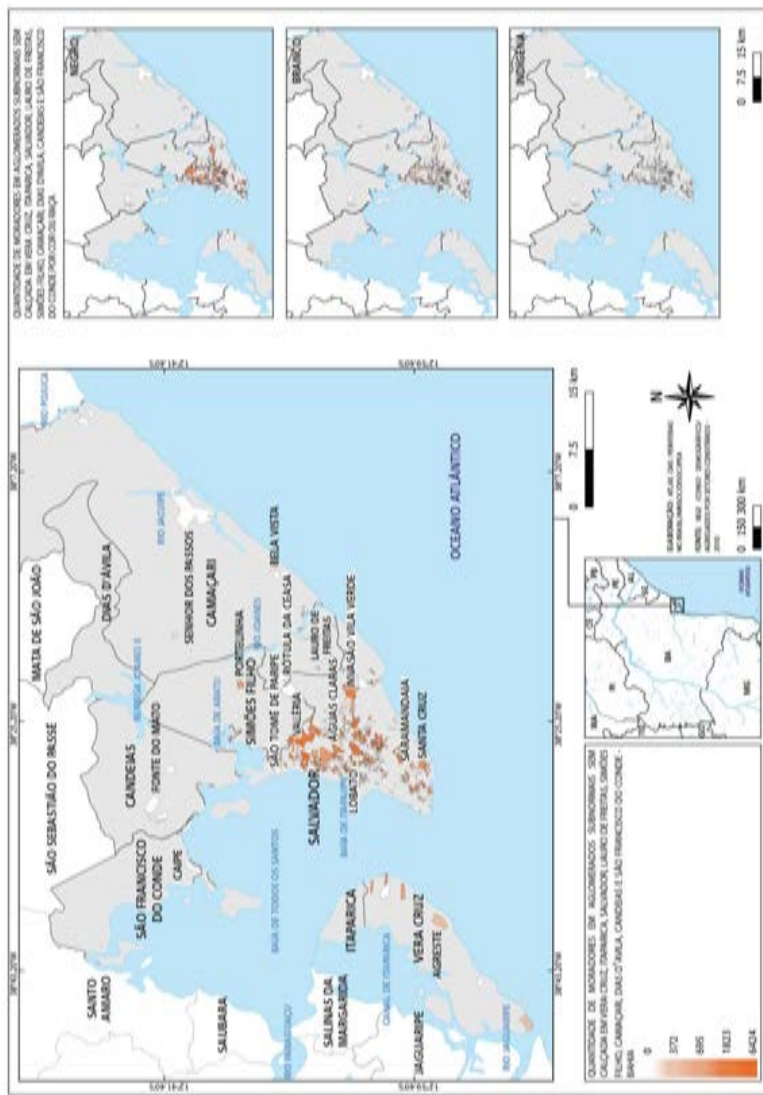
MAPA 13  
 Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 15  
Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)

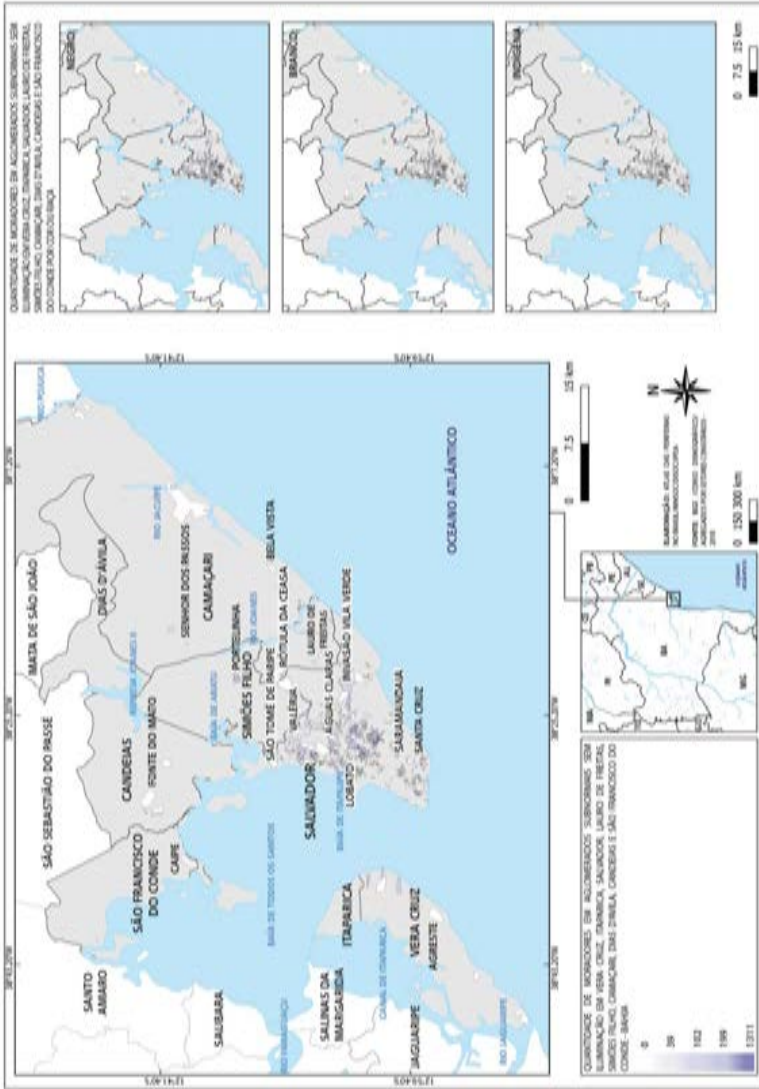


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 17  
 Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



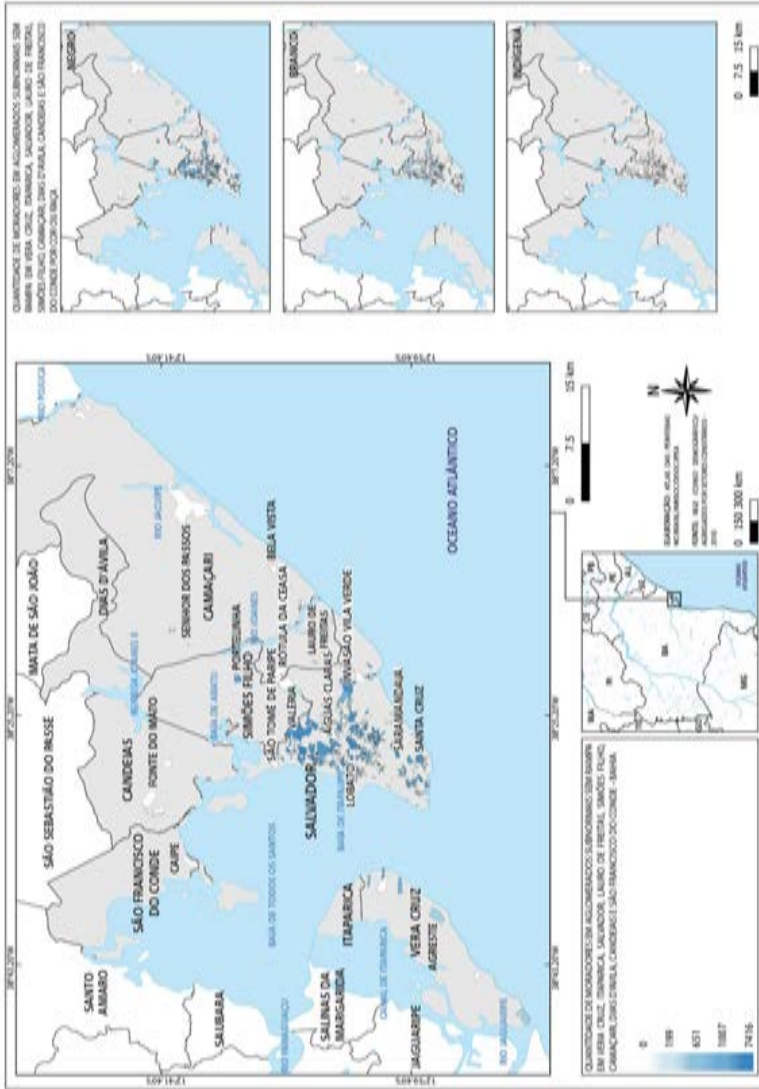






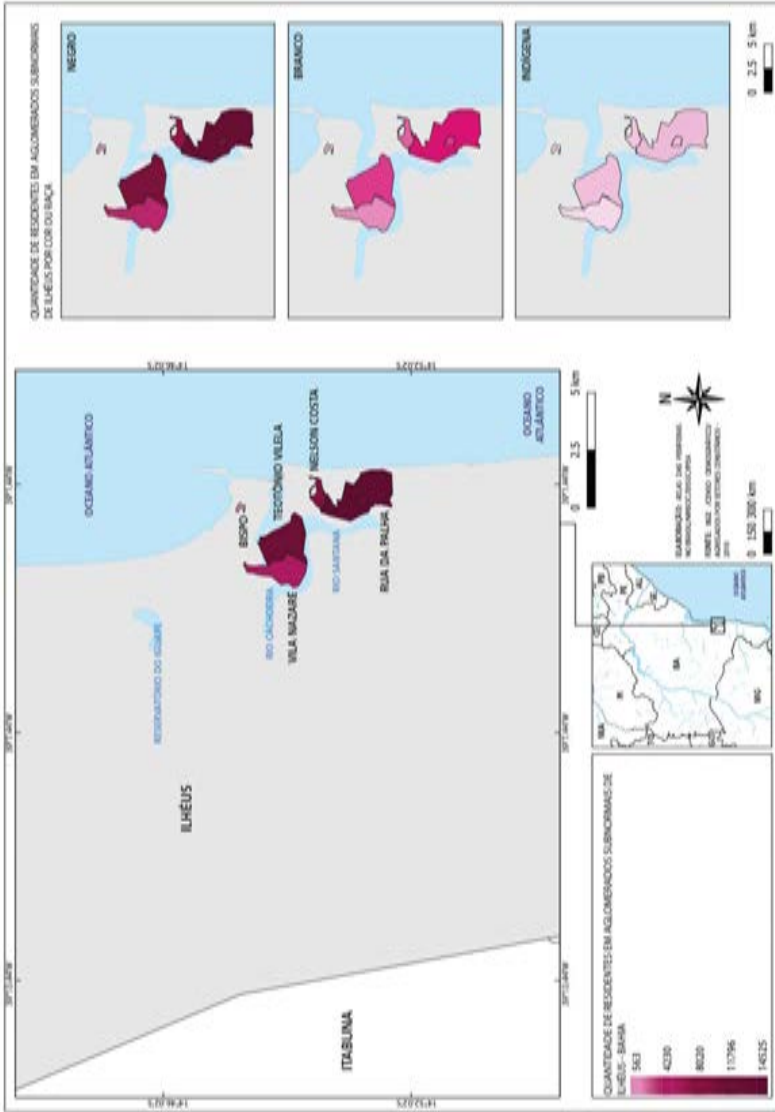


MAPA 22  
 Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



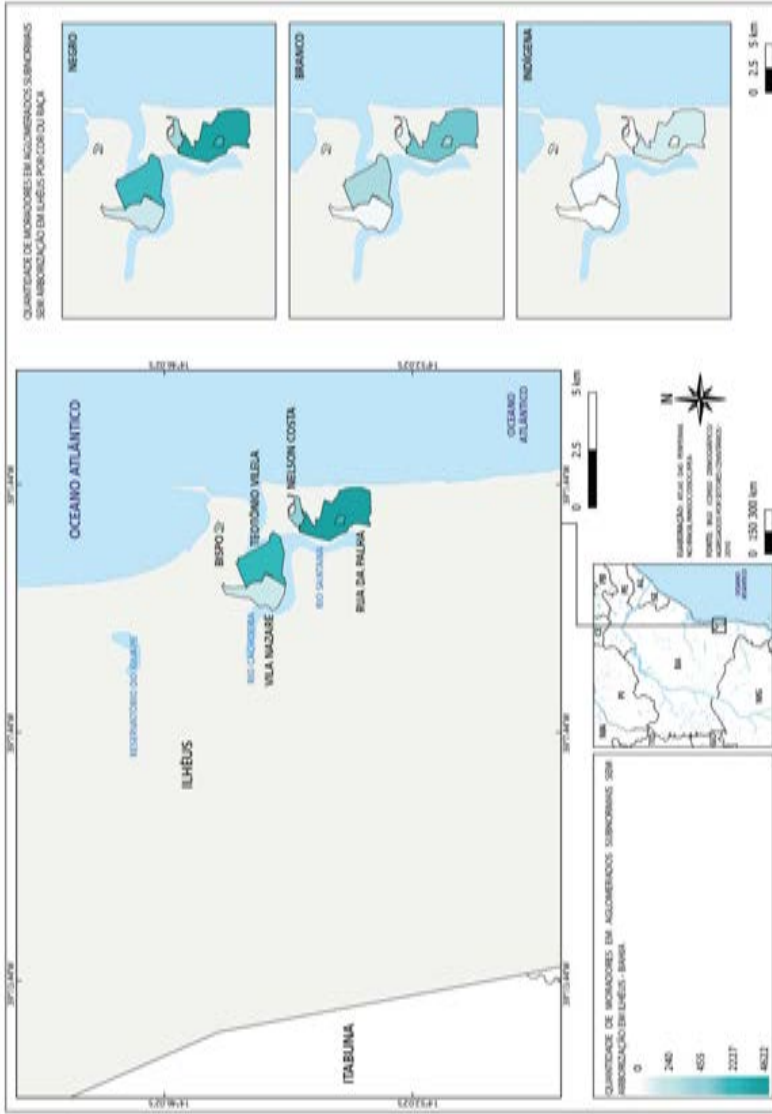
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 23  
**Ilhéus: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 24  
 Ilhéus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



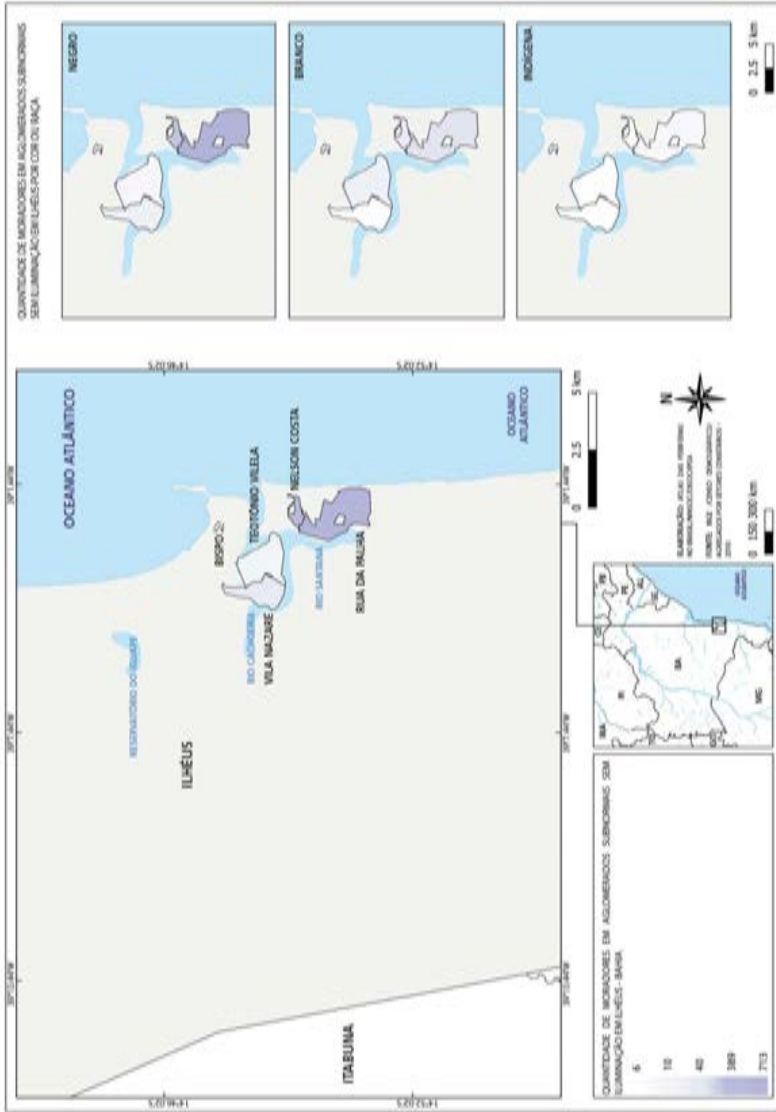






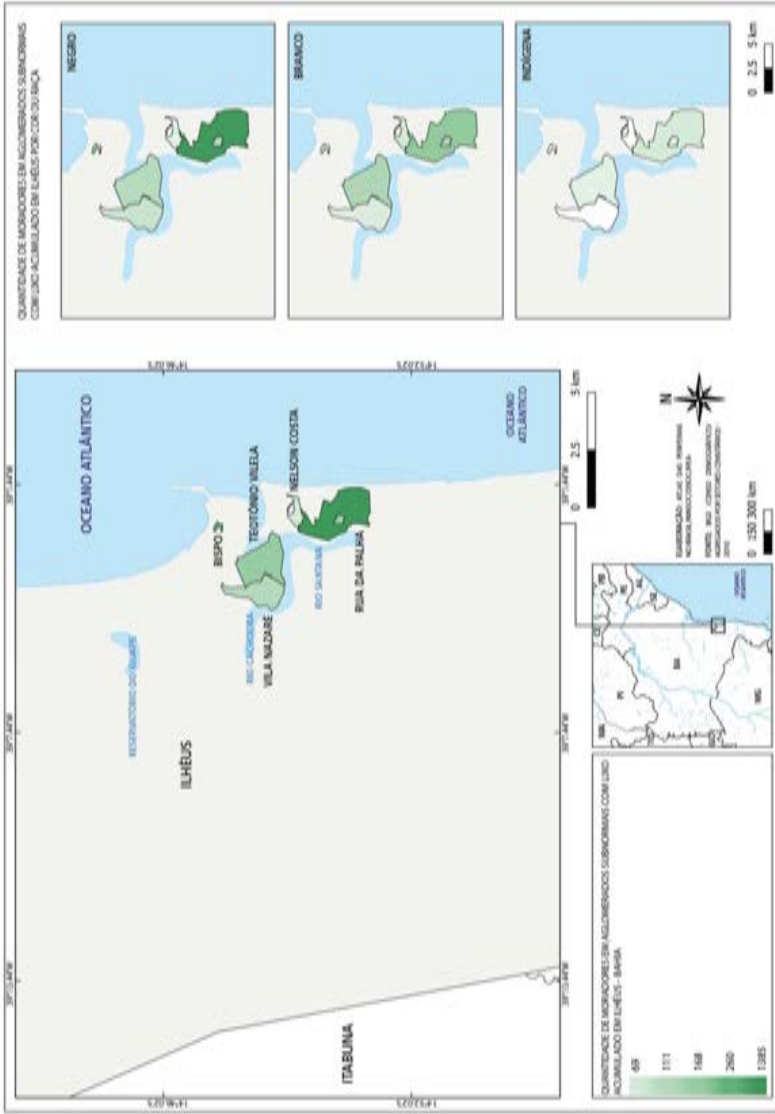


MAPA 28  
**Ilhéus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação por raça/cor (2010)**



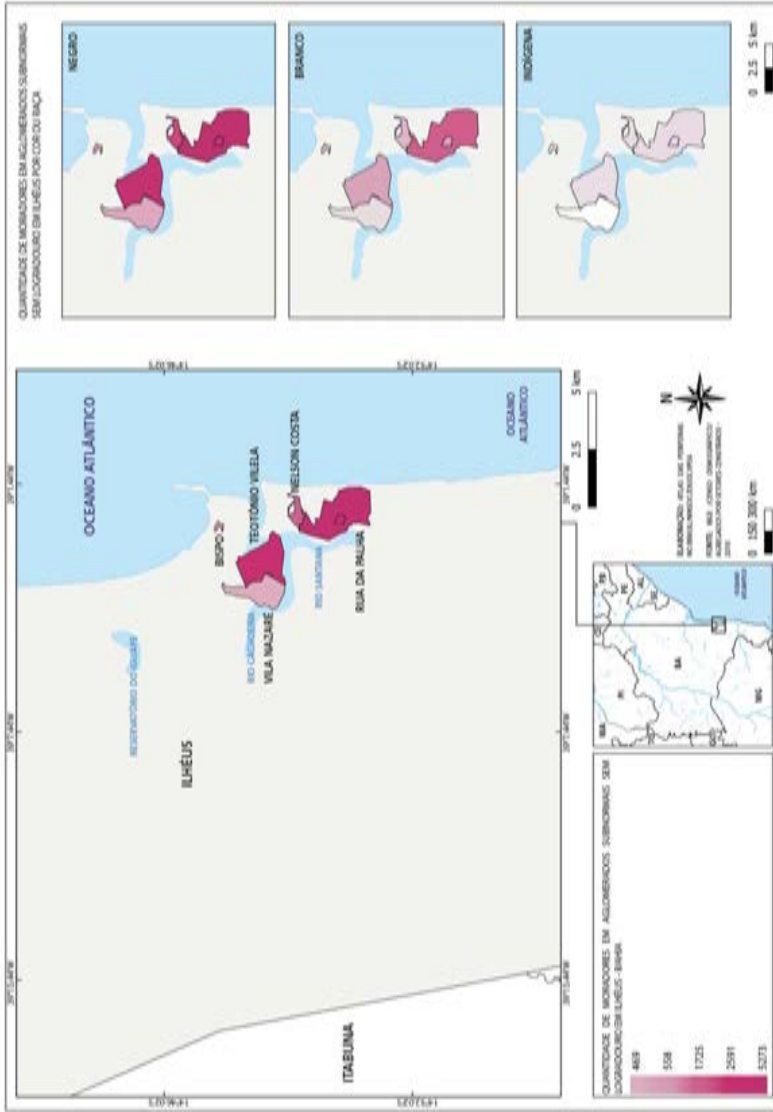
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 29  
Ilhéus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



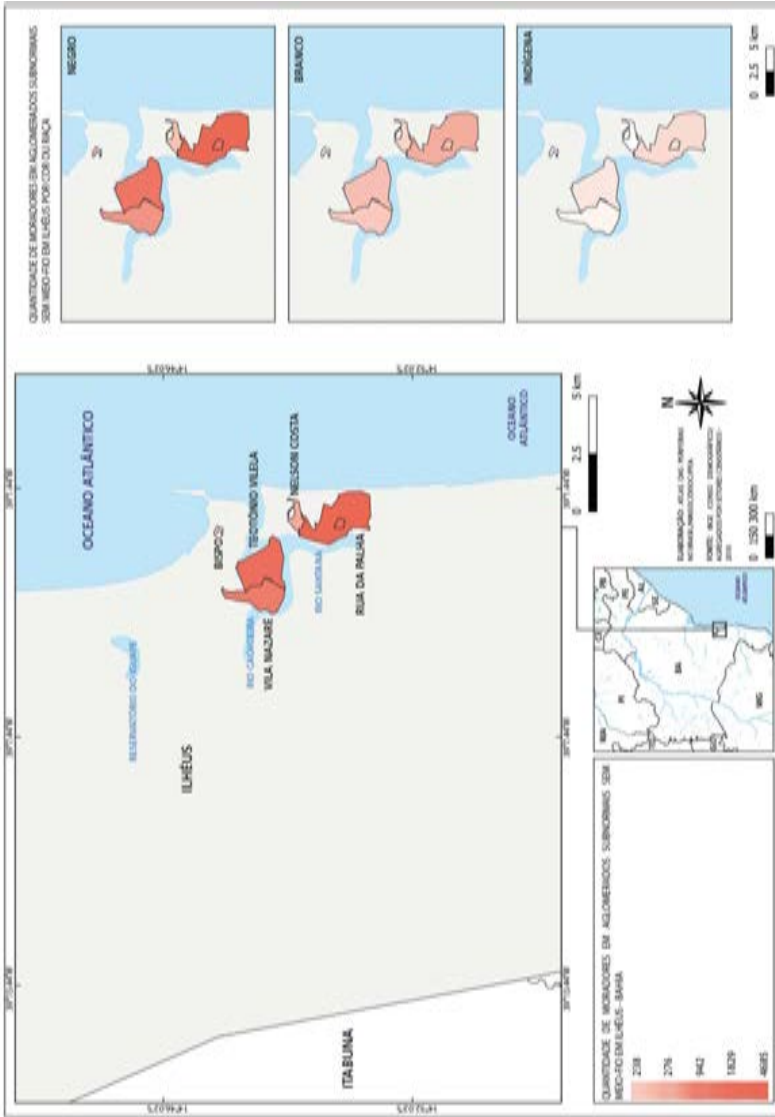
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 30  
**Ilhéus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

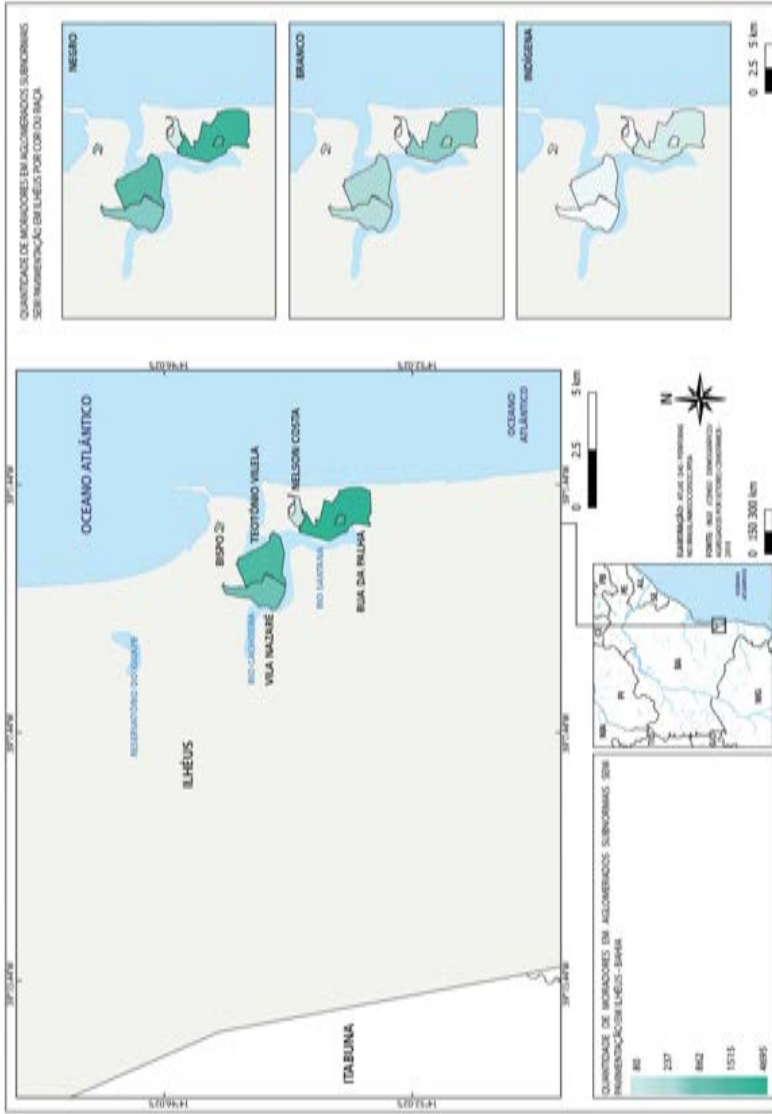
MAPA 31  
Ilhéus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

## MAPA 32

## Ilhéus: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.







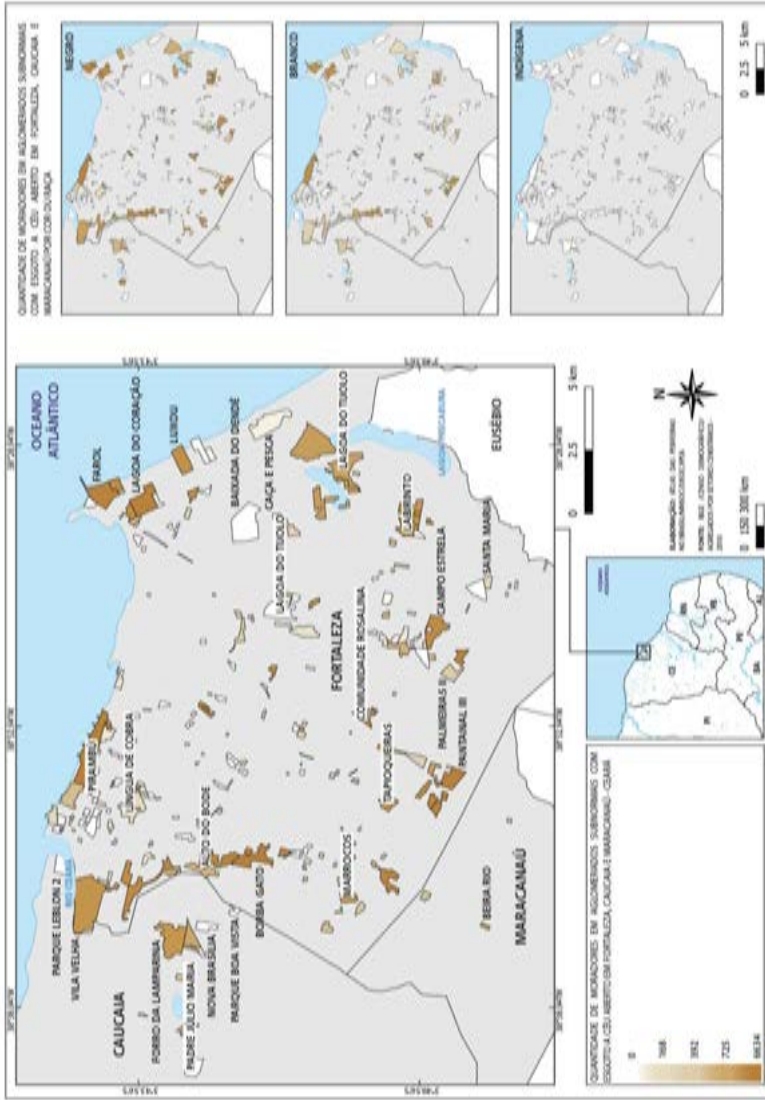






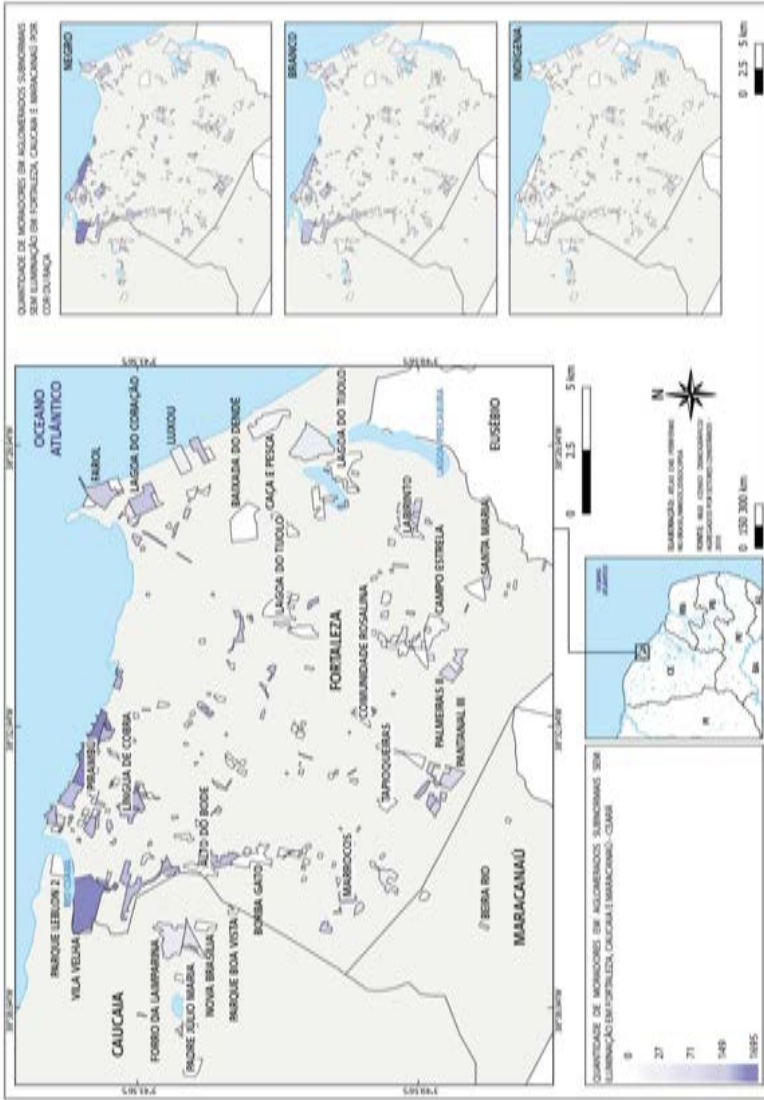


MAPA 38  
Fortaleza, Caucaia e Maracanaú: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

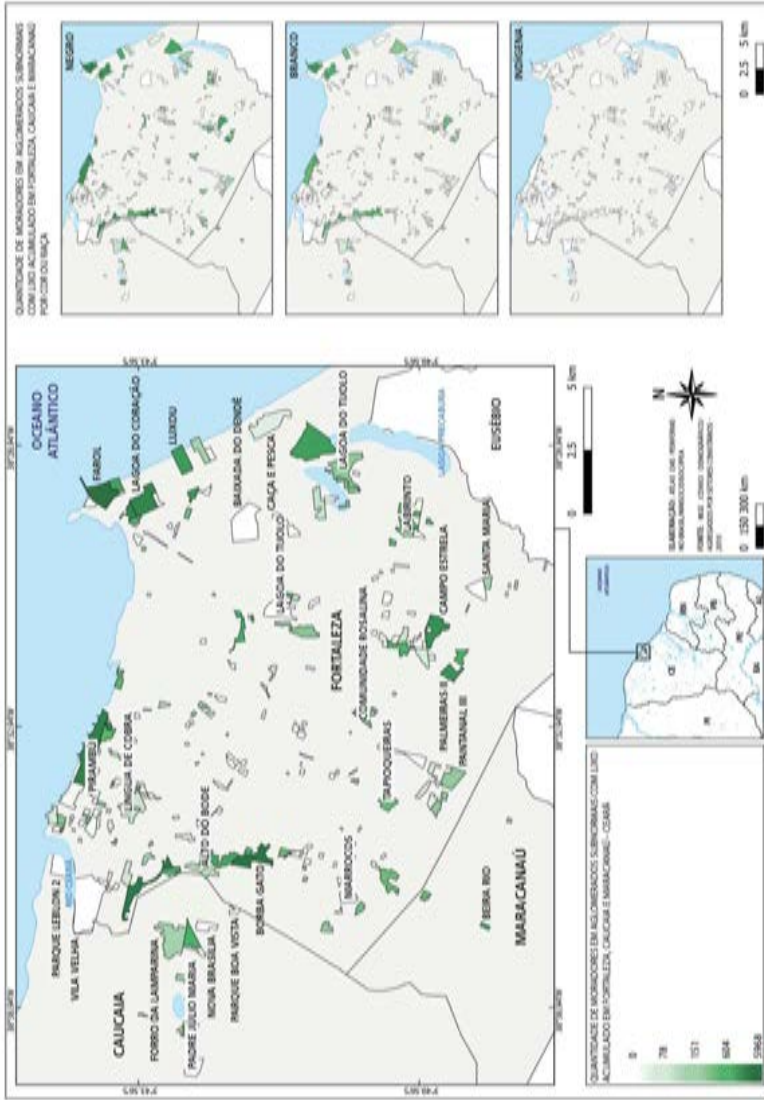
MAPA 39  
Fortaleza, Caucaia e Maracanaú: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

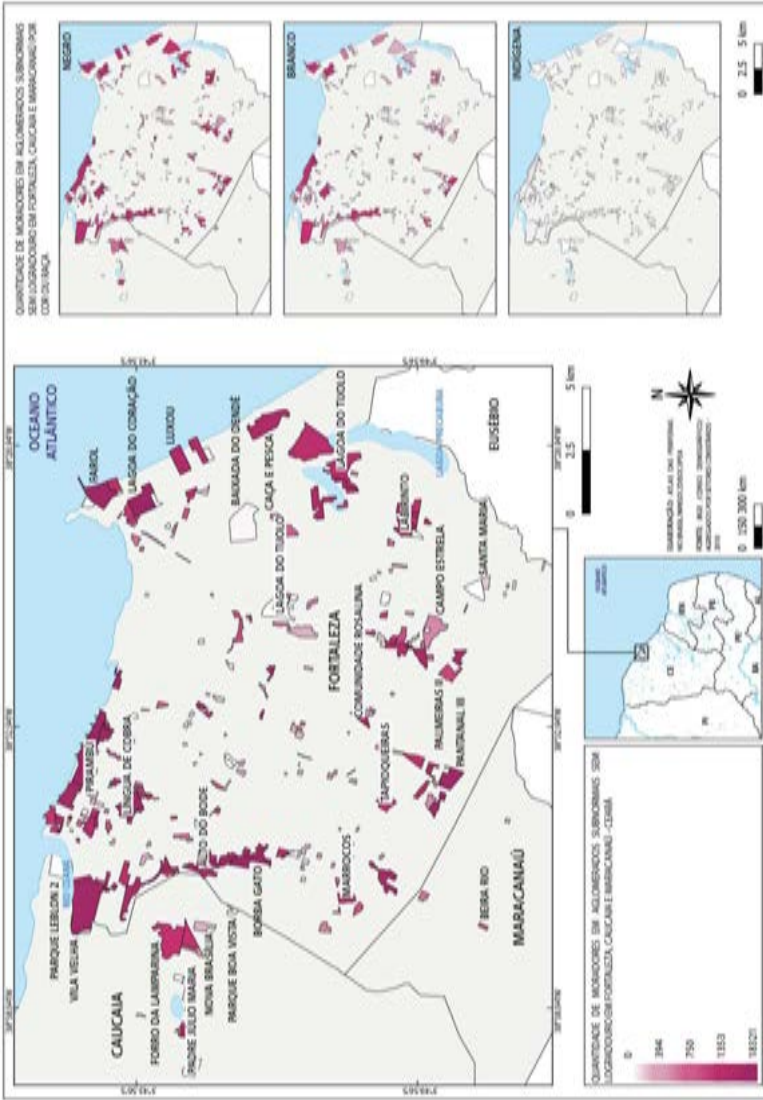


MAPA 40  
Fortaleza, Caucaia e Maracanaú: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

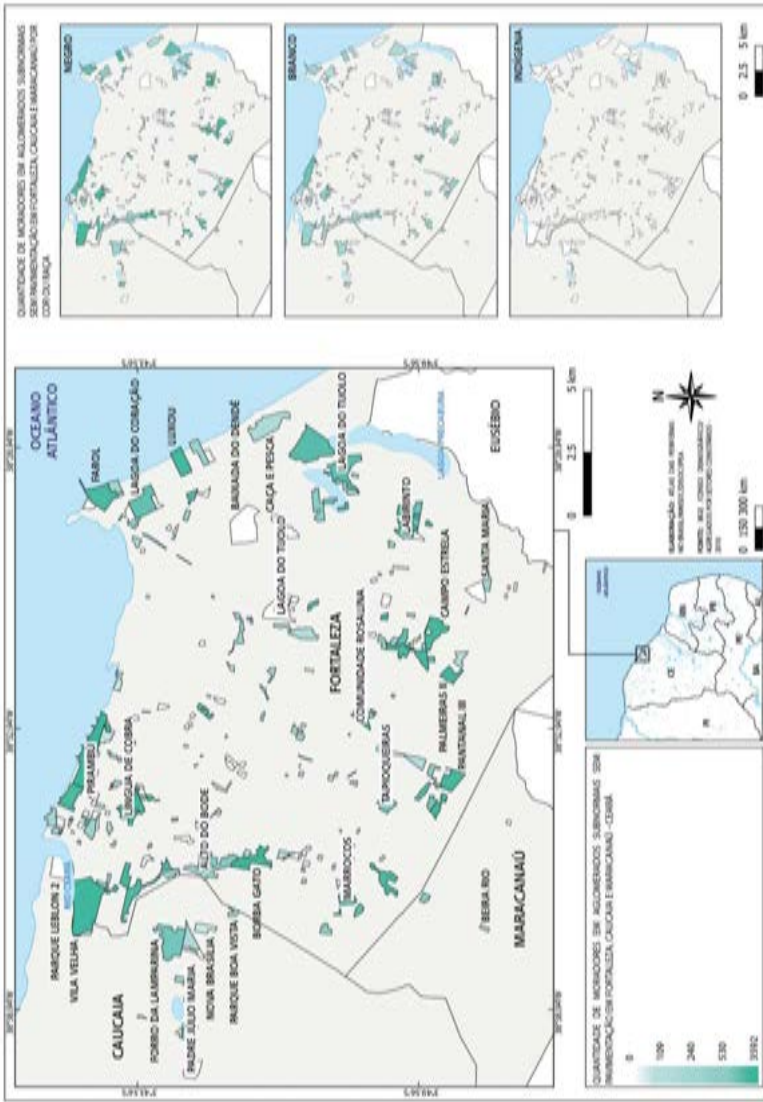
MAPA 41  
Fortaleza, Caucaia e Maracanaú: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

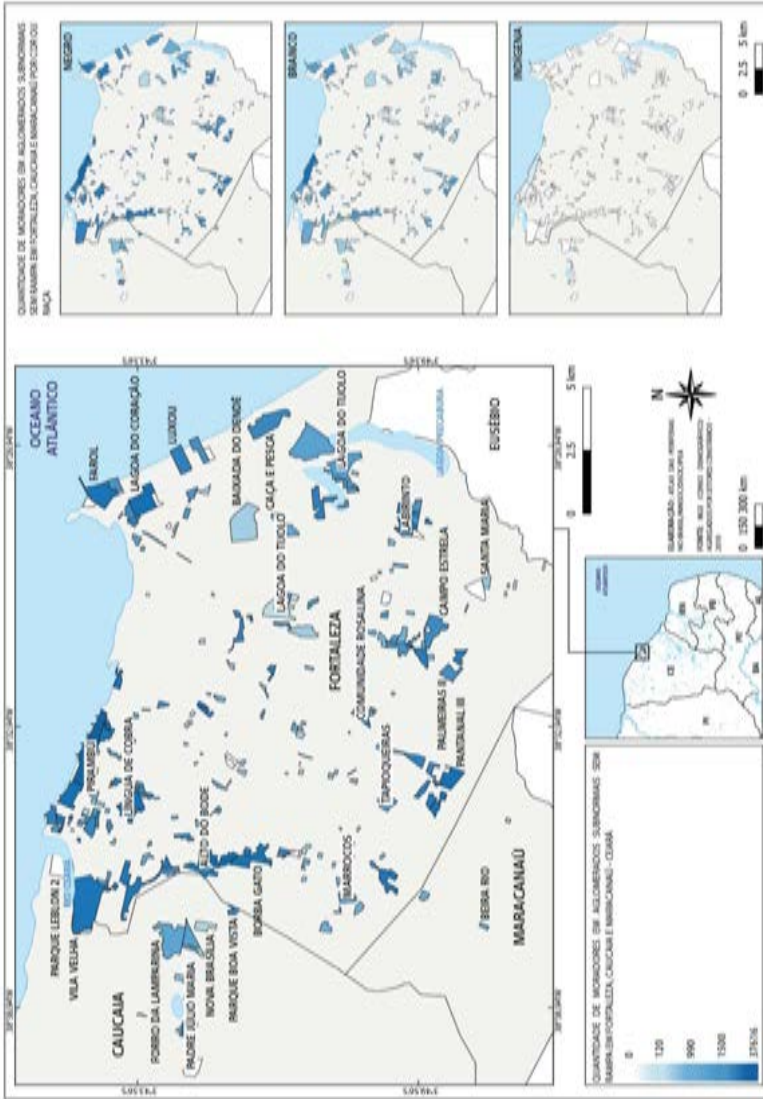


MAPA 43  
**Fortaleza, Caucaia e Maracanaú: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 44  
Fortaleza e Maracanaú: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.























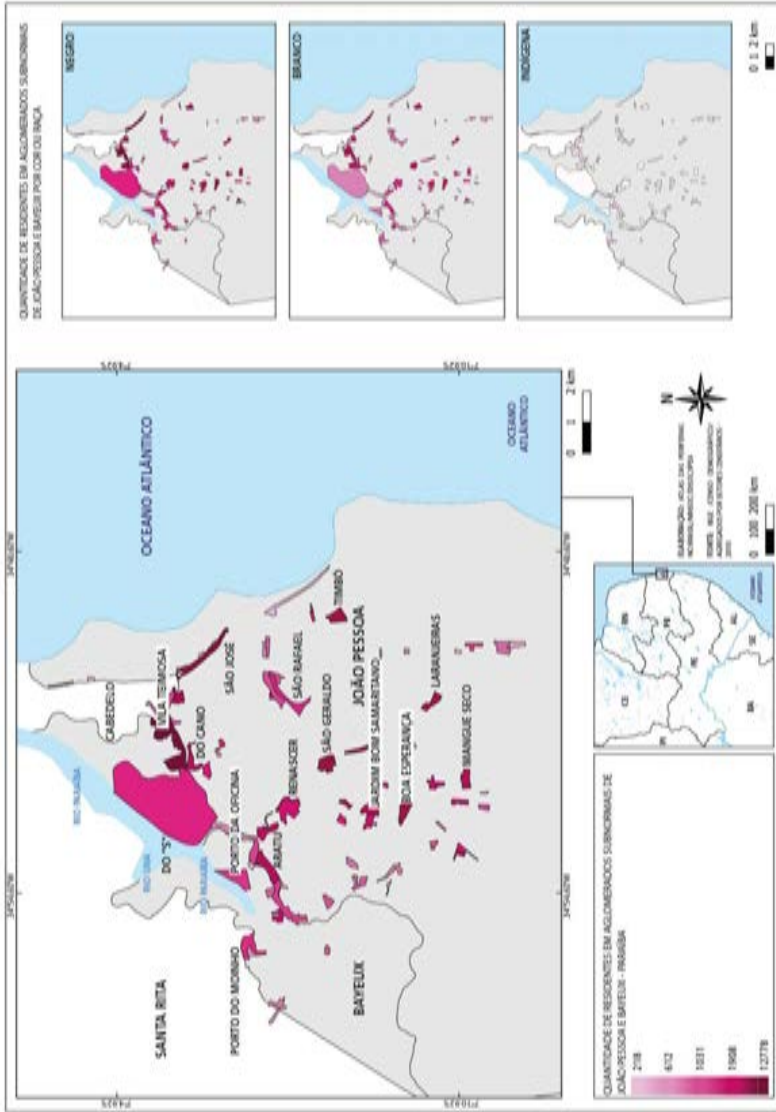






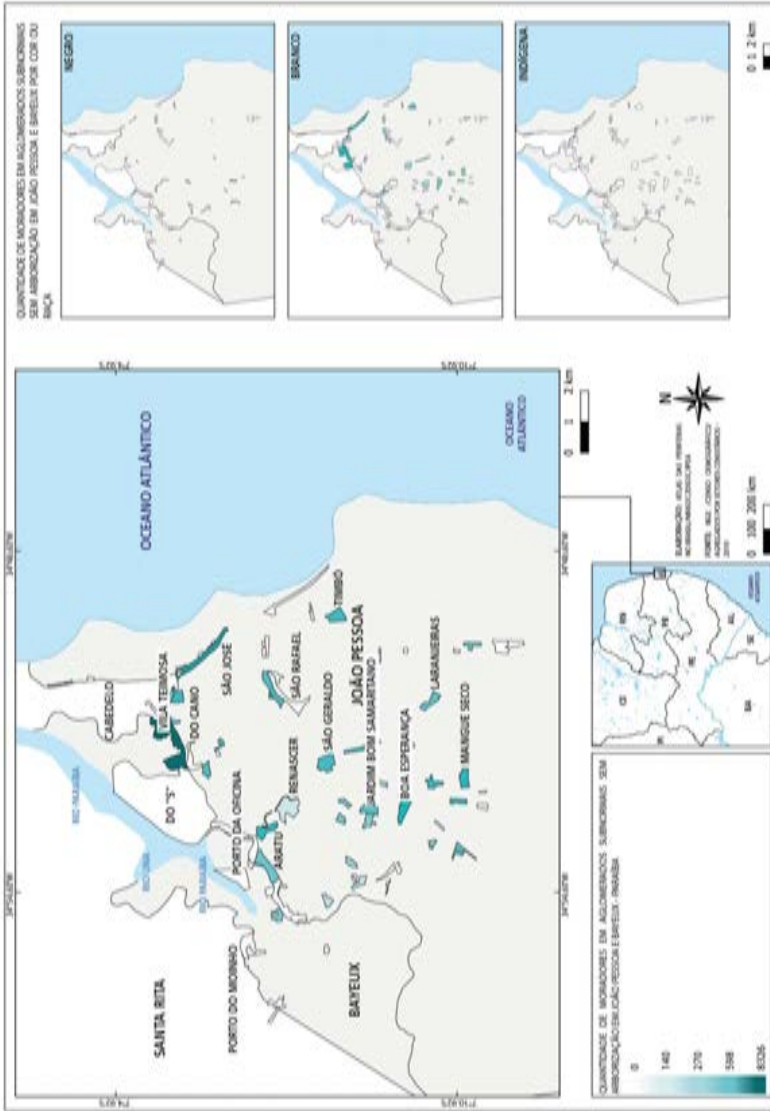


MAPA 56  
 João Pessoa e Bayeux: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

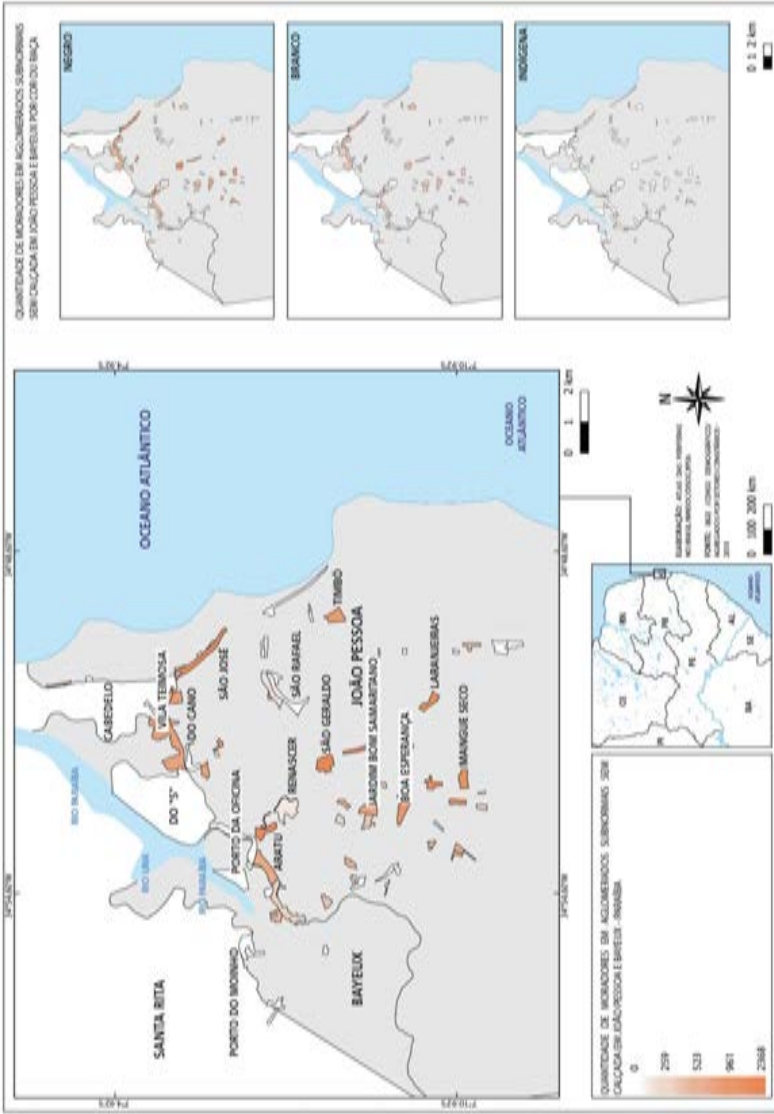
MAPA 57  
João Pessoa e Bayeux: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 59  
João Pessoa e Bayeux: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



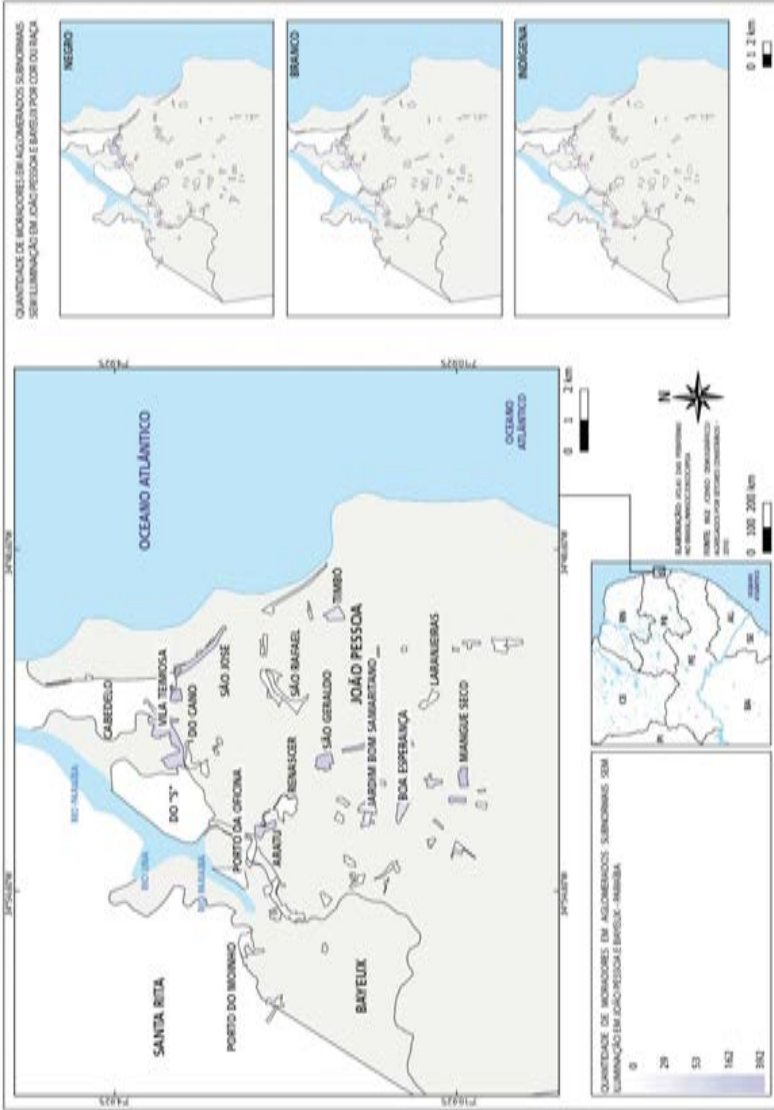
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





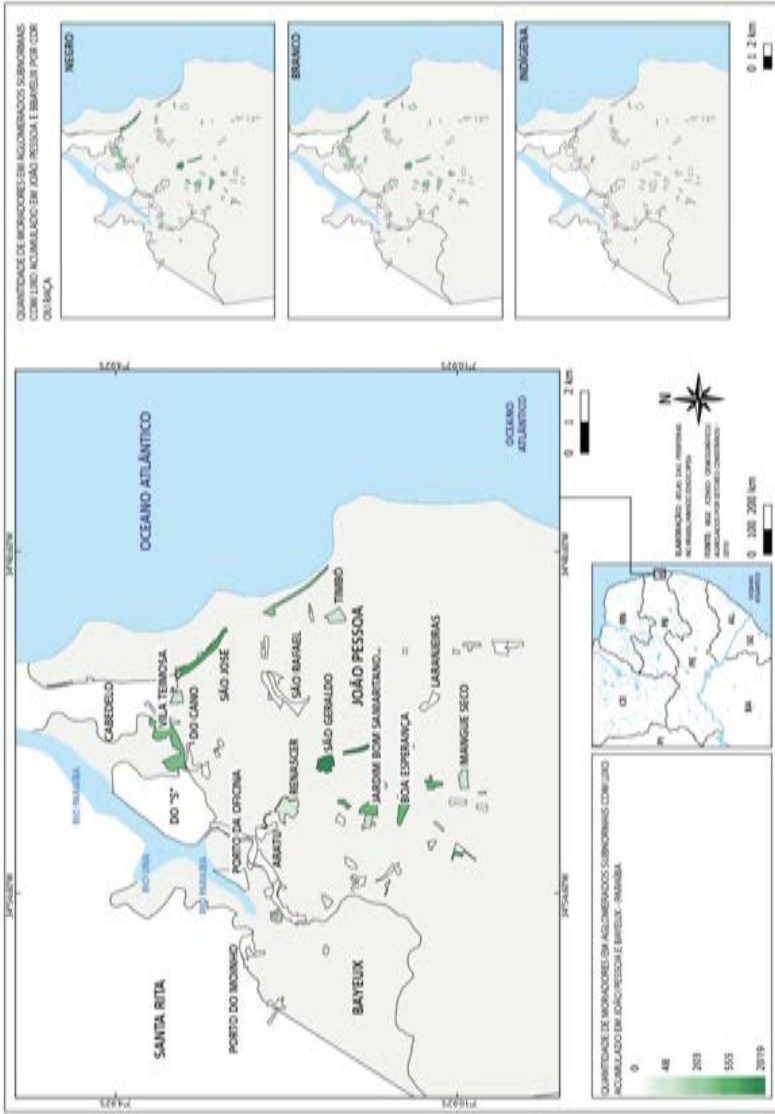


MAPA 61  
João Pessoa e Bayeux: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



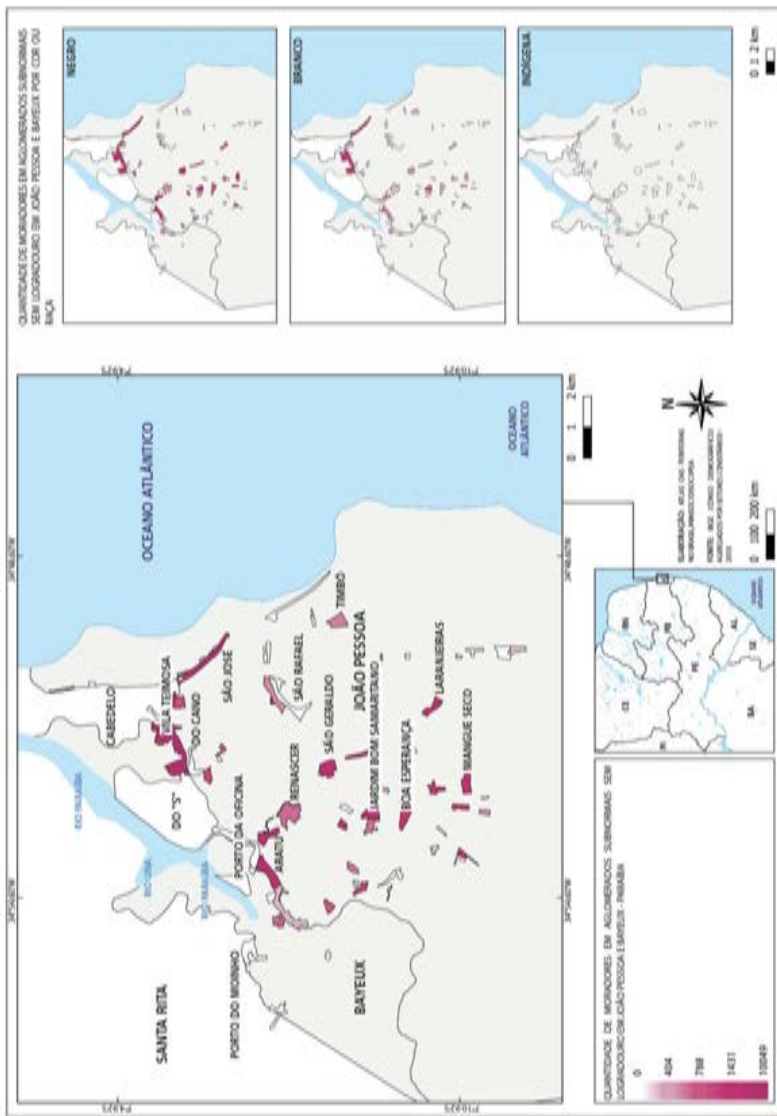
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 62  
João Pessoa e Bayeux: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



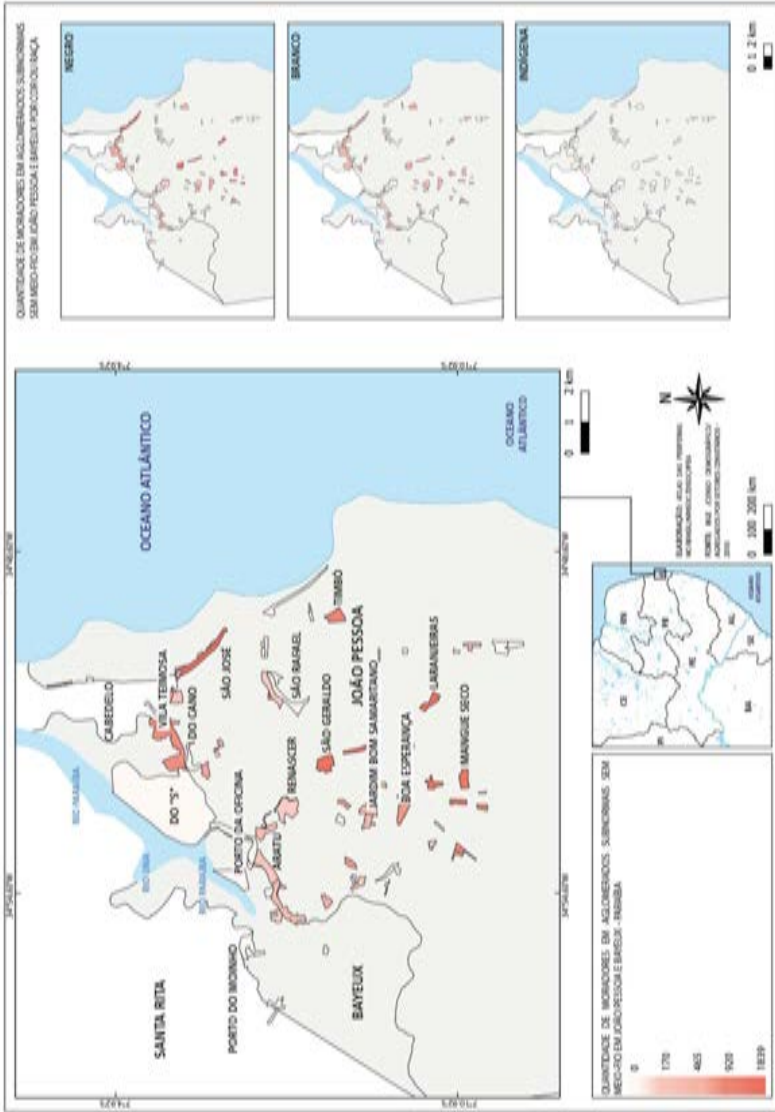
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 63  
 João Pessoa e Bayeux: Quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

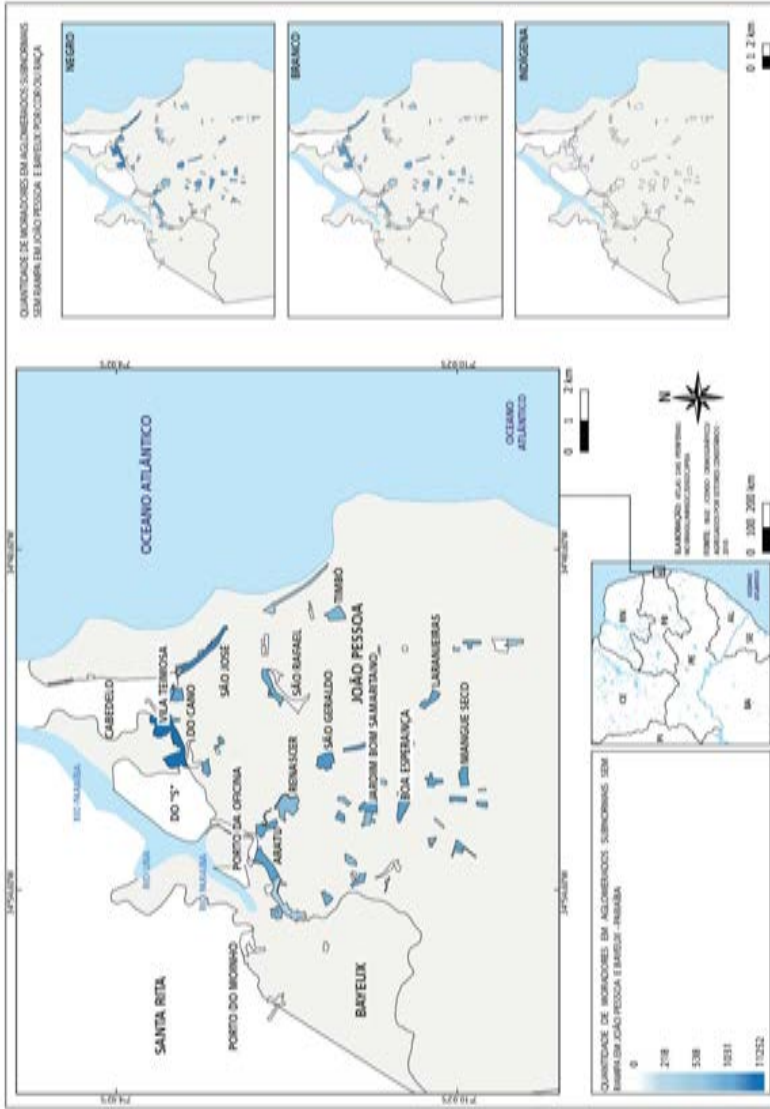
MAPA 64  
João Pessoa e Bayeux: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

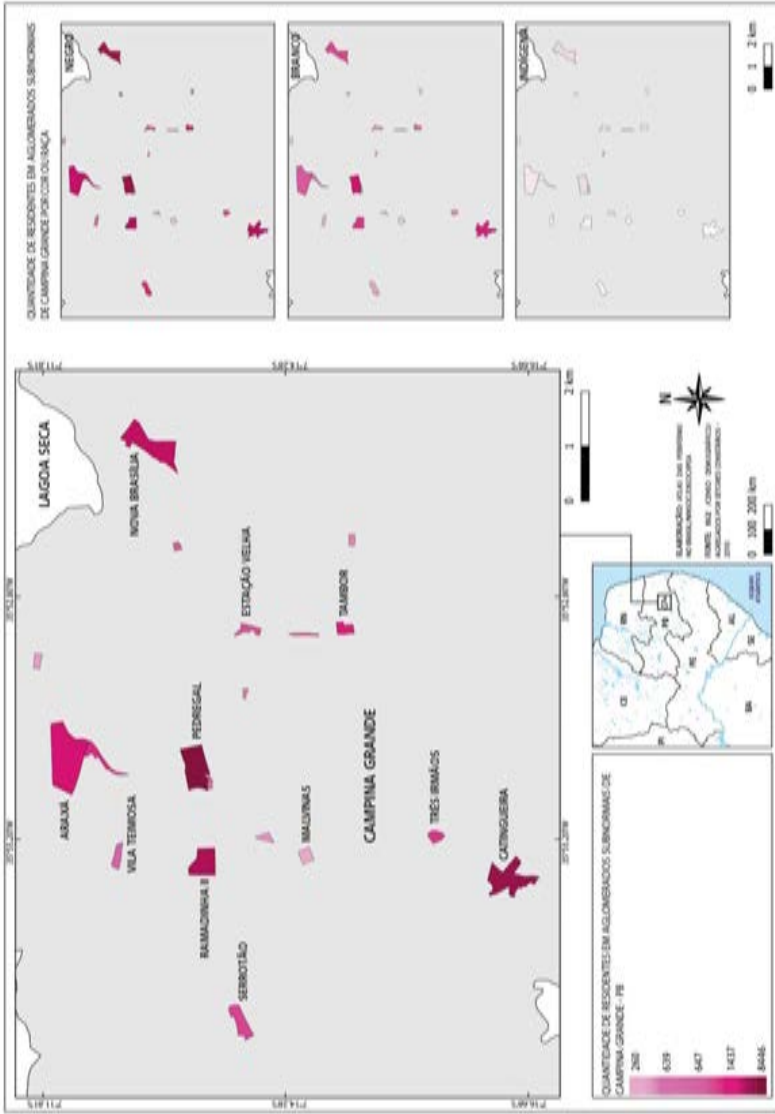


MAPA 66  
 João Pessoa e Bayeux: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

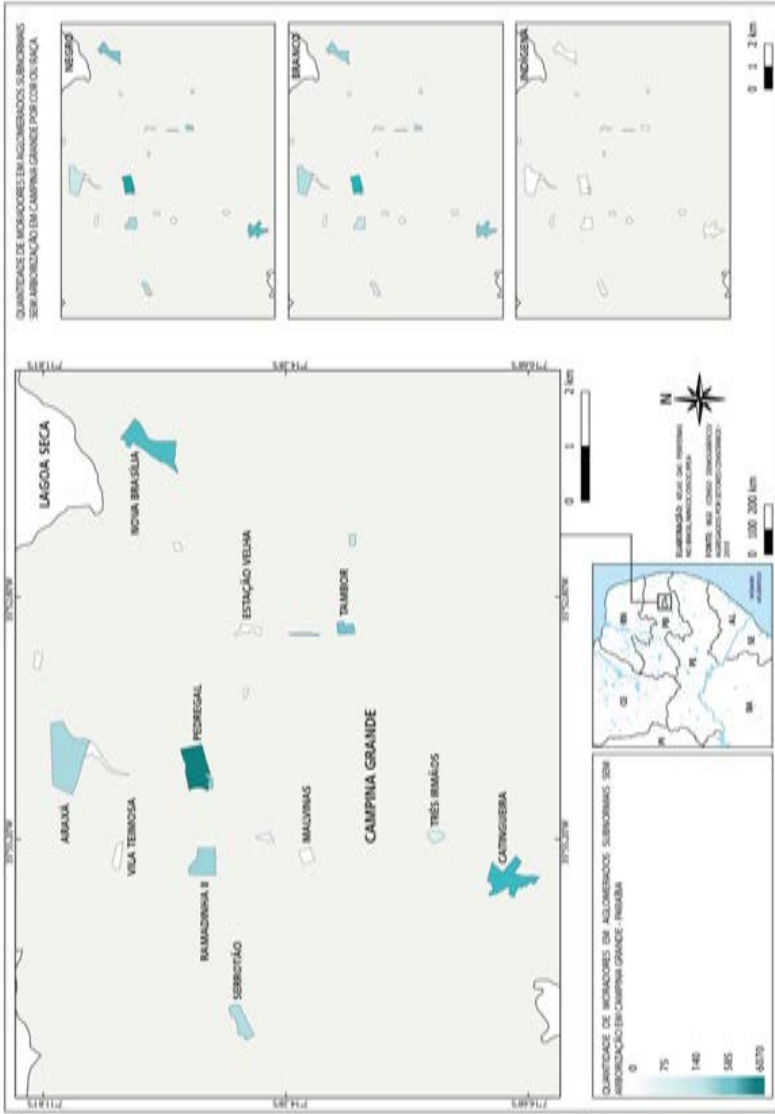
MAPA 67  
Campina Grande: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

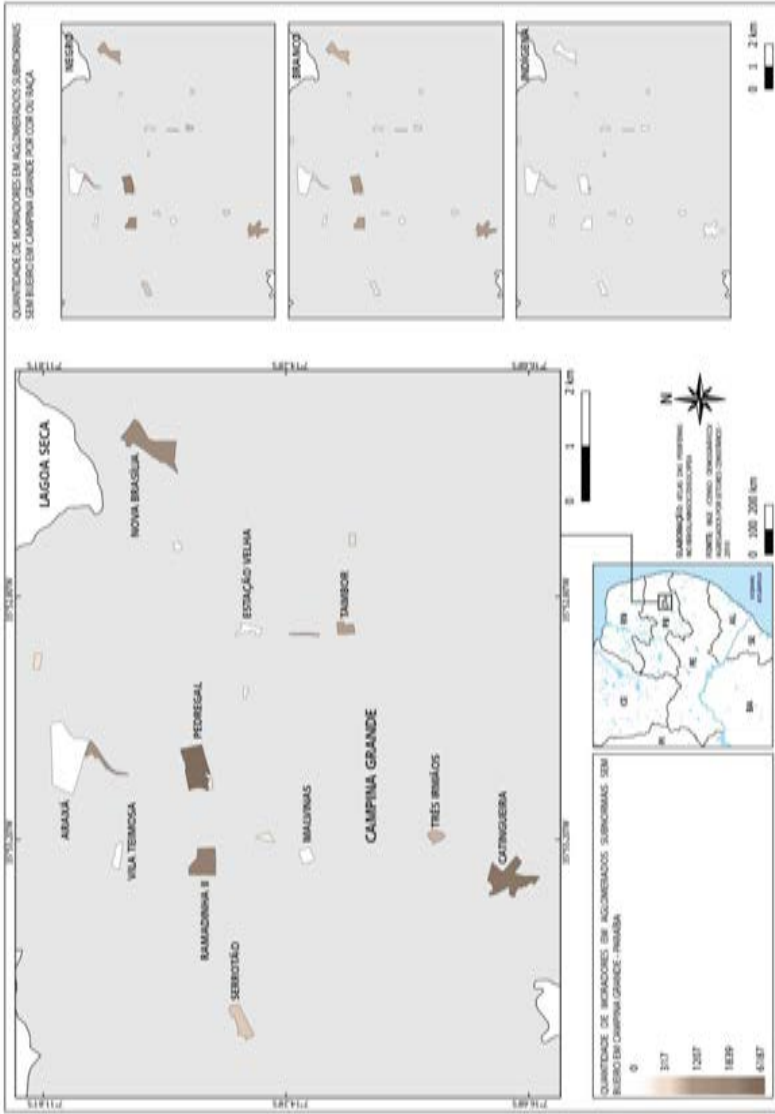


MAPA 68  
**Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)**



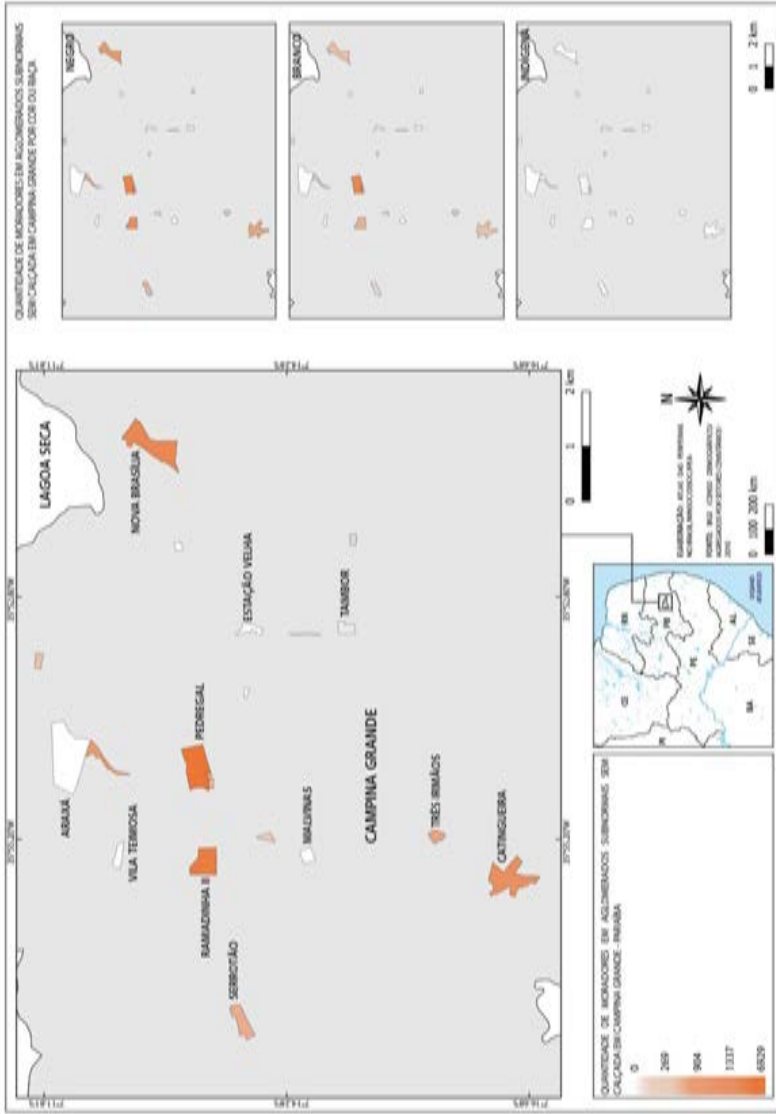
Fonte: Microdoados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 69  
Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



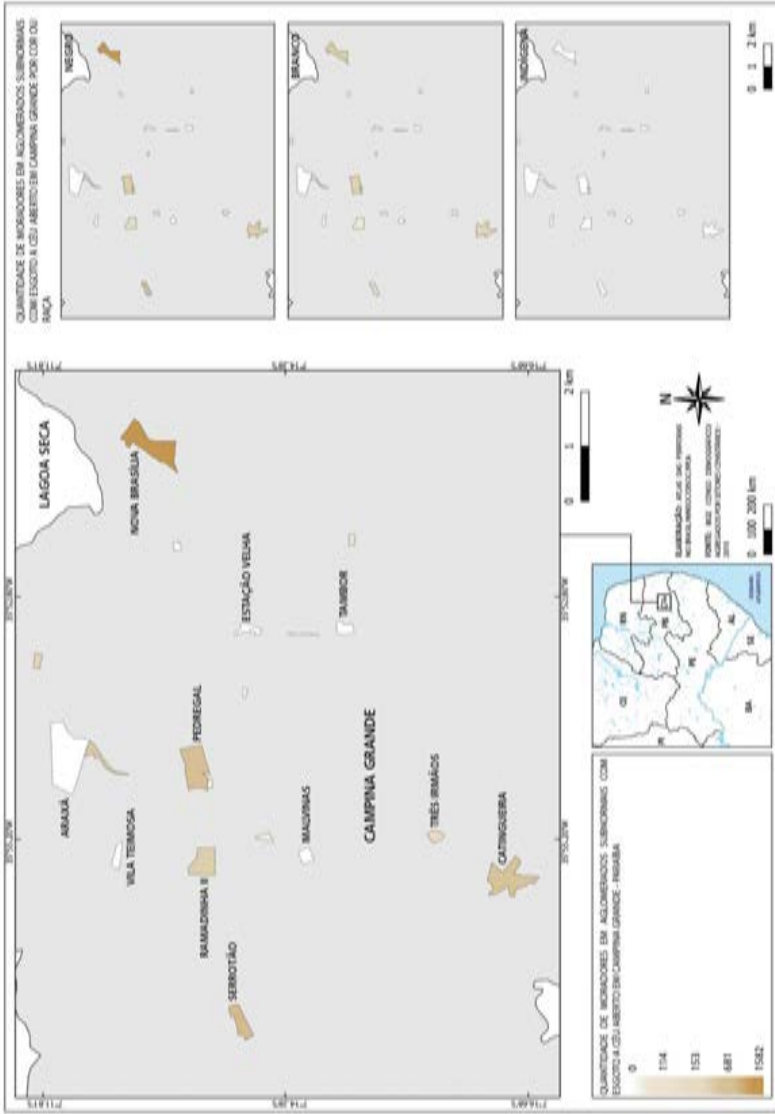
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 70  
Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

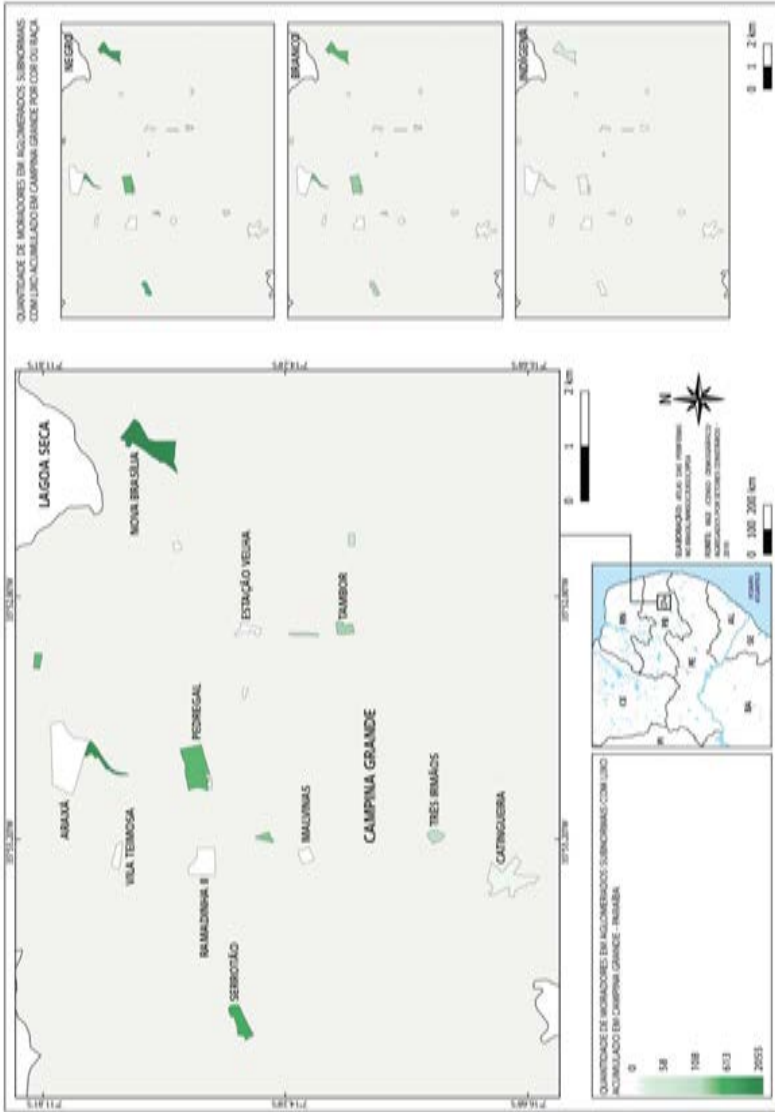
MAPA 71  
Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

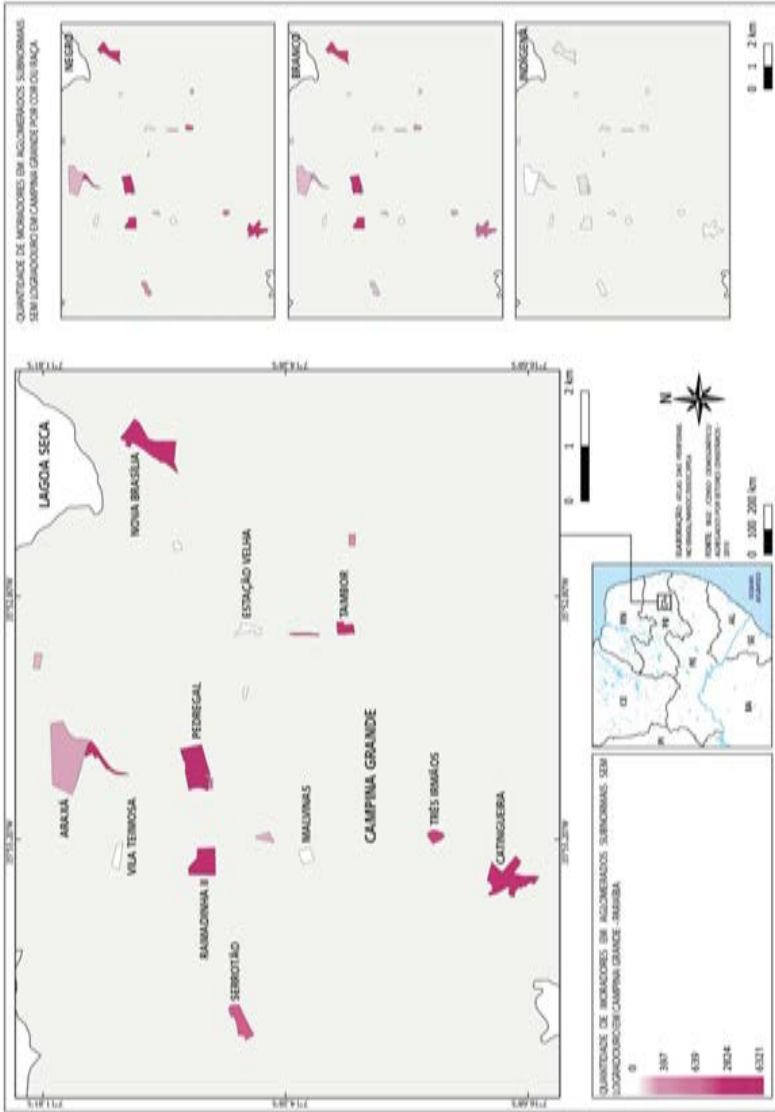


MAPA 73  
Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

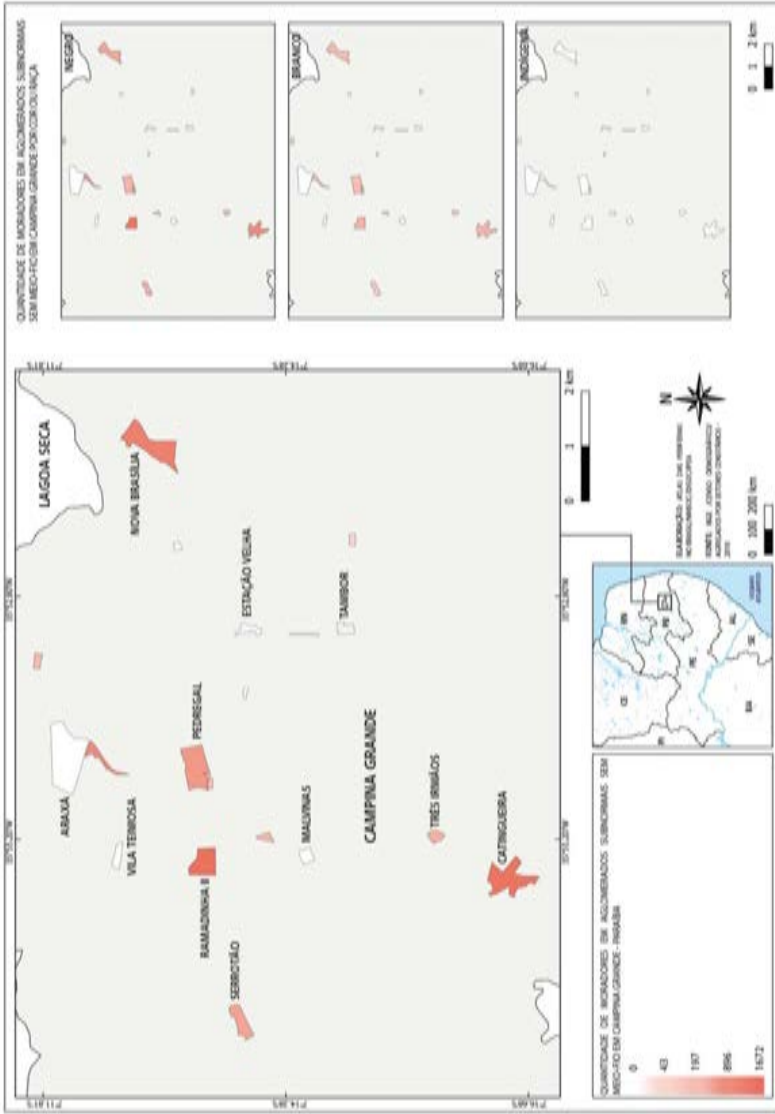
MAPA 74  
 Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



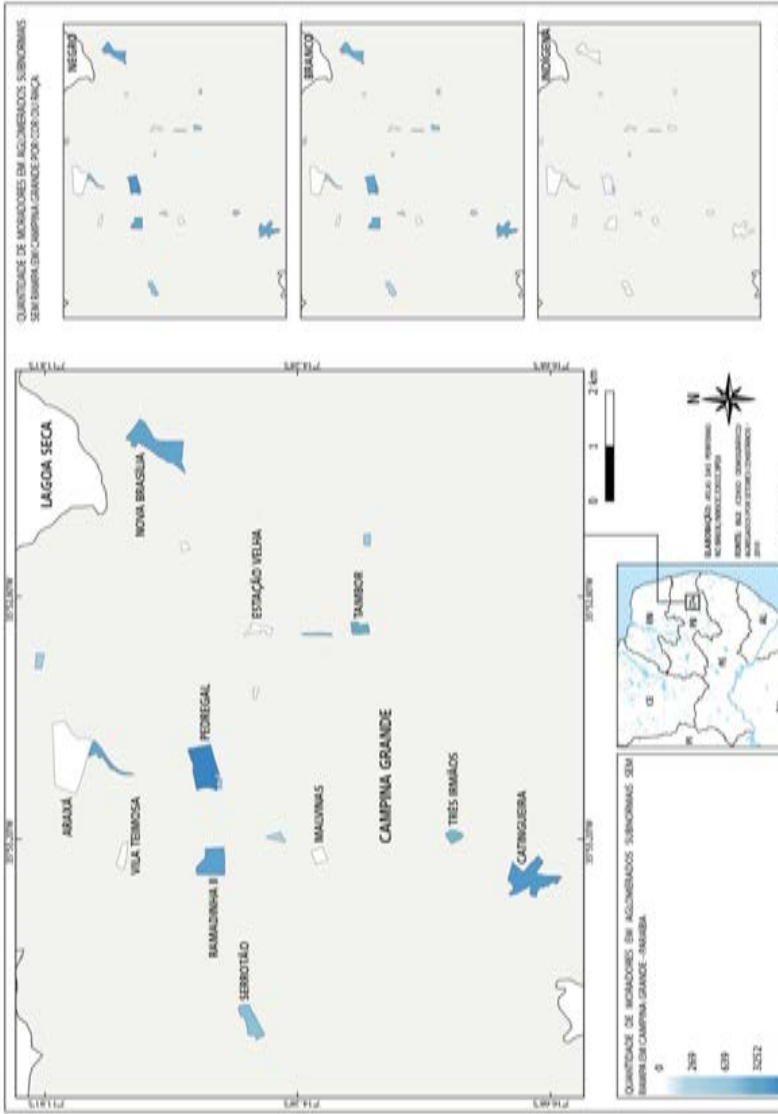
MAPA 75  
Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 77  
Campina Grande: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)

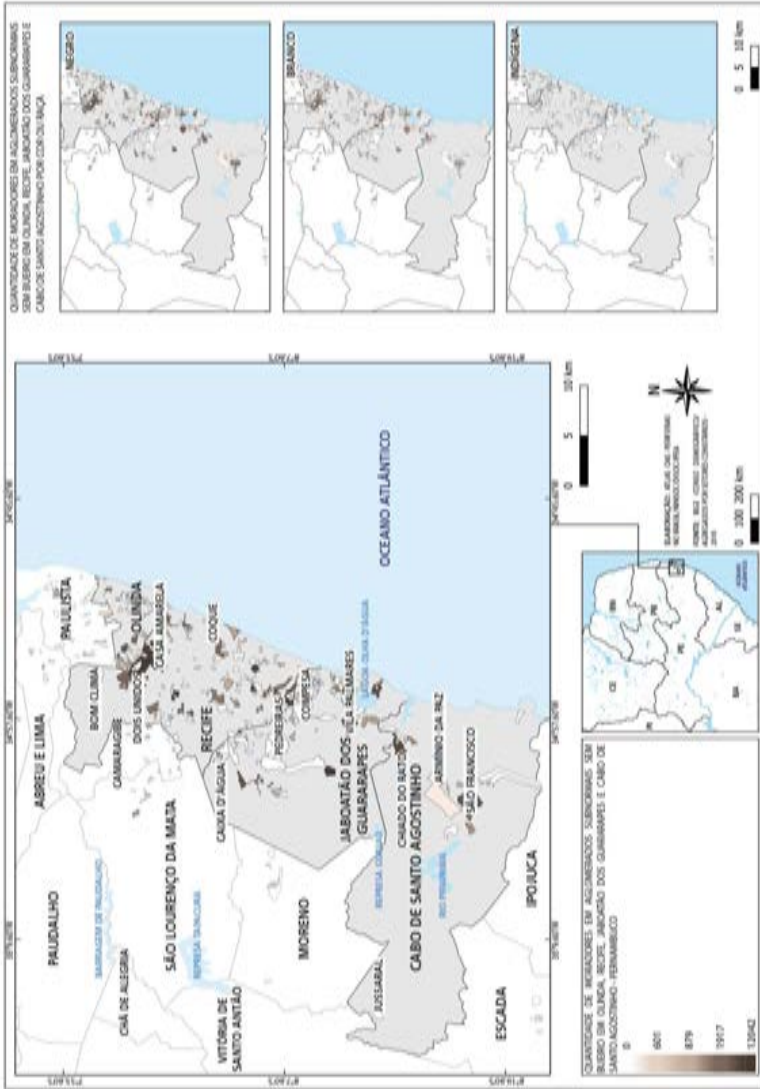


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



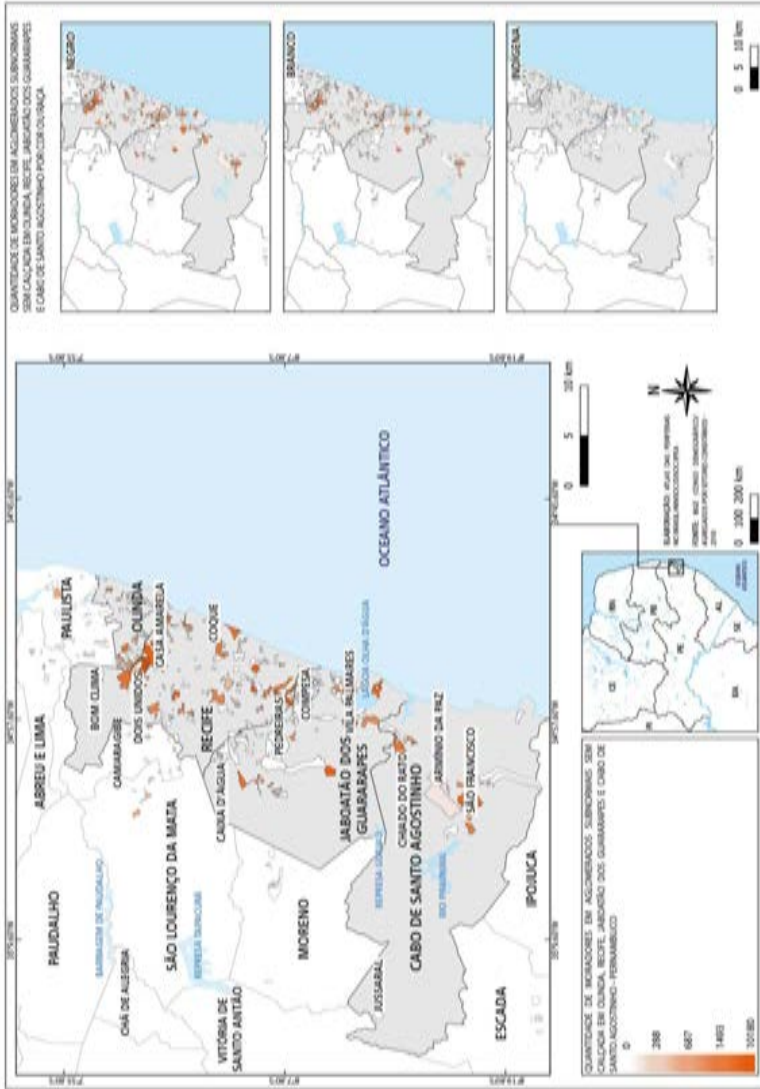


MAPA 80  
 Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 81  
**Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)**



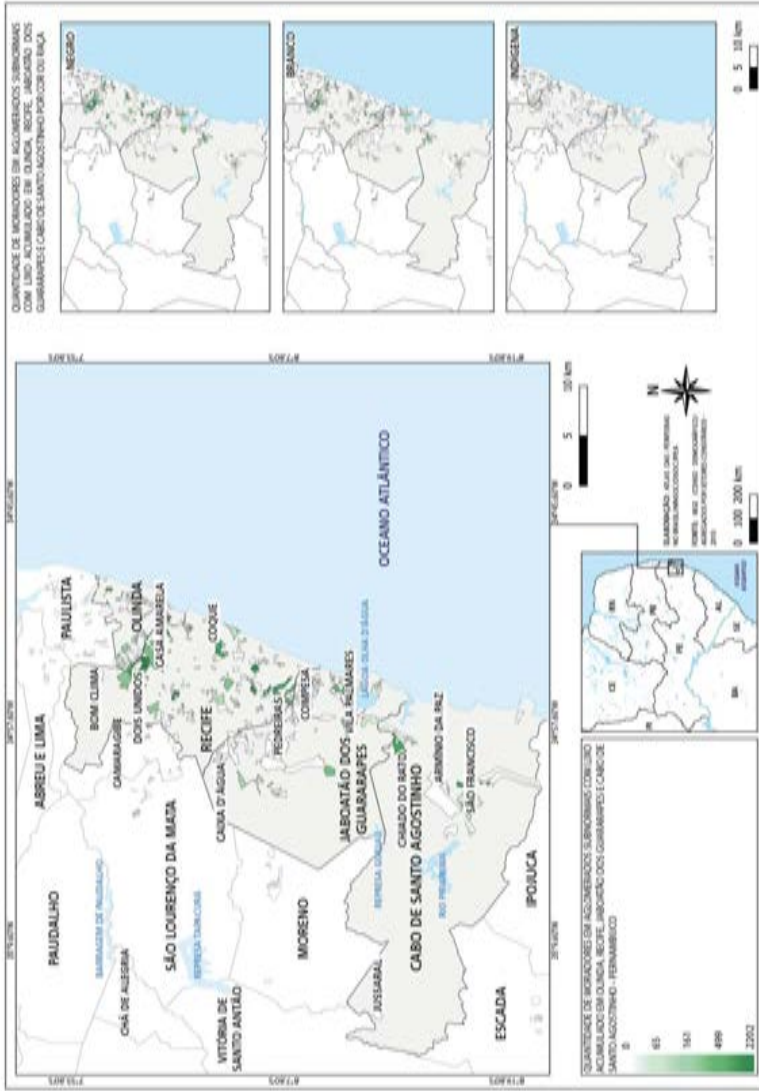
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





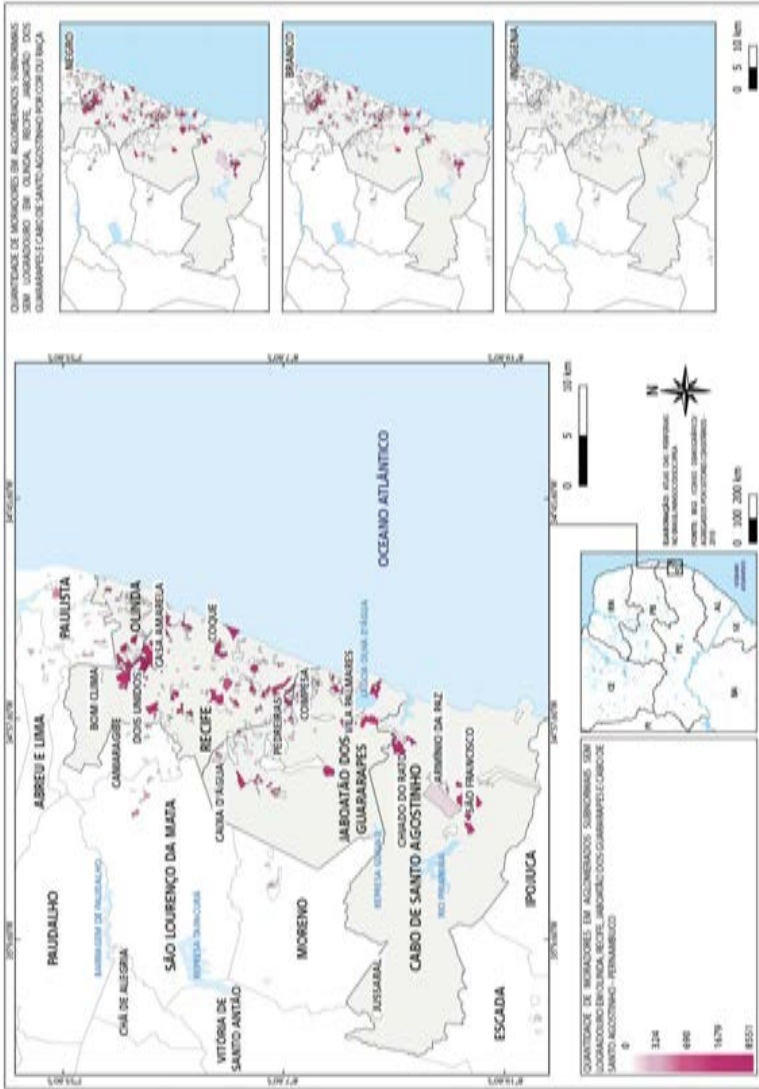


MAPA 84  
 Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

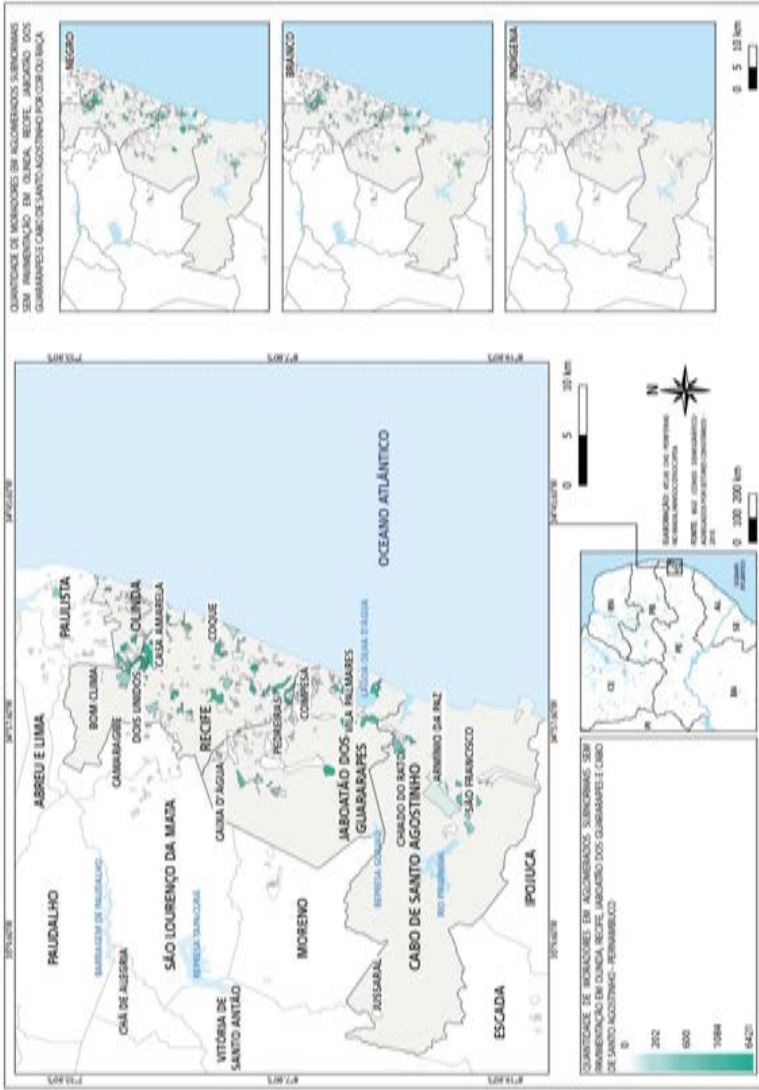
MAPA 85  
 Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 87  
 Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

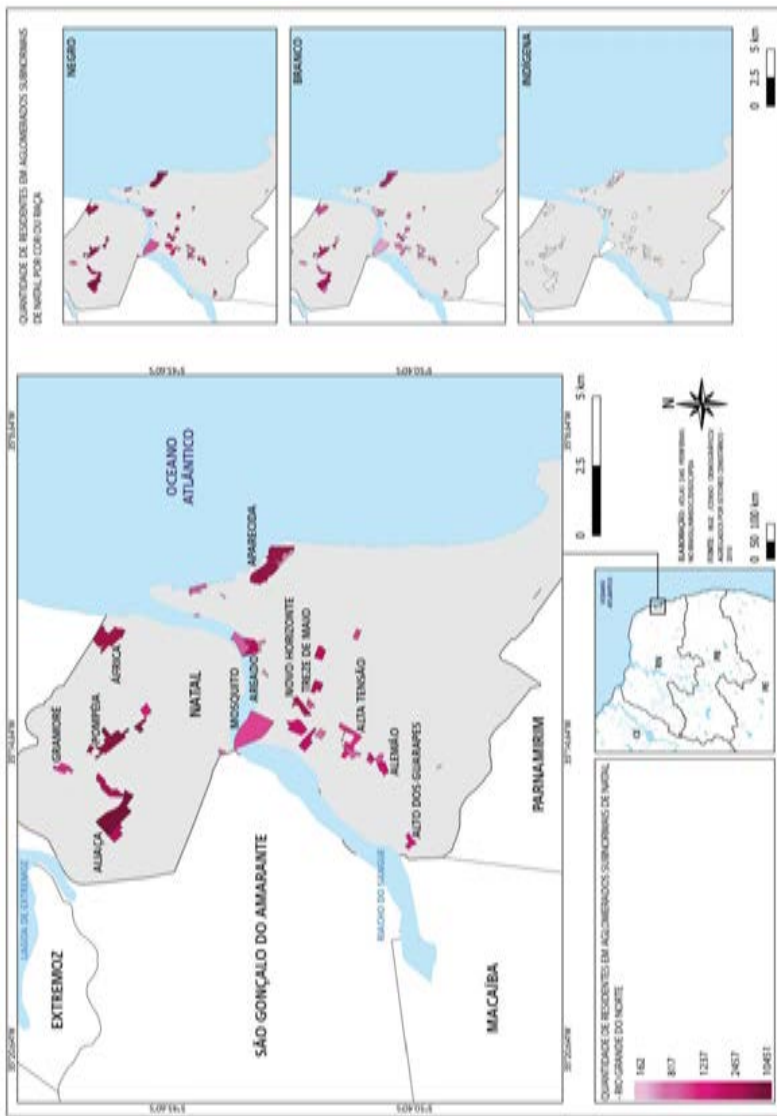






MAPA 89

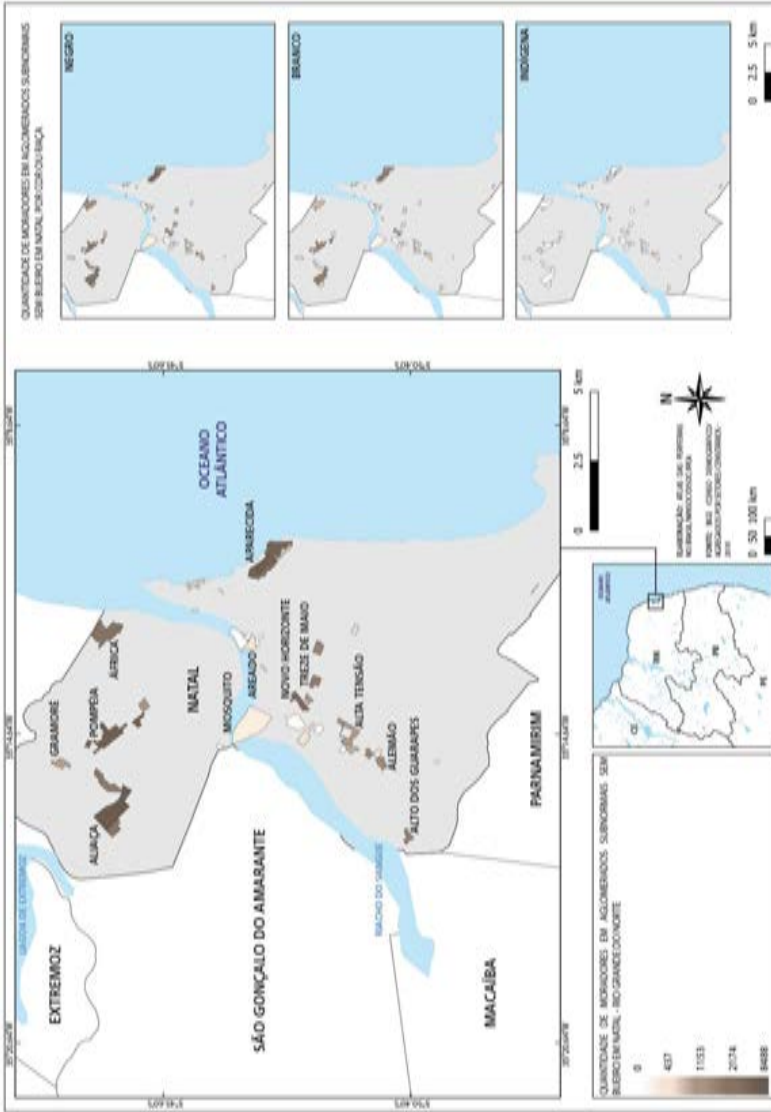
Natal: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 91  
Natal: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)

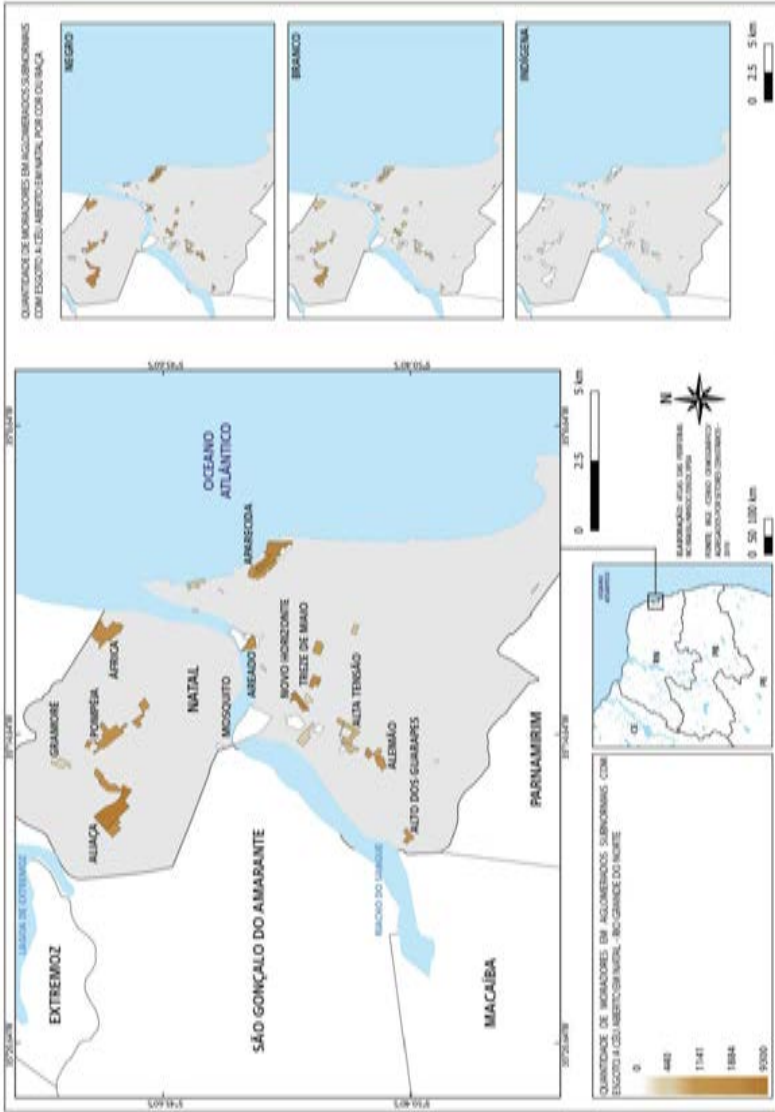


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 93

Natal: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)

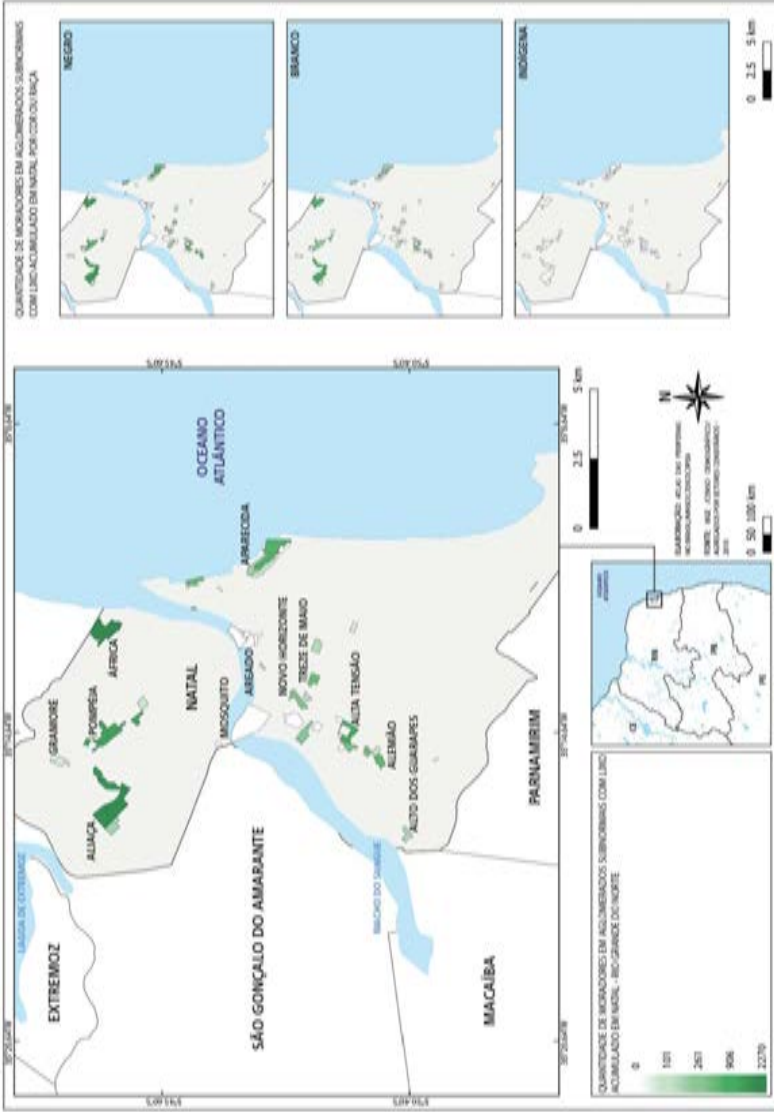


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 95

Natal: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



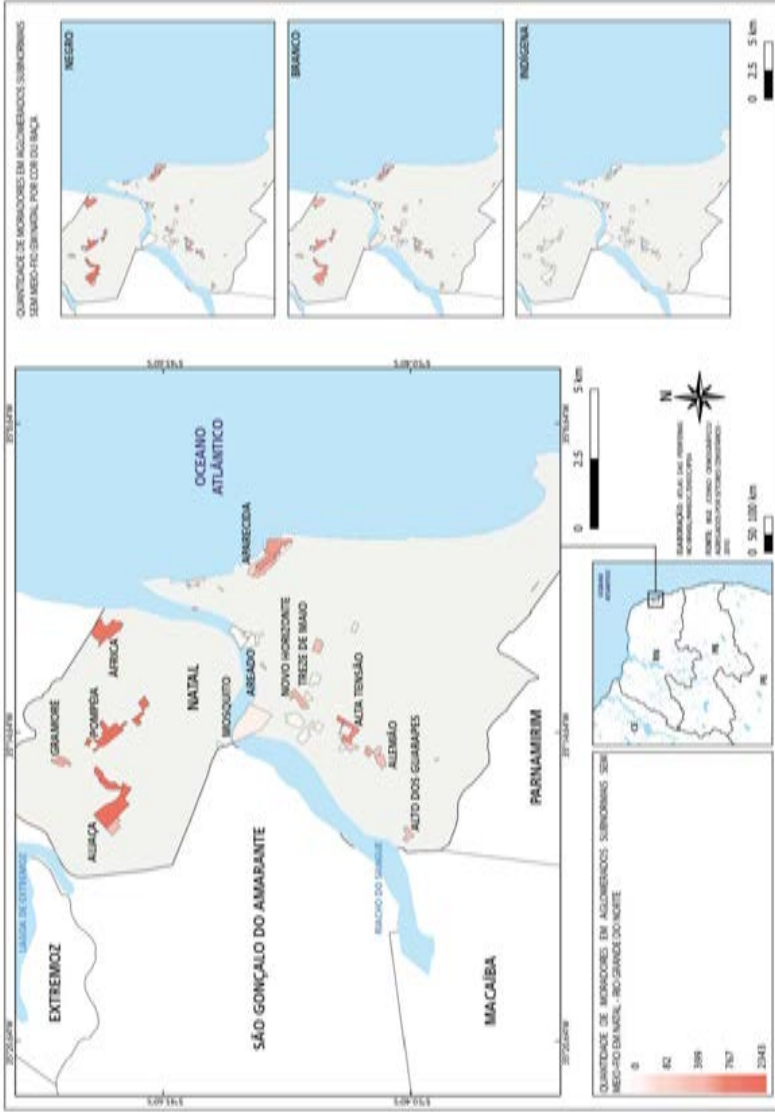
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 97

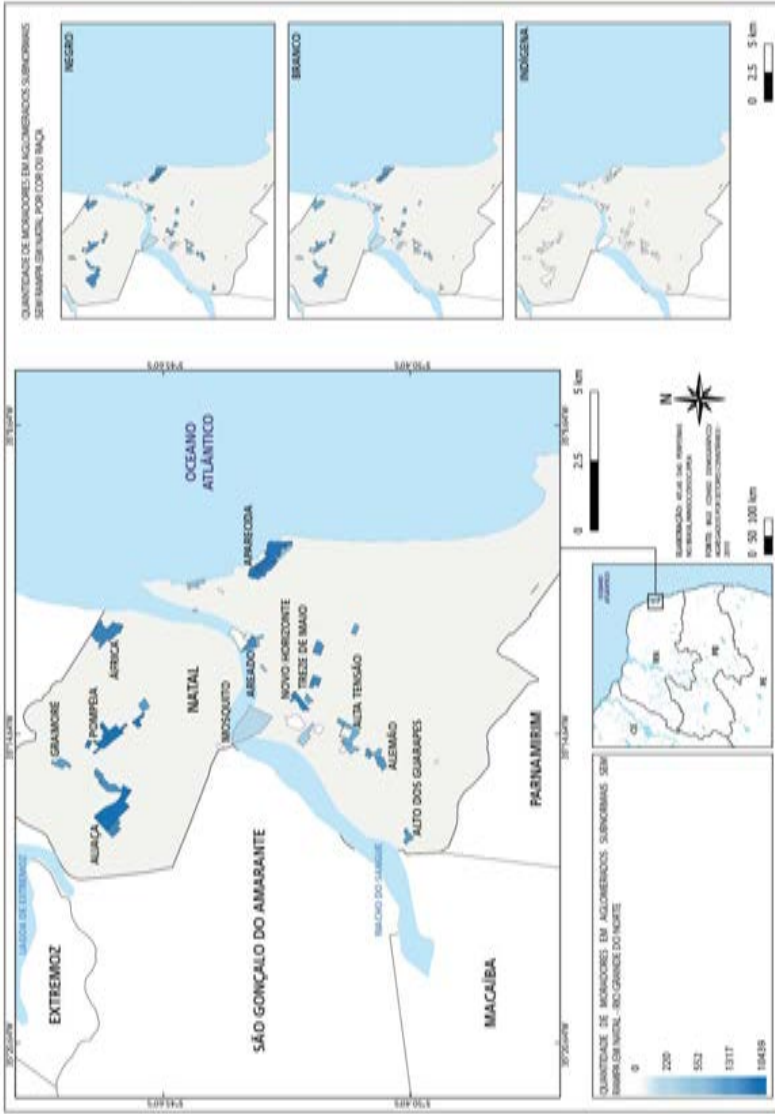
Natal: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

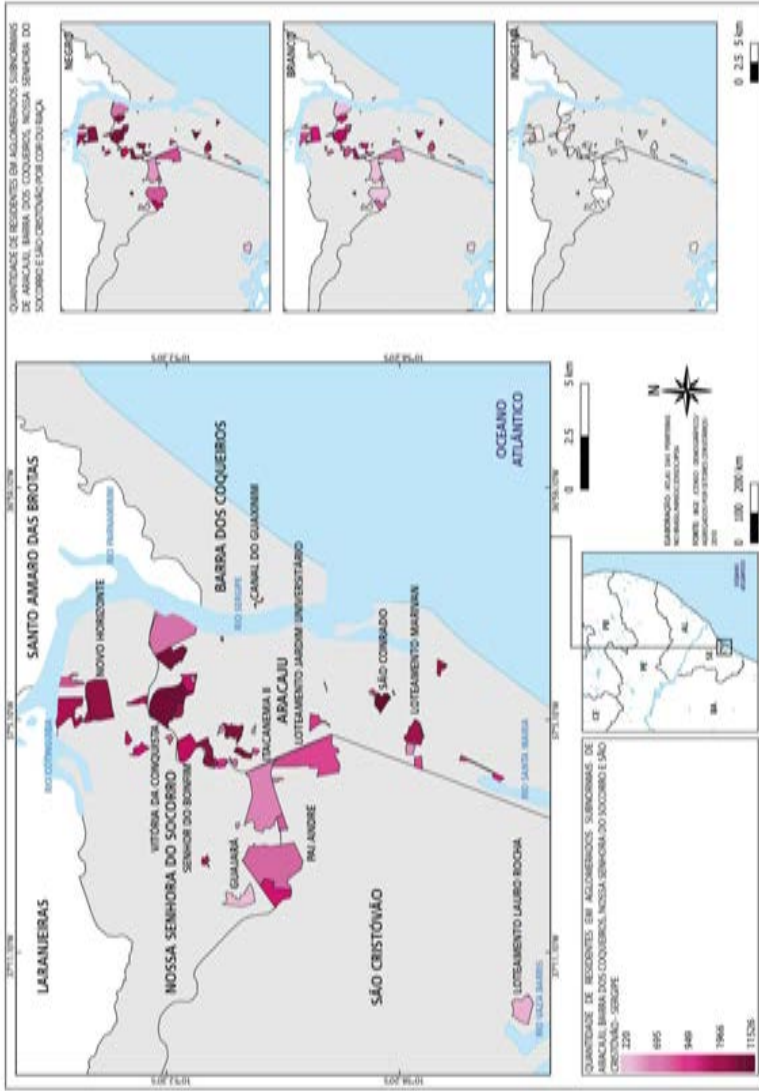


MAPA 99  
Natal: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



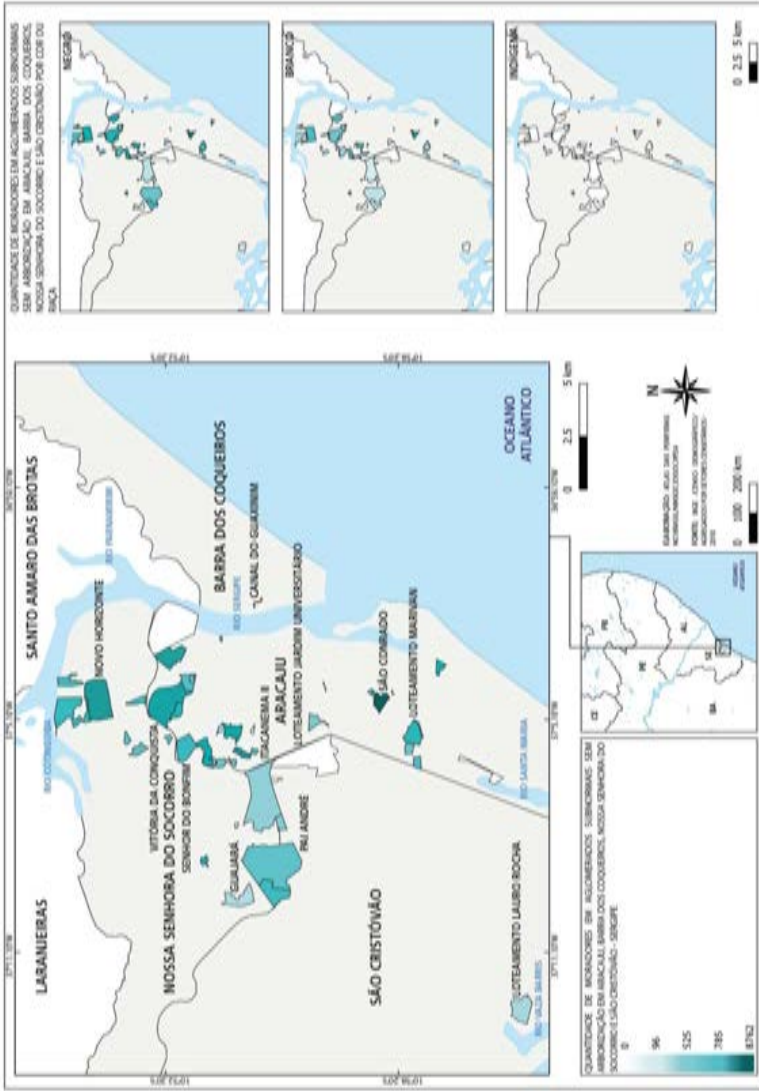
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 100  
 Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



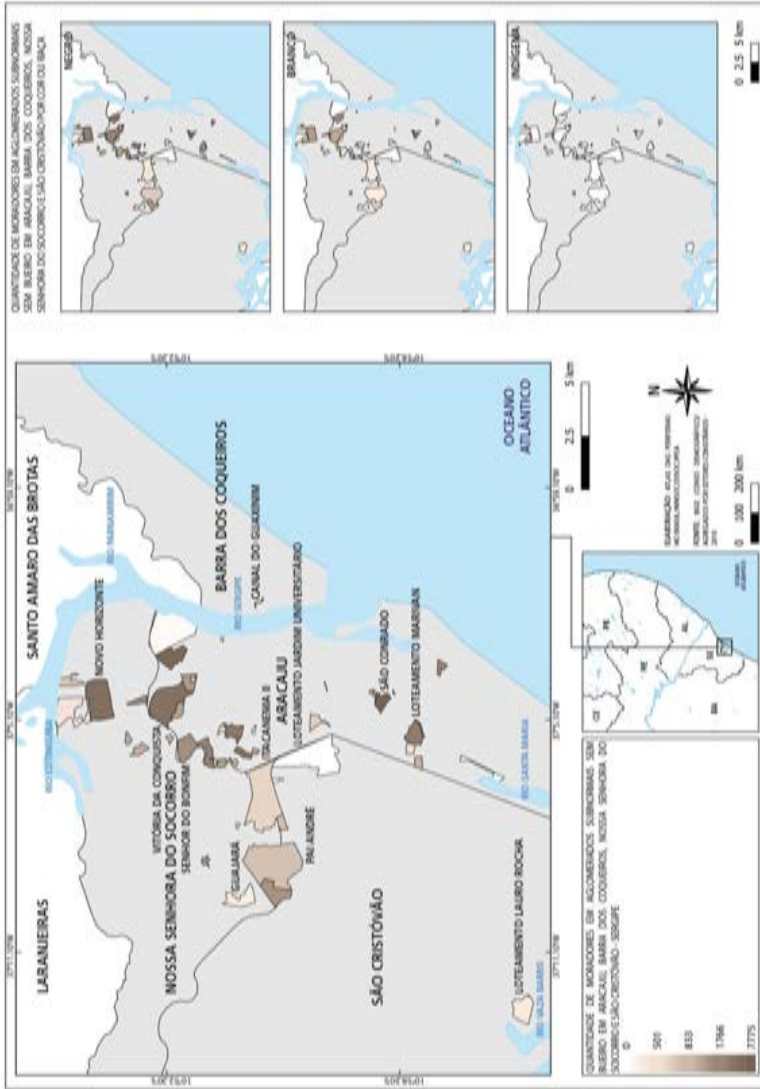
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 101  
**Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

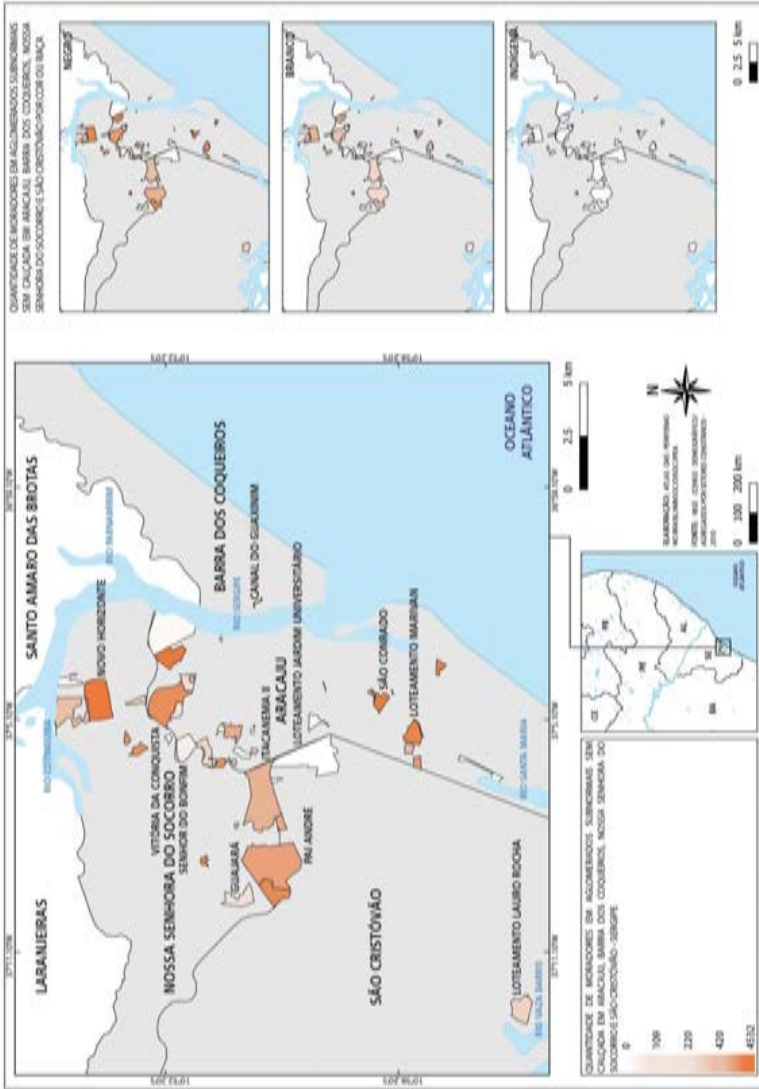
MAPA 102  
 Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 103  
Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)

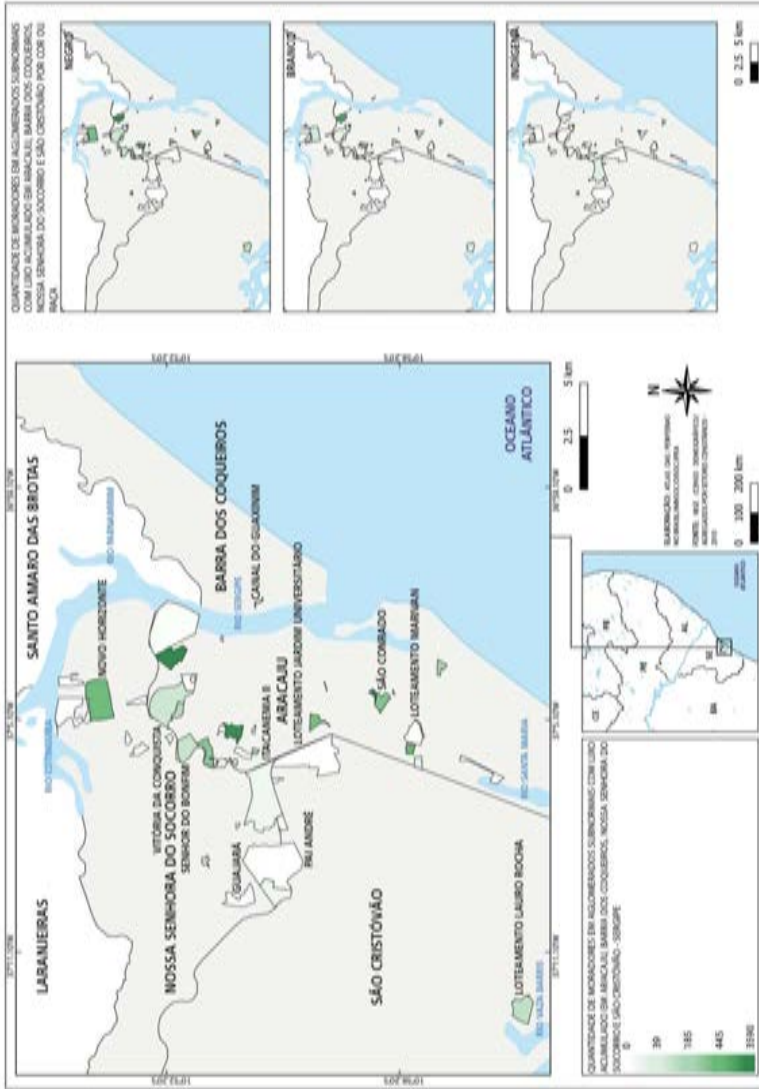


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



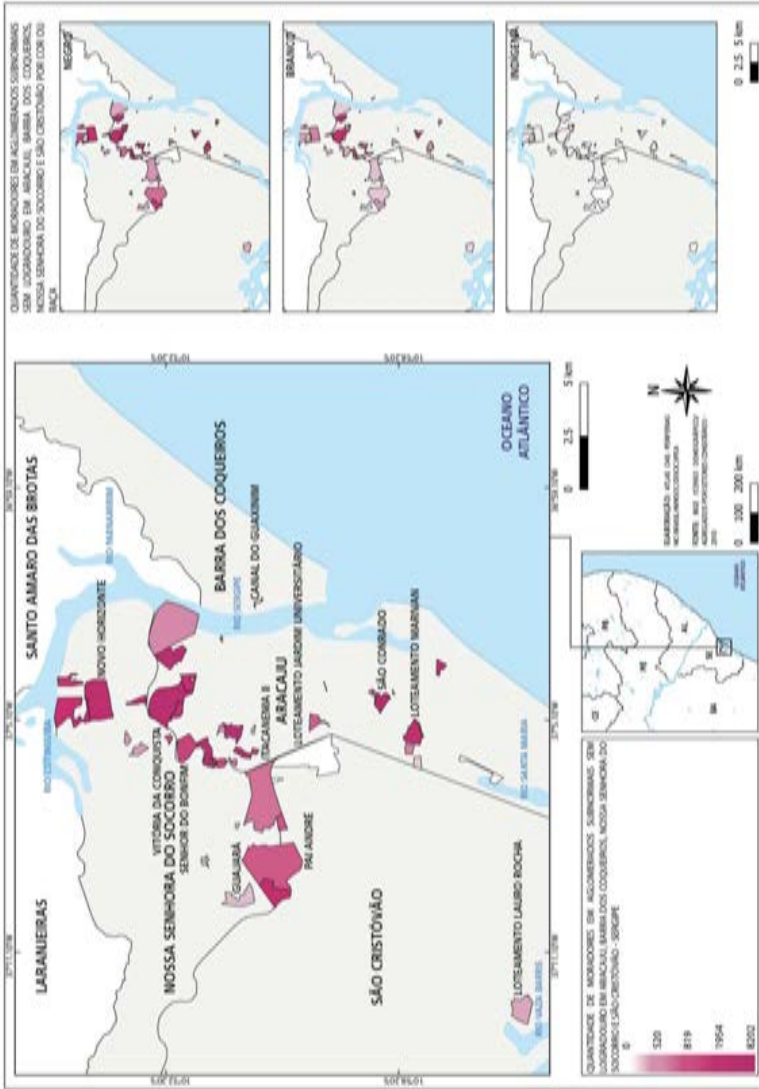


MAPA 106  
 Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



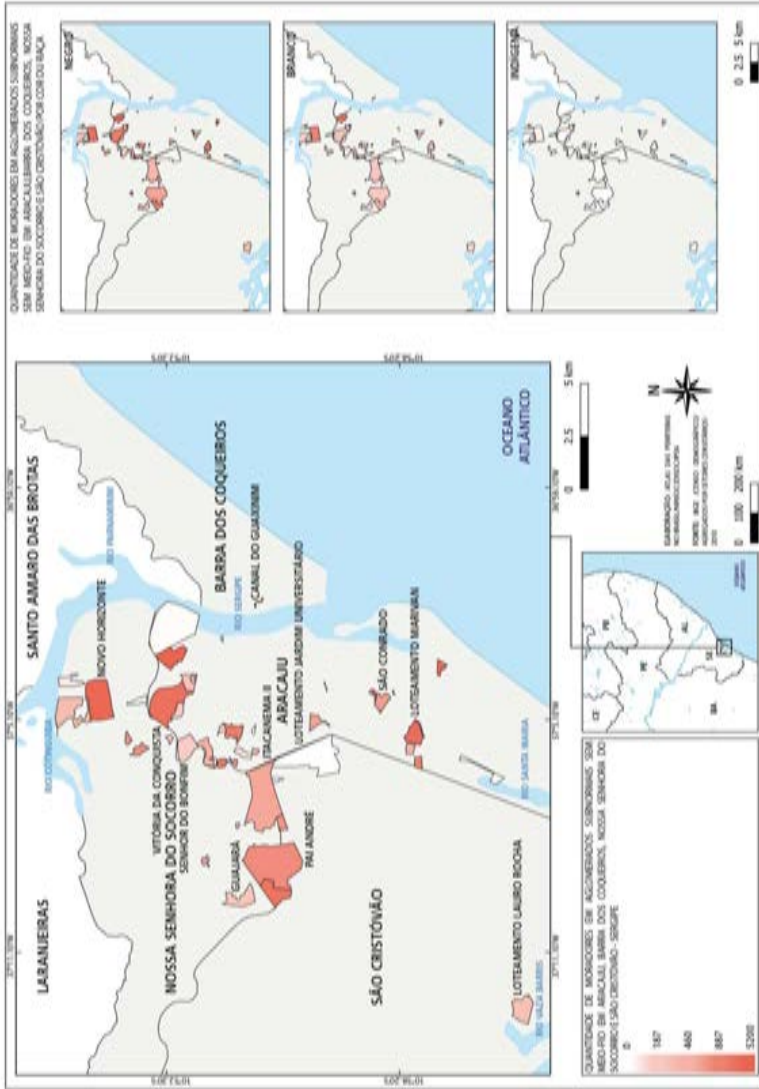
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 107  
 Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais  
 logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 108  
 Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



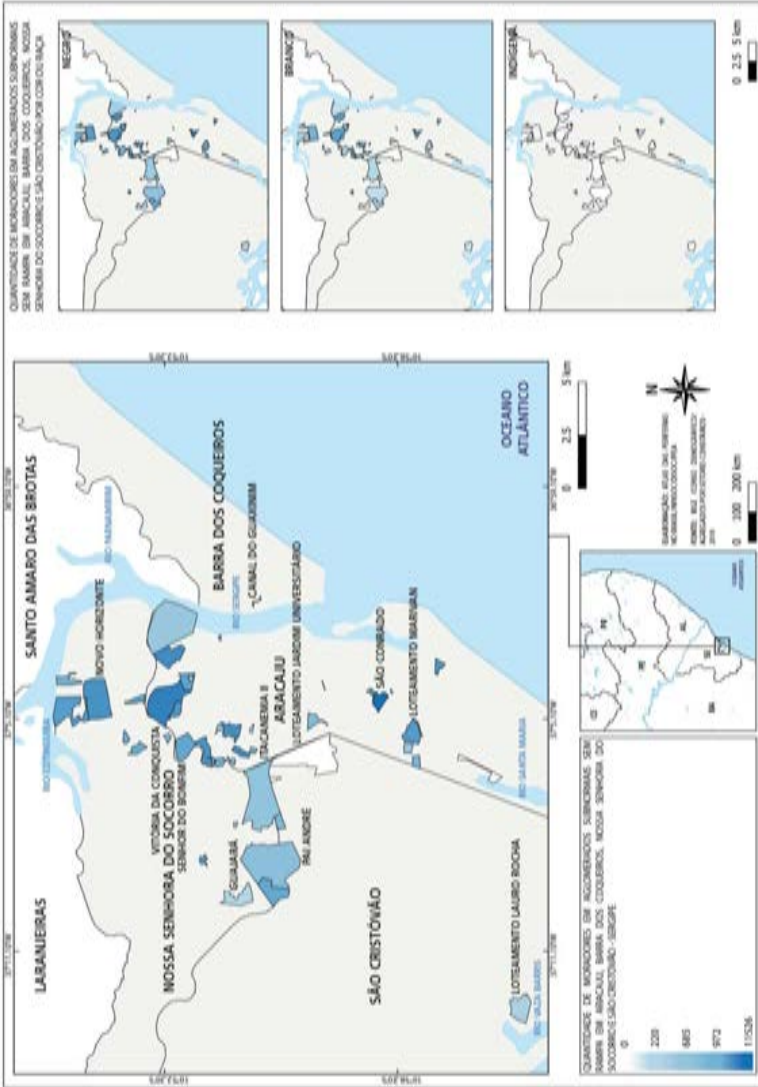
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





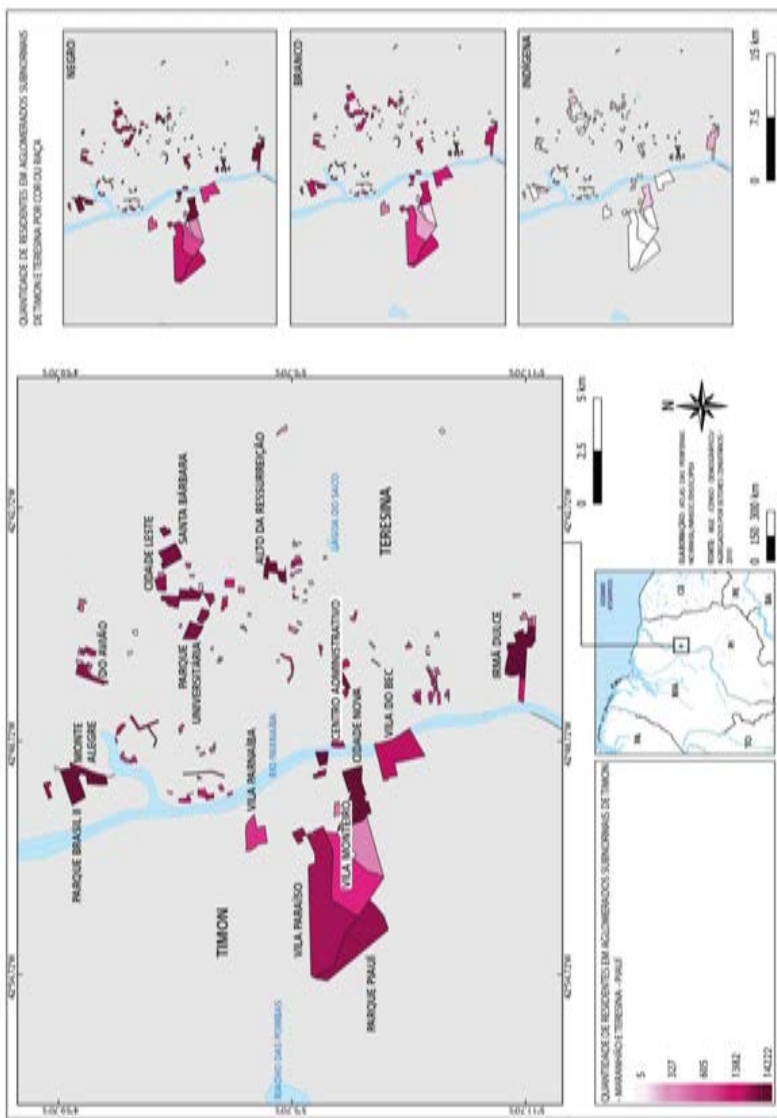


MAPA 110  
**Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)**



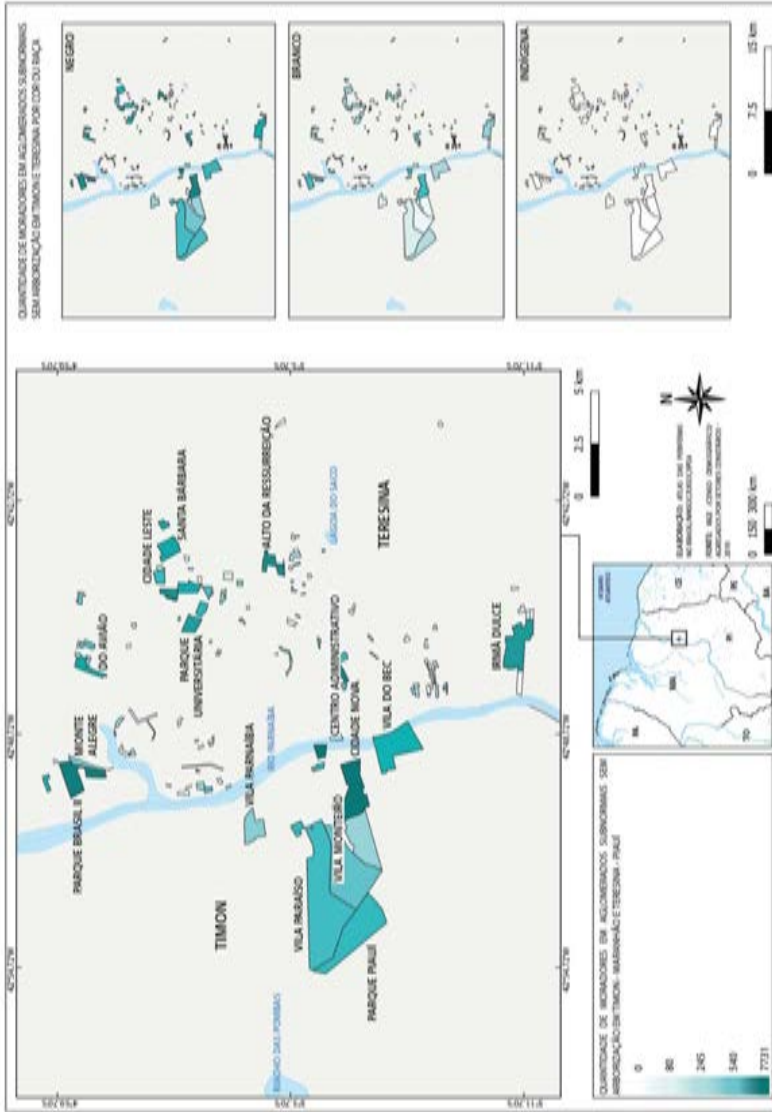
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.

MAPA 111  
 Teresina e Timon: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



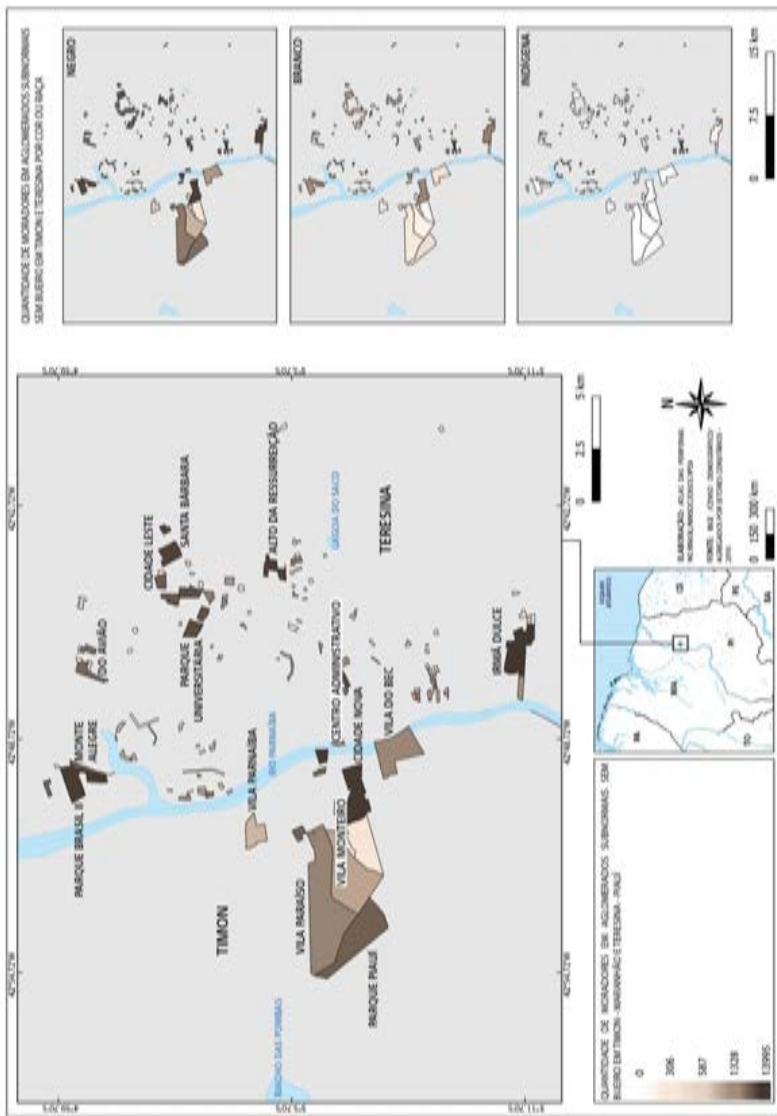
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 112  
 Teresina e Timon: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

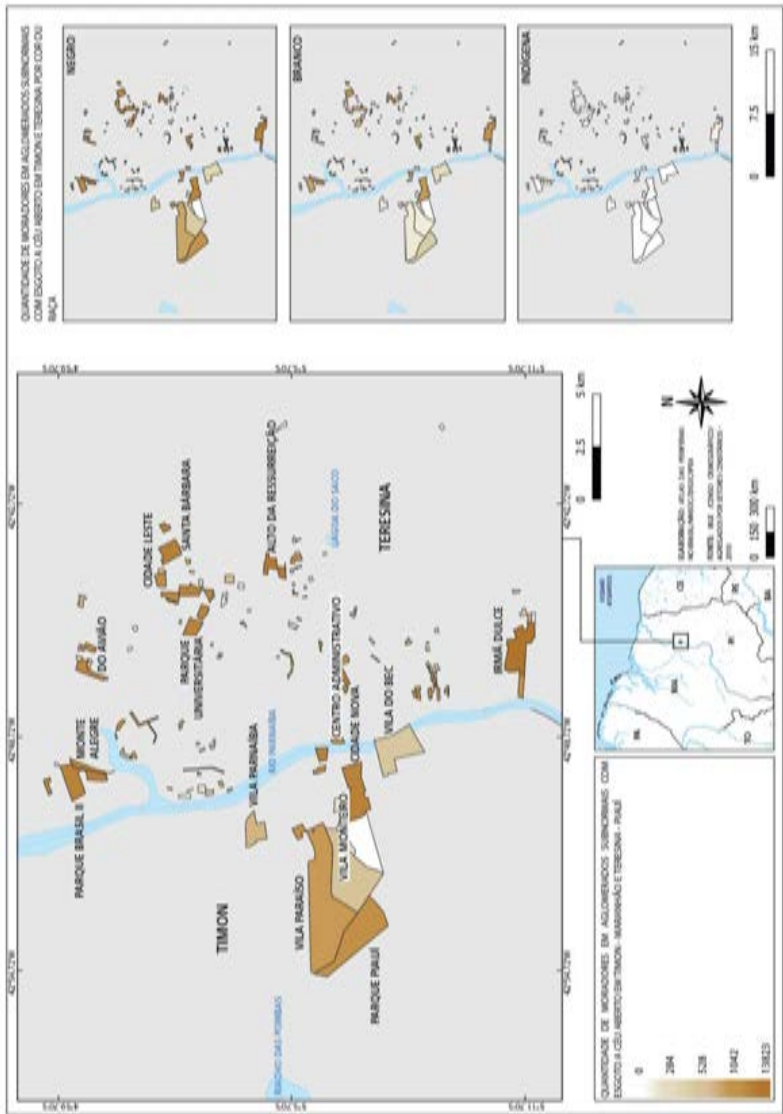
MAPA 113  
**Terestina e Timon: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 115  
 Teresina e Timon: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



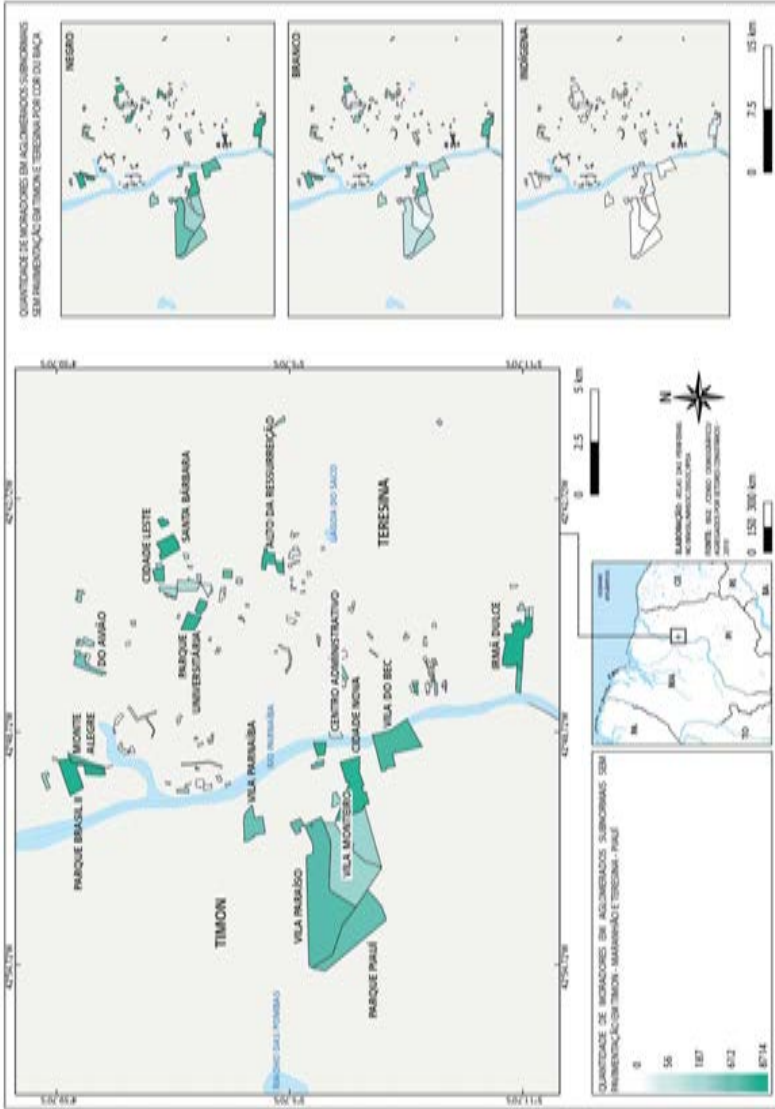








MAPA 120  
**Teresina e Timon: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





## CAPÍTULO 7

### **REGIÃO SUDESTE**

Espírito Santo

Vitória e Vila Velha

Minas Gerais

Belo Horizonte, Contagem e Betim

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro e Angra dos Reis

São Paulo

São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo

São Caetano do Sul, Osasco e Guarulhos.



## BOX 6

**A INSCRIÇÃO ESPACIAL DA QUESTÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO**Denilson Araújo de Oliveira<sup>1</sup>

Presentes em todas as regiões brasileiras, com distintos nomes e estando em diferentes sítios geográficos (planícies, morros, às margens de rios, mangues e lagoas), as favelas representam uma parte central de nossa formação urbana. Suas histórias expressam marcas espaciais do racismo estrutural que se reproduziu pela negação de políticas de reparação à população negra após a escravidão, pela consolidação do domínio da propriedade nas mãos de homens brancos e ricos com a Lei de Terras, de 1850, e a especulação imobiliária, que foi empurrando a população pobre e negra para os espaços desvalorizados da cidade, com reformas urbanísticas que priorizaram os segmentos mais abastados da sociedade.

Marcadas por uma diversidade de configurações habitacionais, de casas de um cômodo a prédios de apartamentos, as favelas estão situadas em diferentes contextos socioeconômicos das cidades, das periferias aos espaços da classe alta. Seu traço negro está presente por todo o país. Elas apresentam uma intensa variedade de paisagens, geografias e histórias que têm sido silenciadas, esquecidas e apagadas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica essa multiplicidade de experiências territoriais como aglomerados subnormais – termo, além de polêmico, bastante criticado no meio acadêmico e dos movimentos sociais, por expressar e reforçar uma interpretação estereotipada sobre as favelas.

No Brasil, as favelas foram produzidas como espaços dos grupos subalternizados entre os subalternizados (Rojas, 2004) em constantes lutas pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001). São espaços marcados pela intensa concentração populacional num pequeno espaço, por áreas majoritariamente dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias e por ser uma área que expressa injustiças sociais. Isso tem transformado as favelas em territórios de exceção, do medo branco da onda negra, das políticas de segurança dos estados (Oliveira, 2020), com seus discursos ideológicos de guerra às drogas. As potências criativas de seus moradores e as ricas experiências sociais que historicamente têm produzido uma pluralidade de expressões sociais são subalternizadas, destruídas e desperdiçadas por essas leituras que têm reproduzido estereótipos sobre os espaços de favelas.

Essas ações criam no imaginário social a ideia de que os moradores desses espaços, especialmente os jovens negros, são sempre “elementos suspeitos”, logo

---

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores (PPGGEO/FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF); coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora (Negra); e integrante do Instituto Búzios. *E-mail*: <araujo.denilson@gmail.com>.

“matáveis”, não gerando comoção social, uma vez que o Estado não se vê como assassino (Agamben, 2004; Oliveira, 2020). Isso tem provocado o assassinato de milhares de jovens negros nas últimas décadas. Ademais, quando seus moradores desejam circular pelos espaços “nobres” das cidades, não como trabalhadores subalternizados, mas como sujeitos de direitos na busca por lazer, consumo e diversão, contenções territoriais (Haesbaert, 2014) têm sido mobilizadas, desde *blitzes* policiais, que barram ônibus e pessoas que vêm de subúrbios e favelas até a diminuição do transporte público em direção as áreas “nobres” nos finais de semana, especialmente no período do verão. O critério racial tem sido utilizado nas operações policiais para definir quem pode ou não circular nos espaços de lazer, consumo e diversão da classe alta das cidades. No entanto, como toda contenção pressupõe contornamentos (Haesbaert, 2014), isso tem gerado conflitos raciais ainda mais explícitos no uso dos espaços “nobres” das cidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, local onde surgiu a primeira favela no Brasil, percebemos que a questão de raça, gênero e classe continua como um dos elementos estruturadores da composição da população e da gestão dos espaços das favelas. Segundo os dados do censo de 2010, realizado pelo IBGE, das 762 favelas (aglomerados subnormais para o instituto), somente 31 têm a população branca como maioria, ou seja, pouco mais de 4%. Significa dizer que na cidade do Rio de Janeiro são 731 favelas com maioria de residentes negros, ou 96%. Nas favelas da cidade, segundo os dados do IBGE, residem 1.394.333 pessoas. Deste número, 65,8%, isto é, 917.710 pessoas são negras. Os brancos são 33,1%, o que equivale ao número absoluto de 461.331 pessoas; indígenas são 1.336 (aproximadamente 0,1%) e amarelos, 13.310 (aproximadamente 1%). Esses dados comprovam a segregação de base racial na cidade do Rio de Janeiro, impondo aos negros espaços com baixa infraestrutura urbana (acesso à água potável, luz, esgoto, coleta de lixo, arruamento etc.). As ações violentas do Estado em operações policiais têm militarizado esses espaços, impactando a vida das mulheres com inúmeros casos de assédio, estupro, trazendo mudança nas suas rotinas e vitimando majoritariamente homens negros.

As operações policiais em áreas de favela reafirmam a segregação espacial de cunho racial, com a atualização das heranças escravocratas que definem um “regime de calculada brutalidade e terrorismo” (James, 2010) com o uso de carros blindados e helicópteros atirando contra as casas dos moradores. Essas ações truculentas buscam instituir uma “sensação racial de segurança” (Oliveira, 2019) para áreas chamadas nobres e aumentando a precariedade da vida dos moradores de favelas. Travestida do discurso ideológico de guerra às drogas, essas operações policiais têm matado e aterrorizado os moradores de favelas. A segregação, por sua vez, alimenta processos necropolíticos (Mbembe, 2006).

### Favela como território

Um espaço que nasceu da tensão das elites urbanas brancas com os mais pobres, majoritariamente negros, na busca por moradia digna nos anos após escravidão, a favela emerge do conflito e da busca por dignidade territorial dos negros no final do século XIX e início do XX. Nesse mesmo contexto, as teses eugênicas, sanitaristas e higienistas de purificação racial dominavam as políticas urbanas, manifestadas com a imigração europeia e a transposição de paisagens do mundo civilizado branco para os trópicos, com os bulevares, os passeios públicos e a reterritorialização das réplicas de estruturas arquitetônicas francesas para destruir os cortiços, casas de cômodo e expulsar seus moradores para os morros das cercanias. Essa é uma das teses de surgimento das favelas. Ou seja, o branqueamento do território e da paisagem (Santos, 2012; Oliveira, 2014) se constituíram como um dos principais dispositivos responsáveis pela criação de favelas ao expulsar pobres e negros dos cortiços e habitações populares para os morros das cercanias da área central do Rio de Janeiro, como o morro da Providência.

Definiu-se um uso dos espaços onde circulam e vivem a classe média e os ricos da cidade por critérios raciais (Oliveira, 2014). A favela passou a concentrar a população negra, logo um espaço marcado por princípios por si só condenatórios. Estigmas territoriais foram definindo uma política de morte (necropolítica) a todos os moradores que desafiassem as fronteiras invisíveis que estabeleciam quem pode morrer e quem deve viver (Foucault, 2005; Mbembe, 2006; Oliveira, 2015). Estudos na cidade do Rio de Janeiro demonstram que, além do trecho casa-trabalho, a mobilidade de moradores de favela para outros espaços é muito pequena.

Passado mais de 120 anos do surgimento da primeira favela, a sociedade permanece desigual, estruturada pelo racismo que é o conceito que define: i) quem pode expressar sua religião em área de favelas (traficantes “evangélicos”, conhecidos como soldados de Jesus destroem terreiros, perseguem e expulsam moradores umbandistas e candomblecistas); ii) quem pode expressar sua cultura (em muitas favelas do Rio de Janeiro, dominadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não se pode ter mais baile *funk* e nem ouvir músicas desse gênero em casa sem a permissão das “autoridades”); iii) o modelo de turismo realizado para visitar os exóticos habitantes das favelas das áreas nobres da cidade, em carros estilizados como se estivessem em safaris ou zoológicos humanos; iv) a administração da política de morte, com a presença de elementos provocadores de morte (ausência de saneamento básico, exposição dos moradores à Covid-19 e ausência de estrutura médico-hospitalar); e v) o negro como elemento suspeito na *performance* policial, logo alguém perfeitamente “matável”.

Essas narrativas dos seus moradores atestam o desperdício de experiências e potências criativas negras que existem nas favelas desde a sua criação.

### **Favela como espaço de luta**

Samba, *funk*, jongo, passinho e *hip-hop*. Pensar em favela é pensar num lugar de criação e recriação de outros horizontes de sentidos (Quijano, 2010) da cultura urbana e da leitura de Brasil. São criações majoritariamente negras conectadas, de diferentes formas, com outros lugares. Do fundo de quintal à laje, a favela é sinônimo de espaço produtor de subjetividades. De ações autônomas construídas pelos seus moradores e/ou projetos desenvolvidos em parcerias com organizações não governamentais (ONGs), coletivos e empresas, a favela é um lugar da proximidade, do encontro e da resolução de conflitos diários. Inúmeras experiências de luta têm sido construídas nas favelas do seu surgimento até os dias de hoje.

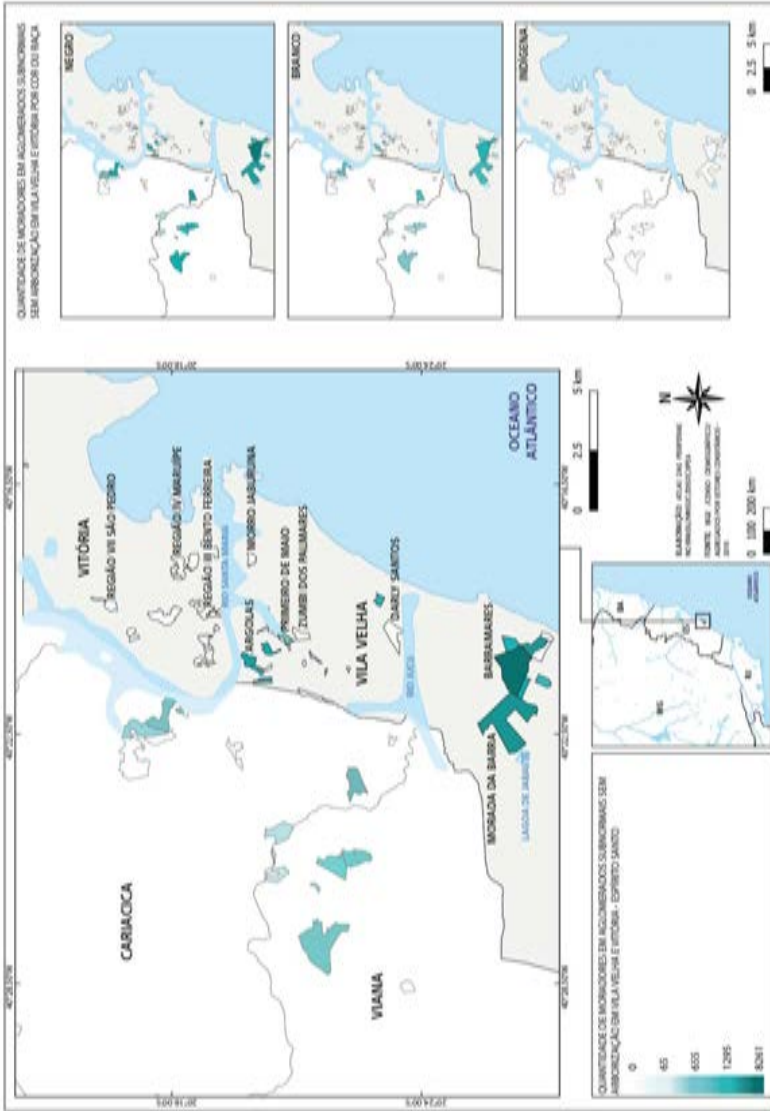
Segundo Campos (2005), uma das versões do surgimento da favela é a transmutação de antigos quilombos, que, com a abolição, continuaram a existir, mas agora com outro nome. Nessa interpretação, a favela nasceu como espaço de luta dos negros.

A história da produção cultural das cidades em todo o país tem uma relação central com as favelas. A luta histórica do movimento negro, especialmente no plano da educação, tem mudado o perfil educacional dos moradores de muitas favelas pelo Brasil, com ações afirmativas, como a política de cotas nas universidades públicas.

As favelas são espaços do luto e da luta de mães e familiares que tiveram seus filhos assassinados pelas forças policiais. Como lembra a frase viralizada nas redes sociais, inspirada no conto *A Gente Combinamos de Não Morrer*, da escritora negra Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer” (Evaristo, 2015).



MAPA 2  
**Vitória e Vila Velha: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



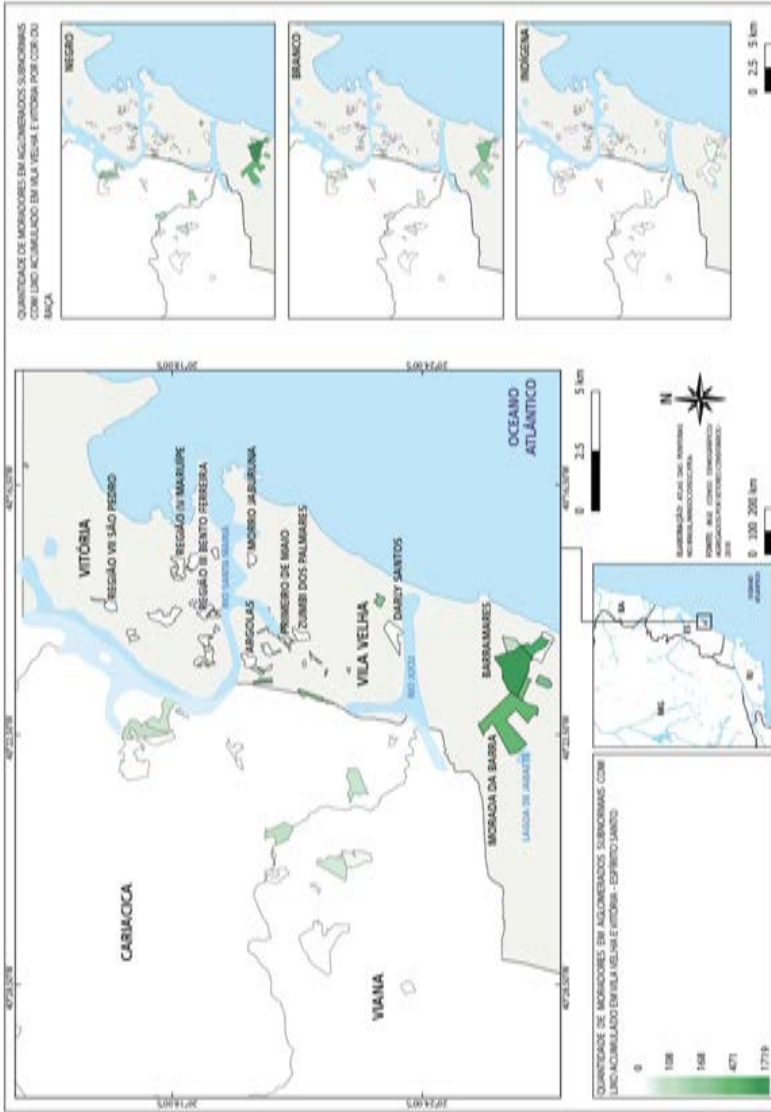






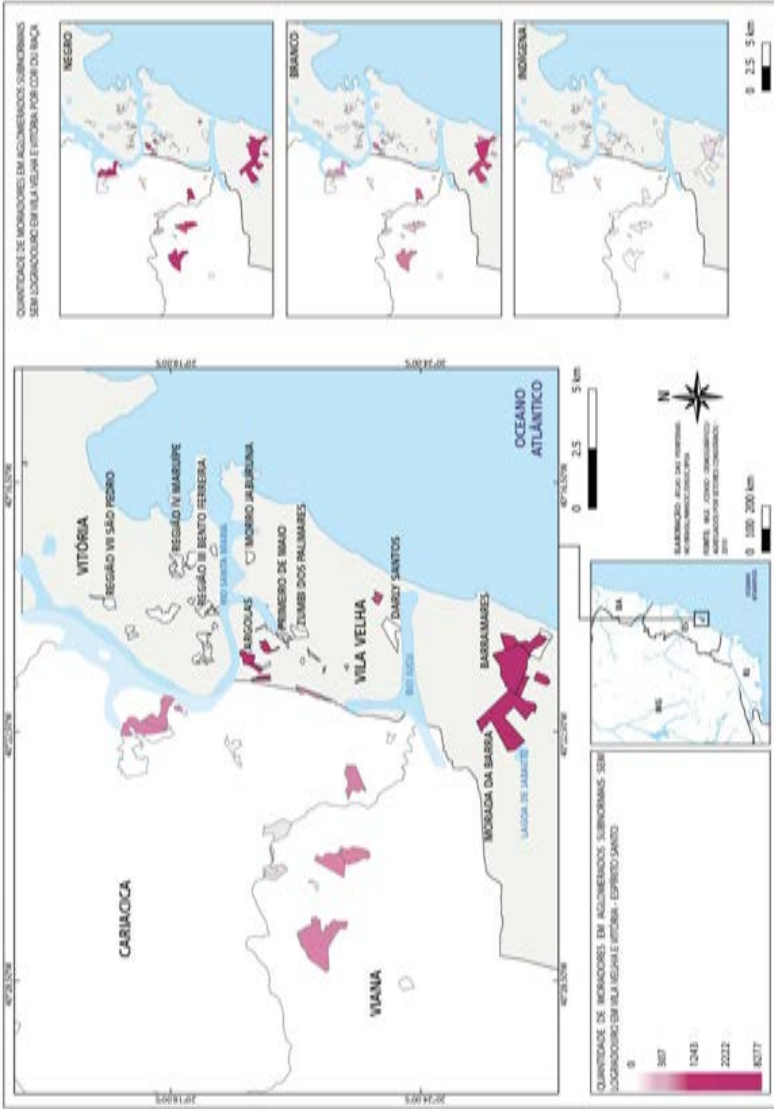


MAPA 7  
 Vitória e Vila Velha: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 8  
**Vitória e Vila Velha: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

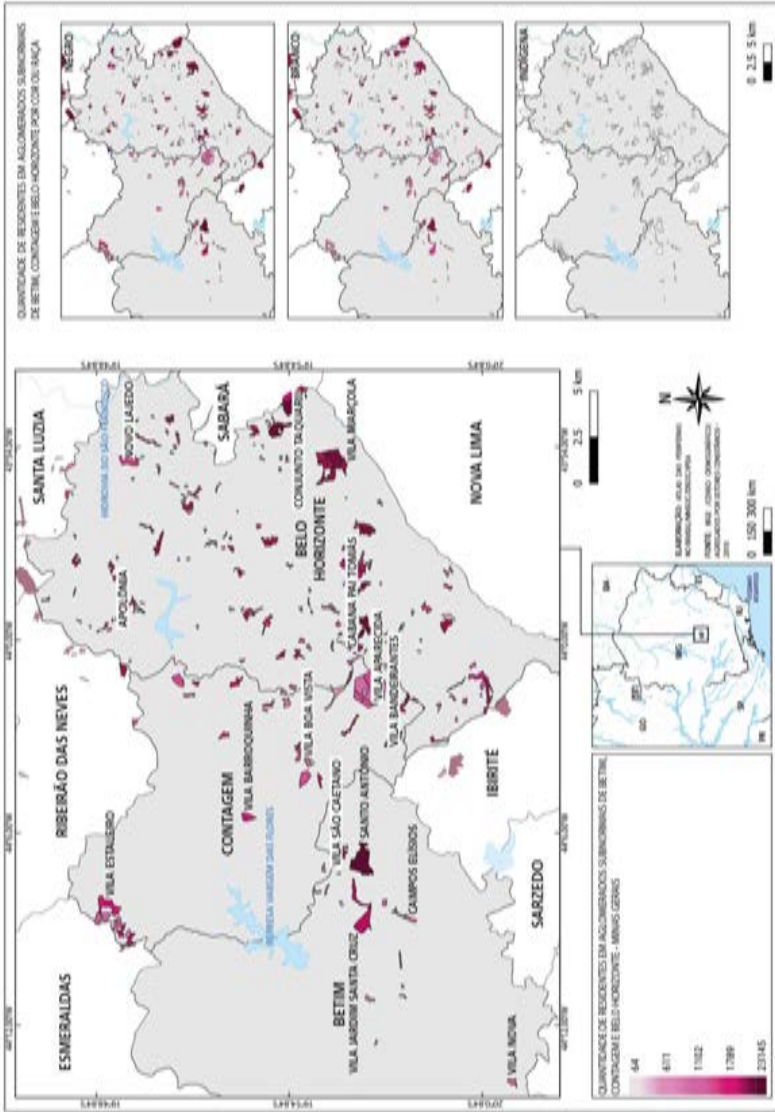








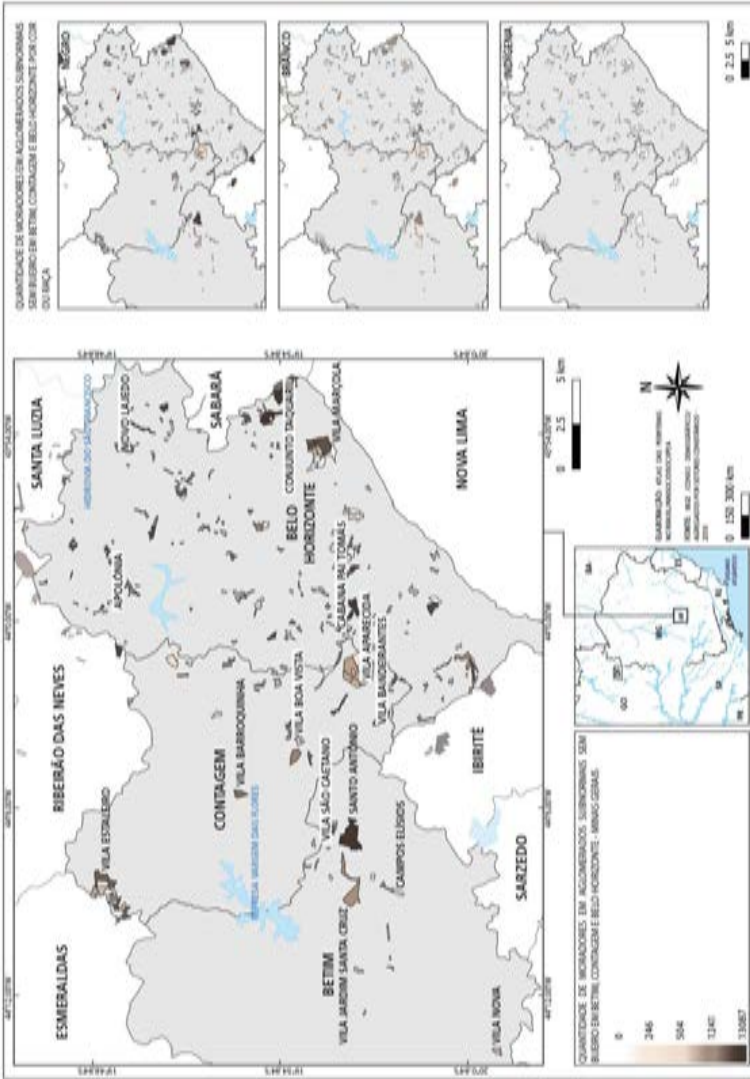
MAPA 12  
Belo Horizonte, Contagem e Betim: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 14  
Belo Horizonte, Contagem e Betim: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)

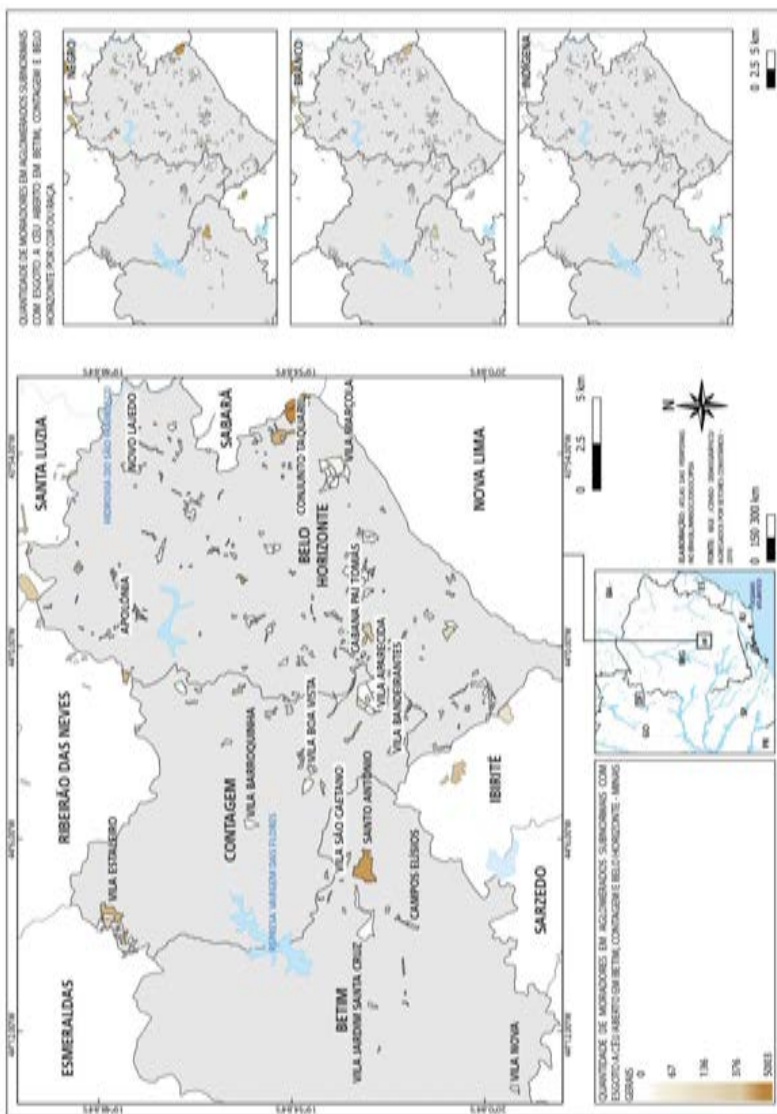


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 16  
 Belo Horizonte, Contagem e Betim: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)

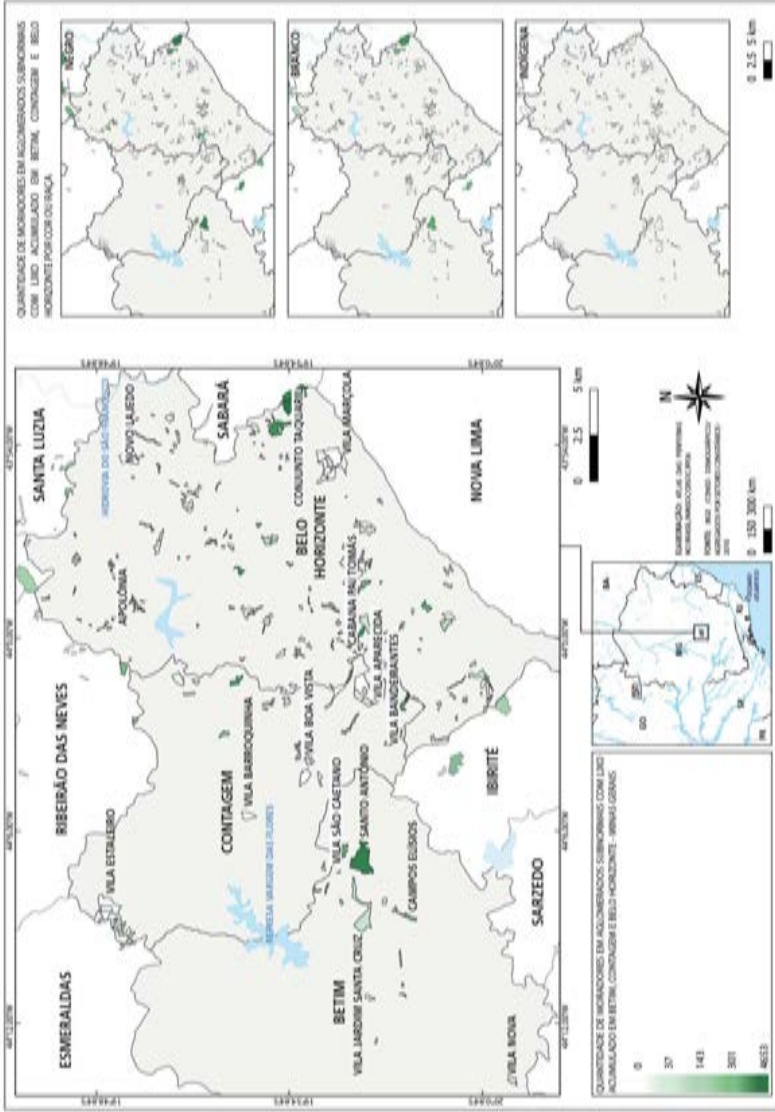


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





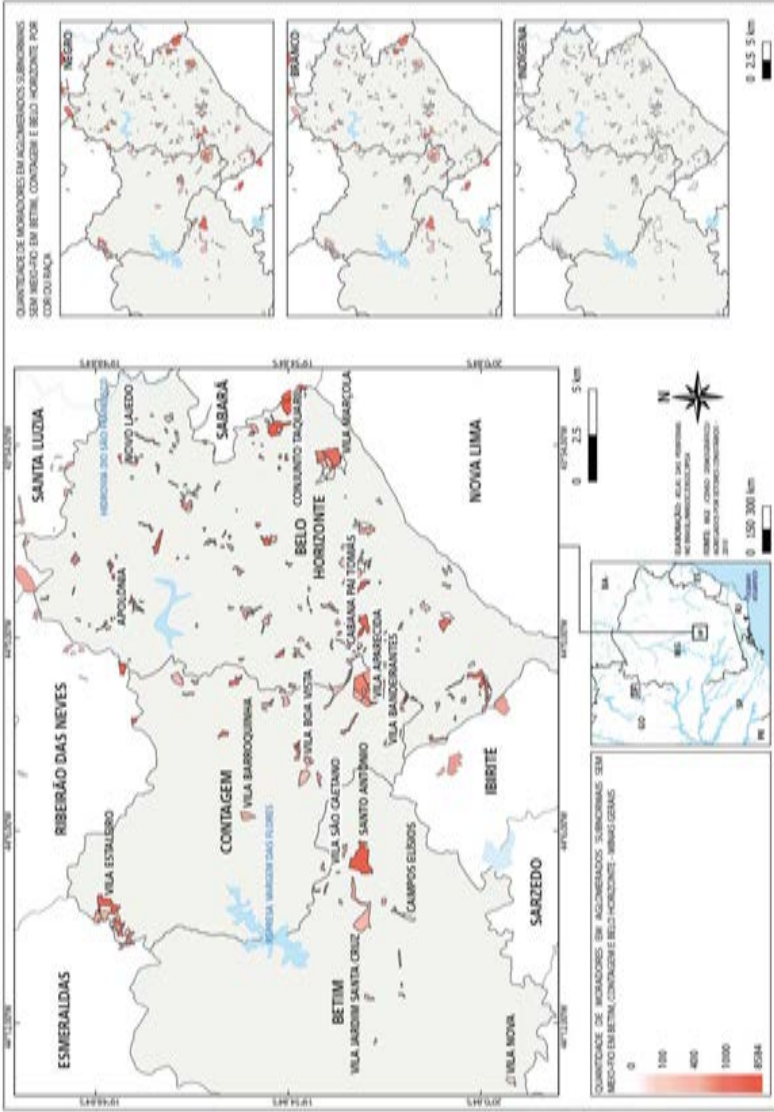
MAPA 18  
Belo Horizonte, Contagem e Betim: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 20  
Belo Horizonte, Contagem e Betim: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

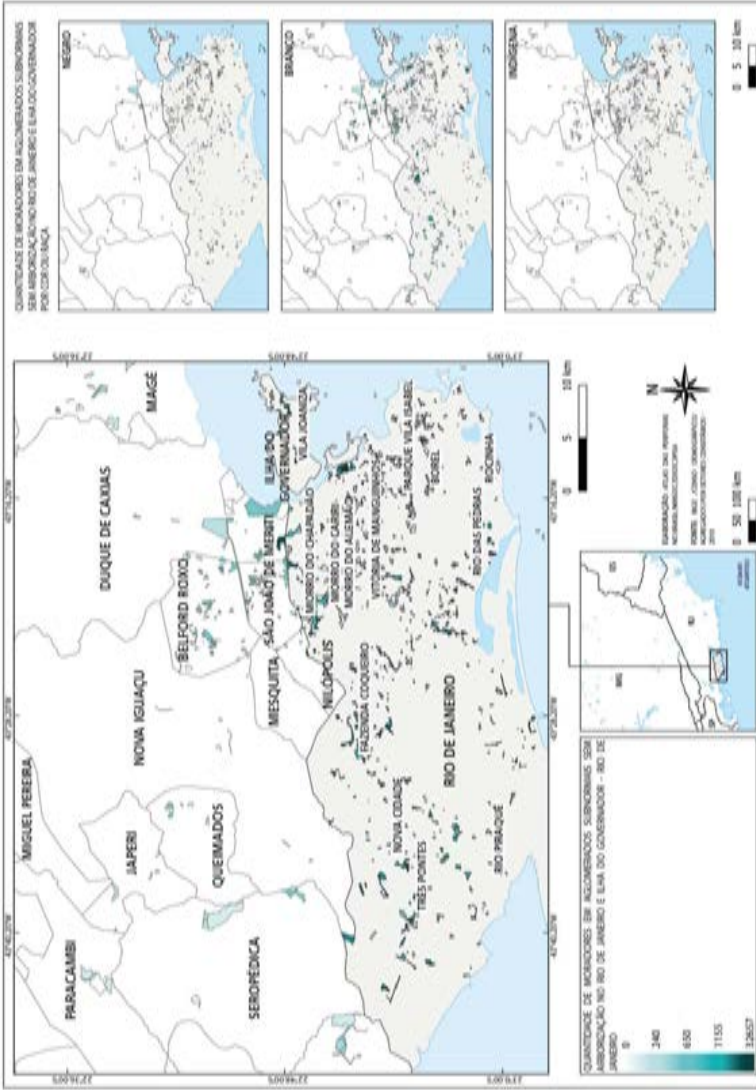








MAPA 24  
 Rio de Janeiro: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização no Rio de Janeiro e Ilha do Governador por cor/raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

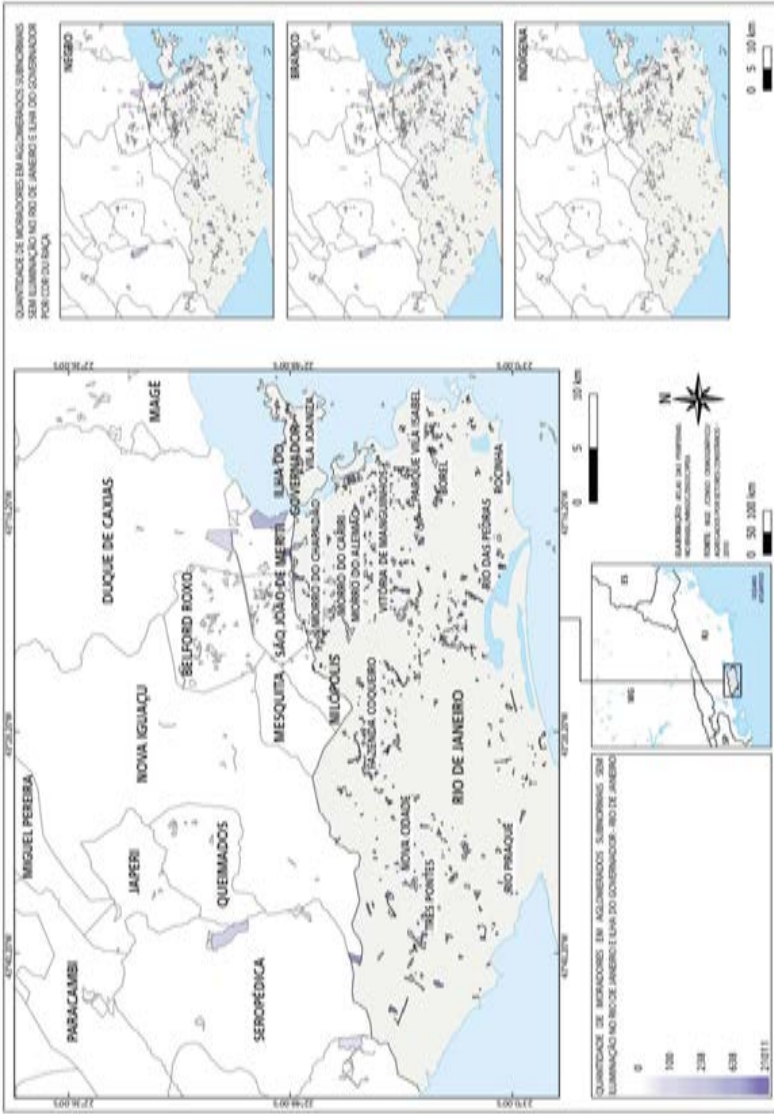








MAPA 28  
Rio de Janeiro: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)

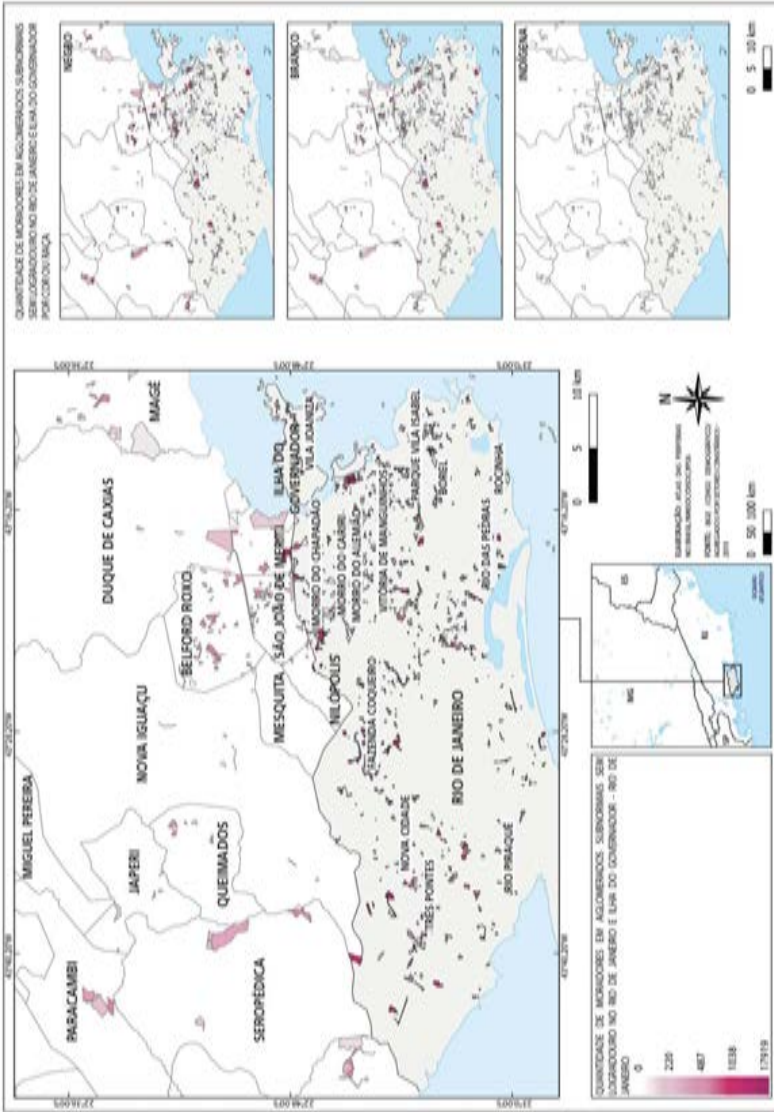


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 30  
Rio de Janeiro: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

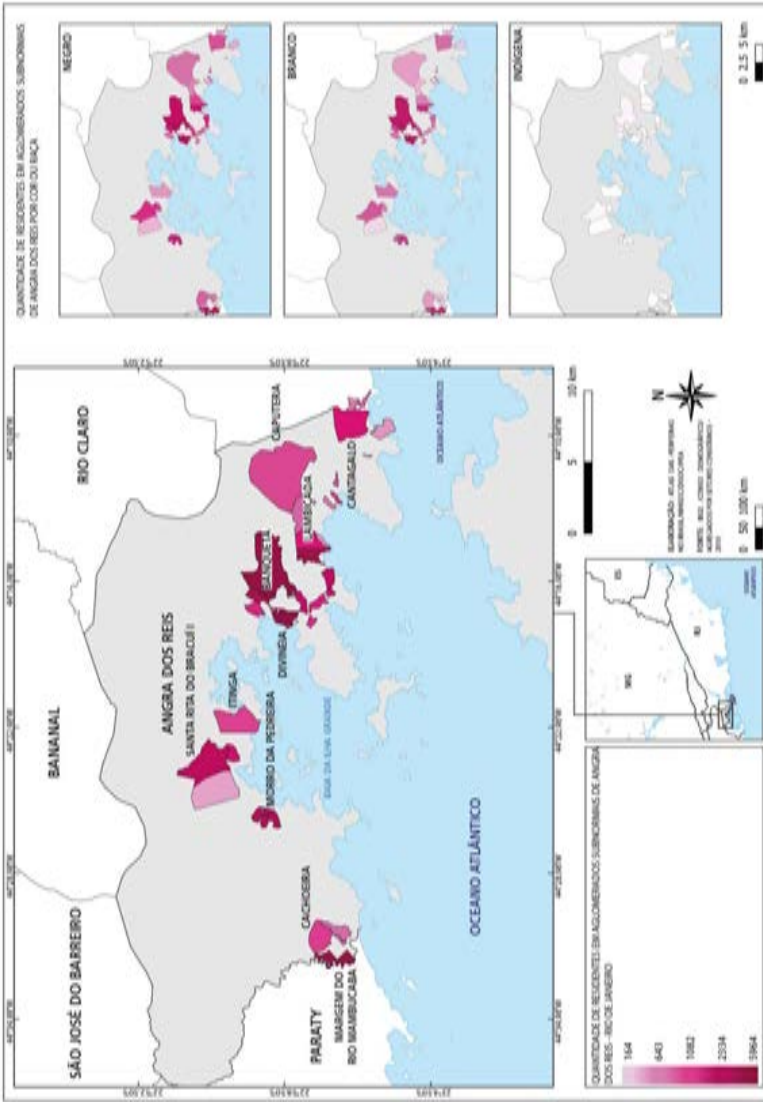








MAPA 34  
Angra dos Reis: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)

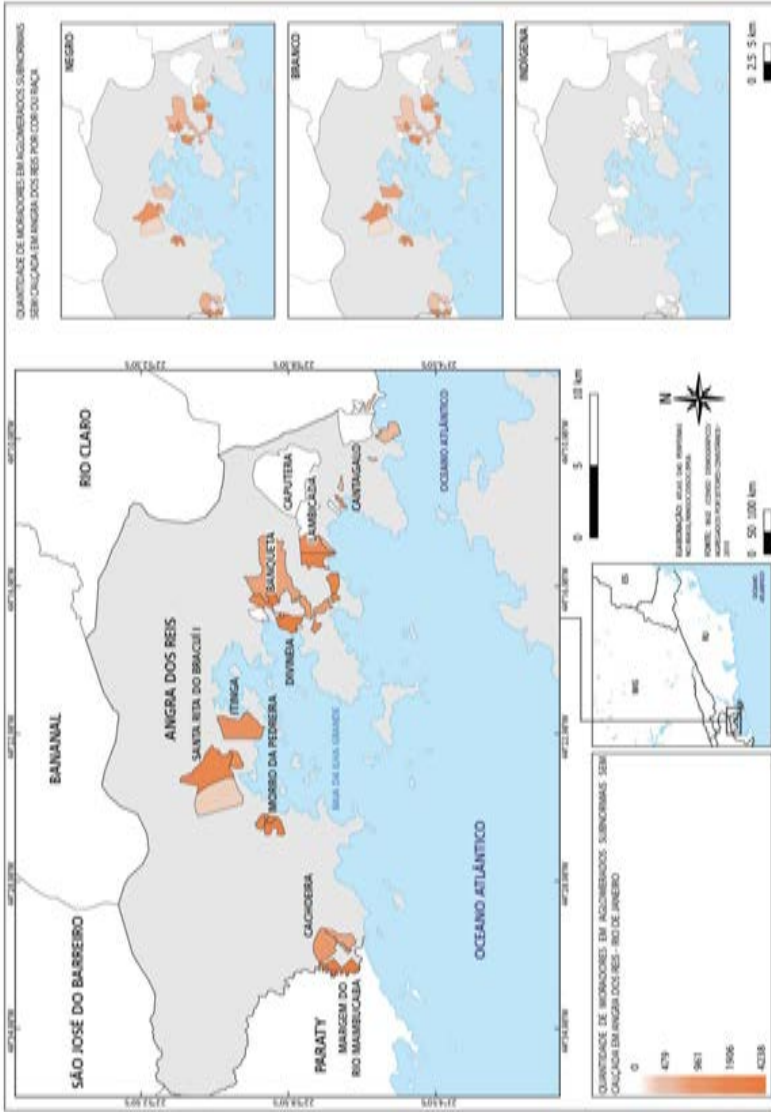


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 37  
**Angra dos Reis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)**

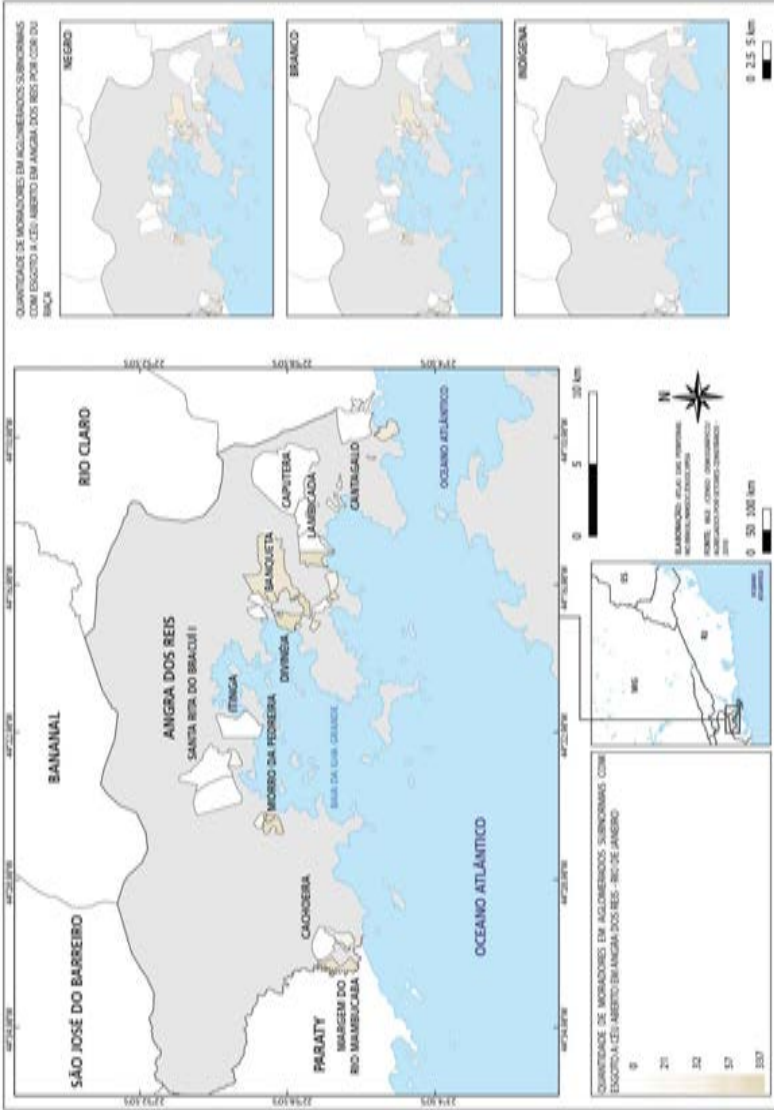


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.



MAPA 38

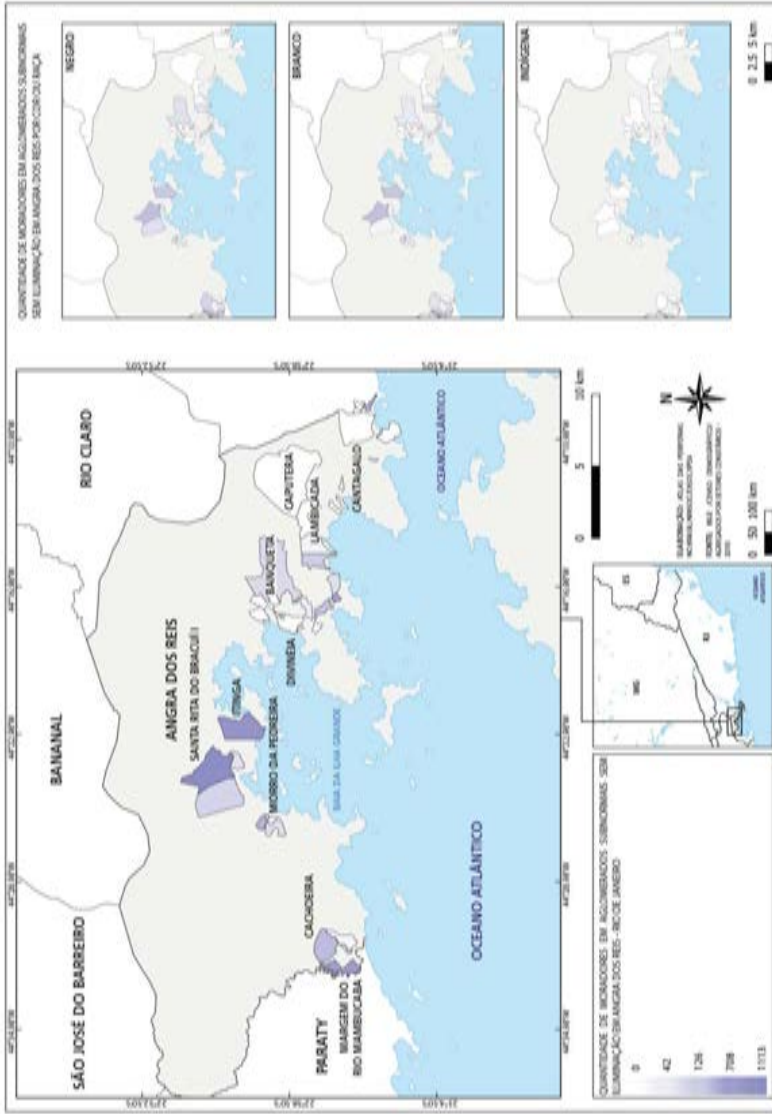
Angra dos Reis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

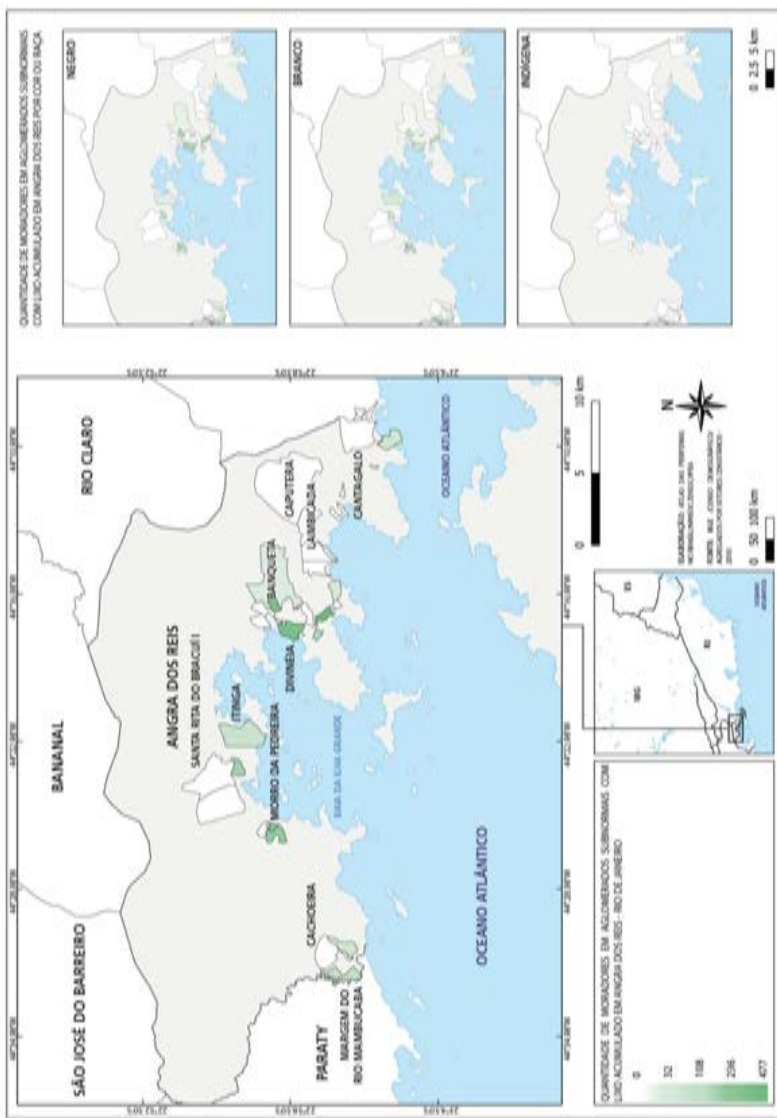


MAPA 39  
**Angra dos Reis: quantidade de aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)**



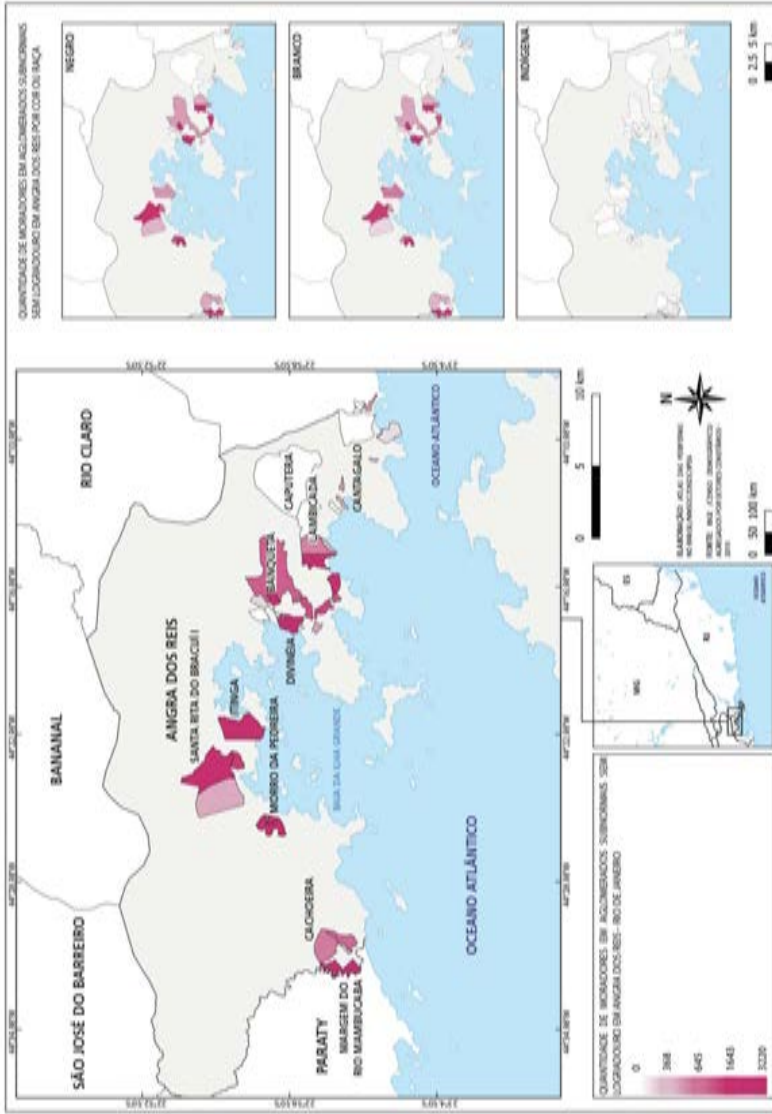
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 40  
**Angra dos Reis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)**



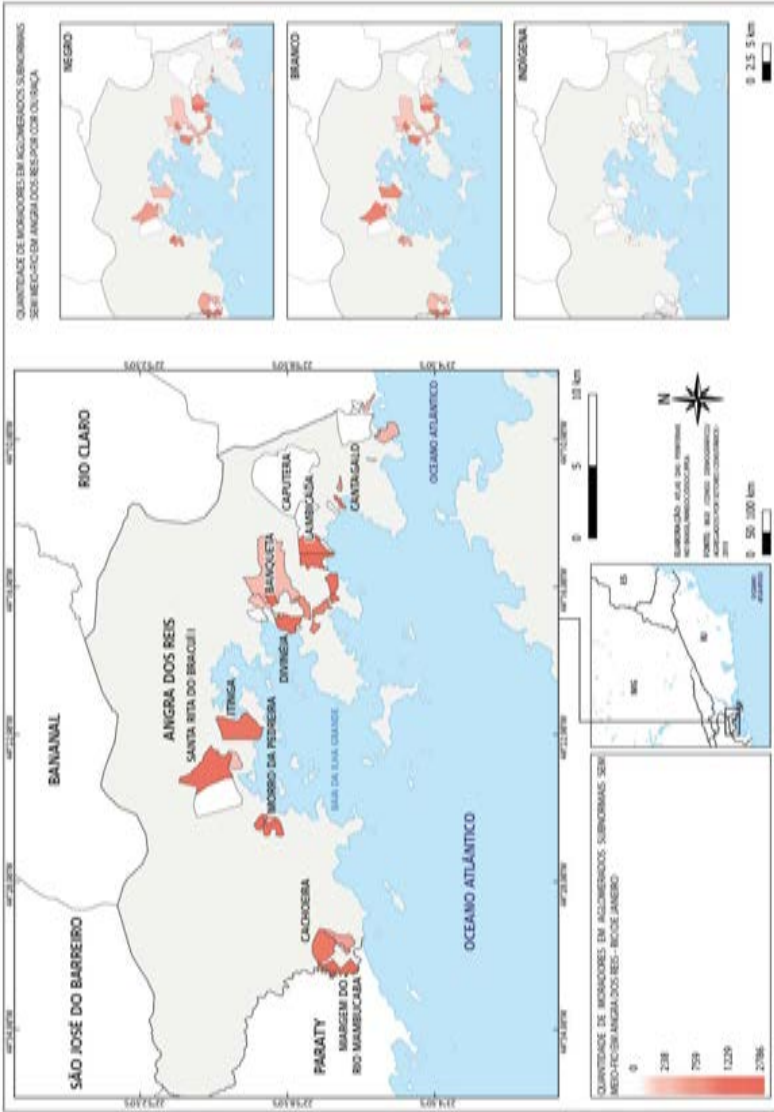
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 41  
**Angra dos Reis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)**



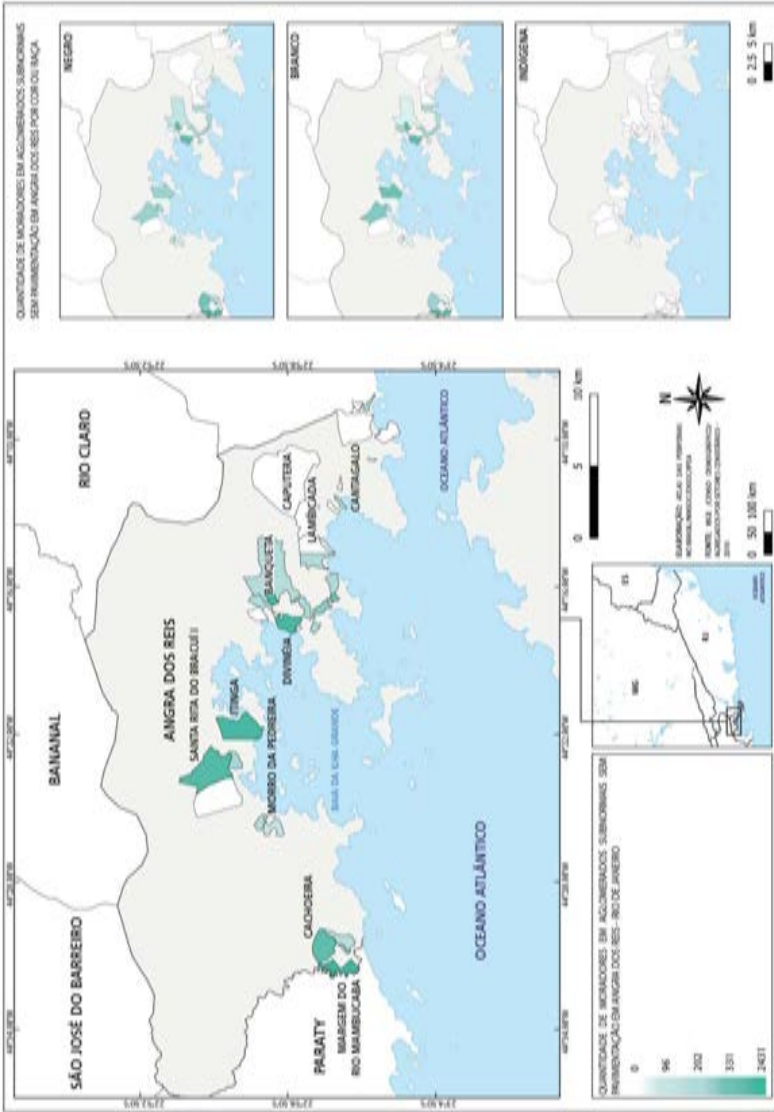
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 42  
Angra dos Reis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 43  
**Angra dos Reis: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

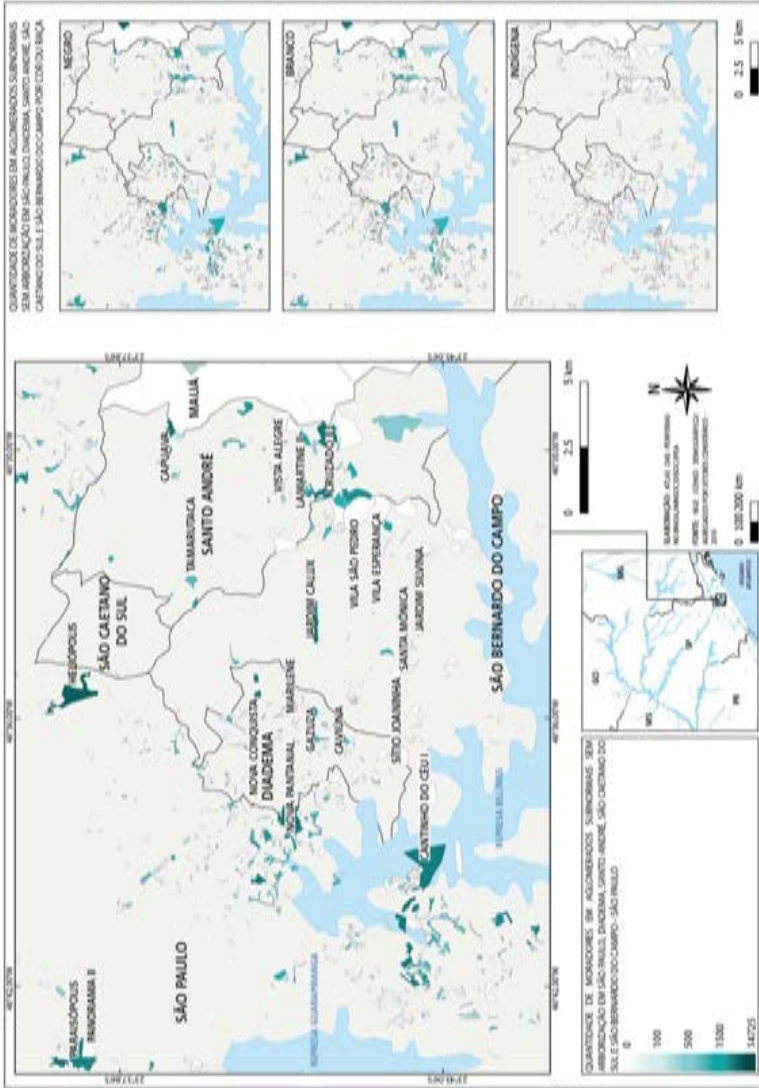






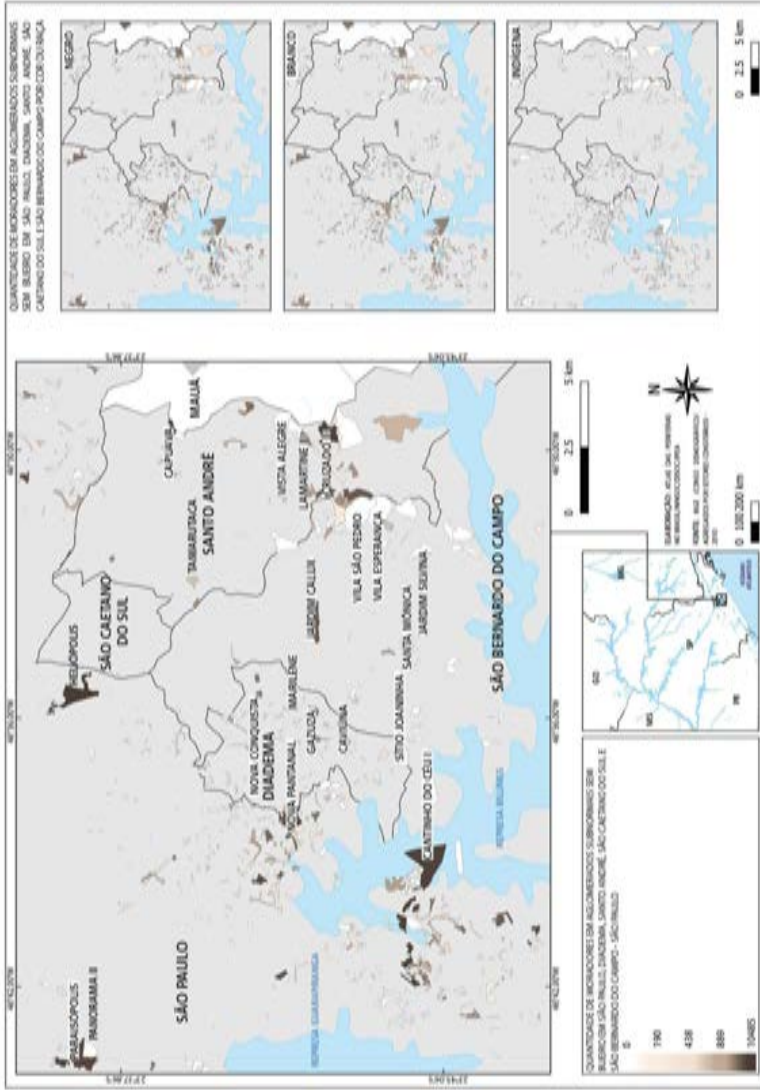


MAPA 46  
São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 47  
 São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)

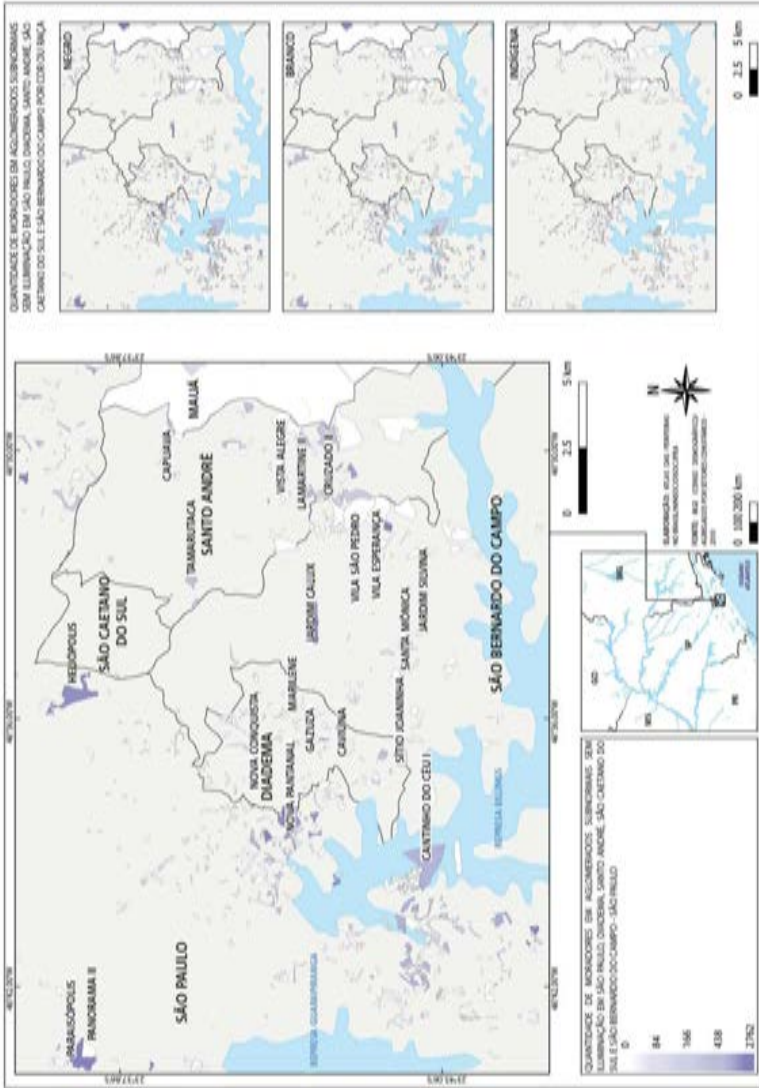


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.





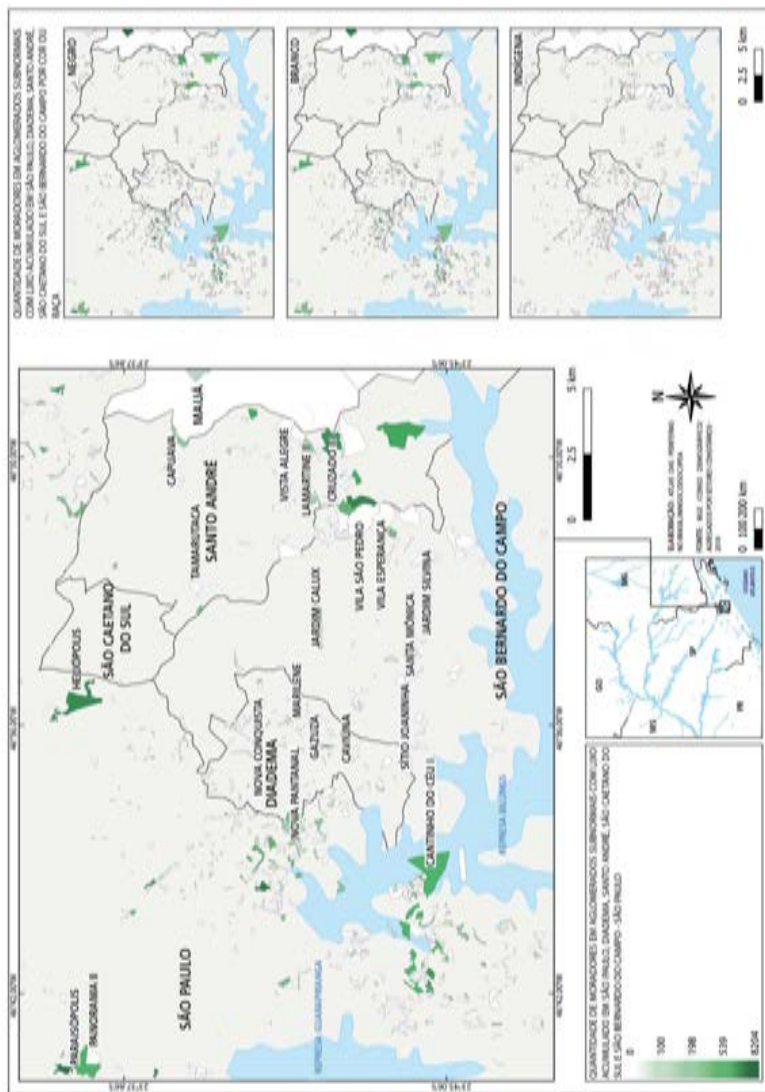
MAPA 50  
 São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

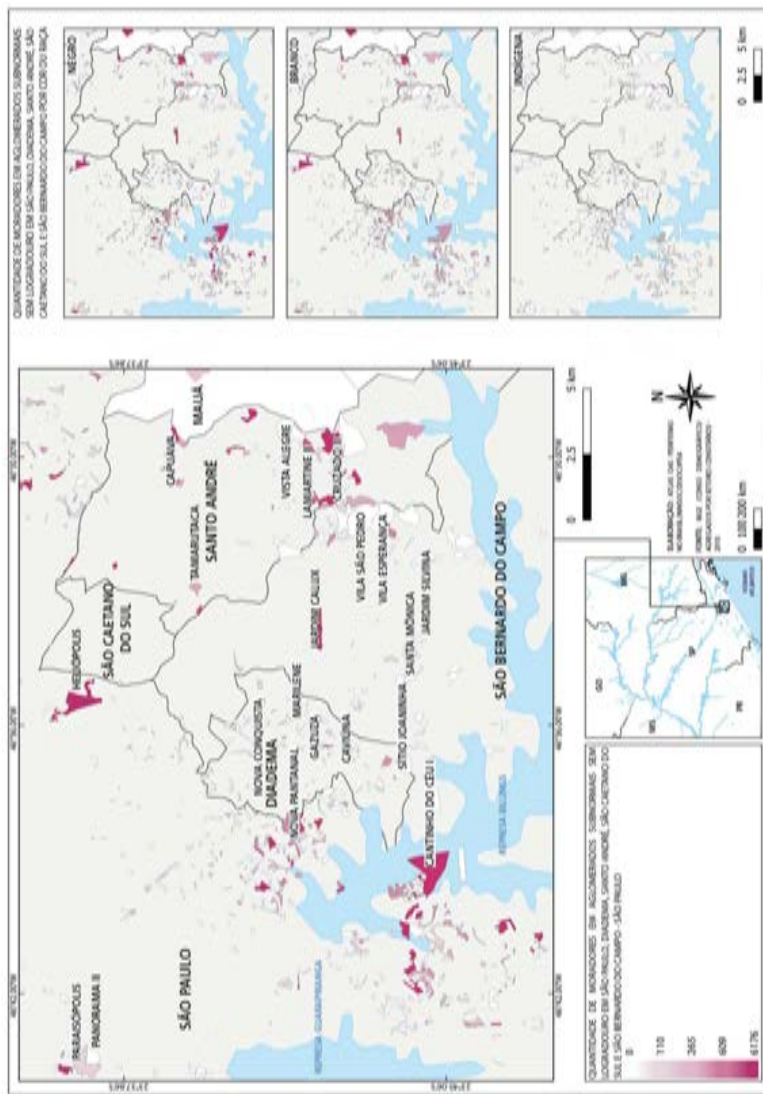


MAPA 51  
 São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

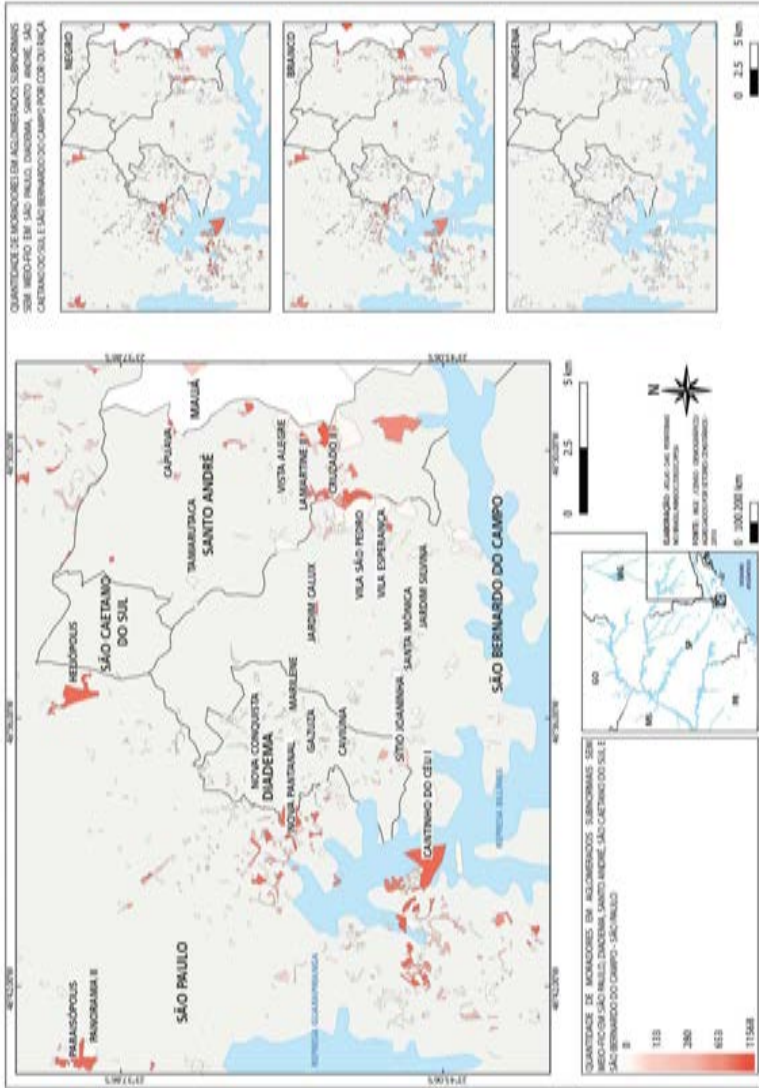
MAPA 52  
São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



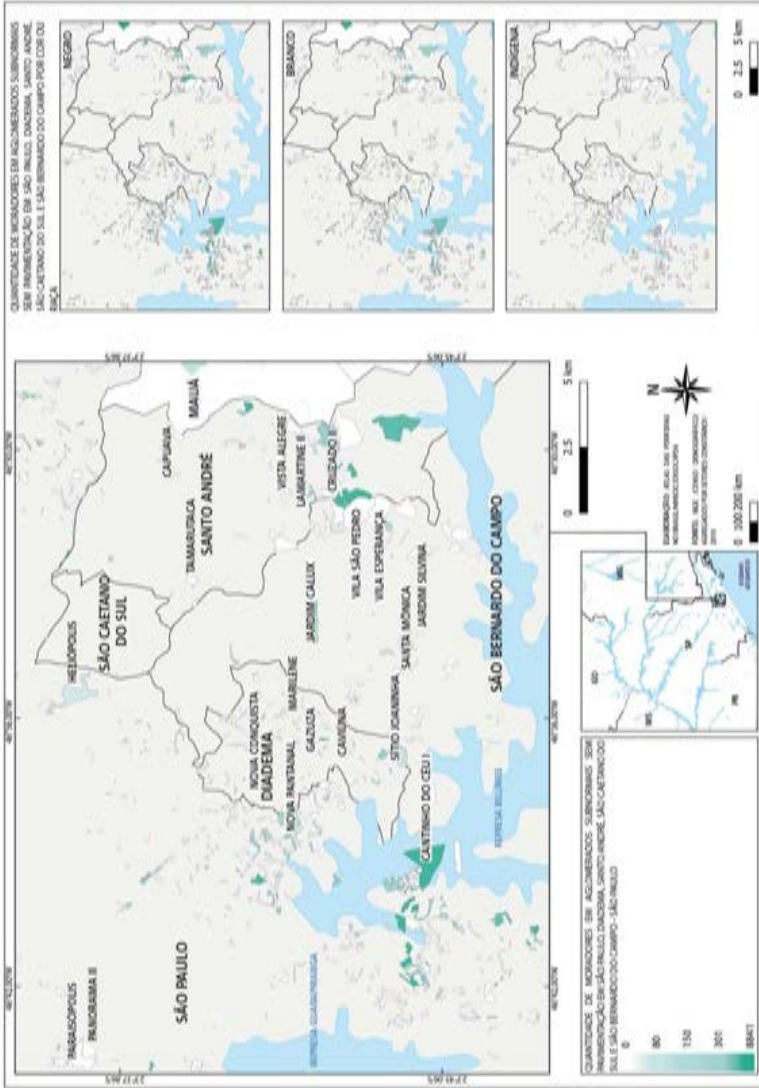
MAPA 53  
 São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.

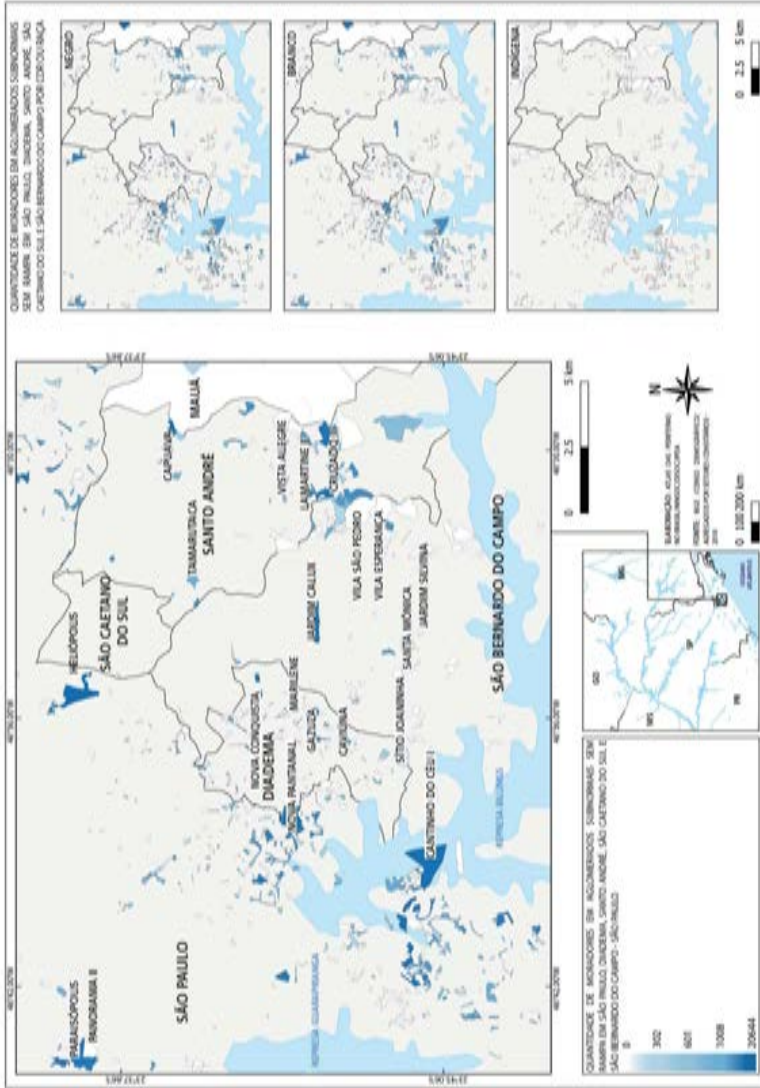
Elaboração das autoras.

MAPA 54  
São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



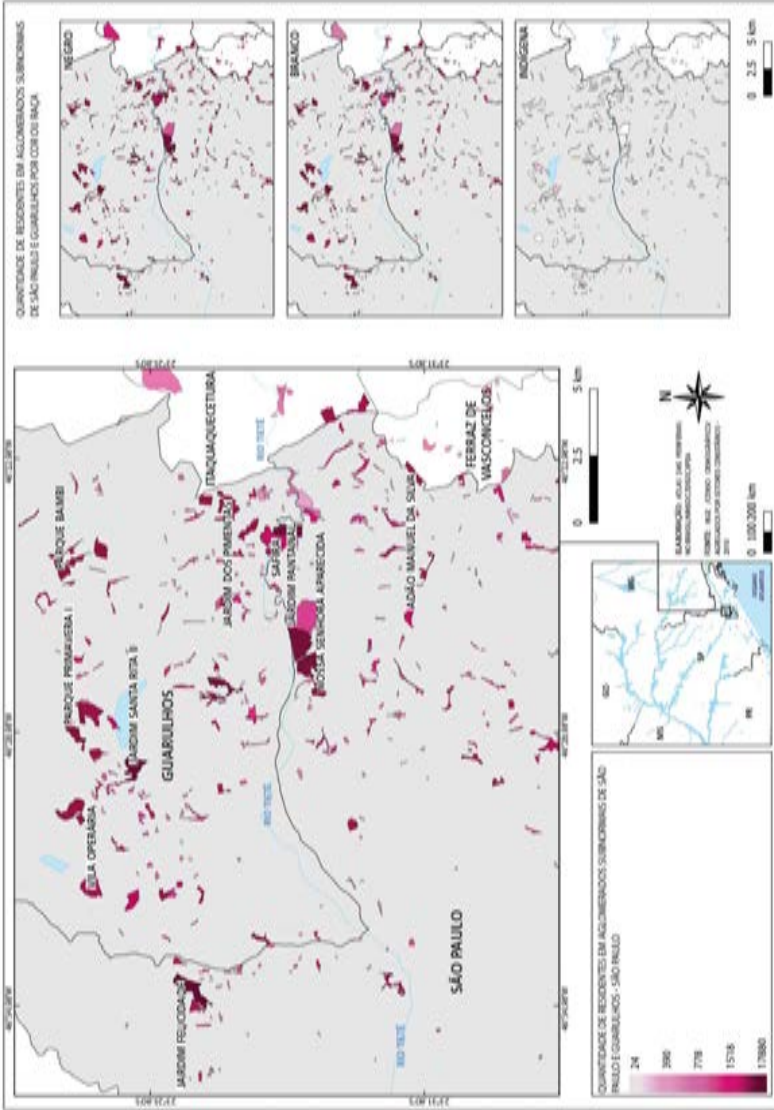
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 55  
 São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração dos autores.

MAPA 56  
Guarulhos e São Paulo: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)

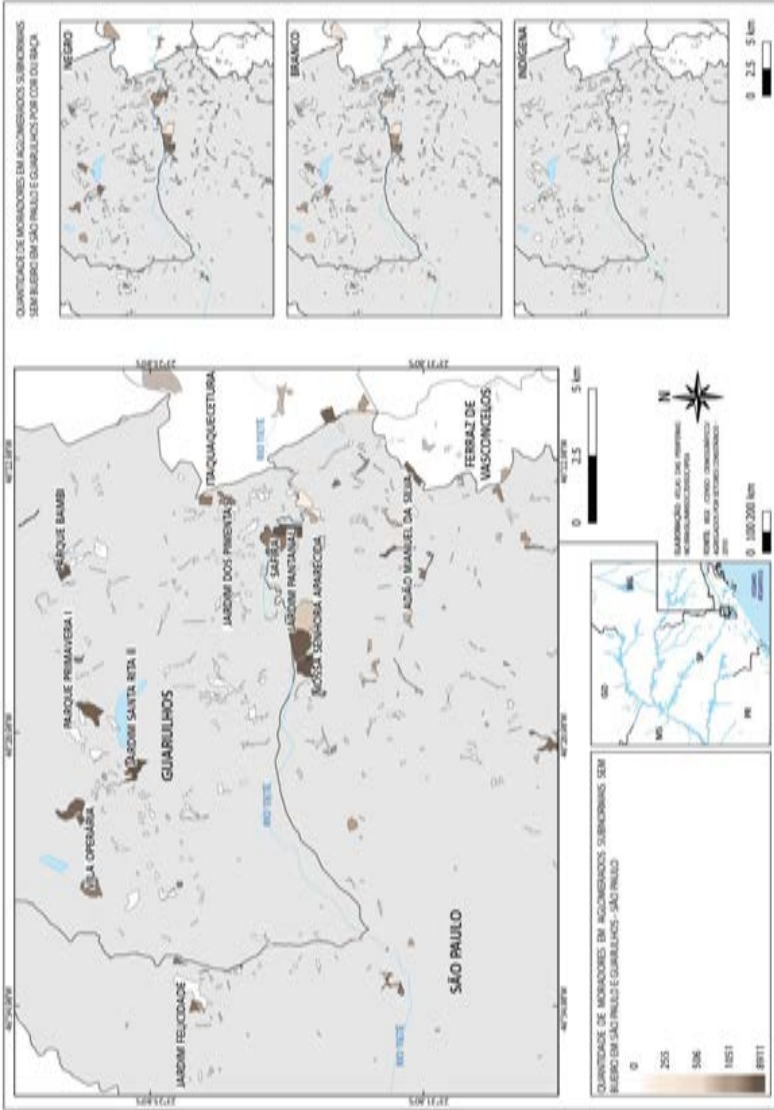


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 58  
Guarulhos e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)

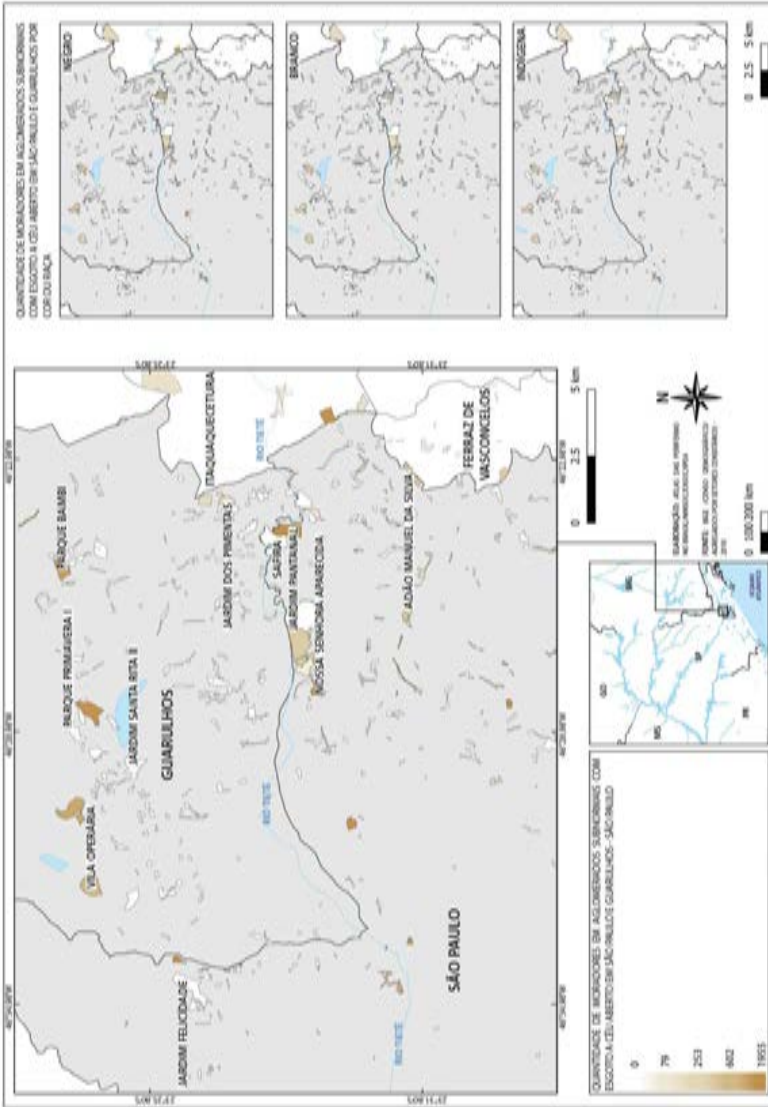


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





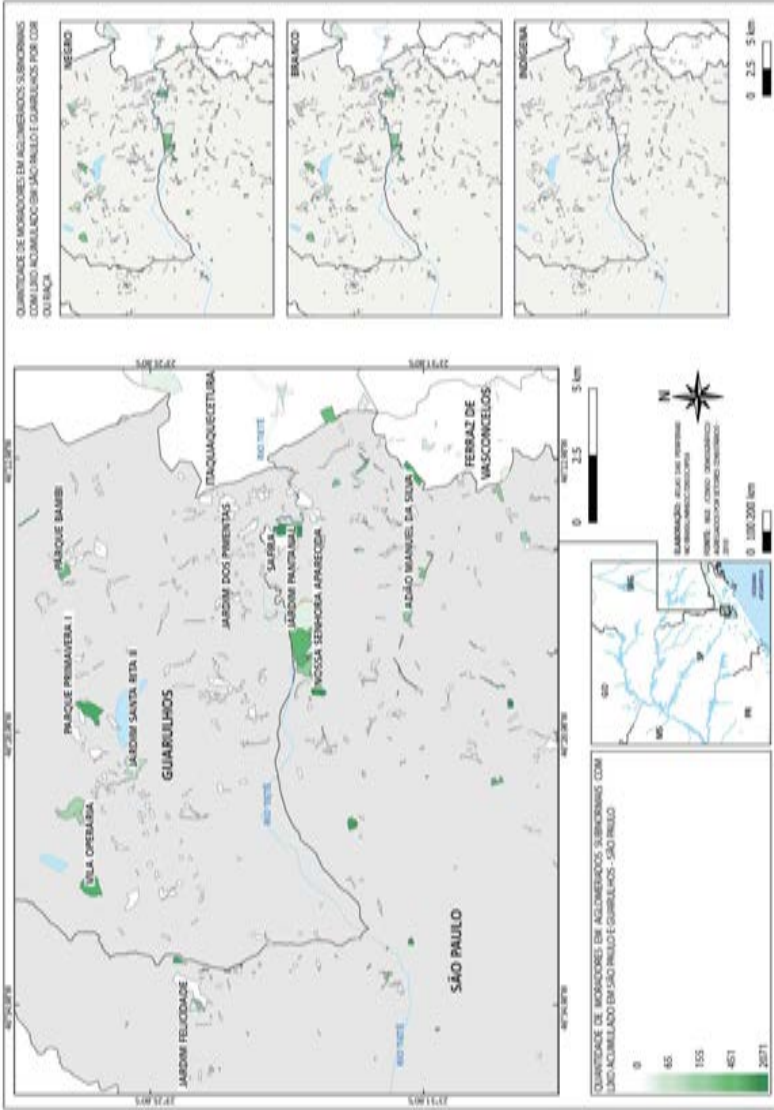
MAPA 60  
Guarulhos e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 62  
Guarulhos e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

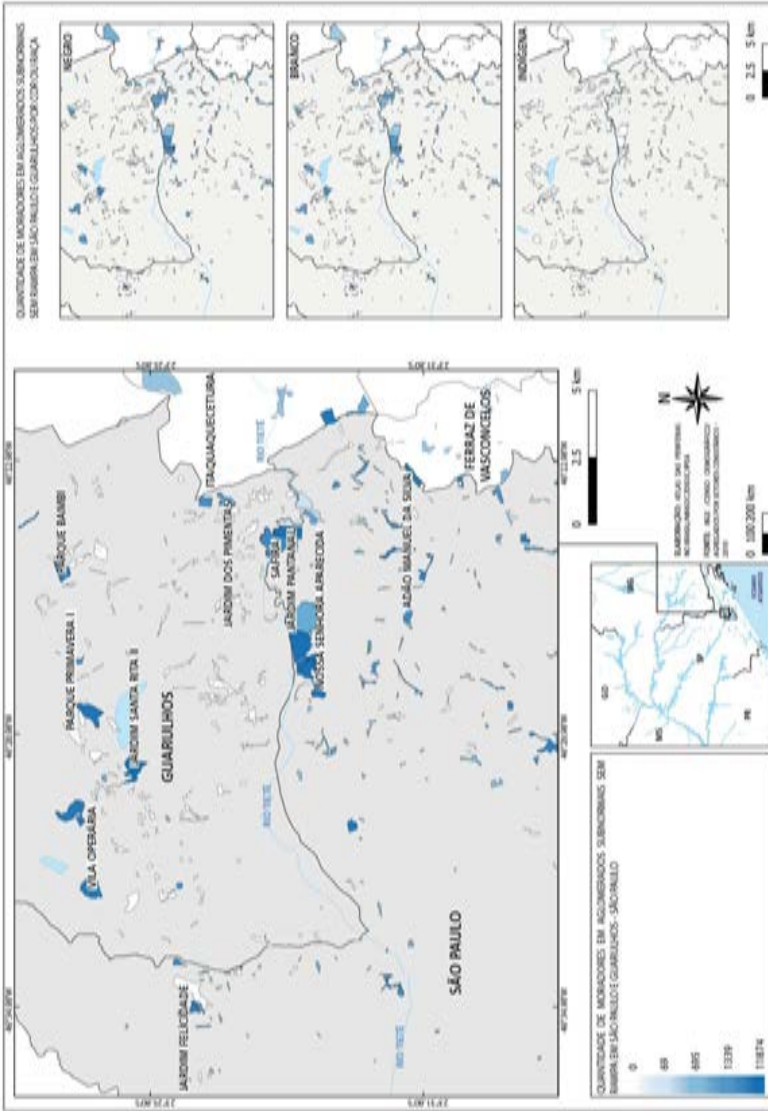








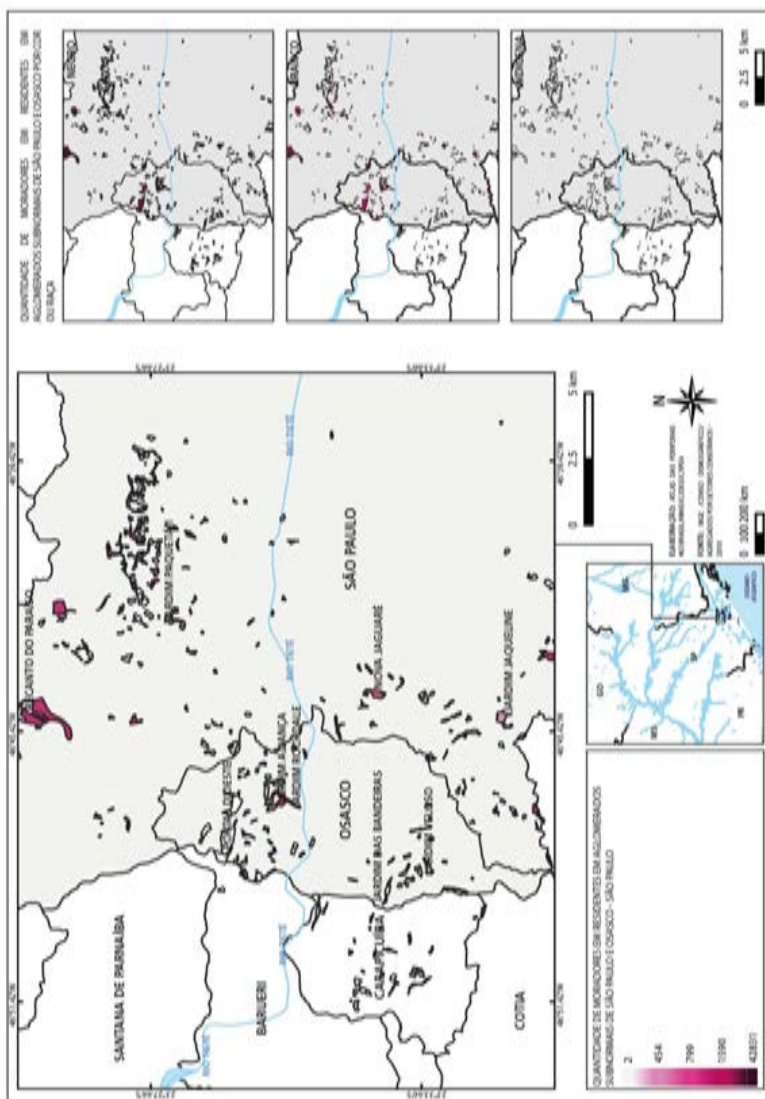
MAPA 66  
Guarulhos e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

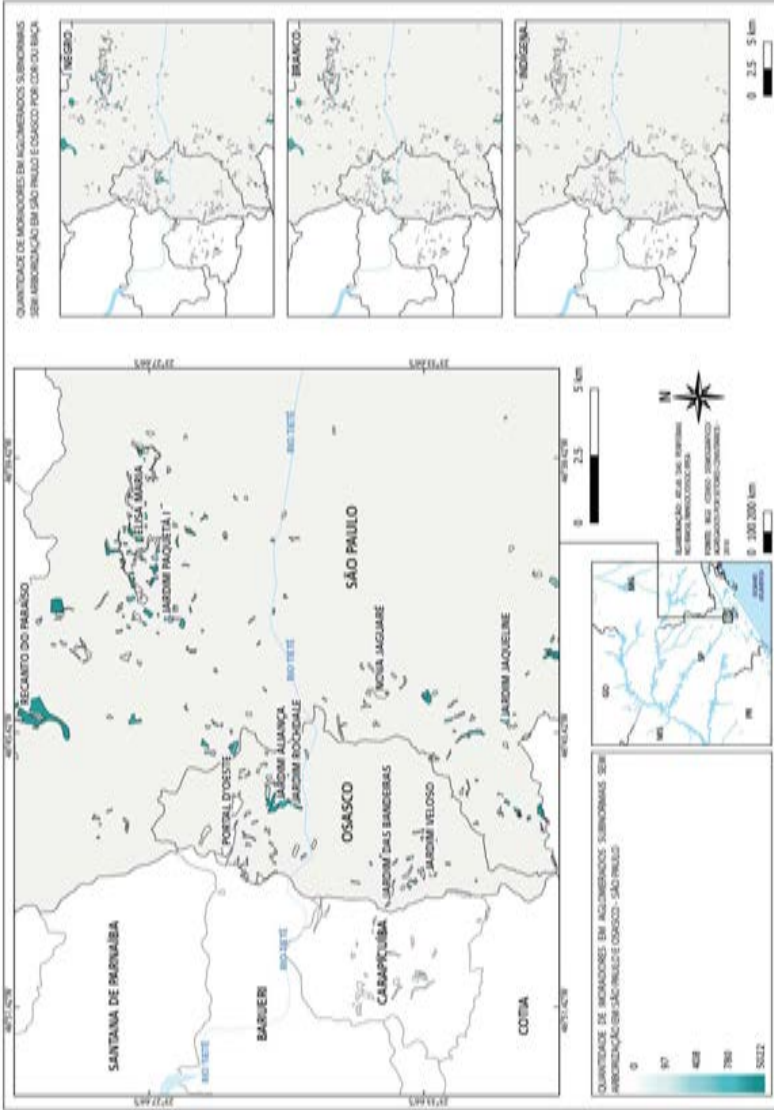


MAPA 67  
Osasco e São Paulo: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

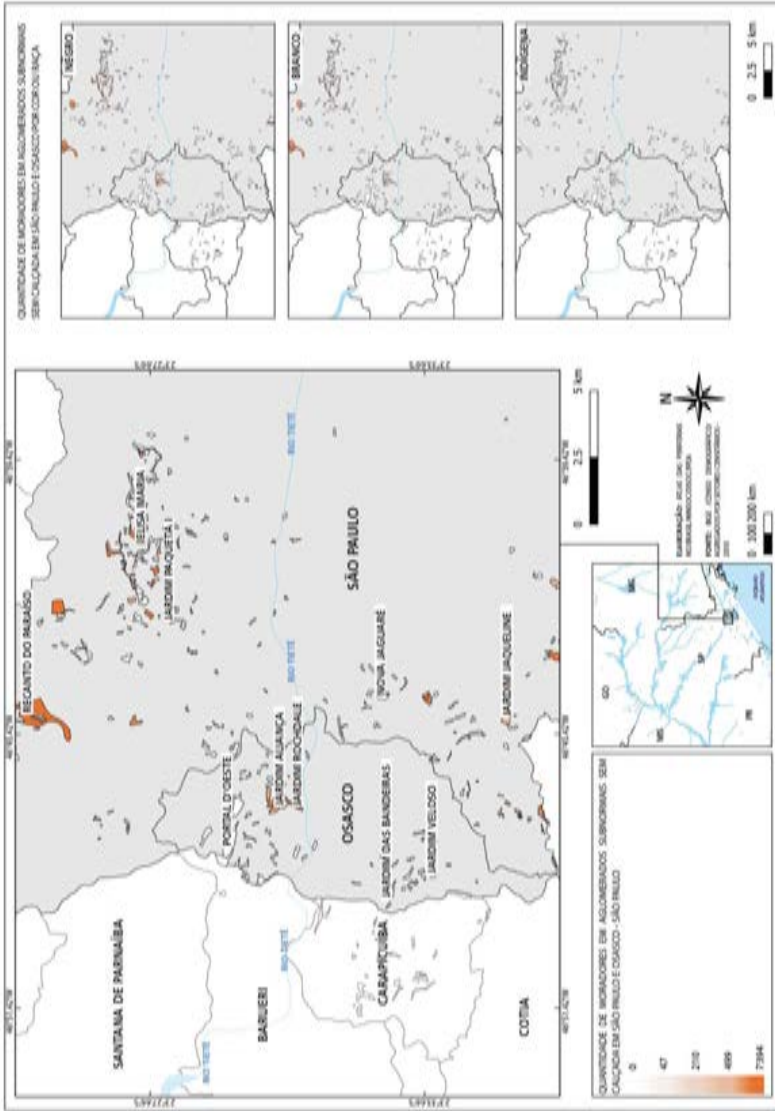
MAPA 68  
Osasco e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

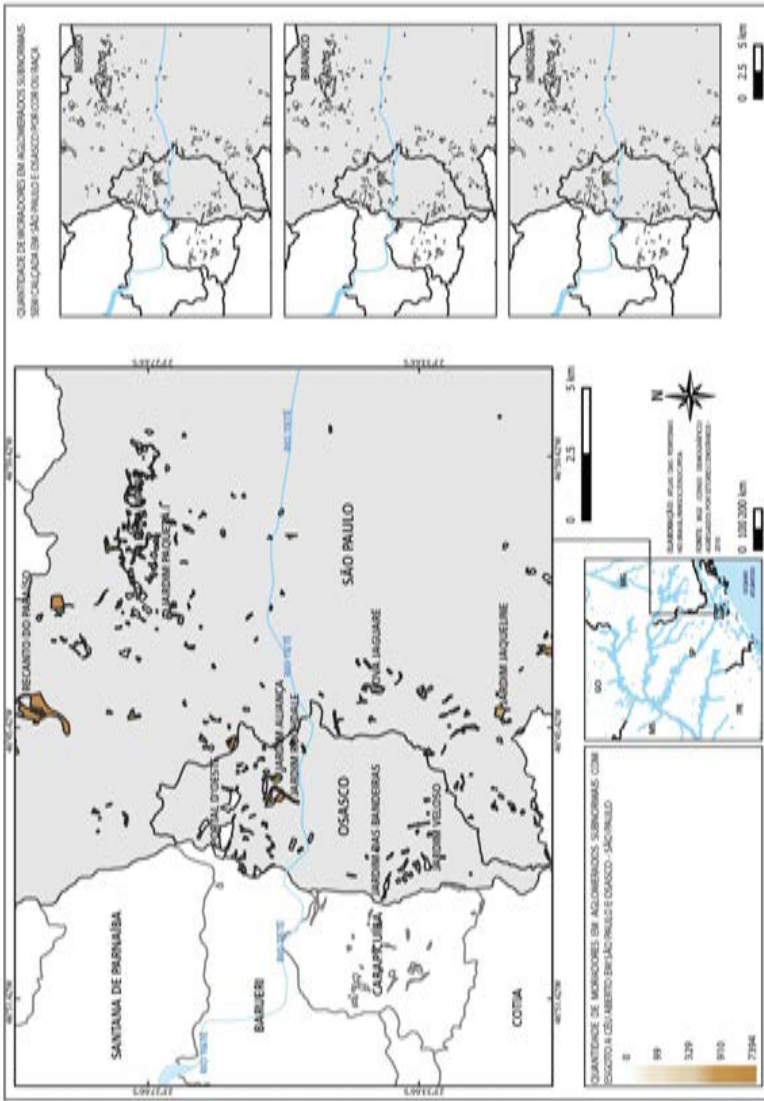


MAPA 70  
Osasco e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 71  
Osasco e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)

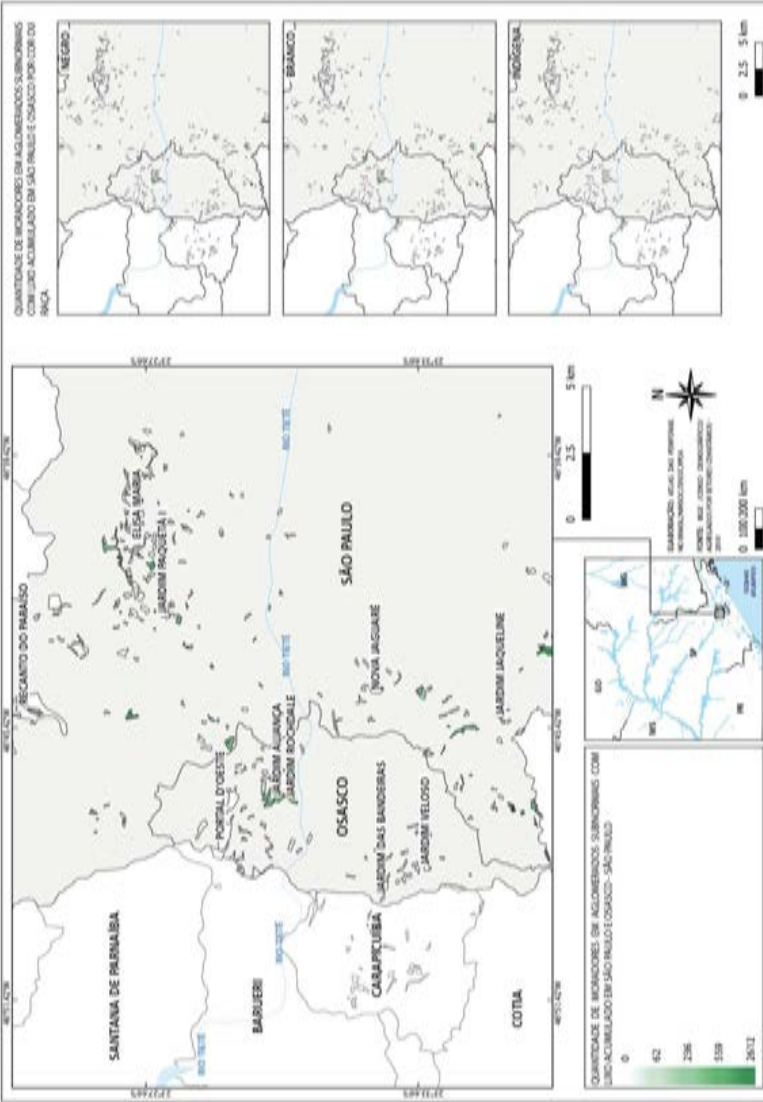


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 73  
Osasco e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)

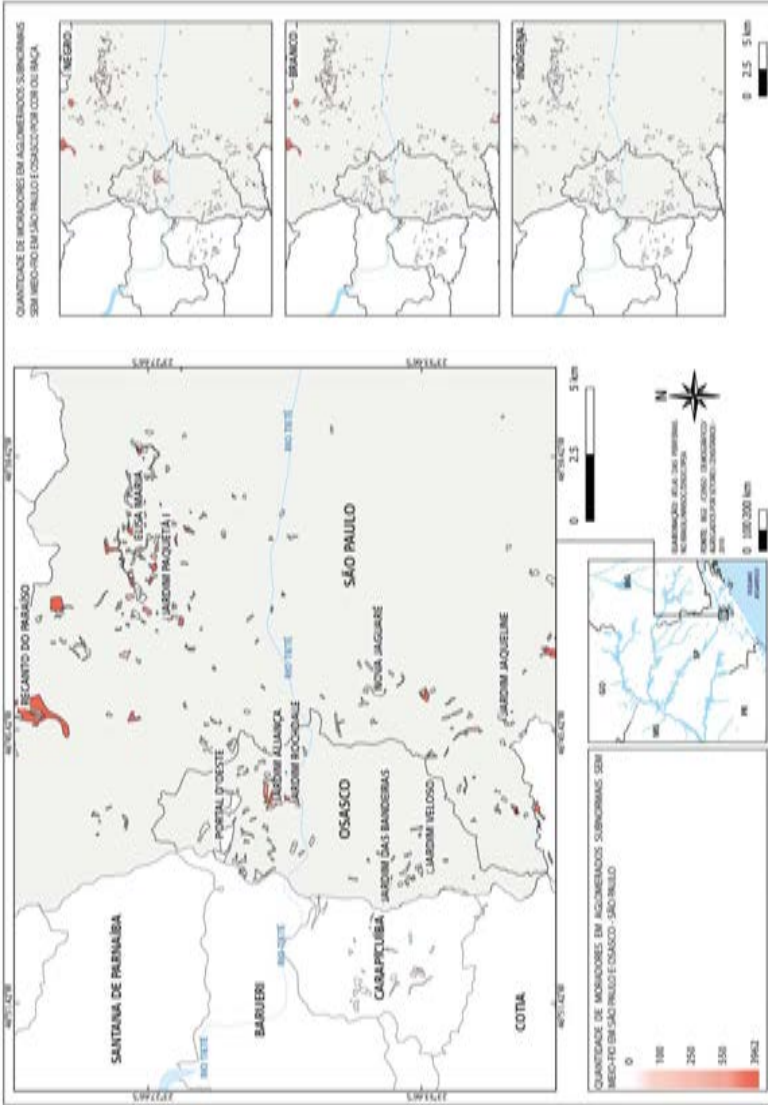


Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





MAPA 75  
Osasco e São Paulo: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas ideias iniciais, com intuito de se apresentar um olhar analítico sobre os aglomerados subnormais por meio dos dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o uso de mapas, uniram um grupo de pesquisadoras para um aprofundamento acerca das questões urbanas que envolvem as periferias brasileiras, visto sob o prisma racial. Das diversas conclusões a que se chegou, assume-se que houve duas escalas determinantes para as percepções alcançadas. A primeira, com caráter mais contextualizado à forma, com relação central nas limitações próprias de pesquisas censitárias e domiciliares que configuram as bases de dados disponíveis pelo IBGE. A segunda, mais próxima ao conteúdo dos dados das características de residentes e de moradores no entorno do domicílio em aglomerados subnormais por raça/cor.

Agrada-nos a ideia consensual de que o censo demográfico realizado em 2010 avançou no conhecimento das favelas brasileiras. Ao elaborar um diagnóstico focalizado nos aglomerados subnormais, a pesquisa provocou maior debate acerca da metodologia de pesquisas específicas para territórios com diferenças explícitas. A hegemonia de métodos não apenas se apresenta, por vezes, incoerente com as diversidades de lugares como demonstra-se deficitária para observar e analisar a hierarquia social disforme da realidade.

Para além da necessária continuidade do censo demográfico, mediante o cronograma estabelecido pelo IBGE e de um orçamento capaz de atender a essa demanda, cabe ampliar a aplicação dos questionários nos aglomerados subnormais. Essa ampliação é, primordialmente, um modo de aprofundar com mais detalhes os saberes das realidades de uma maior quantidade de favelas e de conhecer a completude da situação social do universo das periferias.

Ademais, a busca da universalização do censo demográfico nas periferias permite um acúmulo de informações capazes de auxiliar no processo decisório direcionado ao desenho, ao acompanhamento e à avaliação de políticas públicas executadas nos aglomerados subnormais por gestores municipais locais, das Unidades da Federação (UFs) e da União. Os casos de Teresina e Timon exemplifica a aproximação que as periferias induzem às parcerias entre UFs, na gestão de infraestrutura para populações residentes em aglomerados subnormais, por possíveis consórcios públicos.

A opção pelo uso de microdados com valores absolutos nos mapas confirma o conhecimento do senso comum de que a maioria da população residente nas periferias no Brasil é negra. No entanto, uma decomposição regional desses dados também nos permite conhecer que essa configuração não é homogênea. Em determinadas regiões, a população autodeclarada branca e indígena se destacam como sobreviventes nessas periferias, reconhecendo necessidades outras que por vezes escapam de análises totalitárias – sobretudo na questão étnico-cultural. Salientamos também que mesmo intragrupos raciais não há hegemonia.

Com relação às características apresentadas, pode-se observar que a ausência de serviços públicos e de infraestrutura de responsabilidade do Estado compromete a vivência dos grupos que residem nos aglomerados subnormais em diversas áreas de convivência. Há carência enormes: quanto à acessibilidade individual nas calçadas, que não dispõem de meio-fio e rampa, e ao transporte coletivo em ruas que apresentam lacunas de pavimentação; quanto à saúde coletiva pela presença de lixo acumulado no entorno dos domicílios e a falta de rede de esgoto com tratamento; quanto à segurança em função da ausência de iluminação pública; e quanto ao desenvolvimento sustentável causado pela inexistência de bueiros, de arborização e mesmo de localização espacial oficial. Assim, fica evidente que o racismo ambiental instalado no contexto que permeia as periferias se sustenta na manutenção da desvalorização das necessidades de grupos assentados à margem da estrutura urbana socialmente compartimentada.

Uma possível comparação que permita avaliar o processo de melhorias nas periferias se dará com a execução do próximo censo demográfico a ser realizado pelo IBGE. Diante das próximas informações, uma série histórica poderá comparar o desenvolvimento estrutural das favelas nas duas décadas. Não somente com objetivo de pesquisa, para efeito de comparação, mas principalmente para que se cobrem a execução de ações de construção real no território periférico, a fim de oferecer os cuidados às pessoas que residem em aglomerados subnormais.

Nesse sentido, reconhecemos que algumas lacunas permaneceram após o término desta primeira versão do *Atlas das Periferias no Brasil*. Inicialmente, parecia ser inapropriada a divulgação do conteúdo neste formato, mas este obstáculo foi vencido. Entre os limites deste trabalho, sintetizamos dois: i) a distância do ano de realização da pesquisa para o ano de publicação; e ii) as dificuldades de metodologias disponíveis, visto que algumas periferias sequer aparecem nos dados e, quando presentes, havia poucas informações disponíveis. Porém, nenhuma desses empecilhos impossibilitou a conclusão da pesquisa. Pelo contrário, por mais complicado fosse o trabalho, o desafio serviu como um estímulo a nos fazer seguir o caminho e ultrapassar os obstáculos que vivenciamos juntas e fortalecidas.

A versão do *Atlas das Periferias no Brasil* aqui apresentada é mais uma contribuição para estimular o debate sobre os aglomerados em situação de vulnerabilidades diante das precariedades impostas pela ausência do Estado. Encerramos nossas conclusões reverenciando a todas e todos que vieram antes nós, principalmente aqueles e aquelas que se colocaram no propósito de construir uma sociedade equânime, solidária e justa. É nosso propósito que as periferias brasileiras se consubstanciem em vivos assentamentos de territórios populares negros, brancos e indígenas, livres de qualquer situação de vulnerabilidade e precariedade.





## REFERÊNCIAS<sup>1</sup>

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**: homo sacer. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BANIWA, G. dos S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secadi/MEC; Laced/Museu Nacional, 2006.
- BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 13.177, 21 dez. 1973. Seção 1.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CAMPOS, A. O. **Do quilombo à favela**: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade – Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EVARISTO, C. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Torres, 2005.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd\\_2010\\_aglomerados\\_subnormais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf)>.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2010.

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/????????????referencia>

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sevilla: Fundación Biacs, 2006.

OLIVEIRA, D. A. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 85-106, maio 2014.

\_\_\_\_\_. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DO SUDESTE, 1., 2015, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. **Anais...** Campinas: Copene Sudeste, 2015.

\_\_\_\_\_. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos. *In*: PASSOS, R. G.; MAGNO, P. C. (Org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

REDES DA MARÉ. **Censo populacional da Maré/Redes da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>>.

ROJAS, A. Subalternos entre los subalternos: presencia e invisibilidade de la población negra en los imaginarios teóricos y sociales. *In*: RESTREPO E.; ROJAS, A. **Conflicto e (in)visibilidad – retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Cali: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

SANTOS, R. E. dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In*: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis; Brasília: DP et Alii; ABPN, 2012.

SILVA, F. A. B. da; LUNELLI, I. C. **Subsídio ao relatório Brasil sobre o cumprimento da convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (2003-2017): povos indígenas**. Brasília: Ipea, 2019.

SOUZA, C. R. *et al.* Identidades, pertencimentos e as ciências exatas e tecnológicas. **Revista da ABPN**, v. 11, edição especial, p. 252-282, 2019.

WERNECK, J. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Rio de Janeiro: Geledés; Cfêmea, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ABRAMO, P. A. Cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2007.

AKOTIRENE, C. Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade. **Carta Capital**, 18 set. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaoferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>>. Acesso em: maio 2019.

BEVERIDGE, R.; KOCH, P. The post-political trap? Reflections on politics, agency and the city. **Urban Studies**, London, v. 54, n. 1, p. 31-43, 2016.

BLASER, M.; CADENA, M. de la. Introduction: pluriverse – proposals for a world of many worlds. *In*: CADENA, M. de la; BLASER, M. (Ed.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, v. 28, p. 68-86, 2013.

CALDEIRA, T. P. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015.

\_\_\_\_\_. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. do N. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

DIRLIK, A. **Global modernity**. New York: Routledge, 2007.

FERNANDES, A. Coerção, solidariedade, hibridez: a ação pública sobre o centro de Salvador (BA). *In*: URIARTE, U. M.; CARVALHO, M. J. (Org.). **Panoramas urbanos: usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 231-260.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, p. 223-244, 1984.

GORELIK, A. Ciudad, modernidad, modernización. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 56, p. 11-27, 2003.

HARNEY, S.; MOTEN, F. **The undercommons**: fugitive planning and black study. New York: Automedia, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências demográficas**: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais. Informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Áreas de divulgação da amostra para aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=15949&t=downloads>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**: Baixada Santista, Campinas, Maceió e Vale do Paraíba. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2015.

MATION, L. F.; NADALIN, V. G.; KRAUSE, C. **Favelização no Brasil entre 2000 e 2010**: resultados de uma classificação comparável. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2009).

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. O negro: um problema espacial. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DO SUDESTE, 3., 2019, Vitória, Espírito Santo. **Anais...** Campinas: Copene Sudeste, 2019.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. **Social and Cultural Geography**, v. 12, n. 8, p. 947-963, 2011.

MORAES, M. da P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

NADALIN, V. G.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Distribuição de aglomerados subnormais na rede urbana e nas grandes regiões brasileiras**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2012).

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

- NASCIMENTO, B. **Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros:** dos quilombos às favelas. 1981. Monografia (Especialização) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.
- PÍREZ, P. Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana. **Quid 16**, Buenos Aires, n. 6, p. 131-167, 2016.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, J. E. F. **Cuidado com o vão:** repercussões do homicídio entre jovens de periferia. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, R. E. dos *et al.* Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? *In*: RENA, N. *et. al.* (Org.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.** Belo Horizonte: Fluxos, 2018.
- SIMONE, A. **Improvised lives:** rhythms of endurance in a urban south. Cambridge: Polity Press, 2019.
- VARGAS, R. N. **Sobre produção de mulheres negras nas ciências:** uma proposta para a implementação da Lei 10.639/03 no ensino de química. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- VIDA, S. S. Violência urbana e racismo. *In*: DIREITO À CIDADE A PARTIR DE UMA POLÍTICA ANTIRRACISTA, 2020, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: DPE-BA, 2020.





# APÊNDICE

## CARACTERÍSTICAS E MAPAS

### Lista de características em ordem de aparecimento

- Residentes
- Arborização
- Bueiro/boca de lobo
- Calçada
- Esgoto a céu aberto
- Iluminação
- Lixo acumulado
- Logradouro
- Meio-fio
- Pavimentação
- Rampa

### Lista de mapas

#### Capítulo 2 – Brasil

- Mapa 1 – Quantidade de aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 2 – Quantidades de residentes em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 3 – Quantidade de moradores em domicílio sem arborização em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 4 – Quantidade de moradores em domicílios sem bueiro/boca de lobo em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 5 – Quantidade de moradores em domicílios sem calçada em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 6 – Quantidade de moradores em domicílios sem meio-fio em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 7 – Quantidade de moradores em domicílios sem pavimentação em aglomerados subnormais (2010)

- Mapa 8 – Quantidade de moradores em domicílios com esgoto a céu aberto em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 9 – Quantidade de moradores em domicílios sem iluminação em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 10 – Quantidade de moradores em domicílios com lixo acumulado em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 11 – Quantidade de moradores em domicílios sem logradouro em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 12 – Quantidade de moradores em domicílios sem rampa em aglomerados subnormais (2010)

### **Capítulo 3 – Região Sul**

#### *Rio Grande do Sul*

- Mapas 1-11 – Porto Alegre
- Mapas 12-22 – Novo Hamburgo

#### *Santa Catarina*

- Mapas 23-33 – Florianópolis
- Mapas 34-44 – Blumenau

#### *Paraná*

- Mapas 45-55 – Curitiba

### **Capítulo 4 – Região Centro-Oeste**

#### *Distrito Federal*

- Mapas 1-11 – Brasília e entorno (Novo Gama)

#### *Mato Grosso*

- Mapas 12-22 – Cuiabá

#### *Mato Grosso do Sul*

- Mapas 23-33 – Corumbá

## Capítulo 5 – Região Norte

### *Acre*

- Mapas 1-11 – Rio Branco

### *Amazonas*

- Mapas 12-22 – Manaus

### *Amapá*

- Mapas 23-33 – Macapá e Santana

### *Pará*

- Mapas 34-44 – Belém, Ananindeua e Marituba

### *Rondônia*

- Mapas 45-55 – Porto Velho

## Capítulo 6 – Região Nordeste

### *Alagoas*

- Mapas 1-11 – Maceió, Rio Largo, Satuba

### *Bahia*

- Mapas 12-22 – Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz
- Mapas 23-33 – Ilhéus

### *Ceará*

- Mapas 34-44 – Fortaleza, Caucaia e Maracanaú

### *Maranhão*

- Mapas 45-55 – São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa

### *Paraíba*

- Mapas 56-66 – João Pessoa e Bayeux
- Mapas 67-77 – Campina Grande

### *Pernambuco*

- Mapas 78-88 – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho

*Rio Grande do Norte*

- Mapas 89-99 – Natal

*Sergipe*

- Mapas 100-110 – Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão

*Piauí*

- Mapas 111-121 – Teresina, Timon (Maranhão)

**Capítulo 7 – Região Sudeste***Espírito Santo*

- Mapas 1-11 – Vitória, Vila Velha

*Minas Gerais*

- Mapas 12-22 – Belo Horizonte, Contagem, Betim

*Rio de Janeiro*

- Mapas 23-33 – Rio de Janeiro
- Mapas 34-44 – Angra dos Reis

*São Paulo*

- Mapas 45-55 – São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo
- Mapas 56-66 – São Paulo, Guarulhos
- Mapas 67-77 – São Paulo, Osasco

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Supervisão**

Carlos Henrique Santos Vianna

#### **Revisão**

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Débora Mello Lopes (estagiária)

Matheus Tojeiro da Silva (estagiário)

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos (estagiária)

#### **Editoração**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Mayara Barros da Mota (estagiária)

#### **Capa**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

#### **Imagem da capa**

Talita Rocha Reis

*The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.*

#### **Brasília**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)







### **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

